

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial

Vivian Mendes Hermano

Janaúba/MG: uma cidade média no Norte de Minas Gerais

Belo Horizonte

2016

Vivian Mendes Hermano

Janaúba/MG: uma cidade média no Norte de Minas Gerais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para Qualificação de Doutorado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Moreira Alvim

Área de concentração: Análise Espacial

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

H552j Hermano, Vivian Mendes
 Janaúba/MG: uma cidade média no norte de Minas Gerais / Vivian Mendes
 Hermano. Belo Horizonte, 2016.
 242 f. : il.

Orientadora: Ana Márcia Moreira Alvim
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial.

1. Geografia urbana. 2. Geografia regional - Janaúba(MG). 3. Zoneamento. 4. Análise espacial (Estatística). 5. Planejamento urbano. I. Alvim, Ana Márcia Moreira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 911.3:711

Vivian Mendes Hermano

Janaúba/MG: uma cidade média no Norte de Minas Gerais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para Qualificação de Doutorado em Geografia.

Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Moreira Alvim - PUC Minas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira- UNIMONTES (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz -PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. José Flavio Morais Castro- PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella – UFV (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2016

Dedico este trabalho para minha mãe, que sempre acreditou no meu empenho, mesmo que dificuldades de toda ordem tenham cruzado o caminho. Você não está mais nesse mundo, mas vive eternamente em meu coração! Obrigada por tudo....

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a. Ana Márcia Moreira Alvim pela disponibilidade e atenção nas orientações, pelos conselhos e intervenções. Pela paciência, compreensão e garra, tornando possível a realização deste trabalho.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial.

À minha família, pelo apoio incondicional, carinho, incentivo e a torcida constante.

Meus agradecimentos a todos aqueles que, em momentos e de formas diversas, colaboraram e apoiaram na elaboração desta tese.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção!

RESUMO

No Brasil, o avanço da globalização econômica e da expansão mercadológica levou áreas ao crescimento econômico, fortalecendo o papel das cidades médias, que surgem como expressão da urbanização. Essa realidade tem como uma de suas causas a implementação de projetos desenvolvimentistas, com destaque para a criação das áreas de irrigação no Nordeste. Nesta perspectiva a cidade de Janaúba/MG, que outrora era um simples povoado, fortaleceu sua economia exercendo importantes funções na rede urbana regional. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a cidade de Janaúba/MG, visando compreender seu papel regional e sua estrutura-morfológico funcional. Como objetivos específicos tem-se: apresentar a evolução da rede urbana regional, evidenciar as diferentes relações da cidade com esse espaço, entender seu posicionamento nessa rede e identificar, na sua morfologia interna, suas zonas, funções e paisagens urbanas que sustentam esse posicionamento. A hipótese da pesquisa é que Janaúba/MG pode ser considerada uma cidade média. O método de pesquisa é o hipotético dedutivo, tendo como principais bases teóricas a proposta de Amorim Filho (2005) para análise de Janaúba/MG como cidade média. Os dados foram obtidos junto à instituições como o IBGE, ABANORTE e a Prefeitura Municipal, e em pesquisas de campo. Os resultados obtidos demonstram que a evolução da rede urbana regional ganha impulso a partir de 1960, com forte intervenção governamental, promovendo o fortalecimento de algumas cidades do Norte Minas. No âmbito regional, a cidade de Janaúba/MG passa a exercer a função de intermediação e polarização em diversos serviços com destaque para o comércio, a saúde e o agronegócio. Esse último setor especificamente, possui uma organização produtiva que se orienta em função da dinâmica mercadológica de centros comerciais como Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, ampliando a rede de relações externas da cidade. No que concerne a sua estrutura morfológica, observa-se a configuração de zonas diferenciadas que estão organizadas em função de diversos fatores como a posição, a demanda populacional interna e externa, e especialmente a existência dos equipamentos urbanos. O conjunto estrutural urbano mostrou que a mudança morfológico-funcional ainda é incipiente, e por isso prevalecem algumas características de cidade pequena. Ao analisar as zonas urbanas de Janaúba, procurando verificar se sua estrutura morfológico-funcional condiz com o proposto por Amorim Filho (2005) para as cidades médias, percebeu-se que a adequação ao modelo é parcial. Apesar disso, seu papel na região e suas funcionalidades reforçaram a premissa de que Janaúba/MG é uma cidade média, e que apresenta algumas particularidades.

Palavras chaves: Janaúba/MG, cidade média, rede urbana, relações externas, morfologia.

ABSTRACT

In Brazil, expansion of economic globalization and marketing expansion led some areas to economic growth, strengthening the role of medium-sized cities, which appear as an urbanization expression. This reality has as one of its reasons the implementation of development projects, with emphasis on irrigation areas creation in the Northeast. On this perspective the city of Janaúba/MG, which was once a simple village, strengthened its economy, performing important roles in regional urban network. This research aims to analyze the city of Janaúba / MG aiming to understand its regional role and its functional-morphological structure. We have as specific objectives: to present the evolution of the regional urban network, highlight the different city relationship with this space, understand its position on that network and identify, in their internal morphology, their zones, functions and urban landscapes that sustain this position. The hypothesis of the research is that Janaúba/MG can be considered a medium-sized city. The research method is hypothetical deductive, having as main theoretical basis the proposal of Amorim Filho (2005) for analysis of Janaúba/MG as a medium-sized city. The data was obtained from institutions such as IBGE, Abanorte and the City Hall and field research. The results show that the evolution of regional urban network gained force from 1960 on, with heavy government intervention to promote the strengthening of some cities in the North of Minas Gerais State. Regionally, the city of Janaúba/MG will perform the intermediation and polarization role in several services, with emphasis on trade, health and agricultural business. This last sector in particular, has a production organization that is oriented due to marketing dynamics of commercial centers such as Belo Horizonte / MG, São Paulo / SP and Rio de Janeiro / RJ, expanding the network of external relations of the city. Concerning their morphological structure, there is the setting of different areas that are organized depending on various factors such as the position, internal and external population demand, and especially the existence of urban equipments. Urban structural assembly showed that the morphological and functional change is still incipient, thus prevailing some characteristics of a small town. By analyzing the urban areas of Janaúba trying to check whether their morphological and functional structure is suitable to the proposed by Amorim Filho (2005) for medium-sized cities, it was realized that the adequacy to the model is partial. Nevertheless, its role in the region and its features reinforced the premise that Janaúba / MG is a medium-sized city, and has some peculiarities.

Key words: Janaúba/MG, medium-sized city, urban network, external affairs, morphology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Modelo morfológico funcional da cidade média.....	21
Figura 2-	Modelo de Burgess (1929).....	90
Figura 3-	Modelo de Hoyt (1939).....	91
Figura 4-	Modelo de Harris e Ulman (1945).....	92
Figura 5-	Modelo Correa (1989).....	93
Figura 6-	Mapa de Localização da região do Norte de Minas.....	98
Figura 7-	Regionalização de Minas Gerais no século XVIII.....	102
Figura 8-	Mapa das principais áreas de extração do pequi no Norte de Minas.....	106
Figura 9-	Mapa de fluxo econômico das exportações da cidade de Várzea da Palma/MG para os blocos econômicos.....	108
Figura 10-	Áreas de influência predominante das grandes metrópoles em Minas Gerais.....	113
Figura 11-	Superfície de potencial tecnopolitano de Minas Gerais (1999).....	114
Figura 12-	Mapa dos níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais.....	117
Figura 13-	Mapa da rede urbana atual do Norte de Minas.....	122
Figura 14-	Mapa da microrregião do IBGE de Janaúba/MG.....	125
Figura 15-	Ilustração do Projeto de Irrigação do Gorutuba.....	127
Figura 16-	Ilustração do Projeto de Irrigação do Jaíba.....	129
Figura 17-	Mapa do PIB da microrregião de Janaúba/MG.....	132
Figura 18-	Mapa de localização do município de Janaúba/MG com distâncias aos centros regionais mais próximos.....	134
Figura 19-	Mapa de localização da Bacia hidrográfica do Gorutuba.....	135
Figura 20-	Foto da transição da vegetação caatinga e cerrado no município de Janaúba/MG-2015.....	137
Figura 21-	Foto Igreja de Bom Jesus, na Praça Doutor Rocket.....	139
Figura 22-	Esquema da posição de Janaúba/MG na rede urbana brasileira.....	147
Figura 23-	Esquema da Rede Urbana do Norte de Minas.....	148
Figura 24-	Mapa do fluxo de viagens intermunicipais de ônibus de Janaúba/MG.....	151
Figura 25-	Mapa do fluxo de taxi informal a partir de Janaúba/MG.....	152
Figura 26-	Mapa do espaço das relações externas de Janaúba/MG.....	157
Figura 27-	Mapa de localização das sedes urbanas de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG.....	160
Figura 28-	Imagem da configuração espacial da cidade de Jaíba/MG.....	165
Figura 29-	Mapa do fluxo da comercialização da bananicultura em Janaúba/MG.....	175
Figura 30-	Representação da delimitação do perímetro urbano de Janaúba/MG.....	178
Figura 31-	Representação do zoneamento da cidade de Janaúba/MG.....	180
Figura 32-	Foto da área Bico da Pedra em Janaúba/MG.....	182
Figura 33-	Representação do sistema hídrico no perímetro urbano de Janaúba/MG.....	184
Figura 34-	Foto da lagoa urbana Buraco de Amélia.....	185
Figura 35-	Foto da lagoa urbana Ribeirão do Ouro.....	186
Figura 36-	Perfil topográfico leste oeste de Janaúba/MG.....	187
Figura 37-	Perfil topográfico norte sul de Janaúba/MG.....	187
Figura 38-	Foto da vegetação urbana.....	188
Figura 39-	Representação dos vazios urbanos de Janaúba/MG.....	191
Figura 40-	Evolução do tecido urbano de Janaúba/MG-mudar no trabalho.....	193
Figura 41-	Zoneamento morfológico funcional da cidade de Janaúba/MG.....	196
Figura 42-	Foto do centro da cidade de Janaúba/MG.....	197
Figura 43-	Foto imóvel comercial/residencial no centro da cidade.....	198
Figura 44-	Foto do serviço hoteleiro no centro da cidade.....	199
Figura 45-	Foto da verticalização no centro de Janaúba/MG.....	200
Figura 46-	Foto da centralização no entorno da Estação Ferroviária.....	201
Figura 47-	Foto da transição da zona central para pericentral.....	202
Figura 48-	Foto da transição da zona central para pericentral.....	202
Figura 49-	Imagem da avenida e a urbanização.....	203
Figura 50-	Foto do padrão de ocupação da Av. Engenheiro Manuel Athaíde.....	204
Figura 51-	Foto do padrão de ocupação da Av. Engenheiro Manuel Athaíde.....	204
Figura 52-	Imagem da zona pericentral Hospital Regional.....	205
Figura 53-	Foto da ocupação no entorno do Hospital Regional.....	206
Figura 54-	Foto da ocupação no entorno do Hospital Regional.....	207
Figura 55-	Foto do padrão de ocupação da Av. Mestre Alfredo Barbosa.....	208

Figura 56- Foto do padrão de ocupação da Av. Gentil Dias.....	208
Figura 57- Foto do padrão de ocupação da Av. dos Gorutubanos.....	209
Figura 58- Foto da moradia rural no subcentro da cidade.....	210
Figura 59- Foto do “bairro nobre” da cidade.....	212
Figura 60- Foto do “bairro dos trabalhadores”.....	212
Figura 61- Foto periferia, Bairro Novo Paraíso.....	213
Figura 62- Foto periferia, Bairro São Lucas.....	214
Figura 63- Foto do Bairro Universitário.....	216
Figura 64- Imagem do Bairro Dona Lindú.....	217
Figura 65- Foto do Bairro no padrão “Minha Casa Minha Vida”.....	217
Figura 66- Foto do bairro Barbosa.....	218
Figura 67- Foto do bairro Barbosa.....	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Dados gerais dos principais municípios da região do Norte de Minas.....	121
Tabela 2-Índices de desenvolvimento humano dos municípios da microrregião de Janaúba/MG....	130
Tabela 3- Dados migratórios de Janaúba/MG.....	143
Tabela 4-Matriz de relações externas de Janaúba/MG.....	155
Tabela 5-Characterização geral do espaço de relações regionais da cidade de Janaúba/MG.....	158
Tabela 6-Bananicultura no estado de Minas Gerais.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Itens avaliados na paisagem urbana de Janaúba/MG.....	27
Quadro 2- Tipos de redes.....	32
Quadro 3- Designações das redes urbanas nos diferentes países.....	35
Quadro 4- Síntese e características das teorias sobre redes urbanas.....	46
Quadro 5- Síntese das idéias dos principais autores do “ <i>Aménagement du Territoire</i> ”.....	51
Quadro 6- Síntese dos estudos de Silva (2013).....	68
Quadro 7- Tipologia para cidades médias.....	69
Quadro 8- Síntese dos resultados da aplicação do modelo de Amorim Filho em Minas Gerais segundo pesquisadores.....	75
Quadro 9- Hierarquia urbana de Minas Gerais (1960).....	110
Quadro 10- Classificações das cidades/municípios de Minas Gerais no período de 2000, segundo Amorim Filho e Arruda (2002).....	115
Quadro 11- Rede urbana atual do Norte de Minas.....	119
Quadro 12- Síntese da posição de Janaúba/MG.....	150
Quadro 13- Tipologia dos Equipamentos de relações externas sediados na cidade de Janaúba/MG.....	154
Quadro 14- Estudo comparativo entre o modelo morfológico e a estrutura urbana de Janaúba/MG.....	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do PIB de Janaúba/MG.....	141
Gráfico 2- Distribuição do PIB por setor em 2000.....	141
Gráfico 3- Distribuição do PIB por setor em 2013.....	141
Gráfico 4- Evolução da população do município de Janaúba/MG.....	142
Gráfico 5- Dimensão populacional dos municípios de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG em 2010.....	161
Gráfico 6- PIB por setores de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG	162
Gráfico 7- Dimensão populacional dos municípios do espaço de relações intensas da cidade de Janaúba/MG.....	163
Gráfico 8- PIB municipal do espaço de relações intensas da cidade de Janaúba/MG.....	164
Gráfico 9- Taxa de crescimento da população do município de Janaúba/MG.....	166
Gráfico 10-Relação entre população municipal (2010) e equipamentos de serviço de saúde ambulatorial com especialidades (2012).....	167
Gráfico 11-PIB municipal do espaço de relações regulares da cidade de Janaúba/MG.....	168
Gráfico 12-Dimensão populacional dos municípios do espaço de relações regulares da cidade de Janaúba/MG.....	168
Gráfico 13-Relação entre população municipal (2010) e equipamentos de serviço de saúde ambulatorial com especialidades (2012).....	169
Gráfico 14-Fluxo do comércio de banana a partir de Janaúba/MG em 2009.....	173
Gráfico 15-Fluxo do comércio de banana a partir de Janaúba/MG em 2015.....	173
Gráfico 16-Índice pluviométrico de Janaúba/MG de 1992 a 2014.....	189

LISTA SIGLAS

ABANORTE -Associação de Bananicultores do Norte de Minas
ACP -Análise de Componentes Principais
ANA -Agência Nacional das Águas
BES -Índice de Bem Estar Social
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEMIG -Companhia Energética de Minas Gerais
CODEVASF -Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COPASA -Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DERMG -Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
DIG -Distrito de Irrigação do Gorutuba
DIJ -Distrito de Irrigação de Jaíba/MG
DNIT -Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECOFIN -Nível de Crescimento Econômico e Aglomeração urbana/industrial
EMATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural
FJP- Fundação João Pinheiro
IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHME -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação
IDHML -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade
IDHMR -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda
IGA- Instituto de Geociências Aplicadas
INSS- Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB -Produto Interno Bruto dos Municípios
PMDJ -Plano Diretor Municipal de Janaúba
PMJ -Prefeitura Municipal de Janaúba
PRONAF -Programa de Assistência a Agricultura Familiar
PUC/MG -Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RDBCM -Rede de Estudos Brasileiros das Cidades Médias
RECIME -Rede de Estudos das Cidades Médias
REGIC -Região de Influência das Cidades
SEBRAE -Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFVJM-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
USGS -United States Geological Survey

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA	19
3 A IMPORTÂNCIA DAS REDES	29
3.1 Estudo da rede urbana no contexto internacional	30
3.1.2 Rede urbana e estudos no Brasil	39
3.2 Cidade média: reflexões sobre um tema complexo	48
3.2.1 Indicações breves acerca da origem da temática das cidades médias	49
3.2.2 Algumas contribuições dos estudos Latinos	52
3.2.3 Apontamentos sobre estudos de cidades médias no Brasil	61
3.2.3.1 Os principais autores mineiros	73
3.3 Espaço interno e morfologia urbana	77
3.3.1 Morfologia urbana no contexto internacional	78
3.3.2 Estudo de morfologia urbana no Brasil	83
3.3.3 Conceitos básicos de sítio e tecido urbanos	86
3.3.3.1 Modelo morfológico funcional	89
3.3.3.2 Considerações sobre a relação entre a cidade média, as redes urbanas e a morfologia	95
4 A CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL DE JANAÚBA/MG	97
4.1 Norte de Minas: a formação histórica	100
4.1.1 Direções principais da história recente	105
4.2 A urbanização no Norte de Minas segundo diferentes autores	109
4.2.1 A urbanização no Norte de Minas segundo autores regionais	118
4.3 A microrregião de Janaúba/MG	125
4.3.1 Os municípios da microrregião: visão geral	130
4.4 Município de Janaúba/MG: considerações sobre sua paisagem	133
4.4.1 Aspectos importantes da formação histórica	137
4.4.1.1 Direções principais da história recente	140
5 CIDADE DE JANAÚBA/MG: SITUAÇÃO E RELAÇÕES REGIONAIS	145
5.1 Posição de Janaúba/MG na rede urbana segundo diferentes autores	145
5.2 As relações externas da cidade de Janaúba/MG	150
5.3 As relações regionais	154
5.3.1 O espaço de relações muito intensas	159
5.3.2 O espaço de relações intensas	163

5.3.3 O espaço de relações regulares.....	167
5.4 Cidade de Janaúba/MG e a rede da fruticultura irrigada.....	170
6 MORFOLOGIA DA CIDADE DE JANAÚBA/MG.....	177
6.1 O sítio urbano da cidade.....	177
6.2 Análise do tecido urbano de Janaúba/MG.....	190
6.2.1 O centro da cidade.....	197
6.2.2 Zona pericentral.....	203
6.2.3 Zona Periférica.....	211
6.2.3.1 Zona Periférica Contínua.....	211
6.2.3.2 Zona Periférica Descontínua.....	213
6.2.4 Periurbana.....	214
6.2.5 Considerações sobre a morfologia da cidade de Janaúba/MG.....	219
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS.....	224

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a temática cidade média é muito discutida por estudiosos/pesquisadores da Geografia urbana e de áreas afins. A necessidade de se interromper os fluxos migratórios na direção das grandes cidades e metrópoles, a busca de maior eficiência para alguns ramos produtivos e a necessidade de multiplicação de postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional foram os principais motivos que fortaleceram a importância dos estudos sobre as cidades médias.

A pesquisa sobre a cidade média tem mostrado, entre outros aspectos, que:

- a) foram até então, e desde a década de 1970, as grandes responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional; e
- b) apresentam, ante os centros urbanos de menor porte, condições (vantagens locacionais) para sediar aqueles ramos produtivos com “tendência à interiorização” (no sentido de estarem se retirando dos grandes centros urbanos). (AMORIM FILHO, 2005, p. 26-27).

Essa tema é um dos principais na compreensão no processo de expansão urbana, em especial nas áreas do interior, como a região do Norte de Minas, que vivem afastadas geograficamente dos grandes centros urbanos nacionais. Essas regiões do território nacional, mais recentemente, se modernizam e, ao mesmo tempo, experimentam um início de densificação de seu sistema urbano, composto por cidades médias e pequenas.

O papel da cidade média no contexto da região do Norte de Minas foi analisado por França e Soares (2006), Hermano (2006), Souza (2008) e, especialmente, por autores da Geografia urbana regional, como Pereira (2007) e França (2012). Pensar o espaço regional leva à compreensão da dinâmica, das funções e dos fluxos que definem o significado da cidade em seu contexto. Todos esses processos e características acabam por se projetar na morfologia e nas paisagens urbanas, levando a novas configurações.

Assim, este trabalho teve como objetivo principal analisar a cidade de Janaúba/MG visando compreender seu papel regional e sua estrutura-morfológico funcional. Como objetivos específicos, apresentar a evolução da rede urbana regional, evidenciar as diferentes relações da cidade com esse espaço, entender seu posicionamento nessa rede e identificar, na sua morfologia interna, as principais

estruturas, funções e paisagens que sustentam esse posicionamento. A hipótese da pesquisa é que Janaúba/MG pode ser considerada uma cidade média.

Não se trata apenas da definição da importância econômica da cidade ou de suas funções urbanas: por meio dessa questão, intentamos também discutir como essa cidade se relaciona com outras cidades e com as áreas rurais circunvizinhas. O trabalho busca evidenciar a articulação da escala intraurbana às múltiplas escalas interurbanas (regional, nacional e internacional). É uma tentativa de compreensão do papel regional da cidade, buscando identificar seu espaço de relações e sua estrutura morfológico funcional. Muitos autores têm destacado tal relevância, entre eles, Sposito (2001, p. 641), ao afirmar que o estudo urbano de um local “possibilita a compreensão da sobreposição de fluxos que se combinam e se sobrepõem, gerando múltiplas configurações espaciais”.

A relevância da pesquisa resulta de alguns motivos: existem poucos estudos sobre cidades médias na região Norte de Minas, e a cidade Janaúba/MG, por exercer significativo papel de intermediação regional, tanto em relação à sua microrregião quanto aos grandes centros, merece uma análise mais pormenorizada. Outra questão importante é o fato de esta pesquisa compor uma importante linha de estudos sobre cidades médias mineiras já amplamente analisadas, em especial por Amorim Filho e Soares (que serão detalhadamente apresentados neste trabalho). Por fim, destaca-se o quanto o trabalho pode ser conveniente para a administração e o planejamento urbanos locais. Em um contexto de grande transformação, a cidade de Janaúba/MG, que outrora era um simples povoado, atualmente, fortalece-se como centro urbano emergente em seu contexto regional. O conhecimento empírico de aspectos da dinâmica regional e a insuficiência de pesquisas sobre a cidade e a região constituem os principais motivadores da realização deste trabalho. Para tanto, alguns questionamentos serviram de base na dinâmica de produção de conhecimento sobre o tema. Questões relevantes veem à baila: como esta cidade se posiciona em sua rede regional? Quais tipos de organização e estrutura interna ela possui? Qual ou quais fatores estratégicos interferem na sua urbanização? Quais tipos de redes estruturam sua organização ?

Em sua estruturação, o texto é organizado da seguinte forma: proposição metodológica, embasamento teórico e análise do objeto de pesquisa. Tal ordenamento visa demonstrar as tendências do processo de urbanização de forma macro e microrregional, destacando as singularidades da cidade .

O capítulo dois demonstra o caminho metodológico da pesquisa. Nele, busca-se detalhar as opções teóricas, a forma de organização do referencial bibliográfico, as técnicas empreendidas na coleta de dados, as adequações analíticas realizadas em função do objeto de pesquisa e todas as demais ações executadas no estudo. Esse capítulo descreve as etapas do processo de investigação.

O capítulo três aborda a revisão teórica sobre os conceitos de redes urbanas, cidade média e temas centrais da morfologia urbana. O objetivo é uma revisão bibliográfica que mostra parte da literatura internacional, nacional e regional, com vistas a desenvolver a base teórica da tese. É mister destacar que, nessa seção, não há a pretensão de se apresentar o estado da arte completo desses temas, já que o objetivo central é o estudo local.

O capítulo quatro destaca o contexto regional em que a cidade de Janaúba/MG está inserida. As escalas escolhidas foram a região Norte de Minas, a microrregião de Janaúba e o município objeto de estudo. A seção procura compreender o papel que a cidade desempenha em cada contexto, com o intuito de contribuir com a análise da rede urbana regional, em especial no período recente. Entre os principais autores consultados, encontram-se Rodrigues *et al.* (2005), Pereira (2007), França (2012) e Pereira e Ferreira (2014).

O capítulo quinto aborda o papel da cidade na rede urbana, analisando os níveis de suas interações externas. O estudo busca refletir sobre o espaço de relações da cidade, estabelecendo seu alcance geográfico e sua tipologia. Evidencia a relação da cidade tema com outras de mesmo, menor ou maior porte. A discussão tem como foco destacar o alcance das funcionalidades urbanas na região.

No capítulo sexto, o tema central é a análise da organização da cidade de Janaúba/MG, tratando-se de aspectos da configuração interna, por meio da análise do sítio e do tecido urbano. Em específico, este tecido é abordado segundo o modelo morfológico-funcional de Amorim Filho (2005), que identifica as funções de cada área da cidade. As considerações finais são um conjunto de reflexões que sintetizam o conjunto da obra e que chamam a atenção para suas constatações e contribuições mais fundamentais.

2 BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Esta seção tem o intuito de apresentar em que bases metodológicas a pesquisa se estruturou, indicando seus procedimentos, a orientação teórica e as diferentes técnicas utilizadas, ou seja, apresenta sua sistematização.

Para a realização da pesquisa, optou-se pelo método hipotético dedutivo. Dedutivo, pois admite-se como hipótese que Janaúba/MG é uma cidade média, no Norte de Minas Gerais, com significativa influência regional. Essa leitura está estruturada na proposta teórica de Amorim Filho (1976), que identifica e classifica esse tipo de cidade sob dois grandes conjuntos analíticos: os relacionados a suas interações externas e aqueles relacionados com a sua estrutura interna e organização morfológica. Segundo o autor, essa avaliação deve ser realizada em etapas.

Essas etapas apresentam uma sequência em que se observa um encaminhamento de classificações gerais, para classificações baseadas em aspectos do espaço regional e, finalmente, para aquelas em que os elementos da análise são as características do próprio espaço urbano. (AMORIM FILHO, 1976, p. 10).

Essa metodologia indica uma sequência analítica em que as funções e os ordenamentos urbanos são qualificados. Nessa proposta, os elementos analíticos das cidades médias se referem primeiramente ao seu enquadramento a determinados tipos de relações extrarregionais. Estas se referem à interação da cidade com elementos de longa distância.

Amorim Filho (1976) destaca que o estudo do movimento de ônibus, de correspondências e de hóspedes de hotéis (entre outros fluxos) permite a identificação dos principais centros extrarregionais com os quais a cidade mantém relações mais intensas. Segundo essa abordagem o fluxos de saída é verificado pelo movimento dos ônibus e dos táxis.

A próxima etapa da proposta de Amorim Filho (1976) prevê a delimitação dos sistemas espaciais de relações externas, indicando instrumentos analíticos cuja matriz de relações externas ganha destaque.

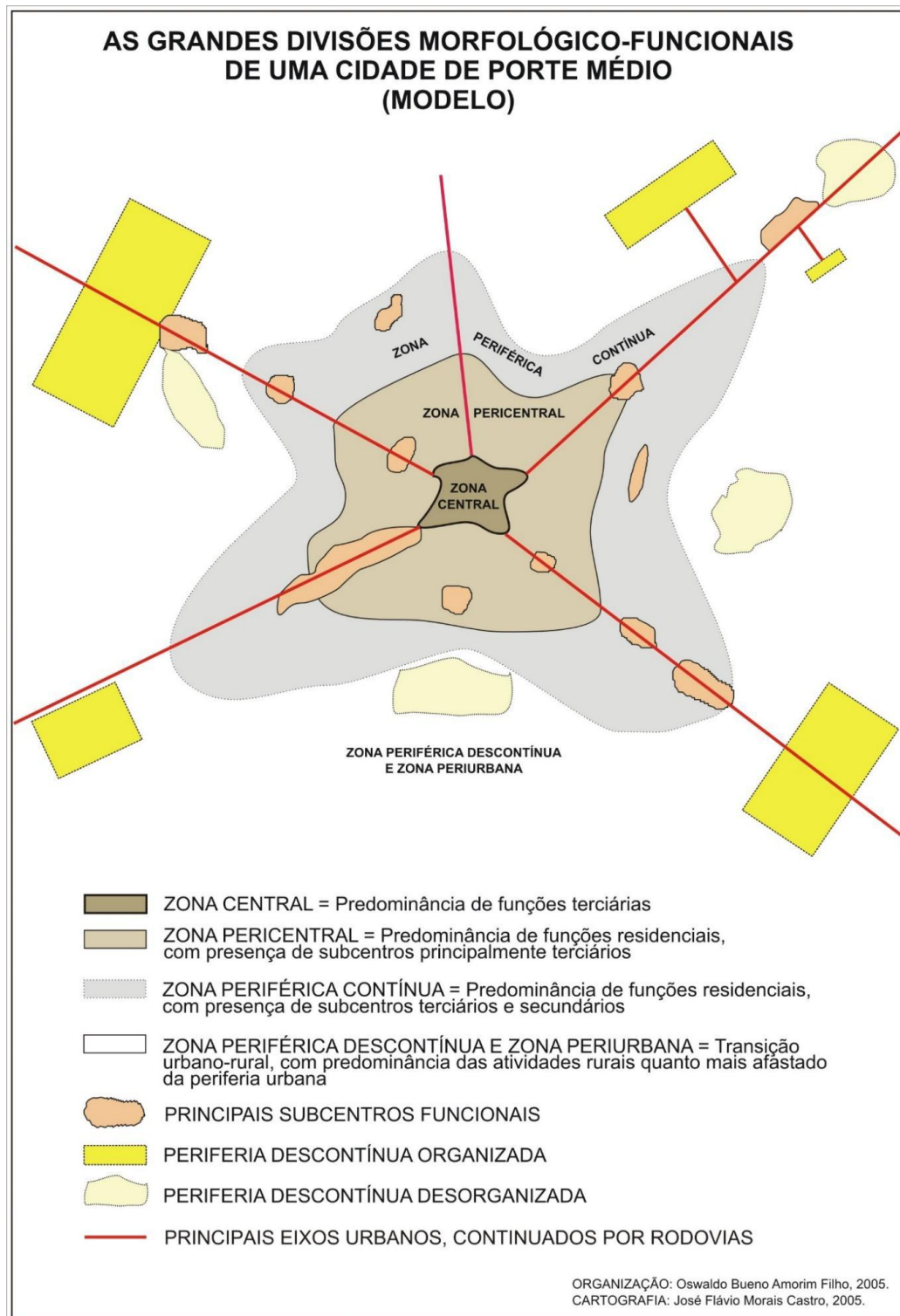
Na matriz de relações externas são relacionados os equipamentos de atuação extra-local de cada cidade e o espaço por ele servido, do mesmo modo que certos tipos de fluxo, considerados a partir das mesmas cidades e o espaço em que são mais intensos. (AMORIM FILHO, 1976, p. 11).

Segundo o autor, na análise dos tipos, da evolução e da área de ação dos equipamentos de relações externas instalados, observados por meio da matriz, é possível se aprofundar ainda mais no conhecimento da estrutura do relacionamento regional da cidade. O último estágio da proposta de Amorim Filho (1976) pauta-se no zoneamento morfológico funcional do espaço interno da cidade. Essa perspectiva trata da organização dos espaços urbano e intraurbano da cidade média, identificando suas funções e relações com as suas áreas de influência.

A estrutura morfológica interna da cidade média deve apresentar um centro já relativamente complexo, um número variável de sub-centros e uma periferia que evolui muito mais através de “saltos”, resultando numa estrutura poli-nuclear. (AMORIM FILHO, 1976, p. 8).

Na identificação e na análise das zonas urbanas, evidenciam-se componentes básicos desses centros. A figura um mostra os elementos morfológicos do modelo aprimorado por Amorim Filho em 2005.

Figura 1: Modelo morfológico funcional da cidade média



Fonte: Amorim Filho (2005).

O modelo é descrito por Amorim Filho (2005, p. 61) da seguinte forma:

- Zona Central: Centro principal bem definido funcionalmente (forte presença de equipamentos “raros”, de alcance regional); diferenciação funcional interna; paisagem e morfologia típicas (construções em altura; maior densidade de construções; forte movimento de veículos e de pessoas, animação); função residencial superada pelas funções terciárias; centro com polarização pelo menos microrregional, podendo alcançar o nível regional de polarização;
- Zona Pericentral: Extensa espacialmente; função residencial predominante; presença de subcentros especializados ou polifuncionais (estes últimos pequenos), ao longo dos eixos, de praças e de entroncamentos; diferenciação morfológica e paisagística em função de diferenças sócio-econômicas; presença de equipamentos especiais como hospitais, universidades, casernas, estações rodoviárias e ferroviárias, etc.;
- Zona Periférica: De dois tipos: contínua (como prolongamento da zona pericentral) e descontínua, ou polinuclear, formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (desorganizadas e, em certas regiões, verdadeiras favelas); presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio e serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados; extensão proporcional ao nível hierárquico e tamanho da cidade;
- Zona Periurbana: Presença de uma zona de transição urbano rural mais ou menos extensa, e que se confunde, nas imediações da cidade, com a periferia polinuclear e descontínua; presença de alguns equipamentos terciários pontuais; aumento das casas de campo, de clubes campestres e hotéis-fazenda; diminuição das fazendas e aumento das pequenas propriedades com produtos para a cidade média. (AMORIM FILHO, 2005, p. 61).

A delimitação e a qualificação das zonas da cidade identificam sua estrutura atual, além de permitirem elaborar reflexões sobre seu processo de formação. Em conjunto, as etapas de pesquisa viabilizam a identificação de uma cidade média. Tendo como principal base teórica a proposta analítica de Amorim Filho (1976, 2005), além de outras importantes contribuições, a análise desta pesquisa parte da escala regional mais ampla para a específica, que é a cidade de Janaúba/MG.

A revisão bibliográfica possui como temas centrais: a rede, a cidade média e a morfologia urbana (sítio e tecido). Devido à diversidade e ao grande número de publicações que esses assuntos apresentam, a tarefa de revisão completa de seu estado da arte torna-se quase impossível. Dessa forma, a análise do imenso conjunto foge do objetivo principal deste trabalho, e essa condição gerou a necessidade de se propor uma seleção que evidenciasse os aspectos mais importantes que contribuem de forma fundamental para este estudo de caso.

Os elementos selecionados sobre as redes urbanas, apresenta-se a evolução desse conceito nas perspectivas internacional e nacional. Em se tratando de cidades médias são: origem e evolução dos estudos sobre das cidades médias, nos

contextos da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais. Na morfologia, discutiu-se sua definição, sítio e tecidos urbanos, enfatizando-se a adoção dos modelos morfológicos. Todo o conjunto conceitual é apresentado com vistas a destacar o desenvolvimento cronológico da discussão teórica.

Na contextualização regional de Janaúba/MG, com foco na perspectiva urbana, aborda-se o Norte de Minas, a microrregião e o município. Além da revisão bibliográfica de estudos sobre o Norte de Minas e de suas regiões a partir de autores nacionais e regionais. As principais fontes documentais da análise regional foram instituições públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação João Pinheiro (FJP), dentre outros

Na abordagem histórica do município, pesquisou-se na biblioteca pública municipal, onde foram encontrados alguns estudos que, apesar de serem documentos sobre o assunto, são caracterizados como iniciais e, por vezes, muito superficiais; entre eles, estão: Santos *et al.* (1999); Silva (2000); Viana (2005). A principal obra é a de Pires (1979), e todos os trabalhos estão baseados nesse livro. Pode-se afirmar que não há acervo documental sobre a história local, mas que as pesquisas mostraram alguns indícios de como era a antiga paisagem de Janaúba/MG.

Os dados de migração intermunicipal intraestaduais foram obtidos junto ao IBGE, nos Censos Demográficos Brasileiros de 1991, 2000 e 2010, os quais foram extraídos com o uso do software SPSS 17.0. Vale destacar que foram considerados os migrantes de data fixa, ou seja, aqueles que há cinco anos atrás residiam em outro município que não naquele onde foi recenseado.

Para a identificação das relações externas de Janaúba/MG, foram considerados os fluxos de transporte, a matriz de relações externas da cidade e o fluxo da produção da bananicultura.

Os fluxos intermunicipais de ônibus de entrada e saída foram considerados como o proposto por Amorim Filho (1978). Mas, dada a realidade local e regional, foram também considerados os fluxos do transporte alternativo, feito pelos táxis informais, mesmo sendo considerados ilegais; afinal, esses táxis atuam de forma intensa na região. Outra particularidade da região quanto ao transporte é a existência do grupo em rede social “Caronas facebook” (<https://www.facebook.com/groups/336440486442171>), em que os proprietários de

veículos particulares “dão carona” a passageiros com destino comum. Esse movimento ocorre por meio das redes sociais: as pessoas agendam, de forma independente, o preço e o itinerário para viagens domésticas. No entanto, embora muito utilizado, esse transporte é de difícil mensuração, por isso, optou-se por apenas citá-lo na pesquisa, dada sua reconhecida importância.

Na elaboração da matriz de relações externas da cidade, considera-se que sua sede urbana possui um número expressivo de empresas públicas e privadas de alcance microrregional. Desse amplo conjunto, foram selecionados 38 equipamentos mais expressivos de modalidades distintas (serviços e comércios voltados para a zona rural; serviços financeiros; serviços educacionais e de assistência médica; serviços públicos; serviços ligados à infraestrutura regional; comércio e comunicação). Do universo considerado, foram excluídos os equipamentos industriais cujo alcance raramente é apenas regional.

Os equipamentos de comércio e serviço foram aglutinados em grupos de natureza semelhante. A quantidade de equipamentos selecionados não representa o universo total das empresas locais, contudo, os equipamentos escolhidos são significativos do ponto de vista das relações que geram, em especial para os municípios relacionados à área de estudo.

Para a elaboração da classificação da intensidade da relação da cidade com seu espaço regional, foram determinados quatro níveis, sendo seus limites estabelecidos a partir do número de equipamentos. Foram eles:

- i) nível muito intenso: municípios que se utilizam de 35 tipos de equipamentos da cidade de Janaúba/MG;
- ii) nível intenso: municípios que se utilizam de 20 a 32 equipamentos;
- iii) nível regular: aqueles na faixa de 5 a 10 equipamentos;
- iv) irregular: municípios que utilizam abaixo de 4 equipamentos ou menos.

No momento inicial da investigação de campo, estavam incluídos apenas os municípios da microrregião e os mais próximos geograficamente; contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, viu-se a necessidade da inclusão de novos municípios, em especial de alguns localizados no estado da Bahia. É importante destacar que, na análise do espaço das relações da cidade Janaúba/MG, o rural é considerado como espaço de relação da cidade, por se tratar de uma realidade típica ao Norte de Minas. Vale salientar que Amorim Filho (1976, p. 13) também considerou a relevância do espaço rural para as cidades médias, afirmando que “a

cidade média mantém-se acessível aos rurais de um determinado espaço geográfico, ao mesmo tempo em que já é (ou pode ser) dotada dos equipamentos necessários a modernização rural”.

A análise dos municípios no espaço de relações externas da cidade foi pautada pelos dados coletados no IBGE. A partir desse conjunto de informações, elaboraram-se gráficos e tabelas que demonstram as principais características socioeconômicas. Especificamente no gráfico 5, referente à taxa de crescimento da cidade de Jaíba/MG e de Janaúba/MG, seguiu-se a fórmula proposta por Cerqueira e Givisies (2000), estudiosos da Demografia, sendo que N_i corresponde ao número de indivíduos no início do período considerado, N_f representa o número de indivíduos no final do período considerado, e t é o período considerado:

$$\text{Taxa de crescimento da população} = ((N_f - N_i) / N_i) / t$$

Para estimar o fluxo da comercialização da bananicultura, foram utilizados dados cedidos pela gerente executiva da Associação de Bananicultores do Norte de Minas (ABANORTE), que monitora a produção e a comercialização microrregional. Foram analisados os fluxos comerciais dos anos de 2009 e 2015; em seguida, a realização do cálculo da média simples. Após essas etapas, elaborou-se um mapa representativo do fluxo analisado.

Para a compreensão do espaço interno da cidade, analisaram-se os seguintes elementos da morfologia: sítio, tecido e funcionalidade. Esta última pautada no modelo morfológico já descrito nesta seção.

O conceito de sítio urbano adotado considera a base estrutural na qual se insere as relações urbanas. São considerados aspectos da paisagem que podem ser parcialmente imutáveis, mas que, por outro lado, em especial a partir da intensificação e do adensamento humano, se transformam. O sítio urbano de Janaúba/MG foi identificado a partir da análise dos documentos (relatórios de secretarias como as de Educação e de Obras) obtidos junto à Prefeitura Municipal de Janaúba (PMJ), e também pela pesquisa de campo, para a identificação, nessa paisagem, de elementos como a hidrografia, a geomorfologia e a vegetação.

No que se refere ao tecido urbano, infere-se que é formado pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações, assim como pelos espaços livres. O tecido de cidade é dado por

edificações, ruas, quadras e lotes, parques, praças e monumentos, nos seus mais variados arranjos, nos espaços vagos e na forma da organização da cidade.

Para a delimitação do tecido urbano da cidade em foco, parte-se de informações coletadas na PMJ, em especial as leis municipais nº1744, de 2007, e nº 2104, de 2015, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal. Destaca-se que foi disponibilizado pela PMJ um conjunto de arquivos no formato Word relativo aos bairros da cidade, entretanto, o conteúdo estava totalmente desorganizado, sem referências e fontes, além de textos repetidos, assim, foram desprezados. Na determinação da evolução temporal do tecido, utilizou-se como base analítica a contextualização histórica desenvolvida na seção 4.4.1 desta tese, que identificou a sequência de implantação dos principais equipamentos públicos, em especial as vias.

As zonas urbanas da cidade de Janaúba/MG são definidas segundo o modelo de Amorim Filho (2005). Para sua identificação, foram utilizados como técnicas o trabalho de campo e o registro fotográfico. Esse levantamento permitiu uma classificação pautada na leitura da paisagem urbana, e teve como propósito identificar, nos diferentes locais da cidade, as características típicas de cada zona. Não é uma delimitação precisa, possui certo grau de subjetividade, mas indica a feição geral da cidade e suas repartições.

É importante ressaltar que o processo de urbanização da cidade apresenta características típicas de áreas periféricas do nordeste do Brasil. Saneamento básico, pavimentação de qualidade e efetivo planejamento ainda são realidades distantes. Soma-se a esse fator a forte relação da cidade com o rural, tipicamente identificada em todas as análises realizadas neste estudo. Dessa forma, em Janaúba/MG, não se identificam padrões das áreas centrais, a aplicação do modelo morfológico de cidades médias pautada na contextualização regional, que permite a aproximação entre o conceito e a realidade analisada.

Em função da presença de determinado “padrão” de paisagem em cada zona, o registro fotográfico é amostral. O trabalho icnográfico identifica nas paisagens urbanas modalidades de uso e de ocupação do solo, e as feições mais recorrentes foram: comercial, residencial, área verde, terreno vago e áreas com presença dos equipamentos públicos. Para a representação de cada item nas figuras, adotou-se a simbologia apresentada no quadro um.

Quadro1: Itens avaliados na paisagem urbana de Janaúba/MG

	Comercial
	Residencial
	Área verde
	Terreno vago
	Equipamento público

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a elaboração dos mapas, foram adquiridas as bases cartográficas (limites municipais, sedes dos municípios, rodovias federais e estaduais e ferrovia) nos sítios do IBGE e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Além desses dados geoespaciais, a rede de drenagens (hidrografia) foi adquirida no banco de informações da Agência Nacional das Águas (ANA). De posse dos dados, realizou-se o recorte espacial da área de estudo e foi feito o geoprocessamento das informações adquiridas por meio de pesquisa direta/documental (número de viagens de táxi, viagens de ônibus para Belo Horizonte, Montes Claros etc.).

Utilizou-se imagem de satélite da série Landsat 8 (*Land Remote Sensing Satellite*), de 11/06/2015, distribuída pelo United States Geological Survey (USGS). Essa imagem foi útil na elaboração do mapa de localização das áreas urbanas de Janaúba/MG e de Nova Porteirinha/MG, indicando a conurbação desses dois entes federativos, bem como a variação espacial de bananicultura em Janaúba/MG.

A base cartográfica municipal, em escala espacial mais ampla (área urbana com arruamento e delimitação dos bairros), foi adquirida junto à PMJ. Nessa base, foram sobrepostos os limites do zoneamento urbano, os polígonos das áreas alagáveis e o sistema hídrico urbano e dos vazios urbanos. Além destes, foram ainda elaborados sobre a base cartográfica os mapas de Zoneamento Morfológico – Funcional e Evolução do Tecido Urbano.

A elaboração dos mapas de escala mais ampla (área urbana) foi subsidiada por trabalhos de campo, nos quais foi possível observar com maior detalhe as feições urbanas em destaque (áreas alagáveis e vazios urbanos).

A apropriação de imagens do aplicativo Google Earth™ pró (disponibilizadas pela Digital Globe, 2012) foi útil na delimitação da área urbanizada de Janaúba/MG e de Nova Porteirinha, em 2013. Por meio dessa imagens, traça-se, com precisão, a

linha férrea sobre a mancha urbana de Janaúba/MG. Todavia, o mapa que representa a ferrovia está sobreposto ao limite da mancha urbana proposto pelo IBGE (2010) e adaptado para este trabalho. Os perfis topográficos também foram elaborados a partir de ferramentas disponíveis no aplicativo Google Earth™ pró.

Todos os produtos cartográficos foram elaborados por meio da plataforma do aplicativo ArcGIS™ 9.3., o qual possibilitou melhor apresentação na preparação dos layouts.

3 A IMPORTÂNCIA DAS REDES

As redes não são um fenômeno novo. Historicamente, são reconhecidas na trajetória sócio espacial do homem, fazendo parte da dinâmica do processo de interação homem-território. A forma elementar das redes se organizarem é pela presença de certo número de pontos referenciais e pela junção desses pontos por meio de fluxos. Veja o exemplo das linhas comerciais existentes entre povos bem antigos, como o complexo comércio romano por toda a Europa, e, mais anterior ainda, as linhas marítimas praticadas pelos navegantes chineses, entre outros. Por fazerem parte da história da sociedade, as redes se transformaram, ao longo do tempo, em sua forma e função, adquirindo novas estruturas e objetivos.

Dias (2005) afirma que um dos trabalhos pioneiros sobre as redes foi o de Saint-Simon (1825). Sua pesquisa se orientava na linha de um socialismo planificador que defendia a atuação maciça e intensa do Estado em todos os setores da organização social, com o intuito de promover a igualdade social, defendendo a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Essa organização necessitaria de redes de pesquisa, de produção e de distribuição altamente interligadas.

De acordo com Dias (2005), outra pesquisa relevante foi a de Christaller (1933) que, em sua teoria das localidades centrais, trata de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam como lugares de distribuição de bens e serviços.

Para Dias (2005), na Geografia, ciência em que as redes se apresentam como tema clássico e bastante difundido, o termo vai aparecer com destaque no trabalho do francês Jean Labasse (1955), mostrando, em sua tese, que, na França, depois da febre ferroviária, instalou-se uma febre bancária, ambas conduzidas pelos mesmos meios sociais. Na Geografia brasileira, o autor ressalta a investigação de Monbeig (1952), intitulada “Regiões ou redes”, tese que abordava os pioneiros e plantadores de São Paulo. As redes urbanas e a análise das relações entre as cidades serão apresentadas nos tópicos que se seguem.

3.1 Estudo da rede urbana no contexto internacional

Batten (1995) analisa a região de Randstad, na Holanda, um dos maiores aglomerados urbanos da Europa, definindo-a como o maior exemplo de uma rede do tipo network cities. Em função de políticas de descentralização, Amsterdam se destaca pela função política, administrativa e residencial de alto padrão, enquanto Roterdan foi fortalecida em sua função industrial, produtiva, promovendo um espraimento em nível de tamanho e de densidade populacional. Além dessas, outras cidades compõem a rede de cidades holandesa, sendo alguns exemplos: Den Hagg, Delft e Haarlen. Segundo esse autor, nessa rede, notavam-se interações distintas: complementares e/ou especializadas, o que promoveria o crescimento mais homogêneo dos elementos da rede na região.

De acordo com Baten (1995), a partir do avanço da economia em direção à mundialização, as relações que as cidades estabelecem não são apenas hierarquizadas, mas também de complementariedade e de sobreposição.

The various nodes of a network city combine to form a unique yet flexible exchange environment. Na economist might view a network city as heterogeneous product competing in a marketplace where imperfect competition is the prevailing mechanism. Their unique polycentric structure and flexibility of function breed monopolistic advantages. Network cities exploit some of the opportunities arising from the diseconomies of urban scale in its monocentric form. They may be distinguished from central places cities in both spatial and functional terms. (BATTEN, 1995, p. 319).

Baten (1995) aponta que essa abordagem está relacionada à economia monopolista, estruturada na centralização e na diferenciação dos lugares, por sua importância relativa na região. No estudo desse autor, o network cities é uma abordagem mais ampla que pode contemplar realidades diversas daquelas previstas pela teoria de Cristaller.

A atuação em rede não é uma opção de determinados governos ou sistemas econômicos. Na realidade, o sistema interligado é uma imposição da economia mundial informacional moderna, como postula Castells (1999), autor da obra clássica “A sociedade em rede”. As trajetórias firmes de integração na economia global, com suas regras homogêneas, ampliam a rede e as possibilidades de criação de redes de contatos para seus membros, ao mesmo tempo, aumentando o custo de ficar fora da rede. “Essa lógica auto-ampliável, induzida e imposta por governos e

instituições internacionais, acabou unindo segmentos dinâmicos da maioria dos países do mundo numa economia global e aberta” (CASTELLS, 1999, p. 183). O autor argumenta que é por meio da rede urbana e da crescente teia de comunicações a ela vinculada que distantes regiões puderam ser articuladas ao sistema. Desse modo, pode-se afirmar que as redes urbanas possuem características próprias que as diferem de outros fenômenos da sociedade.

Martinez (2000) analisa a constituição das redes urbanas da Alemanha, ressaltando o quanto o fortalecimento urbano se relaciona à expansão econômica e à melhoria do país. Todavia, as marcas do processo de reunificação ainda são nitidamente verificadas, em especial na redes urbanas. O objetivo central da pesquisa foi compreender a organização territorial da Alemanha por meio das redes urbanas. Na pesquisa, Martinez (2000) destaca o quanto o termo rede tem sido explorado, adquirindo vários significados, desde a tradição de Christaller até o surgimento de novas leituras. Metodologicamente, o autor propõe a abordagem da rede urbana da Alemanha a partir da base teórica da teoria de sistemas.

Observar el comportamiento y la dinámica de las ciudades podemos comprobar cómo de ellas se deriva una serie continua de flujos que trascienden ampliamente los límites urbanos, no contentándose en sus alcances respectivos. La mutua interdependencia y continua relación existente entre la red de ciudades, atendiendo a ese carácter dinámico, es lo que ha dado pie a hablar de «subsistemas y sistemas urbanos». Eso se hace con la intención de aplicar el comportamiento de la «teoría de sistemas» al funcionamiento territorial. (MARTINEZ, 2000, p. 117).

O autor supracitado observa que o sistema urbano da Alemanha é extremamente complexo e diversificado em suas peculiaridades, e cada região apresenta seu dinamismo próprio. A pesquisa destaca que é visível o aumento da capacidade competitiva que as cidades alemãs adquiriram nos últimos anos, levando à formação de uma complexa rede produtiva e informacional composta por sistemas e subsistemas. Entretanto, os desníveis territoriais ainda são nitidamente presenciados.

Trullén e Boix (2000) desenvolveram um estudo acerca do sistemas de cidades da região de Barcelona, na Espanha. Nessa pesquisa, os autores enfatizam que o conceito de rede urbana passou por uma mudança no período de 1980, modificando a visão monocentrista, para a policentrista. Segundo os pesquisadores, os trabalhos de Pred, em 1970, e de Dematteis, em 1990, indicam a possibilidade de

existência de novos padrões de articulação na rede urbana, destacando que “los sistemas urbanos estén evolucionado desde estructuras verticales (jerarquías), hacia estructuras policêntricas y horizontales, a las que denominan redes de ciudades” (TRULLÉN ; BOIX, 2000, p. 2).

Os pesquisadores Trullén e Boix (2000) apontam para o surgimento de um novo paradigma nos estudos das redes urbanas, no qual se mantém presente a estrutura hierárquica, mas com possibilidade de novas relações, como a sinergia e a complementariedade. Os autores apresentam (quadro dois) uma classificação dos tipos de redes, segundo sua externalidade e sua articulação na rede.

Quadro 2: Tipos de redes

Segundo la naturaleza de la externalidad de red	
Redes de complementariedad	Se dan entre centros especializados y complementarios, interconectados a través de interdependencias de mercado, de manera que la división de funciones entre estos nodos asegura un área de mercado suficientemente grande para cada centro y posibilita que se alcancen economías de escala y de aglomeración.
Redes de sinergia	Se dan entre centros con una orientación productiva similar, que cooperan entre ellos de forma no programada. En este tipo de centros el concepto clave es que la sinergia se obtiene de la cooperación, y por tanto, las externalidades las provee la misma red.
Redes de innovación	Pueden considerarse como un caso específico de las anteriores, en la medida en que son un tipo de redes de sinergia. En este caso, la cooperación es programada, con el objetivo de alcanzar la masa suficiente como para abordar un proyecto o para obtener una externalidad que lo haga más rentable.
Segundo al tipo de articulación de estructura urbana	
Redes jerárquicas	Las relaciones entre los nodos de la red son asimétricas, y el sistema es de tipo "real", es decir, comporta contigüidad espacial entre las partes y predeterminación de las relaciones espaciales posibles entre los nodos del sistema. Económicamente, se trata de un sistema territorial en equilibrio.
Redes policêntricas	Las relaciones de intercambio entre nodos pueden basarse en la complementariedad o en la sinergia, aunque no tienen por qué ser simétricas (de igualdad), sino que pueden ser fuertemente asimétricas, incluso de dominancia-dependencia.
Redes equipotenciales	Las relaciones de intercambio entre nodos pueden basarse en la complementariedad o en la sinergia, aunque no tienen por qué ser simétricas (de igualdad), sino que pueden ser fuertemente asimétricas, incluso de dominancia-dependencia.

Fonte: (TRULLÉN; BOIX, 2000, p. 4-5).

Essa classificação aponta para a existência de seis tipos de redes, classificadas segundo a externalidade e o tipo de articulação, e podem ser reais ou hipotéticas. Trullén e Boix (2000) concluem que a rede de cidades que compõe o sistema urbano de Barcelona é composto de sete redes de sinergia e complementariedade que se dão principalmente entre os municípios médios e pequenos. Segundo esses autores, o policentrismo é fruto de uma dinâmica espacial endógena que promove a extensão da metropolização no entorno da região já urbanizada.

Barrios (2001) desenvolveu um estudo sobre a região metropolitana de Caracas, na Venezuela, analisando o processo de metropolização e a instituição das redes que estruturam o processo de produção, de circulação de produtos e da população. Segundo essa autora, nos países da América Latina, a expansão urbana ocorre muitas vezes à revelia do poder público, gerando problemas que estão presentes não apenas em Caracas, mas também em diversas capitais. Nesse contexto, seria necessário que o Estado venezuelano promovesse uma gestão urbana metropolitana que englobasse as cidades e suas relações.

Para essa autora, as grandes transformações territoriais são ocasionadas pela nova economia informacional e interferem na distribuição das funções dentro da rede urbana, variando o alcance espacial, segundo o estágio da industrialização. Essa perspectiva destaca a profunda relação da rede com a dinâmica econômica, “dinámica con obvias y profundas implicaciones económicas, sociales y políticas dada la decidida tendencia a la concentración urbana que muestra la población mundial.” (BARRIOS, 2001, p. 61).

Boix (2004) destaca que as economias externas não se derivam apenas da concentração espacial da atividade econômica, mas também da interação entre as unidades urbanas, tanto no espaço quanto no território, ou seja, as economias e as estruturas nacionais são afetadas pelas redes. “Si no tiene en cuenta la existencia de economías de red, las análisis de los factores del crecimiento urbano puede resultar sesgados e inducir a conclusiones erróneas” (BOIX, 2004, p. 25).

O autor ressalta o fato de serem consideradas apenas as questões endógenas na composição e na estruturação das redes, em especial dos países em desenvolvimento. Enfatiza que o desempenho desses sistemas está atrelado a condições externas que, por vezes, o influenciam de forma determinante, extrapolando o poder local. A rede é um instrumento para o exercício do poder, mas

o poder encontra-se nos atores que a produzem e que a controlam. Nesse caso, a concepção de rede também não pode ser dissociada da concepção de poder. Rede, sociedade e território são indissociáveis.

Ruiz (2005) desenvolveu um estudo comparado entre as redes urbanas do Brasil e dos Estados Unidos, partindo da premissa de que as redes de países desenvolvidos são mais equilibradas do que as dos países em desenvolvimento. Para elaborar tal comparação, utilizou-se do método de distribuição de “Zipf”, que é um recurso estatístico que relaciona tamanho e densidade populacional de uma dada rede urbana. O autor não apresenta uma revisão do conceito de rede, adotando, no caso brasileiro, a delimitação desenvolvida pelo IBGE, e, no caso norte-americano, órgão censitário equivalente.

A questão de destaque observada na pesquisa é que, ao comparar as estruturas das redes de cidades do Brasil e dos Estados Unidos, foi observado o papel desempenhado pelas cidades médias.

As redes urbanas brasileiras são menos polarizadas que outras similares à brasileira, em que há uma predominância dos maiores centros urbanos sobre as cidades médias e pequenas. A fragilidade das cidades médias produz distorções nas distribuições de cidades e rompem (*sic*) uma esperada relação log-linear entre tamanho e ranking das cidades. Esta característica é ainda mais aparente nos estados e regiões brasileiras. De modo geral, todas as estruturas urbanas estaduais e regionais apresentam “desequilíbrios” similares que refletem uma polarização acentuada combinada com uma ausência de cidades médias. Esta destacada fragilidade das cidades médias brasileiras já foi observada em outros estudos. Por exemplo, Andrade e Serra (1998 e 1999) e Pereira e Lemos (2003) anunciam, de forma variada, a ainda delicada posição das cidades médias nas estruturas urbanas brasileiras. (RUIZ, 2005, p. 728).

De acordo Ruiz (2005), com exceção de Belo Horizonte e de Porto Alegre, todas as grandes cidades brasileiras estão superdimensionadas, enquanto as cidades médias se apresentam subdimensionadas. O trabalho é relevante por apontar as potencialidades e as fragilidades de redes urbanas em contextos diferenciados.

Meijers (2005) publicou diversos trabalhos sobre o tema rede urbana, buscando apontar a importância desses sistemas no desenvolvimento das diferentes regiões. Segundo esse pesquisador, as redes urbanas são definidas de diversas maneiras no contexto dos países desenvolvidos, em especial nos planos governamentais. Chamando a atenção para o conceito de rede policêntrica, Meijers

(2006, p. 1) publicou um artigo em que discute a importância do fator complementariedade na estruturação da rede urbana policêntrica. Esse estudo enfatiza o papel da não competição entre as cidades na sua definição, na metodologia de análise, e o seu benefício para a sociedade. O autor observou uma diversidade de nomenclaturas que orientam o planejamento do sistema regional de cidades “in planning and urban and regional development policies in a wide variety of European countries including”. O quadro três apresenta essas nomenclaturas.

Quadro 3: Designações das redes urbanas nos diferentes países

País	Designações das redes urbanas
Belgium	Urban networks
Denmark	Polycentric National Centres
Estonia	Urban networks
France	Réseaux des Villes
Germany	Städtenetze some of the Metropolregionen
Greece	Twin poles
Italy	Reti di città
Ireland	Llinked gateways
Lithuania	Metropolis Vilnius-Kaunas
The Netherlands	Urban networks
Poland	Puopols
Switzerland	Vernetzte Städtssystem

Fonte: (MEIJERS,2006, p. 1).

Para Meijers (2006), as diferentes designações não significam distintas abordagens sobre redes, já que a visão complexa de rede se refere a uma ampla análise sobre as relações entre as cidades e, na maioria dessas concepções, o sistema de cidades é associado apenas à economia de escala. De acordo com o autor citado, a rede urbana pode ser classificada segundo sua funcionalidade, integrada ao conjunto das funções econômicas e das interações econômicas espaciais.

Segundo Meijers (2006), desenvolver um modelo urbano em rede, na perspectiva do policentrismo, não é tarefa fácil e exige mudança no padrão de organização econômica, política e social. Nesse sentido, a complementariedade significaria um estágio posterior da rede urbana, cuja hierarquia perde relevância. “Developing complementarity is a complex affair is because it involves a wide variety of actors, often not within the realm of public administration, with different agenda’s and not committed to planning objectives as enhancing complementarity.” (MEIJERS, 2006, p. 5).

Oort, Burger e Raspe (2009) elaboram uma análise de Randstad, que foi considerada por muitos como uma região que exemplificaria um tipo de rede urbana mais equilibrado, baseado no policentrismo. Segundo esses pesquisadores, o sistema de cidades gera impacto na morfologia urbana, destacando que, teoricamente, uma rede urbana pode ser reconhecida por sua integração funcional e pela relativa desconexão entre o tamanho e a função. Nessa abordagem, a complementariedade é de fundamental importância para a formação das redes urbanas policêntricas.

The inter-urban scale corresponds to flows between different urban regions. Usually, urban systems are blended in terms of intra- and inter-urban relations, in which intra-urban relations refer to relations in which the own core and periphery districts are involved, and inter-urban relations refer to relations between core and peripheral districts in different urban regions. (OORT; BURGER; RASPE, 2009, p. 6).

Os autores supracitados reconheceram a importância dos geógrafos na análise das redes urbanas, já que o foco das discussões contemporâneas sobre as redes tem se debruçado na percepção das mudanças intraurbanas, em função das suas relações interurbanas. Oort, Burger e Raspe (2009, p. 10) destacaram que “the focus of the contemporary debate on changing urban systems has increasingly shifted from the intra-urban scale to the inter-urban scale”.

Outros autores, como Storper, Marrewijk e Oort (2012), discutem a relação entre o crescimento populacional urbano, as transformações nesse sistema, em função do avanço econômico, e o papel das políticas públicas. O foco principal do trabalho é analisar a relação das transformações sociais no espaço urbano, este sendo compreendido como sistema em rede, e observado sob a perspectiva da dinâmica urbana.

Urban dynamics are not just a social science problem; they are where economic development processes, hit the ground and generate many challenges for public and private actors and individuals. The urban pattern of population and incomes leads to demands for changing infrastructure, schooling, public services, culture, architecture, housing. Urban dynamics are not just an expression of the economy, however; they also contribute to the trajectory of economic, social, and technological development by fostering interaction, innovation, segregation, mixing, and a host of other complex socio-economic dynamics. This circularity is extremely complex, made even more so by the relatively long time horizons under which it unfolds. (STORPER; MARREWIJK; OORT, 2012, p. 5).

Na afirmativa, destaca-se a intensa relação do desenvolvimento urbano com o dinamismo econômico e social que, necessariamente, interagem em uma rede complexa de relações culturais, sociais e econômicas, promovendo complexa circulação. Esse conjunto de interações deve ser compreendido na dimensão espacial e histórica. Os autores alertam para a necessidade da participação dos vários setores da sociedade, como os cientistas e os governantes, entre outros, já que, em diversas situações, esse intenso processo de mudança socioespacial tem gerado o empobrecimento, a exclusão e uma série de discriminações sobre a população urbana cada vez mais crescente. A análise da rede urbana desses autores enfatiza a crítica à estrutura social.

Burger, Meijers e Oort (2014) publicaram um artigo sobre as novas tendências dos estudos das redes urbanas. Nesse texto, utilizam a terminologia sistema de cidades, ao invés de redes, em função de sua herança teórica. Iniciam sua argumentação apontando as duas grandes linhas clássicas do estudo das redes urbanas: a teoria das localidades centrais, visão pioneira, cristalleriana e monocêntrica, e a teoria dos sistemas urbanos, pautada na teoria dos sistemas e no policentrismo. Este último é, segundo esses autores, a percepção adequada à nova economia globalizada: “polycentric city and urban networks have become catchphrases, with polycentric development policies introduced to support territorial cohesion as well as higher levels of urban and regional competitiveness.” (BURGER; MEIJERS; OORT, 2014, p. 1923).

Nesse artigo, apontam para as principais tendências dos estudos das redes ou, mais precisamente, dos sistemas urbanos. Destacam que, no futuro, a questão da performance da cidade na região deve ser compreendida de forma mais profunda. Diversos fatos têm se tornado relevantes; entre eles, o mais importante é a relação entre as cidades, prevalecendo sobre a dinâmica competitiva.

The future research should focus on the conditions under which polycentric city is instrumental to regional performance by relating differences in economic performance between polycentric urban systems to other characteristics of those systems. Of particular interest is whether typical agglomeration diseconomies, such as congestion, crime, social segregation and high land prices, are less pervasive in more polycentric regions. (BURGER; MEIJERS; OORT, 2014, p. 1925).

A partir da base analítica do sistemas de cidades, é possível identificar o papel da cidade em seu contexto regional, levando-se em consideração as novas

características da economia informacional. No interior desse sistema urbano, econômico e social, ocorre também o fenômeno da deseconomia, que provoca sérios problemas sociais, como a criminalidade e a segregação, levando a discussão desse tema para uma abordagem mais crítica.

A pesquisa bibliográfica realizada indica que todos os autores pesquisados foram unânimes ao reconhecerem que a estrutura em rede é a forma de organização do sistema urbano globalizado, mas também que há diferentes tipos de redes, diferentes no que se refere à forma e/ou às escalas de relação entre seus elementos. A investigação de Batten (1995) foi uma das mais expressivamente citadas, considerada referência básica sobre o tema. Na atualidade, o conceito de rede urbana pode ser substituído pelo de sistema de cidade, na medida em que inclui novas formas de relações, como a complementariedade, a exclusão e a competitividade.

Algumas proposições singulares merecem destaque, como a de Castells (1999), um dos autores mais conhecidos da literatura internacional, ampliando o conceito de rede para diversas áreas das relações sociais modernas, ou seja, muito além das redes urbanas. Outra é a de Martinez (2000), que enfatizou em sua pesquisa o quanto as redes urbanas alemãs são marcadas pelo desenvolvimento produtivo, de um lado, e pela desigualdade, de outro. Essa interpretação contribui de forma relevante para a nossa pesquisa, já que uma característica marcante do sistema urbano brasileiro e de suas redes é a desigualdade e o desequilíbrio.

Barrios (2001) ressaltou como as redes urbanas do contexto latino-americano são, muitas vezes, formadas à revelia do poder público, fato que gera consequências sociais, às vezes, indesejadas. Meijers (2006) destacou a diversidade da terminologia das redes urbanas no contexto europeu. Burger, Meijers e Oort (2014) apontam a competitividade como elemento constituinte das relações das redes urbanas modernas.

Sobre a relação entre redes urbanas e cidades médias, aponta-se a pesquisa comparativa de Ruiz (2005), cujos resultados comprovaram como a presença das cidades médias indicam o equilíbrio e o dinamismo de uma rede. Oort, Burger e Raspe (2009) evidenciam a importância da relação entre a escala intraurbana e a interurbana. Esse trabalho contribui sobremaneira para esta investigação, enfatizando que o espaço interno da cidade representa suas funções regionais. No

tópico a seguir, apresenta-se a revisão de literatura sobre redes urbanas no contexto nacional.

3.1.2 Rede urbana e estudos no Brasil

Correa (1967) publicou um artigo na Revista Brasileira de Geografia intitulado “Os estudos de redes urbanas no Brasil”. Neste, buscou apontar o estado da arte dessa linha de pesquisa naquele período, apresentando os principais autores e suas análises sobre o tema. A argumentação desse artigo propõe que a cidade e sua área de influência não são duas entidades independentes que concordam mutuamente em estabelecerem trocas; ao contrário, são elementos integrantes de um quadro regional.

As redes urbanas correspondem a diferentes níveis de desenvolvimento das diversas partes do país. Para a industrialização nacional é fator que pode desencadear a estruturação funcional do espaço e a própria integração nacional. Assim, ao lado da inexistência de um rede urbana na Amazônia, encontramos uma rede mal estruturada em Salvador, além da rede de São Paulo, onde se distingue a estrutura funcional mais evoluída. (CORREA, 1967, p. 96).

O autor destaca que as relações entre cidades é um processo que não ocorre com a mesma intensidade, nem do mesmo modo, em todos os lugares. Sobre a composição das redes urbanas no Brasil, enfatiza a dinâmica socioeconômica como base de diferentes tipos de estruturas urbanas, possuindo, assim, uma diversidade de redes em seu território.

Na perspectiva de quadro urbano muito diversificado, tem-se, a título de exemplo, o estudo de Leloup (1970), “Les villes du Minas Gerais”, que hierarquizou as cidades de Minas Gerais; para tanto, esquematizou a rede urbana e as regiões mineiras polarizadas pelas metrópoles Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Metodologicamente, Leloup atribuiu ainda determinado peso aos diferentes equipamentos (bens e serviços) oferecidos pelos centros urbanos, buscando estabelecer uma hierarquia de cidades constituída pelos seguintes níveis: grandes centros regionais, centros regionais, centros intermediários ou sub-regionais e centros locais.

Além do estado de Minas Gérias, identificam-se diversas redes no contexto do Brasil. Para Correa (1994), existem três condições básicas de existência dessa estrutura no cenário urbano nacional:

- a) É preciso que haja uma economia de mercado, com uma produção que é negociada por outra que não é reproduzida local ou regionalmente, tendo como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho.
- b) Verificação de pontos fixos no território onde os negócios acima são realizados, produzindo uma característica de polarização.
- c) É preciso que haja articulação entre os pontos. (CORREA, 1994, p. 67).

Essas premissas se referem ao fato de que a rede deve retratar toda a infraestrutura que possa transmitir o transporte de matéria, de energia ou de informação e que se inscreve sobre um território. Caracteriza-se pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação, possuindo ligações e clivagens. Segundo Correa (1994), essa orientação é fortalecida pela espacialização territorial, que tem como fundamento a interdependência, caracterizada pela divisão do trabalho, ou, mais precisamente, da divisão territorial do trabalho.

A divisão territorial é a primeira premissa da rede, porque é um fato essencial. Intensificada a partir da modernização, a rede hoje prioriza o lucro e a especialização dos mercados, gerando a necessidade de pontos específicos, com localização estratégica e funções próprias. Daí os pontos serem, para Correa (1994), a segunda premissa. Esses são justificados pela especialização produtiva; por meio da divisão do trabalho e da dinamização de algumas potencialidades socioterritoriais, só poderiam ser complementados por meio da troca contínua, que é justamente o lugar da reprodução do capital, ratificando a articulação entre eles.

Rochefort (1998) afirmou que a questão da hierarquia de cidades poderia corresponder a um esquema bem rígido e geométrico de localização das cidades no interior de uma rede urbana. O desenvolvimento desta não ocorre de forma racional e lógica, ocorre espontaneamente, com evolução resultante de circunstâncias diversas, de ordem histórica, econômica e técnica (ROCHEFORT, 1998).

Não foi ainda elaborado um modelo de desenvolvimento harmonioso de rede urbana regional; além do mais, a diversidade das regiões francesas e de suas necessidades não permitiu uma aplicação empírica de um modelo. Dessa forma, para esse autor, as redes estão organizadas de forma individual e específica, de

acordo com a região na qual se inserem, e são compostas por diferentes tipos de cidades.

Têm-se três níveis de cidades:

- Nível superior: corresponde às cidades onde se tem universidades e onde os equipamentos são aptos a servir (*sic*) uma população de aproximadamente 500.000 pessoas no total da região.

- Segundo nível: corresponde às cidades que contam com um equipamento de ensino técnico e fomentam equipamentos para servir (*sic*) cerca de 100.000 pessoas agindo sob um raio de cerca de 40 km, tais cidades têm um papel de reanimação econômica.

- Terceiro nível: englobam os centros com vocação secundária dotados de ensino e equipamentos básicos servindo à uma população entre 40.000 e 70.000 pessoas num raio de aproximadamente 20 km, estes centros podem ser chamados de centros intermediários. (ROCHEFORT, 1998, p. 75).

A proposição indica os diferentes níveis de cidades que formam imbricadas redes urbanas, destacando sua estrutura, sua localização e o papel econômico que cada ponto desempenha no conjunto. Essa abordagem demonstra o posicionamento e a forma de relação de cada elemento no sistema mais amplo, impondo, a qualquer tipo de cidade, a interação com a rede.

Ampliando sua discussão sobre a rede urbana, Correa (2001) ressalta a interdependência entre as cidades que, dentro de uma rede, se fortalece com o desenvolvimento da mesma, ratificando o papel centralizador e periférico de diferentes áreas urbanas e rurais, o que nos leva a concluir seu caráter regional. Quando se aborda a relação entre a cidade e a região, isto é, uma cidade e sua hinterlândia, verificam-se os seguintes fatores, conforme assinalados por Correa (2001, p. 104): “a atração urbana sobre a população regional, a comercialização pela cidade de produtos rurais e a distribuição de bens e serviços”.

O autor também afirma que a interação entre o urbano, o rural e a região é intensa e de diferentes aspectos, colocando-se entre as cidades e o campo, principalmente nas áreas rurais mecanizadas. Isso o levou a concluir que o nível de desenvolvimento regional influencia a tipologia e a dinâmica da rede. Regiões mais modernas e capitalizadas possuem redes mais diversificadas e complexas, que formam a área central. Regiões periféricas, redes mais simples, com número inferior de produtos e serviços.

A rede é, portanto, um resultado direto da dinâmica regional, fruto de um sistema regional e também de um sistema mais amplo, ou seja, o nacional; a rede urbana brasileira possui, assim, diferentes caracterizações. É necessário considerar

a gênese e a dinâmica das redes por meio da análise de diferentes fatores. As condições externas e internas da criação, a apropriação e a circulação do valor excedente, os diferentes agentes sociais que participam do processo, o processo de articulação e de rearticulação intra e inter-regional são elementos fundamentais na análise da rede, pois geram consequências econômicas, sociais e políticas.

Em relação ao papel da cidade média na rede urbana, Amorim Filho e Serra (2001) destacaram a questão da intermediação. As regiões onde as redes existem não são uniformes; existe uma diversidade de redes, na mesma medida da diversidade de cidades médias, entretanto, estas ainda guardam um papel preponderante.

Um aspecto bastante característico das cidades médias e que segue guardando toda a sua importância tem a ver com as conhecidas funções de relação e de intermediação exercidas por elas entre, de um lado, as grandes cidades e, de outro, as pequenas cidades e o meio rural regionais. Assim, hoje como outrora, as cidades médias continuam a ser valorizadas como um fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas de muitos países, principalmente aqueles em que a dissimetria entre as cidades grandes e pequenas é mais forte. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 27) .

Segundo esses autores, num mesmo espaço, podem ocorrer superposições de redes, que incluem redes principais e redes afluentes ou tributárias, com constelações de pontos e traçados de linhas. Mas, o que existe de comum, se forem levados em conta seus aproveitamentos sociais, é o registro da desigualdade no uso, e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação de seu funcionamento.

O funcionamento de uma rede urbana parte da proposição básica de que as cidades não são autossuficientes, não podem produzir toda a quantidade de alimentos para sua população e nem toda a matéria-prima para sua indústria. Sendo dependente, a rede urbana capta seus insumos através de seus pontos de captação, constituídos pelas cidades pequenas, que penetram pela zona rural, e pelas cidade médias, que possuem a capacidade de promover essa intermediação.

Para Singer (2002), a rede urbana obtém os produtos da agricultura e da indústria extrativa, trocando-os pelos produtos da economia urbana: bens industrializados e serviços. Uma grande parte dos produtos é, por sua vez, fornecida às cidades pequenas pelas médias, e estas obtém-na das grandes. Dessa maneira,

“os alimentos e as matérias-primas vão penetrando na rede urbana e se distribuindo ao longo do percurso até alcançar o seu lugar de consumo” (SINGER, 2002, p. 144).

Costa e Ueda (2007) concebem a rede como materialidade técnica imputada ao espaço; cada vez mais, elas se tornam um instrumento eficaz de exercício do poder. Por isso a concepção de poder se torna ainda mais indispensável ao entendimento do conceito de território, uma vez que “é através das relações de poder que a apropriação e controle do espaço se torna efetiva” (COSTA; UEDA, 2007, p. 139-140) .

Para Moura (2009), de modo geral, a importância das conexões da rede urbana é enfatizada na análise que resgata a premissa de que, em qualquer que seja o desenho urbano, essa relação está presente em morfologias urbanas complexas ou singulares. Segundo as reflexões da autora, o melhor conceito a ser aplicado nos estudos das interações entre as cidades seria o dos arranjos produtivos regionais, que permitem melhor entendimento das dinâmicas econômicas e de suas consequências no espaço.

No período atual, uma das facetas do poder consiste não apenas na produção e na difusão das redes, mas também em desenvolver estratégias para propagar a rede como um elemento indispensável ao desenvolvimento. Fresca (2010, p. 119-120) afirma que “rede urbana e divisão territorial do trabalho constituem um conjunto analítico pelo qual pode-se ter um entendimento do desenvolvimento regional e urbano”. Para essa autora, a divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço, provocada pela expansão do capital. Isso significa que, no conceito de divisão territorial do trabalho, está implícito o conceito de divisão social do trabalho, como formulado por Marx.

Bessa (2012) alerta que, para o entendimento de uma rede urbana, cumpre apreender a coerência, a lógica da estrutura socioespacial, que desempenha importante papel no sentido de tornar compreensíveis as lógicas geratrizes. Essa lógica atua na fase embrionária de uma dada rede urbana, impulsionando um padrão específico de combinação de seus elementos peculiares, determinando-lhe uma identidade singular.

De acordo com essa autora, as lógicas dinamizadoras desarticulam a combinação pretérita e rearticulam uma nova configuração espacial para essa rede, definida por esta ou por aquela recombinação dos mesmos elementos constitutivos que se manifestam de modo integrado num dado contexto espaço temporal. Tal

condição resulta num padrão de rede diferente do anterior, o que leva a estrutura e o seu funcionamento a se transformarem.

Assim, há, nas redes urbanas, uma tendência crescente à complexificação, mormente a partir da diferenciação de seus centros urbanos, que deriva não apenas de sua complexidade genética, mas, principalmente, dos processos desiguais de evolução, quer dizer, da desigual espaço-temporalidade dos processos que sobre eles atuam. As discussões mais atuais sobre rede apontam para uma visão mais abrangente e sistemática onde (*sic*) as aproximações ou distanciamento de determinados modelos perdem importância. Isso porque as bases hodiernas dessa linha de pesquisa assumem que cada rede possui sua história, sua singularidade. Ao mesmo tempo em que guardam características comuns a outras redes regionais. (BESSA, 2012, p. 93).

Para essa autora, a causa dessa particularização é, em grande parte, a diferenciação crescente entre os centros urbanos, resultante da competitividade existente, cujas relações são de caráter hierárquico e divergente. Tal competição é amplamente acirrada pelas estratégias das empresas comerciais e de prestação de serviços que atuam, sobretudo, organizadas em rede. Por outro lado, a interdependência entre as empresas, também incluídos os ramos industrial e agroindustrial, gera uma crescente cooperação entre os centros urbanos, resultando numa situação convergente que, em síntese, privilegia interações complementares e a interdependência funcional.

Catelan (2012) destacou, em sua pesquisa sobre redes e cidades médias, que os fluxos revelam e determinam a fluidez, a porosidade, a centralidade, a concentração espacial e econômica. Para esse autor, as interações espaciais são elementos importantes que, em análise, podem mostrar a complexidade existente nas redes geográficas para além da estrutura rígida dos níveis hierárquicos. Esse conjunto de interações é denominado heterarquia urbana.

As articulações na rede de cidades revelam a heterarquia urbana. Trata-se não somente de denominar aquelas articulações que extrapolam a estruturação hierárquica da rede urbana em que estão envolvidas as cidades médias que estudamos, mas, sobretudo, chamar a atenção, no plano metodológico, a estas articulações que explicam a construção das funções e dos papéis de tais cidades médias na rede urbana em múltiplas escalas. (CATELAN, 2012, p. 56).

Nessa proposição, a rede urbana existe, de fato, no momento em que se dão os fluxos, movimentos que são compreendidos no tempo e no espaço. Esse

processo configura a estruturação e as articulações delas, dando sentido às funções e aos papéis que atribuímos a cada cidade ou conjunto de cidades.

Conte (2013, p. 16) considera a rede urbana como “uma dimensão sócio espacial da sociedade ou como uma estrutura territorial, os processos de criação, apropriação e circulação do capital excedente”. Segundo esse autor, internamente ou externamente, a rede está em constante modificação; isto se dá pelo fato de estar também relacionada à divisão territorial do trabalho que, por sua vez, também sofre mudanças com o passar do tempo.

A rede urbana torna-se uma condição a partir do momento em que os processos de produção, de distribuição, de circulação e de consumo são realizados e/ou articulados entre as cidades de uma rede. A articulação entre essas cidades se dá na mesma proporção em que evoluem os sistemas de transportes, de comunicação e de informação interna e externa, permitindo, em intensidade cada vez maior, a movimentação de pessoas, de bens e serviços, de capital, de ideias, de ordens, dentre outros.

Acerca do papel das cidades médias nas redes urbanas, tem-se a seguinte análise:

A fluidez baseada nas redes técnicas se transforma em um dos suportes da competitividade entre lugares e economias porque é na intercessão da circulação no interior das redes e de seus fluxos formadores que cidades crescem ou estancam. Todo esse movimento, por sua vez, pode fazer surgir uma intensa vida de relações que já não é exclusiva das metrópoles ou grandes cidades, e que pode ser encontrada também nas cidades médias. (MATOS; RAMOS, 2015, p. 80).

A afirmativa ressalta que a rede constitui uma estrutura onde se verifica a criação, a apropriação e a articulação do lucro ou do valor excedente, típicas do sistema capitalista. É resultante de uma gama de relações externas que as cidades possuem em diferentes escalas, e a cidade média possui papel fundamental de interconexão entre os grandes centros e as pequenas cidades e áreas rurais.

Cantarim (2015) elabora uma revisão sobre as bases teóricas dos estudos sobre redes urbanas no Brasil enfatizando, no estudo intitulado “Os vários Paranás”, a diversidade da base teórica existente e produzindo uma diversidade de interpretações sobre a rede urbana desse estado. As principais influências seriam de Christaller (hierarquia e relações verticais) e de Rochefort (fluxos), adotadas como embasamento metodológico, porém, atualmente, há uma tendência de se atualizar

e de se introduzir novas variáveis de análise, como a divisão social do trabalho, a comunicação, os serviços e o uso da internet. O quadro quatro evidencia a evolução dessas influencias teóricas.

Quadro 4: Síntese e características das teorias sobre redes urbanas

PERÍODO	ANO	CARACTERÍSTICA DO PERÍODO	AUTORES	SÍNTESE DA TEORIA
Locacional	1800-1950	Economia baseada mais no local do que no regional/nacional. Transporte como definidor de localização dos produtos e dos serviços.	Cristaller (1933,1966) Weber (1929) Trunen (1966)	Baseada na localização, influenciada pelo mercado e capital, condicionados pelas distâncias.
Explosão urbana	1950-1970	Industrialização, modernização e facilidade de acesso aos transporte. Aumento do número de cidades. Crescimento populacional desenfreado nas metrópoles. Aparecimento de aglomerações urbanas.	Peurroux (1955) Myrdal (1957) Hirshman (1958) Rochefort (1966)	Discussões sobre aglomeração urbana. Análise de fixo e fluxos (transporte, rede eletrônica). Aspectos econômicos e políticos são valorizados.
Internacional	1970-2000	Globalização. Comunicação e informação global de fácil acesso. Influência de culturas e conceitos; trocas intelectuais em todas as áreas do conhecimento. Generalização de serviços, equipamentos e comércio. Alta especialização.	Correa (1989) Camagni (1992) Santos (1994)	Globalização, inclusão dos meios de comunicação e informação. Nova hierarquia com relações urbanas de complementariedade. Especialização e novas funções profissionais. Os globais afetam diretamente o local.
Tecnológica	2000 em diante	Diferentes relações a distância, smartphone, mudança no atendimento de vários serviços, TIC, facilidade de conectividade em nível internacional, redes sociais.	Santos (2001) Rochefort (2002) Sassen (2003) Correia (2006) Oliveira (2008) Lencione (2010) Pupim (2013)	Divisão social do trabalho, reestruturação produtiva. Importância da capacidade de conexão de cada centro. Relações imateriais. Rompimentos de barreiras geográficas e de distâncias.

Fonte: (CANTARIM, 2015, p. 122).

O quadro quatro busca resumir as principais teorias sobre articulações entre cidades, relacionadas à realidade em que foram criadas. Mostra o desenvolvimento do conceito a partir de 1800, evidenciando como a mudança do perfil econômico

interfere na concepção sobre redes urbanas. Segundo Cantarim (2015), de maneira geral, no Brasil, pode-se considerar que, atualmente, os estudos do IBGE norteiam todos os trabalhos vinculados a esse tema, sejam institucionais ou de planos e políticas públicas. “Isso quer dizer que há uma tendência, ou mesmo uma consolidação, de padronizar estudos em nível nacional, mantendo o IBGE como padrão a ser replicado no território nacional” (CANTARIM, 2015, p. 131).

Atualmente, o termo rede é utilizado na caracterização de vários processos sociais, sendo discutido amplamente por diferentes áreas do conhecimento e em diversas modalidades de pesquisa, adquirindo, portanto, múltiplas conotações. Neste trabalho, compreendemos a rede na perspectiva da ocupação territorial via cidades, numa dinâmica onde a cidade média tem papel relevante.

A partir da literatura consultada, é possível inferir que Correa, em seus diversos trabalhos (1967; 1994; 2001), é o pioneiro, orientador expressivo de uma gama de estudos de casos, além de ser uma das referências mais citadas. Todas as pesquisas reafirmaram que existe uma diversidade de redes no Brasil, com nítida presença de desequilíbrio e de desigualdade em sua composição.

Algumas contribuições merecem destaque, como a pesquisa de Leloup (1970) e a de Rochefort (1998), que desenvolveram as primeiras análises sobre redes no estado de Minas Gerais e no Brasil. Além de Singer (2002), que incorporou em sua abordagem de rede urbana a contribuição do espaço rural como fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos processados.

Destacam-se também as contribuições de Santos (2004), com sua proposta evolutiva de rede urbana a partir da divisão do trabalho e da modernização capitalista – essa proposta, nesta tese, é desenvolvida no item 4.2.1 – e de Costa e Ueda (2007), que abordaram a rede urbana do ponto vista dialético, pontuando que esses sistemas são instrumentos de polarização do poder político e econômico.

Moura (2009) elaborou uma crítica contundente sobre a concepção de redes na interpretação do sistema urbano brasileiro, alegando que, devido às condições próprias de formação das relações socioespaciais, o melhor instrumento analítico seria o dos arranjos produtivos, pois o principal fator da relação entre as cidades é o econômico. Bessa (2012) destaca que as redes possuem características comuns e típicas, revelando aspectos únicos, muitas vezes, decorrentes do contexto regional.

Os autores Amorim Filho e Serra (2001), Ruiz (2009) e Matos e Ramos (2015) destacaram que, na compreensão das redes urbanas, as cidades médias possuem

papel de intermediação, e que, quanto mais se identifica a sua presença, maior é o indício de equilíbrio. O papel das cidades médias e suas formas de interação na rede urbana são detalhadamente trabalhados na pesquisa de Catelan (2012), que abordou esse sistema sob o ponto de vista da heterarquia, ou seja, das múltiplas escalas de interação entre as cidades. Já o artigo revisionista de Cantarim (2015) apresenta a evolução das pesquisas sobre redes no Brasil e suas principais influências.

Os estudos sobre redes urbanas analisados neste trabalho, nas escalas internacional e nacional, apontam que, a princípio, as redes eram hierarquizadas, mas que, cada vez mais, as relações entre as cidades têm acontecido de forma horizontal, ou seja, as relações têm sido de complementaridade entre cidades de mesmo nível hierárquico, mostrando amadurecimento das redes. Os estudos nacionais, em sua maioria, enfatizam o caráter regional da rede, destacando a singularidade regional como principal fator de influência nas relações entre as cidades.

Numa rede há diferentes níveis hierárquicos de cidades e é justamente por isso que a rede existe, afinal, são as diferenciações entre os elementos que garantem a existência de uma rede. As relações entre as cidades ocorrem graças à diferenciada oferta de bens e serviços, ou seja, às funções desempenhadas pelas cidades, sendo assim as cidades médias são essenciais a seu funcionamento, principalmente em contextos não metropolitanos. As cidades médias dado seu papel de intermediação destacam-se na rede e nesse sentido, na próxima seção procura-se apresentar de fato quem são as cidades médias.

3.2 Cidade média: reflexões sobre um tema complexo

O relevante conjunto de preocupações com a organização urbana levou a categoria cidades médias a assumir um importante papel nas estratégias políticas de desenvolvimento regional. Para que isto ocorra, as cidades médias são imprescindíveis, como consagra o universo acadêmico por meio de estudos sobre as relações externas e a organização interna das cidades médias. O tema, foco fundamental desta tese, tem sido amplamente tratado por grupos específicos de investigação, associando-o às propostas de planejamento, o que tem gerado

publicações com distintas funções, desde trabalhos científicos até relatórios técnicos. Por sua rica difusão, o tema e o conceito tornam-se complexos.

Na vasta bibliografia disponível, as questões correntemente tratadas são: estrutura econômica, formas de espacialização dos fluxos econômicos e demográficos, transformações de caráter intraurbano, funções regionais e qualidade de vida. Os problemas enfrentados pelas grandes metrópoles potencializam o crescimento dessa categoria de cidade na discussão sobre a rede de localidades dos diferentes países, em especial no Brasil. Dessa forma, esta revisão pretende, por meio da seleção temática, fundamentar os aspectos mais relevantes que norteiam a pesquisa.

3.2.1 Indicações breves acerca da origem da temática das cidades médias

Estudiosos franceses realizaram estudos relacionados às redes urbanas (tipologias e hierarquias) e, a partir daí, chegaram à primeira noção de cidade média, um nível intermediário entre as grandes e pequenas cidades. Nesse contexto, surgiram publicações que abordaram a questão, como o princípio de “Aménagement du Territoire”.

A preocupação com a organização do território assumiu maior amplitude no pós-guerra, momento de reconstrução de toda a Europa. Alvim (1998) destaca que, no caso Francês, existia a necessidade de se organizar a rede urbana frente ao gigantismo e à supremacia de Paris.

Após a II Guerra Mundial, num congresso da União Geográfica Internacional, decide-se criar uma comissão para o estudo do planejamento regional. No início dos anos 50, Gottmann e sua equipe (membros desta comissão), introduzem o princípio do “Aménagement du territoire” e, em 1958, Gravier publica sua famosa obra “Paris e o deserto Francês”. (ALVIM, 1998, p. 6)

A partir daí, muitos estudiosos passaram a buscar formas de descentralizar e de descongestionar o espaço nacional francês. Inicia-se a discussão sobre o conceito e a importância das cidades médias, suas características e singularidades. Certas diferenças aparecem ainda entre as próprias cidades médias; autores como Rochefort (1960) destaca que algumas características lhes são comuns, “como a existência de eixos comerciais, residências das pessoas mais modestas e de classe

média todas exercem influência sobre as aglomerações limítrofes sem que sejam verdadeiras periferias”. (ROCHEFORT, 1960, p. 8).

Segundo esse autor, para a identificação das cidades médias, é preciso considerar a distribuição de seus habitantes no espaço, levando-se em consideração os diferentes níveis sociais, sua estrutura e sua posição na rede urbana. Embora o número de habitantes seja o primeiro fator a ser considerado, pelo menos para uma primeira ideia, deve-se verificar as funções, o raio de atuação (seus bens e serviços) e o “grau de independência” do centro, dentre outros fatores.

Para os autores dessa corrente, uma cidade com um menor número de habitantes, situada numa área pouco densa demograficamente, pode ser média, enquanto uma cidade com maior número de habitantes, localizada numa região de alta densidade, pode ter apenas porte médio, não sendo propriamente uma cidade média.

A cidade média - no sentido amplo do termo - , é um plano de vida, com certas condições de existência, um estilo de vida que não do meio rural (peq.) privados dos equipamentos característicos da vida urbana, mas diferente daquelas grandes aglomerações em que são “impossíveis” os contatos e relações pessoais; a cidade média é uma comunidade de habitantes. Ela se define por todas as suas funções, pelo espaço/lugar que ocupa na rede urbana, entre a metrópole e os pequenos centros urbanos cujo raio é puramente local. (LAJUGIE, 1973, p. 24)

Elementos como população, estrutura interna, dinâmica dos diferentes setores, sítio, situação, entre outros, devem ser reunidos na construção de um sentido mais amplo do papel desempenhado pela cidade média em sua região e na rede urbana que integra. Essa cidade deve dialogar intensamente com seu entorno, revitalizar os centros menores e amparar o espaço rural que os une, estruturando-se sob a orientação de diversos autores.

O quadro cinco aponta os principais autores do movimento “Aménagement du Territoire” e suas proposições.

Quadro 5: Síntese das ideias dos principais autores do “Aménagement du Territoire”

Autor	Principais proposições
Jean Gottmann-1952	O princípio da discussão do “Aménagement du Territoire” não se limita a uma política de assistência, aliás, trata-se de uma busca de um modo não tão caro/custoso e mais humano de se resolver questões como, por exemplo, a do emprego, isto no intuito de trazer contribuições para o crescimento dos Estados. Além de buscar o pleno emprego, ele procura uma utilização ótima do espaço. Nesse sentido, tenta evitar o abandono de determinadas regiões ou, pelo menos, tenta dar acessibilidade a uma região bloqueada.
François Perroux -1960	Polos de crescimento contribuem para a consolidação da ideia de desconcentração espacial, na medida em que mostrou a existência, na economia, de conjuntos relativamente ativos, compostos por indústrias motrizes, polos industriais e atividades geograficamente aglomeradas; e de conjuntos relativamente passivos, constituídos pelas indústrias movidas e pelas regiões dependentes dos polos. Desse modo, ele indicou caminhos para uma disseminação espacial maior do crescimento econômico.
Michel Rochefort -1970	Alerta para a necessidade de se descongestionar e de reverter o espaço, assim como de criar novas aglomerações nos espaços “vazios”. As cidades devem oferecer bens e serviços, desde os mais simples até os mais sofisticados; é justamente a diferenciação dessa oferta no espaço que nos permite fazer uma hierarquia de cidades que, por sua vez, pode constituir uma rede urbana.

Fonte: Alvim (1998).

O quadro, baseado nos estudos de Alvim (1998), resume as principais reflexões que fomentaram o surgimento do contexto teórico em que o conceito de cidade média foi inicialmente construído. Em conjunto, indicam que essa proposição emerge da ideia de que um novo grupo de cidades intermediárias deveria replicar e retransmitir a diversidade de fluxos originados em Paris. Um conjunto de intervenções foi implementado a partir do esforço conjunto de planejadores, de pesquisadores acadêmicos e do poder público francês, com vistas ao desenvolvimento econômico e social. “Tudo isso com o objetivo de desconcentrar e descentralizar a população e as atividades produtivas no território nacional, promovendo uma distribuição espacial mais equilibrada”. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 5).

Costa (2013), ao elaborar uma revisão bibliográfica sobre a temática, identifica alguns fatores que contribuem para o surgimento do termo no contexto europeu, em especial na França:

Com o final da Segunda Grande Guerra, os países devastados foram compelidos a pensar em várias formas de reconstrução, principalmente de suas cidades. Por consciência e solidariedade para com as nações envolvidas, ou ainda por outras necessidades, outros países também tiveram a preocupação de desenvolver formas alternativas e inovadoras para o planejamento urbano. Na Europa Ocidental, e principalmente na

França, desenvolvem-se, então, estudos sobre as redes urbanas e também sobre o planejamento urbano e regional. Em especial, a França apresentava fortes desequilíbrios, com uma primazia excessivamente forte de Paris. Este diagnóstico, somado à existência de uma forte escola de geógrafos, pode ter despertado o interesse pelo grupo de cidades chamadas médias. (COSTA, 2013, p. 22)

Segundo o autor, as frágeis condições socioeconômicas da região, aliadas à presença de uma tradição de estudos urbanos, condicionam a França como o berço dos estudos sobre as cidades médias. Nesse contexto, o “Aménagement du Territoire” (a organização do território) torna-se pauta das discussões acadêmicas e, mesmo, administrativas. Essa abordagem ganhou relevância em outras regiões da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil. No próximo tópico, apresenta-se uma parte das reflexões dos países latinos.

3.2.2 Algumas contribuições dos estudos latinos

A cidade média se fortalece motivando o crescente número de estudos sobre o tema. Para consubstanciar esse aprimoramento, procura-se apresentar uma amostra do grande volume produzido na América Latina. Destaca-se que a produção brasileira será tratada de forma individualizada na seção posterior.

Segundo Alvim (1998), é a partir dos estudos da professora Edelmira González, com um projeto chileno que contemplava, a princípio, as cidades de La Serena, Osorno, Talca e Chillán, que essa temática passa a ser discutida. Os resultados dessas pesquisas sobre cidades médias foram publicados em 1990, quando foi publicada a coleção *Geoespacios a serie Ciudades Intermedias*. “A partir destes trabalhos iniciais, que servem de modelo para novos estudos, foi aberta também a estudiosos de outros países” (ALVIM, 1998, p. 29).

Tais pesquisas abordaram vários elementos característicos de uma cidade média, dentre os quais, destacam-se: suas relações externas, a área de influência, a rede de comunicação e as atividades econômicas. Dessa forma, as cidades médias passaram a ser um tema relevante da análise urbana de diversas regiões latinas, com destaque para sua posição na rede urbana regional.

Ciudades intermedias son aquellas ciudades de tamaño medio, que por su posición y jerarquía , funcionan como centros naturales de verdaderos subsistemas potenciales a escala comarcal. Son las piezas claves del

proceso de subcentralización para no caer en el extremo de la descentralización excesiva. (FRANCINI *et al.*, 1992, p. 8)

Nessa publicação, os autores buscam apontar as principais abordagens das cidades médias pontuando as bases conceituais para o aprimoramento de uma política de reordenamento urbano mais organizado. Além da visão regional, diversas análises pontuais foram produzidas, compondo um escopo amplo acerca dessa tipologia urbana, com alguns exemplos citados a seguir.

Um estudo de caso apresentado foi desenvolvido pelos autores Jordan e Simioni (1998), que procuram estabelecer definições, parâmetros e métodos de planejamento para as cidades médias da América Latina e do Caribe. Nesse trabalho, o termo utilizado é ciudades intermedias, e elabora-se uma avaliação de municípios entre 50 mil e 1 milhão de habitantes nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela – o caso brasileiro foi excluído. No que se refere ao intervalo demográfico adotado e à importância da cidade média, os autores ressaltam os seguintes parâmetros:

Los intentos comparativos de alcance regional que procuran ilustrar la evolución de las ciudades intermedias suelen tomar como criterio común tamaño demográfico de entre 50 mil y 1 millón de habitantes. Es llamativo que sistemáticamente tales estudios muestren que la fracción del sistema de asentamientos humanos, más dinámica en términos demográficos, sea precisamente aquella donde se encuentran las ciudades intermedias. De hecho, es casi un lugar común en la literatura especializada aludir a este mayor crecimiento demográfico de las ciudades intermedias, lo que suele considerarse como un índice relevante de procesos de reversión de la polarización o de una estructuración “más equilibrada” del sistema urbano. (JORDAN; SIMIONI, 1998, p. 58).

Conforme a afirmativa, o fator preponderante dessa tipologia urbana é a sua evolução demográfica, pois a cidade média passa a apresentar um dinamismo, por vezes, superior a outras categorias urbanas. No entanto, Jordan e Simioni (1998, p. 86) afirmam que, na maioria dos casos analisados, no período de 1950 a 1990, foram as cidades metropolitanas que apresentaram crescimento populacional acelerado, mas que, a partir de 1990, foram as cidades intermedias (JORDAN; SIMIONI, 1998).

Ao estudar realidades tão distintas, os autores chamam a atenção para a especificidade da realidade das diferentes cidades médias, pois o contexto de cada

uma é peculiar. Ademais, alegam que o agrupamento dessas cidades em categorias, independentemente do critério utilizado, será insuficiente, em função das diferenças sociais, demográficas, políticas e econômicas de seus contextos regionais e/ou nacionais.

Os resultados foram diversos. Os autores perceberam que no Chile há maior quantidade de cidades médias, ou seja, cidades exercendo funções de destaque; já no caso boliviano, constatou-se a presença de um único centro considerado médio, a cidade de Santa Cruz. Para Jordan e Simioni (1998, p. 60), “los últimos años las ciudades intermedias han sido las localidades más dinámicas dentro de los sistemas urbanos de los países de la región”. Com a pesquisa, concluiu-se que, em função de seu dinamismo, essas cidades receberam um fluxo migratório intenso sem, todavia, estarem preparadas. Isso ocorreu devido à maioria dos governos ter promovido iniciativas para estimular o crescimento dessas cidades, constantemente vistas como áreas isentas de problemas graves, como os que existem nos grandes centros.

A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO, 1998) publicou um estudo sobre a importância da cidade média no contexto da urbanização moderna. A pesquisa é produto de um grupo de estudos internacional, e o termo utilizado foi ciudades intermedias, sendo, estas, definidas com base em quatro parâmetros:

- Son centros servidores de bienes y servicios más o menos especializados para La población del mismo municipio y de otros municipios (asentamientos urbanos y rurales), más o menos cercanos sobre los que ejerce cierta influencia.
- Son centros de interacción social, económica y cultural, El corazón económico de amplias áreas rurales en las ciudades del Tercer Mundo.
- Son asentamientos ligados a redes de infraestructuras que conectan las redes locales, regionales y nacionales e, incluso, algunas, con fácil acceso a las internacionales, como en el caso de las ciudades medias de las periferias metropolitanas. Son nodos que articulan flujos, puntos nodales, de referencia y de acceso a otros niveles de la red.
- Son centros que suelen alojar niveles de La administración de gobierno local, regional y subnacionales a través de los cuales se canalizan las demandas y necesidades de amplias capas de la población. La descentralización administrativa y gubernamental a estos niveles, a estas escalas, lleva consigo una mejor comprensión Del medio sobre El cual desarrollar proyectos y medidas más acordes con la realidad y necesidades del propio medio. (UNESCO, 1998, p. 43-44).

Na pesquisa, destacam-se quatro principais funções das cidades médias: são centros de prestação de serviços especializados; constituem-se em cidades de

fundamental importância para as extensas áreas rurais dos países do terceiro mundo; são pontos de destaque das redes regionais, nacionais ou mesmo internacionais; e, por fim, são sedes administrativas. Por ocuparem um lugar extremamente estratégico para os governos, segundo o estudo da UNESCO, deveriam promover tal modalidade de cidade de forma mais específica, buscando identificar e potencializar suas características especiais.

Além dessas considerações, destacaram-se outros pontos, como a melhor e mais fácil possibilidade de gestão e de governança, a perspectiva da sustentabilidade e, principalmente, o seu caráter centralizador em relação ao contexto regional: “las ciudades medias articulan el territorio y funcionan como centros de referencia para un territorio más o menos inmediato” (UNESCO, 1998, p. 43).

No documento da UNESCO, destaca-se que a cidade média se torna um modelo para o planejamento sustentável, pois apresenta características das cidades de maior porte, como o acesso aos serviços especializados, e dos pequenos centros, como a aproximação social. Nesse sentido, vale ressaltar que, além da importância quantitativa da relação cidade/área, é preciso levar em consideração diversos outros fatores. Nesse documento, a funcionalidade ganhou destaque.

Palma e Tovar (1999) discutiram o tema no contexto mexicano, utilizando, em sua pesquisa, o termo *ciudad media*. O trabalho desenvolve uma crítica sobre a ideia de cidades médias como instrumento de desenvolvimento regional sustentável, já que, em função da estrutura historicamente concentrada da região mexicana, essas não conseguiram difundir e distribuir de forma equilibrada os instrumentos e os equipamentos urbanos para todas as esferas sociais. O texto é muito interessante, pois aponta uma crítica ao conceito de cidade média como emblema de desenvolvimento equilibrado.

La existencia de la ciudad media has sido corta y ha estado delimitada por los cambiantes flujos migratorios, cuya razón de ser se encuentra en una estructura productiva centralizada y, por tanto, concentradora de empleos diversificados, servicios, infraestructuras, equipamientos y población. En México, las políticas de apoyo a las ciudades medias no han tenido éxito; la desconcentración territorial esperada a través de estimular prioritariamente a las ciudades medias y pequeñas para contrarrestar el peso del Distrito Federal, Guadalajara y Monterrey, demostraron su fracaso. (PALMA; TOVAR, 1999, p. 30).

A citação evidencia que, além de tentar controlar o constante crescimento da população, as propostas governamentais levaram ao crescimento econômico acelerado das cidades pequenas e médias. Estas, em algum momento, foram pequenas e passaram a ser médias; já as médias passaram a ser metropolitanas. Segundo os autores, o México tardou em estabelecer um parâmetro adequado para a identificação e a definição de cidade média. Isso demonstrou, por um lado, a falta de critério no julgamento do tamanho ideal; por outro, retratou a limitação referente ao conceito real do que seja bem-estar.

Para além da qualidade de vida, outra temática recorrente se refere ao papel do governo. Palma e Tovar (1999, p. 31) afirmam que o governo deve refletir “si existe la capacidad financiera para que el gasto en servicios, infraestructura, etcétera, crezca paralelamente a la población”. Na pesquisa que analisou a região de Puebla, os autores concluem que muitos municípios considerados médios possuem condições de vida, equiparados à zona rural, e que, na verdade, existe, nessa área, apenas uma cidade que pode ser considerada realmente média, a qual está extremamente pauperizada e carente de infraestrutura. Esse estudo desmistificou a possibilidade de as cidades médias serem vistas como salvaguarda urbana moderna, com cunho apelativo em relação à sustentabilidade ou ao desenvolvimento equilibrado; mostrou que, por vezes, a cidade média pode ser um instrumento da propaganda governamental.

Ayala e Sanches (2006) publicaram um trabalho que destacou o papel da cidade de San Cristobal, estado de Tachíra, na Venezuela, como cidade emergente na reestrutura produtiva difusa instaurada naquele país, por volta dos anos 1990. Segundo os autores, essa cidade média se destaca por sua função político-administrativa, financeira, comercial e de serviços ao seu entorno. Tais funções transformaram seu espaço intraurbano, promovendo uma reorganização interna.

Para esses autores, o aumento da população e das atividades econômicas nas cidades médias não significa a construção de uma distribuição urbano-regional mais equilibrada. O que de fato ocorre é que, “se puede reconocer el aumento de su importancia, cuyas funciones regionales las ubican en una posición privilegiada en comparación las ciudades grandes e pequeñas.” (AYALA ; SANCHES, 2006, p. 81).

Outra realidade sobre as cidades médias foi apresentada por Micheline e Davies (2009), no contexto argentino, utilizando o termo ciudad intermedia. Nesse estudo, os autores identificaram que existem dois critérios principais para a

identificação das cidades médias: o principal e mais problemático é o quantitativo-populacional; o segundo é o critério qualitativo, baseado na sua função de entreposto regional. Para esses estudiosos, mesmo que sua definição não esteja clara, é nítido o papel de destaque que têm adquirido no contexto urbano atual. Afirmam que, nas últimas décadas, “las ciudades intermedias latinoamericanas y, en particular, las argentinas, han mostrado un mayor dinamismo demográfico que otros centros urbanos de mayor y menor jerarquía” (MICHELINI; DAVIES, 2009, p. 6).

Nessa pesquisa, são apontadas como questões mais significativas a serem discutidas nos estudos das cidades médias: o dinamismo e a situação atual em cada contexto regional. Especificamente sobre o contexto argentino, relatam que, nos últimos anos, o Estado tem implementado uma série de políticas territoriais para combater seu caráter macrocefálico e seu profundo caráter regional desigual. Ao analisarem o papel dessas cidades em relação ao desenvolvimento territorial, observaram a seguinte realidade:

La última década ha sido un período de crecimiento de las iniciativas de desarrollo local-endógeno en muchos municipios argentinos y, en particular, en diversas ciudades intermedias. Un proceso que, aunque desigual según los casos, se ha ido abriendo camino tanto en las provincias más prósperas del país como en las regiones periféricas. (MICHELINI; DAVIES, 2009, p.19).

A citação fortalece a premissa do papel das cidades médias no desenvolvimento do país, tanto na área central quanto nas periféricas. A pesquisa também destacou a governança local como fator fundamental para o dinamismo: “la capacidad de financiamiento a los municipios y permita hacer más eficientes las políticas públicas mediante La generación de sinergias entre e sus niveles” (MICHELINI; DAVIES, 2009, p. 20). Todavia, chamam a atenção para a importância da presença do Estado Federativo como facilitador do crescimento, cabendo-lhe assegurar formas de articulação com os diferentes níveis de governança.

Chioino e Troncoso (2010) publicaram um estudo sobre as cidades médias no Chile, no contexto pós-terremoto. Nesse caso, o termo utilizado foi ciudad intermedia. Afirmam os autores que a cidade média é um fato urbano recente no país, e que pode ser definida por quatro características básicas:

En primer lugar, se trata de ciudades que en relación al rango de población del país o región en que se ubican, tienen un tamaño medio. Segundo, La condición de ciudad intermedia está relacionada con el lugar que el centro

urbano ocupa dentro de una región o de un cierto sistema de ciudades y localidades. En tercer lugar, las ciudades intermedias tienden a integrar en su territorio de influencia a los centros poblados aledaños a sus límites político-administrativos, y a conformar con ellos conurbaciones. Finalmente, estas ciudades conservan, en general, una escala amigable con el desarrollo de una buena calidad de vida. (CHIOINO; TRONCOSO, 2010, p. 1).

Quatro pontos importantes podem ser destacados: possuem tamanho populacional médio, exercem papel regional, sua área de influência ultrapassa seus limites político-administrativos e, por vezes, apresentam conturbações. Os autores elucidam que a cidade média tem suscitado a perspectiva de qualidade de vida e de sustentabilidade.

Essa pesquisa enfatizou que, no contexto neoliberal, a possível qualidade sociourbana dessas cidades corresponde a apenas um momento de sua evolução, não sendo fruto de políticas públicas assertivas; tal descaso tem minado a suposta qualidade de vida e “pone en entredicho la opción de plantearse en el largo plazo un proyecto de desarrollo competitivo y sustentable” (CHIOINO; TRONCOSO, 2010, p. 2).

A pesquisa de Chioino e Troncoso (2010) sobre a região chilena de Maule identificou quatro cidades médias, comparando vários índices referentes à qualidade de vida urbana. Foram observados três padrões organizacionais:

1. Padrão de segregação entre as classes sociais e a distribuição de áreas verdes das cidades.

2. Presença de uma trama urbana pautada na desigualdade socioeconômica pela qual determinados níveis de renda se concentram em espaços específicos.

3. Os investimentos públicos e privados aumentaram a desigualdade social.

Os resultados indicam que, em função da precarização do papel do Estado e da sua incapacidade de implementar modelos alternativos de desenvolvimento mais pertinentes aos diferentes contextos regionais, a qualidade sociourbana das cidades médias vem progressivamente caindo (CHIOINO; TRONCOSO, 2010). Para esses autores, uma das principais funções da cidade média no contexto neoliberal é o seu papel de centro de articulação e de coordenação regional, em especial no contexto de crescente descentralização das atividades produtivas.

Outro estudo é o de Pasciaroni (2012), que desenvolveu pesquisas sobre as cidades médias argentinas na província de Buenos Aires, utilizando do termo ciudad intermedia. O ponto mais inovador desse estudo se refere à adoção do termo

“media” ou “intermedia” de forma justificada, ou seja, a denominação intermédia é, para esse autor, mais moderna e atual, referindo-se à influência da globalização no processo de desenvolvimento territorial, com ratificação do papel central na desconcentração produtiva, isto é, intermediária nas relações de produção com o espaço regional.

En los últimos años, desde la literatura científica y las estrategias de ordenamiento territorial, emerge un renovado interés por las denominadas ciudades medias. El protagonismo alcanzado por estas ciudad se encuentra como principal fundamento su potencial capacidad para promover El grandes urbes. De esta manera, su definición no se limita al tamaño poblacional e integra perspectivas que aluden a las funciones que desempeñan en el territorio. Así mismo, los cambios asociados al actual paradigma tecnológico promovieron El surgimiento de una nueva categoría conceptual: la ciudad intermedia. (PASCARONI, 2012, p. 404).

Nesse sentido, as cidades intermediárias são definidas por atributos complementares e mais amplos do que as cidades médias: é a ligação entre a metrópole e a zona rural, com capacidade de geração de informação e de serviços em uma realidade de concentração socioespacial. Baseados em outros estudos, apresentam uma tipologia de cidades médias segundo o papel que desempenham na hierarquia urbana nacional: “ciudad industrial, ciudad acceso o gateway city, ciudad turística, ciudad universitaria, ciudad localizada en la región urbana de una gran ciudad o ciudad capital, y ciudad de servicios” (PASCARONI, 2012, p. 402).

O trabalho focado na região de Buenos Aires demonstrou a presença marcante das cidades intermediárias, mas estas não podem ser definidas única e exclusivamente pelo critério populacional, e sim por sua funcionalidade. Destacam-se as seguintes tendências: “1) la mayor relevancia de las actividades de producción a medida que decrece el tamaño 2) la disminución de la relevancia relativa de la función de intermediación al descender el tamaño urbano” (PASCARONI, 2012, p. 414).

Peretti e Varisco (2015) publicaram um artigo sobre o papel das cidades médias na Província de Entre Rios, Argentina. A pesquisa analisa alterações no sistema urbano, abordadas por meio da operacionalização de conceitos de primazia e de macrocefalia urbana. Leva-se em conta o montante das populações das cidades e a localização geográfica, a fim de se compreender o seu comportamento diferencial.

As pesquisas citadas mostram que há dificuldade na definição do conceito de cidade média, pois o mesmo está submetido a uma contextualização regional que dificulta tal homogeneização. Entretanto, foi possível perceber um conjunto de características marcantes: possui uma faixa populacional relacionada à região em que se insere e possui porte intermediário em relação às capitais metropolitanas e às zonas rurais.

Essas pesquisas apontaram como característica fundamental a funcionalidade territorial, havendo unanimidade no reconhecimento do seu papel descentralizador do desenvolvimento territorial, podendo, muitas vezes, estar relacionada a polos produtivos. Destacou-se também que, pautados em programas públicos de desenvolvimento em toda a América Latina, as cidades médias se transformaram num modelo idealizado de qualidade de vida e de sustentabilidade.

Em todos os estudos de caso analisados, ressaltou-se a importância do Estado como principal agente na dinamização e na formatação urbana desse nível hierárquico de cidades. Em relação à terminologia cidade média ou intermédia, percebeu-se, nesta revisão, que a maioria usa o termo intermédio sem se preocupar em distingui-lo do termo médio, explicitado apenas nas ideias de Jordan e Simioni (1998) e de Pasciaroni (2012).

A análise das pesquisas também indicou que cada autor destaca algum fator especial como elemento analítico das cidades médias. Jordam e Simioni (1998) apontaram que está relacionado ao porte demográfico e ao contexto regional. A questão regional como elemento para subsidiar a identificação da cidade média é ponto fundamental em nossa análise, já que o objeto estudo desta pesquisa apenas pode ser percebido como uma cidade média em sua inserção regional.

A UNESCO (1999) adota a funcionalidade como base de classificação dessas cidades. Palma e Tovar (1999) destacaram como o ideário da cidade média se transforma em fracasso em um sistema urbano concentrado, como no caso do mexicano.

Micheline e Daives (2009) ressaltam a qualidade de vida como instrumento de identificação das cidades médias. Já Pasciaroni (2012) admite uma gama de possibilidades para esse fenômeno, adotando padrão funcionalista diversificado, que inclui cidade média industrial e universitária, entre outras.

Observa-se que, na evolução epistêmica dessa temática, no contexto latino, se parte de critérios quantitativos, em especial o populacional, para abordagens

qualitativas que incluem a função econômica, a administrativa, a exclusão social e a qualidade de vida.

A apresentação de algumas indicações acerca da origem da discussão sobre cidades médias e de certas abordagens desenvolvidas na América Latina foi feita com vistas a contribuir para a compreensão do tema. Em função do objeto de pesquisa, prioriza-se a apresentação dos estudos no contexto brasileiro, não apenas pela configuração geográfica, pelo porte econômico, pela diversidade sociocultural, mas principalmente pelo fato de o Brasil já contar com forte tradição nessa área de investigação. Esta revisão é discutida no próximo subitem.

3.2.3 Apontamentos sobre estudos de cidades médias no Brasil

Amorim Filho foi pioneiro, inaugurando os estudos sobre cidades médias no Brasil; em sua trajetória científica, definiu uma proposta metodológica para a identificação das cidades médias a partir de sua rede de relações e de sua estrutura interna – essas contribuições foram abordadas no capítulo 2 desta tese. “Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias” (1976) e a monografia regional “Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região (1978)” são suas primeiras obras.

Amorim Filho *et al.* (1982) propõem um conjunto de elementos para a definição de cidade média. Os autores apresentam sete critérios gerais que podem ser usados na caracterização das cidades médias:

- 1) capacidade de manter interações, com um nível razoável de intensidade e de qualidade, tanto com cidades maiores quanto menores;
- 2) ter condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural que a envolve;
- 3) apresentar certa autonomia na criação de pelo menos uma parcela de seus equipamentos de relações externas;
- 4) a rede de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de conectividade tais que facilitem as já referidas interações;
- 5) a sua estrutura morfológica interna, em consonância com sua posição no processo de evolução, deve apresentar:
 - a) um centro funcional já estabelecido;
 - b) um número variável de sub-centros, espalhados pelas zonas pericentral e periférica, cujas formas, funções e espaços de relações variam de cidade para cidade, mas que atendem apenas as necessidades de populações locais;
 - c) uma periferia que evolui muito mais através de saltos (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura polinuclear) do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a coroa periférica do tecido urbano;
- 6) por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como tamanho demográfico, estrutura interna e relações externas das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função do nível de

desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais da formação de cada uma dessas regiões; 7) não deve ser confundida necessariamente com a noção de centro de polarização regional ou micro-regional. A coincidência não ocorre sempre. Além disso, as relações da cidade média com seu ambiente nem sempre são relações apenas de dominação, podendo haver, com este ambiente, também relações de complementaridade, estímulo, dinamização e, em certos casos, até dependência. (AMORIM FILHO *et al.*, 1982, p. 7-9).

A definição apresentada é ampla e composta por uma diversidade de critérios estruturais, funcionais e morfológicos, propondo um quadro analítico que pode ser aplicado a diferentes realidades. Segundo essa conceituação, a cidade média estabelece uma relação com o espaço rural a partir do fortalecimento das suas redes, como a infraestrutura e a comunicação, as quais possuem funcionalidade de destaque regional.

Soares (1999, p. 60) afirmou que “devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis”, mencionando os seguintes pontos: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e importância na região e na rede urbana da qual faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida.

As cidades médias são caracterizadas por altas taxas de crescimento, tanto populacional como econômico; por sua geração de empregos, que absorvem números expressivos de força de trabalho; por apresentarem altos índices de qualidade de vida, por sua especialização econômica, particularmente no que diz respeito à diversificação e concentração de atividades comerciais e de serviços; pela existência de redes de transporte, comunicação e informação modernas; enfim, as mesmas são difusoras de inovações e desenvolvimento para as cidades sob sua área de influência. (SOARES, 1998, p. 56-7).

Nesse trabalho, as cidades médias ainda devem ser definidas pelo lugar que ocupam na rede urbana, não apenas no sistema econômico global, mas também em suas relações, feitas nos níveis local e nacional.

Em meados da década de 2000, é criada a Rede de Estudos das Cidades Médias (RECIME), que ainda existe atualmente. Estruturou-se por um conjunto de professores de diversas universidades brasileiras que começaram a desenvolver reflexões e a instituir parcerias, tendo em vista o interesse pelo estudo dos espaços não metropolitanos.

Houve também, nesse contexto, o aumento dos cursos de pós-graduação em Geografia nas universidades não localizadas em regiões metropolitanas, o que

favoreceu ainda mais o desenvolvimento da temática cidade média. A partir desse período, esse tema passou a ser mais intensamente explorado. Costa (2000; 2002) ressaltou em seus trabalhos a importância da cidade média como possibilidade para a sustentabilidade.

Amorim Filho e Serra (2001) afirmam que, no contexto nacional, as cidades médias foram, ao longo do tempo, tomando novos significados, a partir dos diferentes interesses governamentais. Para esses autores, a primeira abordagem brasileira sobre as cidades médias surge no período de 1970, sobre a influência dos estudos franceses. Os autores ressaltam que, nesse contexto, as cidades médias apresentavam as seguintes qualificações:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 9).

Na afirmativa, percebem-se cinco aspectos importantes: a função regional, o tamanho demográfico, o posicionamento migratório, a relação com o rural e a diferenciação do espaço intraurbano. Para Amorim Filho e Serra (2001), hoje, como outrora, as cidades médias continuam a ser valorizadas como um fator de equilíbrio para as redes e para as hierarquias urbanas de muitos países, principalmente daqueles cuja dissimetria entre as cidades grandes e as pequenas é mais forte.

Sposito (2001) destaca que as cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem o elo entre cidades maiores e menores.

Atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais

que têm influência na conformação de um sistema urbano. (SPOSITO, 2001, p. 175).

As cidades médias que compõem a rede urbana se fortalecem à medida que a economia se amplia nas diferentes escalas geográficas. Ao estabelecer múltiplas relações, amplia-se a sua área de influência, desempenhando papel primaz em sua região.

Pereira e Lemos (2003) afirmam que as cidades médias, como método de pesquisa, são condicionadas a dinâmicas macroexternas e possuem certas características peculiares e próprias, destacando-se a função regional, as especializações e os níveis estruturantes. Um fator marcante dessa abordagem é a ênfase dada ao conjunto de fatores e a sua relação com a região.

O estudo das cidades médias deve ser uma combinação de características que, ressalta-se, deve ser contextualizada geograficamente. Isto significa afirmar que na construção de um objeto de estudo qualificado como cidade média é necessário que não se considere isoladamente tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano, mas uma particular combinação. (PEREIRA; LEMOS, 2003, p. 25).

Os autores chamam a atenção para a interação entre os fatores estabelecer relações com os centros urbanos de hierarquia superior e promover a dinâmica de interação dos fluxos regionais. O conceito de cidade média deve ser pensado em sua relação com o seu território, a sua região e a sua estrutura de forma unificada.

Amorim Filho e Rigotti (2002) publicaram um artigo relevante no qual se discute profundamente a importância dos limiares demográficos na classificação das cidades médias. Os autores destacam que é o melhor conhecimento dos limiares demográficos e de outras naturezas, que permitem identificar os centros emergentes mais dinâmicos, a vocação certa para se chegar ao nível das cidades médias.

Deus (2004) chama a atenção para fato de as cidades médias serem um fenômeno que é observado não apenas no contexto demográfico, mas também do ponto de vista da sua funcionalidade. O autor se baseia em estudos relativos ao estado de Goiás para buscar a redefinição de cidade média. Para ele, além do critério demográfico, devem-se somar as características destacadas, a noção de especialização ou diversificação das atividades econômicas, a natureza, a intensidade e a periodicidade das relações espaciais, o papel desempenhado como centro de gestão do território e o arranjo espacial das hinterlândias que comandam.

Deus (2004, p. 87) afirma também que o fator determinante para se estabelecer o conceito de cidade média não é apenas a quantidade populacional, mas também “a importância que suas funções têm sobre a sua sub-região e o seu papel na hierarquia das redes urbanas”. Para esse autor, a cidade média, no contexto brasileiro, deve ser definida da seguinte forma:

O que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida. (DEUS, 2004, p. 90-1).

França e Soares (2006) elaboraram o estudo sobre o papel das cidades médias no contexto de regiões periféricas, como o Norte de Minas Gerais. O foco principal desse estudo foi destacar o papel central que a cidade de Montes Claros exerce na região, além de analisar a sua estruturação intraurbana, o que permitiu classificá-la como cidade média. Nessa pesquisa, reafirmam o papel regional desses núcleos urbanos.

Segundo as autoras, há que se considerar também a localização espacial da cidade média, pois, se ela está isolada em uma determinada região, esse fato pode indicar dificuldade de autonomia e de manutenção de sua posição de cidade média. Além disso, essa cidade pode estar sob a influência direta ou indireta de uma metrópole nacional, de uma metrópole regional, de uma capital estadual, ou ainda se posicionar próxima a uma importante cidade, o que, provavelmente, lhe confere maiores possibilidades de desenvolvimento e de crescimento: “todos esses fatores tornam cada cidade média singular no espaço e no tempo em que se localizam” (FRANÇA; SOARES, 2006, p. 79).

Sposito (2006) organizou um livro sobre o tema, intitulado Cidades médias: produção do espaço urbano regional. Neste, analisa o desenvolvimento do mercado de trabalho formal industrial no estado de São Paulo, destacando o papel das cidades médias como nós de articulação no fluxo de informação, de pessoas e de mercadorias: “Um novo paradigma se instaura nesse território, que é o paradigma do desenvolvimento, que serve para explicar o papel das cidades médias” (SPOSITO, 2006, p. 45).

Amorim Filho *et al.* (2007), que desenvolve sua proposição desde 1980, destacou que uma cidade média pode ser categorizada como capital regional, cidade média de nível superior, cidade média propriamente dita e centros emergentes. Devido a suas características, apresenta uma morfologia que pode ser definida em sub-regiões típicas da função urbana média (centro, subcentros e periferias). Todavia, essas características são altamente influenciadas pelo contexto no qual se inserem.

Uma discussão relevante para o objeto de pesquisa desta tese refere-se à relação campo e cidades médias. Silva *et al.* (2008) destacam que essa abordagem das cidades médias retoma a premissa da relação entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade. Tratam-se de atividades produtivas urbanas que contribuem para as relações entre as cidades e as atividades agropecuárias na região.

Carvalho (2010, p. 60-1) ressaltou que “as cidades médias são o elo entre dois lugares de características antagônicas. É o lócus que apresenta tanto o tempo lento, quanto o tempo rápido”. Ressalte-se seu caráter de intermediação dos pontos distintos e opostos da hierarquia urbana. São como articuladoras das grandes e das pequenas cidades, isto é, apresentam um atributo intermediário na rede urbana (como a velocidade de fluxos) e/ou também exercem um papel regional, dependendo de sua localização. Em seu estudo sobre a cidade de Mogi das Cruzes/SP, ressaltou que a principal característica das cidades médias é o elo entre dois lugares de características diferenciadas. É um tipo de lócus que apresenta tanto o tempo lento quanto o tempo rápido, sendo uma intermediação entre pontos distintos e opostos da hierarquia urbana.

Soares e Melo (2010, p. 235), ao tratarem do futuro das cidades médias no contexto brasileiro, apontam para a expectativa de “que as cidades médias brasileiras se convertam em cidades especializadas, provedoras de suporte de ensino e pesquisa científica às atividades agrícolas”. Reforçando esta interpretação, Whitacker (2010, p.190), analisando a realidade urbana brasileira, afirma que “as cidades médias e pequenas, quanto mais distantes das entidades metropolitanas, mais denotam estreita relação com o campo”.

Sobre a relação entre as cidades médias e o agronegócio, Elias (2013) destaca que, nessas cidades, se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando passam a exercer novas funções e a compor importantes nós e pontos das redes

agroindustriais. A partir dessa condição, fornecem parte da mão de obra, dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas, da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional. Para essa autora, o agronegócio globalizado “desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos.” (ELIAS, 2013, p. 23).

Silva (2013) desenvolve uma refinada revisão bibliográfica sobre cidade média na perspectiva dos autores brasileiros. A pesquisa aponta que, apesar da existência de marcos teóricos metodológicos diferenciados, os pontos de vista teórico-conceituais que não são idênticos também não são completamente divergentes entre si. A autora destaca que a divergência na hora de conceituar cidade média possibilita o debate, ou seja, ao se ver um dado fato, uma dinâmica ou um processo a partir de perspectivas variadas, tal condição enriquece os estudos e as pesquisas sobre cidades médias. A investigação demonstrou que existem dois critérios básicos na conceituação de cidade média:

O primeiro critério identificado por nós é de ordem quantitativa, onde (*sic*) se verificou que o tamanho populacional usado por alguns autores mostra-se insuficiente na atualidade e, por isso, não deve ser utilizado unicamente como base para identificação de uma cidade média. Ele será, apenas, mais uma característica da cidade no estudo de sua inserção na rede urbana. A rigor, é insuficiente a definição das cidades médias apenas por suas características demográficas. O segundo critério identificado é de caráter qualitativo, onde (*sic*) os autores buscam incorporar aspectos de outra natureza na análise das cidades médias como, por exemplo, função que desempenha na rede urbana, importância regional, características socioeconômicas e demográficas da área de influência. (SILVA, 2013, p. 73).

Dito de outra maneira, não existe um conceito rígido e estático sobre cidade média; observa-se, na verdade, pelo menos duas grandes tendências: uma, quantitativa, utilizada, em especial, pelos institutos governamentais, a fim de estabelecer parâmetros estatísticos demográficos; a outra abordagem, bastante ampla, é formada por um grupo muito diversificado que busca particularizar e ampliar o conceito de cidade média. A seguir, apresenta-se o quadro seis, síntese da revisão bibliográfica dessa autora.

Quadro 6: Síntese dos estudos de Silva (2013)

CRITÉRIO	
QUANTITATIVO: “Cidade de porte médio”, índice demográfico.	IBGE 100.000 a 1.000.000 de habitantes
QUALITATIVO: diversidade de fatores	
Um fator de destaque	Soares (1999) Papel na rede local e global
	Fresca (2001) Critério socioeconômico
	Sposito (2006; 2009; 2010) Intermediação da rede urbana
	Castelo Branco (2007) Centralização
Multifatoriais	Santos e Silveira (2001): funcionam como entreposto e fábrica, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno.
	Amorim Filho e Rigotti (2002) Relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve e diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica; centros de crescimento econômico regional.
	Correa (2007) Um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do estudo de Silva (2013).

Na análise de Silva (2013), o enfoque quantitativo é aplicado a grandes classificações, como o nível estadual, e a abordagem qualitativa, fortemente proposta nas análises regionais. Outro aspecto marcante nas pesquisas nacionais foi o fato de, com exceção do IBGE, nenhum autor se ater exclusivamente ao critério demográfico; em todos os casos analisados, o escopo analítico foi composto por pelo menos uma abordagem qualitativa.

Silva (2014) analisou a expansão de sistemas de franquias em cidades médias do interior de São Paulo sublinhando que esses centros urbanos têm se tornado áreas estratégicas de investimento desse tipo de comercialização. Segundo essa pesquisa, é possível afirmar que as franquias localizadas em shoppings centers acabam por se beneficiarem do aspecto locacional que reúne um maior índice de consumidores. O autor afirma que, em relação à crescente implantação desses empreendimentos no interior e em cidades menores, se “manifesta o aspecto

de atratividade destes locais, principalmente pelo poder de consumo que estas cidades estão representando” (SILVA, 2014, p.15).

Sobarzo (2014) destacou que o dinamismo gerado pela agricultura demanda informações, produtos e serviços, impactando sobre a configuração da cidade. As cidades médias, na visão desse autor, promovem a intermediação e “convertem-se no espaço em pólos onde as novas relações vão significar uma interdependência de diversos setores econômicos, fortalecendo-as” (SOBARZO, 2014, p. 5).

Oliveira e Soares (2014) propuseram uma classificação funcional de cidade média, retratada no quadro sete.

Quadro 7: Tipologia para cidades médias

Tipos	Descrição
Centro de serviços	Cidade especializada em oferecer serviços públicos e privados para a população regional.
Centro administrativo	Cidade que abarca as diferentes instituições políticas e administrativas dos níveis estadual e Federal.
Polo econômico	Cidade que desenvolve estratégias nos diferentes níveis (estadual, nacional e internacional) de produção industrial e comercialização em grande escala.
Centro turístico	Cidade que aproveita as potencialidades naturais, o patrimônio histórico e o cultural para promover atividades ligadas ao turismo.
Canal de comunicação	Cidade que utiliza sua localização relativa para servir de espaço de intercâmbio de pessoas, bens e informações.
Centro de fronteira	Cidade que aproveita sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira.
Centro regional	Cidade que concentra o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional.
Centro de drenagem e consumo de renda fundiária	Cidade localizada em área pastoril que apresenta um complexo agroindustrial.
Centro especializado	Cidade que apresenta atividades especializadas que permitem estabelecer relações de longa distância, chegando ao nível internacional.

Fonte: Oliveira e Soares (2014).

A classificação apresenta nove tipos de cidades médias e foi proposta a partir das ideias de autores como Corrêa (2007). Conforma-se como um quadro analítico que elucida as principais funções regionais exercidas por essa modalidade urbana; ressalte-se que, em determinados casos, cidades podem justapor funções, ampliando sua influência.

Diniz (2014) observou a formação de um corredor tecnopolitano a partir das cidades médias, na região sul do estado de Minas Gerais. As cidades analisadas foram Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Pouso Alegre. O autor destaca que, com as pesquisas epistemológicas, com o estudo dos contextos históricos e geográficos da

região e com as constatações obtidas nas observações do trabalho de campo, se verifica a formação de uma rede urbana interligada no contexto da BR-459. Afirma que “pôde-se aprofundar importante conhecimento sobre a realização e a evolução do corredor tecnopolitano da região, considerá-lo perfeitamente adequado às cidades médias” (DINIZ, 2014, p. 207).

As cidades médias se tornaram um objeto de estudo relevante, porquanto interagem com as formas de espacialização de diversos fluxos socioeconômicos, demográficos e simbólico-culturais. O aumento das pesquisas sobre cidades intermediárias e os estudos sobre o processo de desconcentração/descentralização da urbanização no país “expressam o crescente interesse por esse campo temático, embora precisar conceitualmente sobre os significados e a definição de ‘cidade média’ não seja algo trivial” (RALFOS; MATOS, 2015, p. 77).

No ano de 2015, o Brasil sediou o VI Simpósio Internacional sobre cidades médias. Neste evento, registrou-se um número considerável de pesquisas sobre as cidades medias (101 artigos) em seis eixos distintos. Para a comissão organizadora, as reflexões sobre o tema cidade média são contínuas e estão longe de seu esgotamento.

As novas estratégias do desenvolvimento econômico passaram a incluir estas cidades como alternativas locais às escolhas anteriores que recaíam de modo quase exclusivo sobre as metrópoles, ampliando os limites geográficos da expansão capitalista, o que cria oportunidades de acesso ao consumo e à desconcentração de atividades econômicas, mas também produz novos problemas urbanos, o que coloca como premente o debate sobre uma urbanização não planejada e o rompimento dos mitos da qualidade de vidas em cidades médias, tidas como redutos de classe média, pois se constata processos de favelização, segregação espacial, degradação de áreas centrais, congestionamentos, elevação dos preços imobiliários e conseqüente expulsão de populações mais pobres. (SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS CIDADES MÉDIAS, 2015, p. 7).

Por se tratar de uma modalidade urbana altamente difundida em diferentes realidades regionais, a cidade média, hoje, assume caráter multifacetado, de significado polissêmico. Extremamente adaptada às singularidades geográficas, populacionais e até mesmo políticas, essa tipologia urbana se expandiu, e sua abrangência acompanha o fortalecimento do sistema em geral, gerando, assim, contradições que colocam em xeque sua real capacidade de desenvolvimento equilibrado, pilar conceitual fundamental da sua formação original.

Motter e Batella (2015) destacam as transformações que ocorrem nas cidades médias no período atual; dentre essas, verifica-se que um dos fenômenos mais marcantes é o da multiplicação e da diversificação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços. Para esses autores, a descentralização propiciou que cidades de diferentes portes passem por uma redefinição da organização intraurbana, propiciada pela descentralização das atividades terciárias e pela criação de novas centralidades.

Ao analisarem o caso de Chapecó/SC, verificam que esse padrão de mudança foi identificado nessa cidade. Afirmam também “que novas formas de produção de usos dos espaços urbanos revelam-se através de dinâmicas de reestruturação urbana que estão presentes em cidades de diferentes portes” (MOTTER; BATELLA, 2015, p. 624).

A cidade média, por se tratar de uma modalidade urbana altamente difundida em diferentes realidades regionais, como dito antes, assume caráter múltiplo, de significado polissêmico. Extremamente adaptada às singularidades geográficas, populacionais e até mesmo políticas, essas células funcionais urbanas tendem a expandir sua abrangência, e o mimetismo conceitual ratifica sua importância na rede atual.

A pesquisa bibliográfica indicou que, no Brasil, a literatura especializada é vasta e diversificada; são muitos os estudos de casos sobre diferentes aspectos das cidades médias, em distintas realidades. Apenas a título de exemplificação da produção brasileira, citam-se alguns autores e os estados onde foram desenvolvidos esses estudos de casos: Pereira (2004), no Pará; Diniz e Santos (2006), em Roraima; Freitas (2010), na Bahia; Silva (2010), no Paraná; Fujita (2013), em Santa Catarina; Holanda (2013), na Paraíba; Morais (2014), no Tocantins; Motter e Batella (2015), em Santa Catarina, entre muitos outros. O panorama amplo retrata a expansão dos estudos sobre esse tema em todo o país (as pesquisas que se relacionam de forma específica ao estudo de caso desta tese serão tratadas na análise de resultados).

No cenário nacional, destaca-se o pioneirismo de Amorim Filho (1978), que continua desenvolvendo pesquisas sobre o tema. Seus estudos e sua metodologia foram considerados e orientaram a presente pesquisa (Estudo de caso). Em praticamente todas as suas pesquisas, o autor deixou claro o papel de

intermediação que essa categoria de cidade assume no sistema urbano nacional. De forma particular, alguns autores reforçam esse papel.

Soares (1999) e Costa (2000) ressaltaram a importância da cidade média para o desenvolvimento da rede urbana. Amorim Filho e Serra (2001) afirmaram que elas são responsáveis pelo equilíbrio da organização urbana nacional, que possui, historicamente, forte centralização.

Foi instituído um grupo de estudos sobre cidades médias no Brasil, a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), que, desde então, tem permitido a troca de ideias acerca desse nível hierárquico de cidades, essencial à rede urbana, bem como tem desenvolvido estudos comparativos, contribuindo para a compreensão dessas cidades e para o desenvolvimento de metodologias de estudos sobre as mesmas. Integram a RECIME principalmente pesquisadores da área do conhecimento Geografia. Atualmente, soma-se a essa entidade a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (REDBCM), pensada como um mecanismo de integração de pesquisas e de divulgação científica numa perspectiva multi e interdisciplinar, direta e indiretamente ligada à vida dessas cidades e de seus habitantes. Mas, essa última instituição, ao contrário da primeira, preconiza o porte médio, e não, de fato, a cidade média pautada na funcionalidade, como o faz a RECIME.

O trabalho de Sposito (2001) chama a atenção para as diversas escalas de análise das cidades médias, incluindo a internacional. Por outro lado, Deus (2004) chama atenta para as cidades médias no contexto das regiões do interior, adotando os centros emergentes como áreas estratégicas de determinados fluxos comerciais e de gestão do território.

As pesquisas de França e Soares (2006) e de Pereira (2007) contribuem de forma preponderante para o estudo de Janaúba, pois tratam de investigações do sistema urbano do Norte de Minas, composto essencialmente por cidades médias e pequenas.

O trabalho de Silva (2013) é uma revisão detalhada que apresenta a evolução das discussões acerca do tema no Brasil. Já Diniz (2014) observa a formação de um corredor tecnopolitano a partir de cidades médias, apontando para uma rede composta essencialmente por essa modalidade de cidades.

As pesquisas de Silva *et al.* (2008), Whitaker (2010), Elias (2013) e Sobarzo (2014) contribuem de forma fundamental para a análise de nosso objeto de

pesquisa, pois enfatizam a importância das atividades rurais, em especial as especializadas, como fator de fortalecimento e de determinação das cidades médias, em especial nas redes urbanas do interior, como as regiões nordeste e centro-oeste.

As questões mais discutidas no VI Simpósio Internacional sobre cidades médias no ano de 2015, realizado na cidade do Rio de Janeiro, foram: o impacto dos programas habitacionais nas cidades médias, a favelização e a segregação. Muitos trabalhos tiveram uma abordagem mais crítica, apontando o hiato entre realidade e políticas públicas.

Portanto, as pesquisas sobre cidades médias têm expandido antigas discussões, mas também buscado novos horizontes. Ademais, elas permanecem relevantes para a compreensão do fenômeno urbano em diferentes escalas regionais. Nesse sentido, o próximo tópico destaca os principais autores do estado de Minas Gerais.

3.2.3.1 Os principais autores mineiros

Dentre o representativo conjunto dos estudos sobre as cidades médias no contexto nacional, destaca-se a relevância daqueles elaborados por autores do estado de Minas Gerais, especialmente os de Oswaldo Bueno Amorim Filho e Beatriz Ribeiro Soares. É mister apontar que existem pesquisas sobre cidades de Minas Gerais sendo realizadas por pesquisadores residentes em outros estados e, logo, vinculados à instituições que não são mineiras, a exemplo de Batella (2014).

Oswaldo Amorim Filho e Beatriz Ribeiro Soares são considerados importantes por sua produção individual e pelo escopo de trabalhos sob sua orientação. Em conjunto, representam uma gama considerável de pesquisas sobre as cidades médias mineiras. Tal observação também foi verificada por Botelho (2012, p. 42), que “destaca que vários outros trabalhos sobre cidades médias vêm sendo elaborados e publicados especificamente sobre as cidades de Minas Gerais”.

Oswaldo Amorim Filho possui uma trajetória considerável em pesquisas sobre cidades médias (1976; 1978; 1982; 1990; 2000; 2002; 2005; 2007; 2014), tendo extenso conjunto de publicações sobre o tema. O conjunto bibliográfico desse autor é relevante, em especial para esta tese, já que é marco teórico-metodológico. Por meio de estudos da obra desse autor, identifica-se a formulação de uma sistematização teórica da pesquisa urbana não metropolitana brasileira. Os

trabalhos publicados apresentam um resultado significativo referente a três aspectos: a análise de fluxos, a aplicação da matriz de relações externas e o modelo morfológico-funcional.

Sua principal proposição é que as cidades médias são capazes de estabelecerem relações de dinamização com o espaço rural, com o microrregional e com níveis superiores da hierarquia urbana. Esse posicionamento lhe imprime uma estrutura morfológica interna que deve apresentar, pelo menos, um centro relativamente complexo, um número variável de subcentros e uma periferia que evolui a partir de saltos. Para Amorim Filho (1976):

A noção de cidade média não deve ser confundida necessariamente com a noção de centro de polarização regional. A consciência não ocorre sempre. A relações da cidade média com seu environment nem sempre são relações de dominação, podendo ser também de estímulo e de dinamização, e em certos casos, de dependência. (AMORIM FILHO, 1978, p. 9)

Esse autor afirma que, atualmente, existem diferentes formas de identificação das cidades médias. Não se deve, necessariamente, levar em consideração aspectos econômicos ou a questão demográfica, pois um dos elementos mais importantes é a funcionalidade. Em sua pesquisa, os principais elementos são a posição, as relações externas e a morfologia, “but d’identifier une ville moyenne à partir de la somme des informations sur sa position géographique, ses relations externes et sa morphologie urbaine” (CORTEZZI; AMORIM FILHO, 2014, p. 15).

O autor orientou diversas pesquisas sobre cidades médias, sendo exemplos: os trabalhos de Botelho (2007), Cortezzi (2011) e Costa (2013), que aplicaram tal técnica, adaptando-a à realidade de cada região analisada. Em Araxá/MG, cidade média localizada na entrada do Triângulo Mineiro, Botelho (2007) verificou a extensão de sua rede de relações: “a partir de uma análise baseada no fluxo de transporte rodoviário feito por ônibus, podem ser identificados os principais centros não só regionais, como também os extra-regionais” (BOTELHO, 2007, p. 106).

Cortezzi (2011, p. 119), em seu estudo sobre Oliveira/MG, destacou que, a partir do estudo do fluxo de ônibus, se identificou a posição geográfica da cidade e o alcance de suas relações externas. Em sua pesquisa, verificou que “a cidade de Oliveira/MG torna-se uma espécie de ponto de baldeação para aqueles que partem da região Centro Oeste em direção à Zona da Mata e ao Sul de Minas”. O autor entendeu que a análise dos fluxos de ônibus pode ser uma das mais representativas

técnicas para o estudo das relações de uma cidade com sua região. Já Costa (2013, p. 143) destaca: “por esta pesquisa, é possível estabelecer uma classificação dos serviços, ligados a suas funções, quanto ao número de municípios atendidos”.

Os trabalhos consultados são unânimes em reconhecerem a importância da aplicação do modelo morfológico-funcional na análise da estrutura interna das cidades médias, a fim de buscar explicitar as funcionalidades urbanas. As pesquisas e a síntese dos resultados da aplicação do modelo morfológico são dados no quadro oito.

Quadro 8: Síntese dos resultados da aplicação do modelo de Amorim Filho em Minas Gerais, segundo pesquisadores

Pesquisa	Localidades mineiras	Síntese do resultado da aplicação do modelo morfológico de Amorim Filho
Amorim Filho (1978)	Patos de Minas	A análise da estrutura morfológico-funcional do espaço urbano de Patos de Minas se justifica pela profunda dependência existente entre o relacionamento externo de um organismo qualquer e sua estruturação interna.
Sena Filho (2006)	Caratinga, Viçosa e Manhuaçu	Deve-se ressaltar que o modelo de zoneamento morfológico-funcional de Amorim Filho para as cidades médias se mostrou bastante adequado. O mais significativo é que a constatação dessa adequação não foi observada apenas em estudos de gabinete (com utilização de documentos cartográficos, fotografias e imagens de satélites), mas também por meio de trabalhos de campo demorados e minuciosos.
Botelho (2007)	Araxá	O estudo da morfologia intraurbana, principalmente através do zoneamento morfológico-funcional e da aplicação do modelo já referido, confirmou Araxá como cidade média, corroborando as classificações hierárquicas anteriores, que apontam Araxá sempre no grupo das cidades intermediárias.
Souza (2008)	Pirapora	A análise do zoneamento morfológico-funcional de Amorim Filho (2005) evidenciou a relação existente entre a morfologia de uma cidade média e o zoneamento morfológico existente em Pirapora. Essa análise retrata outro atributo importante que caracteriza uma cidade média, a morfologia urbana, resultando no “Modelo de Zoneamento Morfológico-Funcional de Pirapora” que, a exemplo dos outros critérios observados, atesta a condição de Pirapora como uma cidade média.
Cortezzi (2011)	Oliveira	Por se tratar de um modelo específico sobre as cidades médias de Minas Gerais (previamente testado em outras pesquisas), utiliza essa representação teórica como uma das principais bases epistemológicas para a caracterização do espaço intraurbano de Oliveira.
Silva (2011)	Congonhas	O zoneamento morfológico-funcional de Congonhas foi tomado como ponto de partida para o estudo da diferenciação paisagística intraurbana, o que permitiu verificar também a desigualdade socioespacial de seu espaço urbano.
Bertini (2011)	Pitangui	Foi possível comprovar que o modelo de zoneamento morfológico-funcional de Amorim Filho para um centro urbano emergente pode ser completamente aplicado a Pitangui.
Carvalho (2011)	Teófilo Otoni	O modelo de zoneamento morfológico-funcional proposto por Amorim Filho para as cidades médias demonstrou alto grau de aplicabilidade à cidade de Teófilo Otoni/MG. Isso pôde ser comprovado através da análise dos dados colhidos em

		trabalhos de campo realizados, tais como fotografias verticais, oblíquas e no terreno, imagens de satélites e mapas.
Costa (2013)	Arcos	Tal modelo, aparentemente simples, consegue mostrar a contento os zoneamentos das cidades médias, sendo possível realizar diagnósticos importantes e realizar estudos de boa serventia para o poder público, empresas de construção, por exemplo, e até mesmo para a população, de maneira geral.
Mello (2015)	Divinópolis	A aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional à cidade de Divinópolis confirma o formato estelar do seu tecido urbano e revela um espaço recortado que deixa ainda mais evidente a existência de vazios urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro oito apresenta uma lista de cidades médias mineiras que foram estudadas empregando-se a matriz de relações externas e o modelo morfológico-funcional proposto por Amorim Filho para essa categoria de cidade. Nesse quadro, consta um conjunto de estudos em que se adotou um padrão metodológico similar, fomentando determinado quadro analítico relevante ao contexto mineiro. O conjunto das pesquisas aponta para a importância dessa modalidade urbana no estado de Minas Gerais.

Outra relevante pesquisadora mineira é Beatriz Ribeiro Soares (1998), que possui, como destaque em sua trajetória inicial, um conjunto de estudos sobre a cidade média de Uberlândia/MG e uma série de trabalhos publicados com a temática, atuando de forma mais intensa na região do Triângulo Mineiro. Em parceria com outros autores, Soares ampliou seus estudos sobre as cidades médias em trabalhos publicados em 2007, 2009, 2010 e 2014.

Uma perspectiva marcante de suas pesquisas é a premissa de que as cidades médias são pontos de inserção e de superposição no território, que variam entre as horizontalidades e as verticalidades, funcionando como depositárias e produtoras de bens e de serviços exigidos por elas e por seu entorno. Sua abordagem possui cunho fortemente funcionalista, com foco no papel regional.

Soares também se destaca por desenvolver parcerias investigativas em outras áreas interioranas do Brasil, e participa do núcleo de estudos sobre cidades médias, liderado por pesquisadores de Portugal. Além dessas contribuições, Soares possui relevância especialmente por sua participação em pesquisas no Norte de Minas, por meio da orientação de trabalhos acerca da urbanização regional, como as investigações de Pereira (2007) e de França (2012).

A obra de Amorim Filho contribuiu de forma marcante com a pesquisa sobre o sistema urbano mineiro. Destaca-se a representativa quantidade de estudos que

empregou os métodos propostos pelo autor e/ou mesmo o modelo morfológico-funcional por ele sugerido para compreender a morfologia e a estrutura urbana das cidades médias do estado de Minas Gerais. Os autores que pautaram seus estudos nos de Amorim Filho foram unânimes em reconhecer como seus métodos e o modelo permitiram classificar e compreender o espaço interno das cidades médias. Vale salientar que, dos trabalhos em que se empregou sua metodologia (indicados no quadro 5), os que mais se relacionam com o objeto desta tese são o de Souza (2008), que identifica a cidade de Pirapora/MG como média na região do Norte de Minas, e o de Cortezzi (2011), que define a cidade de Oliveira/MG como ponto de baldeação no fluxo de passageiro na microrregião que se insere.

Em seu conjunto de pesquisas, Soares, que possui uma abordagem regionalista e sistêmica, desvincula a análise da cidade média de qualquer tipo de modelo morfológico. Para essa autora, a rede de relações é o aspecto fundamental a ser considerado, em especial aquelas ligadas à região. É mister destacar como sua produção bibliográfica é marcada por parcerias com pesquisadores de diversas regiões do estado, atuando de forma abrangente.

Esses dois autores, que fundamentam suas pesquisas em métodos diferentes, contribuíram, de forma conjunta, sobremaneira com a pesquisa urbana mineira. A investigação de suas trajetórias permite apontar o estado de Minas Gerais como centro de pesquisas relevantes sobre essa temática no contexto nacional e, em certa medida, no internacional. Dada as questões da cidade média, o próximo texto apresenta considerações sobre o espaço interno urbano.

3.3 Espaço interno e morfologia urbana

O estudo do espaço interno da cidade ressalta a importância da análise das especificidades de cada lugar, que são consequência da forma de organização da comunidade envolvida, sendo essa estruturação fruto da produção social. Por meio desse estudo, é possível compreender seu processo de formação, sua estrutura atual, suas funcionalidades, bem como seu planejamento urbano.

Na Geografia, há pesquisas que abordam o espaço interno da cidade fundamentadas em análises da representação dos elementos constituintes da morfologia, como o plano e a sua evolução; as relações do plano com o sítio urbano;

a fisionomia urbana; a densidade da ocupação; a identificação de áreas morfologicamente homogêneas; a heterogeneidade das formas.

Dollfus (1982) destaca que as cidades se definem no espaço geográfico por sua posição (também chamada situação) e por seu sítio. Para ele, trata-se de duas noções distintas, ligadas a escalas diferentes. O autor ressalta a importância do estudo interno da cidade como ferramenta de sua definição. Os próximos tópicos apontam alguns estudos sobre essa temática nos contextos internacional e nacional.

3.3.1 Morfologia urbana no contexto internacional

A morfologia urbana é talvez um dos ramos mais expressivos no conjunto de estudos do espaço interno da cidade. Essa abordagem permite a observação da cidade do ponto de vista geral e sistêmico, incluindo não apenas a sua forma paisagística, mas também sua funcionalidade e os diversos momentos históricos.

Tal categoria analítica se desenvolveu inicialmente com estudos desenvolvidos na Alemanha, no século de XIX. Segundo Whitehand (2007), o primeiro estudo de morfologia urbana foi a abordagem desenvolvida pelo alemão Schlüter, em 1899, que incorporava aspectos da teoria morfogênica ao reconhecimento das formas das cidades.

Urban morphology started to take shape as an organized field of knowledge at the end of the nineteenth century. Some of its most important roots were in the work of German-speaking geographers. Arguably the father of urban morphology was the geographer Otto Schlüter. (WHITEHAND, 2007, p. 5).

O método morfogenético inclui o mapeamento cartográfico da variação física da forma urbana ao longo do tempo, e essa proposição delimitava as distintas partes físicas em que a cidade estava dividida. Whitehand (2007) afirma que, após a pesquisa pioneira de Otto Schlüter, a escola alemã de morfologia urbana aprimora seu escopo com as pesquisas de Conzen, em 1960, e, posteriormente, disseminado por diversas regiões da Europa e dos Estados Unidos.

Sanchez (1994) elaborou um estudo sobre a morfologia urbana do espaço central de Chiclayo, Peru, enfatizando os seguintes componentes da morfologia urbana: o plano, as construções, o uso do solo, com ênfase neste último ponto. Para efeito de seu estudo, optou pela classificação funcional do espaço, cujo nível de

compreensão do uso do solo é o estabelecimento de uma unidade espacial mínima (construída ou não para um determinado fim). Esta unidade funcional serve de marco para a realização de atividades específicas.

Refletindo sobre os métodos de classificação do uso do solo urbano como ferramenta da morfologia urbana, Sanchez (1994) aponta a seguinte questão:

Existen diversas clasificaciones del Uso del Suelo urbano, de acuerdo al objetivo que se persiga. Hay clasificaciones que se basan en criterios puramente espaciales en las que el término está referido a las construcciones que hay en un área, al objetivo principal de tal construcción, o también puramente funcionales, en las que se distinguen los tipos de uso de acuerdo a la actividad principal que se realiza. (SANCHEZ, 1994, p. 196).

O autor destaca a importância da finalidade como fator determinante da metodologia de pesquisa em morfologia urbana. Em sua pesquisa, aponta que, em função da heterogeneidade das características das construções e das atividades urbanas, é preciso estabelecer uma política pública específica para cada setor espacial, no sentido de se otimizar o ordenamentos no núcleo central.

Moudon (1997) desenvolve um artigo que analisa a base multidisciplinar dos estudos urbanos morfológicos, destacando as contribuições da Geografia e da Arquitetura. Para essa autora, cada uma dessas áreas desenvolveu importantes contribuições para o estudo da forma da cidade. Na Geografia, ressaltam-se os estudos de Cozen e de seus seguidores; na Arquitetura, cita a importante contribuição de Muratori. Segundo a autora, a morfologia urbana é o estudo do habitat humano, definindo três princípios básicos:

Morphological analysis is based on three principles:
1, Urban form is defined by three fundamental physical elements: buildings and their related open spaces, plots or lots, and streets.
2. Urban form can be understood at different levels of resolution. Commonly, are recognized, corresponding to the building/lot, the street/block, the city, and the region.
3. Urban form can only be understood historically since the elements of which it is comprised undergo continuous transformation and replacement..
(MOUDON, 1997, p. 5-6).

Para Moudon (1997), as questões fundamentais da morfologia urbana são os seus elementos físicos (ruas, espaços abertos, áreas públicas), sua abordagem multiescalar, que integra os domínios local e regional, e sua constante transformação. A forma, a resolução e o tempo seriam, então, os pilares fundamentais da pesquisa morfológica. Moudon (1997, p. 6) afirma: “thus form,

resolution, and time constitute the three fundamental components of urban morphological research”.

Conzen (2001), em participação no “International Seminar on Urban Form”, realizado na Universidade de Chicago, apresentou um artigo sobre a evolução dos estudos acerca da morfologia urbana nos Estados Unidos. Aponta, no estudo, as diferentes abordagens desenvolvidas, desde sua origem até os anos 2000. Nesse artigo, ressalta que os estudos urbanos morfológicos se instituíram nos Estados Unidos em 1977: “James Vance (1977) was the first American geographer to integrate morphology in his big-picture interpretation of American urbanism” (CONZEN, 2001, p. 4).

Segundo Conzen (2001), a morfologia urbana se expandiu, associando-se a várias abordagens, destacando a influência da perspectiva cultural, que considera os valores afetivos no entendimento do desenho urbano, a influência da morfologia na prática do planejamento, entre outras escolas. O artigo de Conzen (2001) atesta a importância das pesquisas norte-americanas para o desenvolvimento desse ramo científico.

Outras propostas se destacam, como a investigação de Capel (2002), que ressalta a importância dos estudos da morfologia, sob o ponto de vista histórico e atual, das principais cidades da Europa. Segundo essa publicação, as pesquisas urbanas sobre as morfologias metropolitanas focam “na análise de características que identificam as qualidades físico espaciais do ambiente, tais como a malha viária, as edificações, a volumetria e a forma” (CAPEL, 2002, p. 211).

Machado (2005) elabora uma investigação sobre o espaço intraurbano de Zipaquirá, Colômbia, com o objetivo de compreender a evolução da mancha urbana de 1970 a 2000, enfatizando fatores como dinâmica territorial, estratificação socioeconômica e valor do uso do solo urbano. Esse autor destaca que, durante muito tempo, os estudos sobre morfologia urbana se pautaram sobre as questões do sítio e da situação. Posteriormente, as pesquisas nessa área enfatizaram a relação da morfologia e do espaço edificado, o zoneamento. Na década de 1960, os estudos se direcionaram para a paisagem urbana, predominando o enfoque prospectivo; após, haveria uma unificação dessas abordagens. Baseado em autores como Zárate, destaca que os principais elementos da morfologia são:

Emplazamiento: es el espacio concreto y material sobre el que se asienta la ciudad, es la topografía, el soporte físico que, desde el momento de la fundación y a lo largo de evolución, va a condicionar en parte el paisaje urbano y su desarrollo espacial.

Situación: es el entorno geográfico en la que la ciudad se encuadra y con relación al que se organiza. Se refiere a las grandes vías de comunicación, a los grandes espacios económicos.

El plano: es el resultado de la combinación sobre el espacio de la ciudad, a través del tiempo, de superficies libres (calles, parques y jardines, plazas, lugares de aparcamiento, etc.) y también de las superficies construidas. (MACHADO, 2005, p. 201).

Nessa visão da morfologia urbana, a hierarquização dos elementos (sítio, situação e plano) varia segundo a necessidade de cada pesquisa, do foco do estudo e do tipo de abordagem. Machado (2005) entende que a estrutura urbana é definida em zonas diferenciadas, determinadas pelas características socioeconômicas. Esse padrão permite o estabelecimento de modelos analíticos do espaço interno urbano.

A morfologia urbana pode ser compreendida como o estudo da evolução das formas urbanas, tendo em atenção o desenvolvimento urbano, o uso e a reutilização das partes da cidade. Bettencourt (2007, p. 25) analisa a morfologia urbana das cidades portuguesas e destaca: “em cada cidade existe um antes e um depois, daí que ela seja a síntese de vários momentos”.

Rodriguez (2011, p. 210) reforça a abordagem da tríade elementar da morfologia urbana a partir da análise da evolução espacial de Bogotá, Colômbia. De acordo com esse autor, as variáveis sítio, situação e plano são os elementos que compõem e determinam a morfologia urbana. Para esse pesquisador, esses itens “han influenciado la forma física, la estructura interna y la expansión de la ciudad en un contexto de la metropolización”.

Cavan *et al.* (2014) elaboram um estudo acerca da relação da forma urbana e do conforto térmico. Nesse estudo, o grupo busca relacionar a estrutura verde urbana e sua influência sobre a regulação da temperatura nas cidades africanas; o método escolhido foi a classificação das áreas urbanas segundo seu uso ambiental. Para esses autores, o espaço urbano interno pode ser analisado segundo sua forma e sua função, a partir da utilização da metodologia de classificação e do uso e da apropriação do solo.

Differing characteristics of urban areas can be conceptualized and subsequently mapped through the idea of Urban Morphology Types (UMTs) classifications which combine facets of urban form and function. Green structures provide important temperature regulation services through cooling the local environment via evapotranspiration, shading, and re-radiating less

heat than built up surfaces. Urban Morphology Types (UMTs) provide a good framework for assessing ecosystem services and land use planning (CAVAN, *et al.*, 2014, p. 47).

Segundo esses autores, a qualidade da estrutura verde urbana interfere diretamente na regulação da temperatura da cidade. Nesse sentido, os estudos da morfologia urbana, a partir da classificação das áreas pela análise de uso e de ocupação do solo, inclui a combinação de vários fatores. Essa informação é estratégica na elaboração de um eficiente planejamento de uso e de ocupação do solo urbano, segundo uma visão que leva em consideração o conforto ambiental.

Vidal-Koppmann (2014) publica um artigo que analisa os espaços fechados na nova morfologia das cidades latinas. Nele, aponta que essas cidades se organizam a partir do poder público e privado para criarem os espaços seguros ou os espaços fechados, gerando uma nova segregação espacial que se processa no âmbito da forma das áreas globalizadas.

Segundo Vidal-Koppmann (2014), o poder público reconhece que a violência aumentou com o processo de urbanização, levando a sociedade a buscar novas formas de segurança no espaço urbano. A autora alerta que os pesquisadores urbanistas deveriam aprofundar seu estudos sobre os impactos das medidas de controle que surgem no espaço urbano. A todo momento, aumenta-se o número de alarmes, de câmeras de vídeo circuito, de vigilantes privados, na mesma proporção do aumento do número de delitos. Sobre as cidades latinas, afirma: “las ciudades cerradas de Venezuela, Brasil, Argentina, México, Chile, etc., no sólo presentaban un perímetro vallado y accesos vigilados; si no que también incorporaban recursos humanos y técnicos para garantizar el control del espacio” (VIDAL-KOPPMANN, 2014, p. 3).

A síntese das pesquisas consultadas apontou que os estudos sobre o espaço interno da cidade, no contexto internacional, possuem expressa influência alemã em sua origem. Conzen (1960) é considerado um dos pioneiros, e foi a partir dele que estudos intraurbanos foram desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos. Os autores foram unânimes ao considerarem que as formas internas da cidade são relevantes para a compreensão da dinâmica das transformações espaciais e sociais, entre outras, contribuindo para diversas áreas do conhecimento urbano. Reconhecem também que os elementos fundamentais na análise do espaço interno da cidade são: sítio, tecido e plano, proposição ressaltada na pesquisa de

Bettencourt (2007). Todavia, autores como Moudon (1997) e Capel (2002) acrescentam a questão temporal; Machado (2005), a relação regional; e Vidal-Koppmann (2014) inclui a pressão da desigualdade social e a violência urbana como fatores interferentes na morfologia das cidades.

Na revisão empreendida, constatou-se que o estudo da morfologia urbana tem se apresentado como importante ponto de partida para se compreender diferentes processos e fenômenos que estão atrelados às transformações em curso no espaço urbano. A seguir, apresenta-se a revisão de literatura no contexto nacional.

3.3.2 Estudos de morfologia urbana no Brasil

Sobre as teorias específicas do espaço urbano interno da cidade no quadro nacional, cabe destacar as pesquisas de Amorim Filho (1978) e de Amorim Filho e Sena Filho (2001), apresentadas nos itens 2 e 3.1.2.1 desta tese. Devido ao fato de já terem sido expostas, na seção referente à morfologia no Brasil, seus conceitos básicos serão apenas considerados. As revisões que se seguem têm como objetivo principal a apresentação das proposições de outros autores.

“O espaço intraurbano no Brasil”, de Villaça (2001), é uma obra que se destaca. Esse livro propõe algumas abordagens sobre o espaço interno da cidade, mas não chega a definir uma metodologia de pesquisa. Seus estudos estão baseados em seis metrópoles brasileiras. Segundo o pesquisador, o espaço interno pode ser definido da seguinte forma:

O espaço intra-urbano é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, seja enquanto consumidor, exatamente daí vem o poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. O espaço urbano é determinado pelas condições de produção e reprodução do capital, em especial o capital humano, gerando os deslocamentos internos e a organização da moradias entre outros. (VILLAÇA, 2001, p. 20).

A citação esclarece que, para o entendimento das formas urbanas (bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidade etc.), é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano. Para Villaça (2001), as vias

e os eixos são os fatores mais importantes que explicam a estruturação interna da cidade.

Por essa perspectiva, entende-se que o crescimento urbano é altamente influenciado pelas vias (rodovias e ferrovias-regionais), e, embora as vias regionais tenham sido construídas para oferecer transporte intraurbano, elas acabam oferecendo esse tipo de transporte, e aquelas regionalmente mais importantes passam a ser mais importantes do ponto de vista intraurbano, e acabam atraindo maior expansão ao longo delas. Ou seja, as vias e os eixos de expansão são os principais fatores de organização interna, destacando-se essa condição para a realidade do interior do Brasil.

Marques (2003) destaca que a condição urbana contém, além das questões sociais e econômicas, as condições físicas, para que ela possa se sustentar. Os relevos constituem pisos sobre os quais se fixam as populações humanas e são desenvolvidas suas atividades, derivando, daí, valores econômicos e sociais que lhe são atribuídos.

Segundo esse autor, em função de suas características e dos processos que sobre eles atuam, oferecem, para as populações, tipos e níveis de benefícios ou riscos dos mais variados. Marques (2003, p. 25) afirma que suas maiores ou menores estabilidades decorrem “das tendências evolutivas e das interferências que podem sofrer dos demais componentes ambientais ou da ação do homem”.

Outro autor que ressalta a importância do estudo interno da cidade é Costa (2008, p. 5), afirmando que “à medida que vai ocorrendo o processo de urbanização, as cidades vão ganhando uma configuração espacial semelhante a outras de igual porte”. Suas argumentações sustentam que as modalidades urbanas tendem a se organizarem de forma semelhante, próximas, todavia, nunca idênticas, pois cada lugar é único.

A pesquisa desses estudiosos ratifica a relevância da compreensão dos aspectos singulares de cada cidade, já que a estrutura e a organização atual refletem os meios de produção inseridos naquele espaço e sua interação com a sociedade em que se encontra. Esses parâmetros estão incrustados em uma determinada paisagem que sempre será única do ponto de vista natural (relevo, clima vegetação) e social (cultura, organização, equipamentos); por outro lado, podem apresentar semelhanças, quando comparadas as cidades de mesmo porte.

Fica evidente a importância do estudo do espaço interno na compreensão específica, singular de cada lugar. A unicidade exige o exame interior, a fim de demonstrar sua estrutura e organização. O estudo do espaço interno da cidade tem relevância, no sentido de demonstrar a configuração atual da estrutura urbana analisada. Todavia, Endlich (2011, p. 4) alerta para o fato de que, em relação às pequenas e médias cidades, “os territórios ou espaços intra urbanos destas localidades seguem como realidades ainda não contempladas adequadamente”.

Gonçalves (2013, p. 27) ressalta a importância da Geomorfologia para os estudos do espaço interno da cidade, pois é uma ciência do campo da Geografia Física que “faz interface com a Geografia Humana, uma vez que trabalha com questões sociais representadas em territórios e ocupações assentadas sobre o relevo”. De acordo com esse autor, a Geomorfologia contribui com o estudo do relevo para diversas áreas do conhecimento, como planejamento urbano e regional, análise ambiental e áreas de risco.

Meneguett e Costa (2015) abordam a questão dos hiatos urbanos no contexto de Maringá/PR. Utilizam a metodologia da escola de morfologia inglesa, destacando que, embora os fundamentos teóricos essenciais das faixas de hiato urbano conduzam para algum consenso, a investigação empírica em contextos culturais diversos apresenta muitos obstáculos práticos, mas também grandes oportunidades. Ao autores consideram como hiatos urbanos os seguintes critérios:

- Para a determinação das faixas de hiato urbano
- Lotes de grande área e usos variados, com baixa densidade.
 - Grandes equipamentos institucionais. Não foram considerados faixas de hiato urbano
 - Os equipamentos institucionais planejados e inseridos na área do Plano Inicial, exceto a zona industrial, por seu uso incongruente com o restante da malha.
 - Áreas de reservas florestais, por se tratarem de áreas protegidas por lei que foram englobadas na malha urbana e que, portanto, são destituídas de decisão locacional. (MENEQUETTE; PEREIRA LEMOS, 2015, p. 29).

Considerando-se o conjunto das obras pesquisadas, infere-se que, no Brasil, a abordagem teórica acerca da morfologia urbana é pouco desenvolvida, comparando-se ao volume de obras encontradas em relação aos temas cidade média e redes urbanas. Os autores consultados corroboram a premissa de que a temática do espaço interno da cidade e a morfologia urbana são temas complexos, que possuem uma gama de abordagens metodológicas e analíticas.

De forma particular, ressalta-se a obra de Villaça (2001), uma das mais conhecidas e citadas. No período atual, as pesquisas apresentam outros elementos investigativos, como a questão ambiental, na obra de Marques (2003), ou os hiatos urbanos, em Meneguette e Pereira Lemos (2015).

Pontuados aspectos importantes da morfologia, a próxima seção aborda os conceitos de sítio e de tecidos urbanos.

3.3.3 Conceitos básicos de sítio e de tecidos urbanos

Segundo Di Mauro (2012, p. 11): “no Brasil o estudo pioneiro sobre o sítio urbano é o trabalho de Ab’Saber (1957) na cidade de São Paulo/SP”. Nessa pesquisa, o conceito de sítio urbano trata da localização topográfica da construção da cidade, tendo como foco analítico a paisagem natural.

Para Dollfus (1982), o sítio pode ser descrito, de maneira genérica, como o lócus, ou o lugar que determinado objeto ocupa, logo, o sítio urbano pode ser entendido como o local de assentamento de uma cidade. De acordo esse autor, o tamanho e a posição são elementos fundamentais para o reconhecimento dessa categoria analítica.

George (1983) estabelece que o sítio é definido pelo quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos em suas origens. Mas ele pode mudar ou deslocar-se, sempre em função da dinâmica do tecido urbano ao qual serve de suporte; pode valorizar-se e desenvolver-se no decurso da história, seja por fatores da natureza, seja pela ação humana.

O estudo de Almeida (2000) desenvolve uma investigação geossistêmica do sítio urbano de Feira de Santana/BA, e destaca os conceitos da análise morfodinâmica, baseada em autores como Bertrand, Sotchava e Tricart. Segundo esse autor, os fundamentos metodológicos dessa abordagem têm como diretriz principal o enfoque sistêmico aplicado à observação integrada: “A compartimentação do espaço em unidades geoambientais deve ser realizada com base nas ligações existentes entre os elementos fisionômicos, funcionais e antrópicos” (ALMEIDA, 2000, p. 10).

O sítio compreende a dinâmica social que o influencia, incorporando as relações sociais como fator relevante. Bettencourt (2007) destaca que, em consequência de sua evolução, hoje, “os sítios são uma síntese de vários momentos

da história, com permanências, sem que, no entanto, ocorra um corte epistemológico com o passado” (BETTENCOURT, 2007, p. 25).

Araújo (2010) desenvolve uma avaliação do sítio urbano de Taboão da Serra/SP fundamentando-se na metodologia de aplicação de técnicas do geoprocessamento para a avaliação da superfície urbana. Para esse autor:

Sítio urbano se destaca por ser o campo onde as relações sociais se concretizam modificando as características físicas pré-existentes. Sítio remete a forma e sua base material, partindo de um problema dialético: propriedade geoecológicas versus propriedade sócio-reprodutoras. O sítio urbano é caracterizado na contemporaneidade, principalmente pelo estabelecimento da ação antrópica intensiva. (ARAÚJO, 2010, p. 51-52).

O conceito de sítio possui base epistêmica na Geomorfologia e suas áreas afins, já que se refere, a princípio, à base natural do espaço urbano. No âmbito do sítio urbano, configura-se e se estabelece o tecido urbano; de um modo geral, o sítio mantém-se, alterando-se a forma, o desenho urbano. O desenho urbano ou tecido possui importância fundamental para a compreensão da conformação e da estruturação do espaço urbano. Esses parâmetros da morfologia urbana, como grandezas individuais, embora próximos e superpostos, são distintos, correspondem à porção natural e social da paisagem urbana.

Um dos pioneiros da investigação sobre tecido urbano é Amorim Filho (1978). Além deste autor, Del Rio (1990) afirma que as primeiras pesquisas sobre tecido se fortaleceram na Geografia a partir dos questionamentos sobre as atitudes modernistas em relação às cidades históricas e sobre as relações sociais que as regem. Para ele, na compreensão do fenômeno urbano, é fundamental “estudar o tecido urbano e seus elementos construídos formadores de sua evolução, transformações, inter relações e os processos sociais que os geraram” (DEL RIO, 1990, p. 71).

Para autores como Costa (2008), o que chama a atenção no desenho de uma cidade é a sua tessitura, a trama dos seus elementos. Segundo esse pesquisador, o tecido urbano é configurado pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações, assim como pelos espaços livres. Dito de outra maneira, o tecido de cidade é dado pelas edificações, pelas ruas, pelas quadras e pelos lotes, pelos parques, pelas praças e pelos monumentos nos seus mais variados arranjos.

No entanto, esses componentes devem ser considerados como organismos constantemente em atividade e, assim, em transformação ao longo do tempo. Há uma forte inter-relação entre: estruturas edificadas conformando e sendo conformadas por espaços livres ao seu redor; vias públicas servindo e sendo utilizadas pelas propriedades privadas ao longo delas. “O modo como cada um desses elementos urbanos se cristalizou e conforma o tecido da cidade é efetivamente o objeto da morfologia urbana” (COSTA, 2008, p. 61).

Em pesquisa mais recente sobre a cidade de São Luiz/MA, Oliveira *et al.* (2010, p. 4) retomam a abordagem de Lefebvre sobre a importância da análise interna da cidade destacando que “o tecido urbano, não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo fazem parte do tecido urbano, mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo.

Dessa forma, o tecido urbano pode ser compreendido tanto do ponto de vista estrutural, tendo como base a conformação da cidade, quanto do ponto de vista processual, quer dizer, jogo de relações entre seus diferentes atores, em especial o Estado e o capital privado. Nessa abordagem, julga-se relevante compreender a organização do tecido urbano, a fim de buscar inferências sobre seu processo de formação, que possui três grandes significados:

Primeiro, o tecido urbano tem uma utilidade prática básica ao prover orientação: nosso mapa mental e, portanto, a eficiência com que funcionamos espacialmente, depende do nosso reconhecimento dos locais. Segundo, tem valor intelectual ao ajudar tanto o indivíduo quanto a sociedade a se orientar no tempo: uma imagem da cidade, especialmente a de uma cidade bem estabelecida, apresenta uma forte experiência visual da história de uma região, ajudando o indivíduo a se situar em uma maior amplitude da sociedade em transformação, estimulando a comparação histórica e assim fornecendo uma base mais informada para a tomada de decisões. Terceiro, possui valor estético: por exemplo, no impacto visual e no sentido de orientação instituídos por elementos dominantes como igrejas ou castelos, e no estímulo à imaginação alimentado por variações na largura e na direção das ruas. Estes três atributos estão inter-relacionados e as experiências estéticas e emocionais estão forte e particularmente entrelaçadas – ainda que não necessariamente de modo dependente – com a apreciação do significado histórico e geográfico do tecido urbano (REGO; MENEGUETTI, 2011, p. 125).

Os autores destacam a funcionalidade desse parâmetro analítico em três abordagens: orientação, intelecto e estético – todos são complementares e se

correlacionam na conformação da cidade. Devido à sua multidimensionalidade, é campo fértil para o entendimento da evolução socioespacial.

A revisão de literatura empreendida indica os estudos morfológicos urbanos sobre sítio e tecido desenvolvidos por autores da Geografia, e possuem intensa influência da geografia alemã e francesa. Destaca-se o pioneirismo de Ab'Saber (1958) sobre o sítio de São Paulo/SP.

Autores como Dolffus (1982) e George (1983) afirmam que o sítio urbano é a base material na qual se assenta a cidade. Já Almeida (2000) e Araújo (2010) apontam para a interferência humana na dinâmica natural. Considerando-se as abordagens nacionais relacionadas ao tecido, destacam-se as pesquisas de Del Rio (1999) e Costa (2008), que enfatizaram elementos como as vias, as construções e os espaços vazios.

Todos os autores consultados reafirmam que sítio e tecido são elementos fundamentais para a compreensão do espaço interno da cidade. As obras que mais contribuem para a investigação específica deste trabalho são as citadas no quadro cinco, por se tratarem de pesquisas que aplicaram a abordagem de Amorim Filho, base metodológica desta tese. Dentre as formas de compreensão do tecido urbano, na próxima seção, apresenta-se a utilização de modelos morfológicos.

3.3.3.1 Modelo morfológico funcional

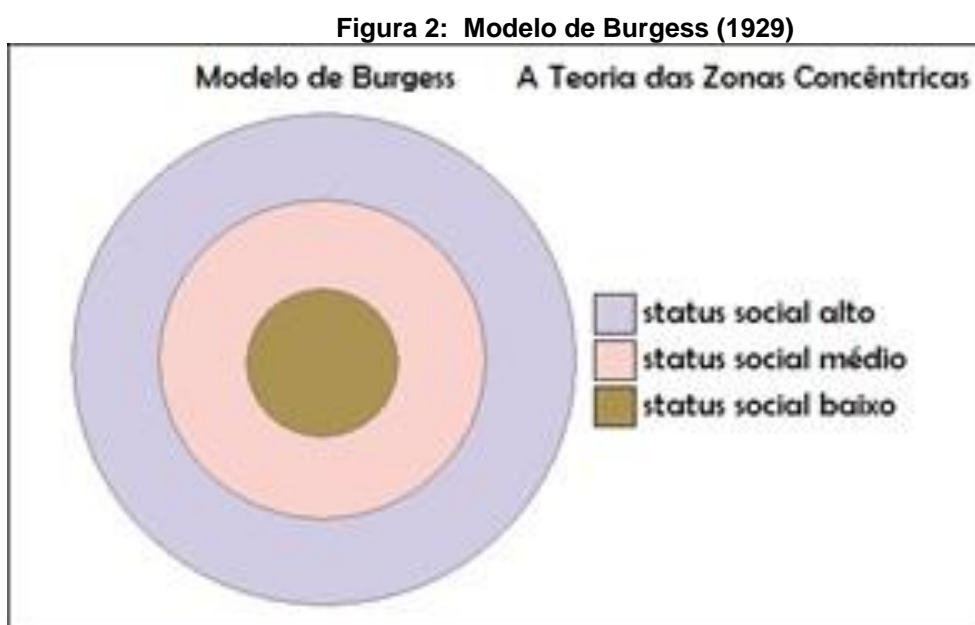
Os modelos podem auxiliar na interpretação de um determinado local, amparando a interpretação da realidade. No estudo do espaço interno da cidade com foco no tecido urbano, o critério zoneamento morfológico-funcional tem sido bastante utilizado como forma de identificação das cidades médias. Nessa perceptiva, este texto apresenta algumas propostas de modelos urbanos.

Carvalho (2011) e Costa (2013) elaboraram uma revisão bibliográfica sobre o tema apontando os principais modelos urbanos adotados, até o surgimento do modelo específico das cidades médias. Segundo esses autores, os primeiros modelos morfológicos foram propostos nos países desenvolvidos, merecendo destaque os esquemas clássicos.

Costa (2013) infere que o modelo pioneiro é o esquema de J. G. Kohl (1841), aprimorado por Ernest W. Burgess (1925; 1929). Nesse modelo, têm-se as zonas concêntricas, que propõem o zoneamento da cidade a partir do *status* social da

população. Os critérios considerados para essa proposta relacionam-se a fatores econômicos, sociológicos e demográficos.

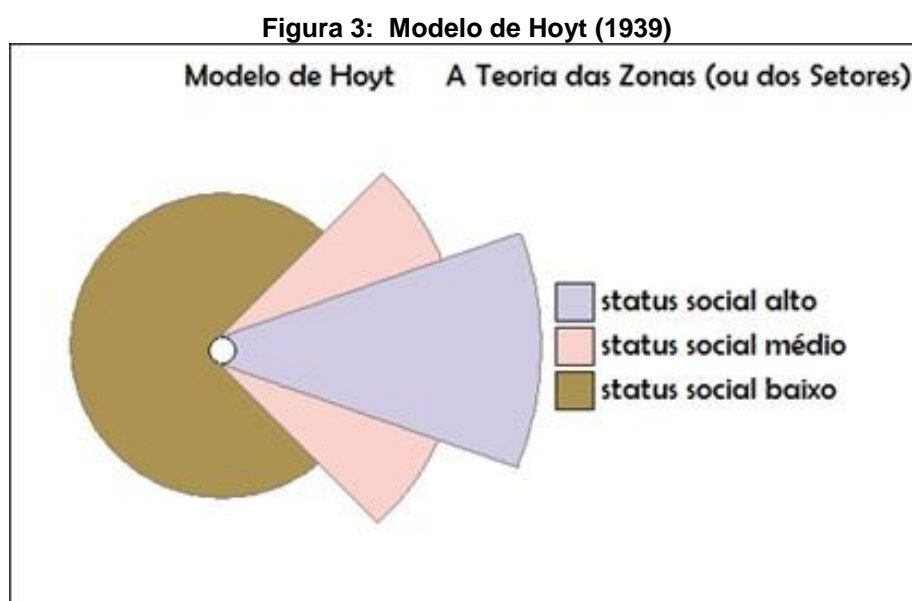
Rodrigue (2013) destacou, em seu estudo sobre morfologia urbana e sistema de transporte, a importância da conformação do tecido no sistema de fluxo e de transporte. Segundo o autor, a representação de Burgess pode ser observada em várias cidades dos Estados Unidos, já que relaciona o poder aquisitivo à localização da moradia a partir do núcleo central; para ele: “the model assumes a relationship between the socio-economic status (mainly income) of households and the distance from the Central Business District”. (RODRIGUE, 2013, p. 324). Aspectos da paisagem também foram considerados, e o modelo é mostrado na figura dois.



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/354357/>.

Carvalho (2011) destaca o segundo modelo, elaborado por Hoyt (1939), que se diferencia do primeiro por modificar a organização espacial dos diferentes estratos sociais, reconhecendo a formação de zonas. De acordo com Costa (2013, p. 29), “o modelo de Hoyt (1939) tem sua serventia, mas não contempla um aspecto bastante importante: os sistemas sócio culturais, que podem ter papel fundamental na conformação dos zoneamentos intra urbanos”. Segundo Costa (2013), a modernização do sistema de transportes, com transporte público e automóveis particulares, também não foi considerada por Hoyt (1939).

Rodrigue (2013) enfatiza que o modelo descrito aponta para uma possibilidade distinta da proposta por Burgess (1929), detectando que localização da moradia está organizada em setores que estão dispostos nos diversos pontos da cidade, não necessariamente seguindo o modelo nucleado concêntrico. Para esse autor, o estudo das áreas residenciais de Hoyt (1939), no contexto norte-americano, “concluded that the land use pattern was not a random distribution, nor sharply defined rectangular areas or concentric circles, but rather sectors.” (RODRIGUE, 2013, p. 332). O modelo é representado pela figura três.

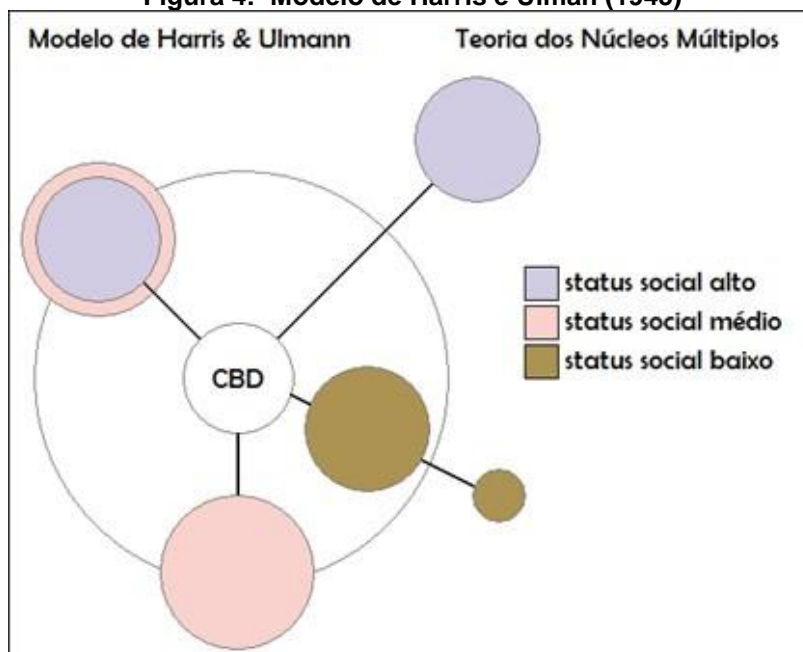


No desenvolvimento das pesquisas acerca do zoneamento das cidades, estabeleceu-se o modelo dos núcleos múltiplos de Harris e Ullman (1945). Este modelo, mostrado na figura quatro, leva em consideração o que foi proposto pelos dois modelos anteriores, completando suas omissões e acrescentando a percepção de que, nas cidades, pode não existir apenas um núcleo simples, mas também núcleos múltiplos e descontínuos.

Rodrigue (2013) ressalta que proposta de Harris e Ullman (1945) introduziu, naquele período, a maior generalização do uso do solo urbano, pois demonstrou a progressiva integração entre núcleos urbanos distintos, além de representar a fragmentação das áreas, as funções espacializadas e a suburbanização. Segundo esse autor, “Harris and Ullman (1945) poly-nuclear model was the first to represent

the fragmentation of urban areas, specialized functions as well as suburbanization”. (RODRIGUE, 2013, p. 336).

Figura 4: Modelo de Harris e Ullman (1945)



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/354357/>.

Essas três perspectivas norte-americanas foram bastante utilizadas em grande parte dos estudos sobre as cidades. No entanto, “nenhuma pode ser considerada completa para a análise do ambiente intraurbano de qualquer cidade, principalmente tendo em vista a complexidade atual do fenômeno urbano” (COSTA, 2013, p. 29).

A afirmativa destaca as possibilidades e os limites analíticos dos modelos considerados clássicos. O autor ressalta ainda que os modelos podem, em partes, sempre serem aplicados; por outro lado, quase nunca são percebidos em sua integridade. Tal condição decorre da heterogeneidade de fatores sociais e ambientais que norteia o processo de formação das cidades.

Na perspectiva do aprimoramento analítico dos modelos morfológicos urbanos, destaca-se o específico das cidades médias. Denominado modelo morfológico funcional das cidades médias, proposto por Amorim Filho (2005), trata da organização do espaço intraurbano da cidade média, identificando suas funções e relações com suas áreas de influência. O modelo é aplicado no estudo de caso desta tese.

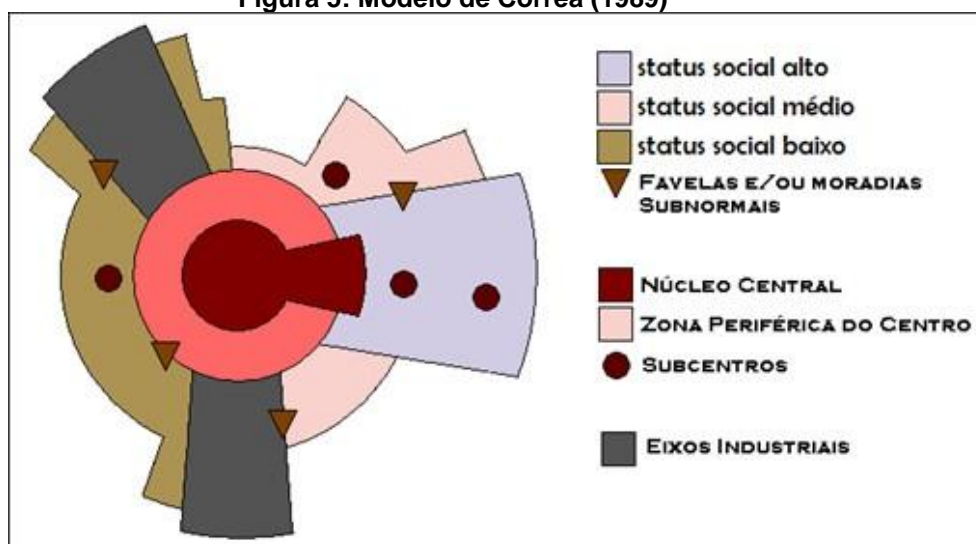
Na busca pelo aprimoramento metodológico para a realidade dos países pobres, o trabalho de Roberto Lobato Correa, “O Espaço Urbano” (1989), leva em conta seis critérios analíticos: a centralização e a área central; a descentralização e os núcleos secundários; a coesão e as áreas especializadas; a segregação e as áreas sociais; a dinâmica espacial da segregação; a inércia e as áreas cristalizadas.

Correa (1989) aprofunda a reflexão sobre o processo de mobilidade da segregação socioespacial na cidade, que tem como agentes impulsionadores dois grandes elementos: o Estado e a iniciativa privada, de um lado, e, de outro, os grupos sociais excluídos. Para esse autor, a transformação ou a renovação do espaço da cidade ocorre da seguinte forma:

A segregação tem um dinamismo onde (*sic*) uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos, superior, através do processo de renovação urbana (CORREA, 1989, p. 70).

A leitura proposta por Correa (1989) evidencia a necessidade de reflexão sobre esses modelos, quando aplicados à realidade dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde a desigualdade imprime marcas profundas no desenho da cidade. O modelo é apresentado na figura cinco.

Figura 5: Modelo de Correa (1989)



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/354357/>.

Segundo Correa (1989), é na grande cidade capitalista que ocorrem processos sociais (consumo, estratificação social em classes etc.) que criam funções

e formas espaciais, atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial determina a própria organização espacial urbana. Os processos espaciais são complementares entre si. Esse modelo foi proposto tomando como referência as cidades latino-americanas, levando-se em conta, inclusive, setores específicos das mesmas, como as favelas. Costa (2013) destaca que o modelo de Corrêa (1989) possui muitos méritos; a destacar, a realidade desequilibrada dos países pobres.

O conjunto de propostas de análise do espaço interno da cidade retrata a evolução dos modelos morfológicos funcionais urbanos em contextos complexos, em que os elementos avaliativos são ampliados e diversificados, à medida de sua aplicação na compreensão da realidade em constante transformação. Essas abordagens espaciais foram aplicadas em distintos estudos sobre o espaço interno das cidades.

Ressalta-se que o conjunto de trabalhos científicos apresentado não é a única tendência dos estudos de morfologia urbana. Miyazaki (2013), opostamente a essa linha metodológica, elaborou um estudo morfológico comparativo entre cidades de porte médio do interior paulista (Itu, Itapetinga, Caratinga, Assis e Birigui), sem utilizar nenhum modelo analítico pré-definido. Sua metodologia se estrutura em elementos centrais, como infraestrutura e população, para compor a averiguação da composição interna desses locais. Os resultados apontaram singularidades e distinções entre o conjunto analisado.

A adoção de modelos como forma de se analisar o espaço interno da cidade pauta-se na premissa de que a conformação da cidade capitalista possui elementos básicos e comuns que se estabelecem nas diferentes realidades. O conjunto bibliográfico investigado permite inferir que, a partir do modelo de Burgess (1929), o mais elementar, passando pelo de Hoyt (1939), o primeiro a considerar a multilocalização das classes sociais, pelo de Harris e Ullman (1945), apresentando a formação polinuclear, pelo de Amorim Filho (2005), com sua proposta específica para as cidades médias, e pelo de Correa (1989), enfatizando o conflito social, observa-se a evolução constante dos modelos. A partir das diferentes aplicações, novos elementos urbanos são incorporados, o que retrata avanço do sistema capitalista globalizado, favorecendo a aceleração e o aumento dos fluxos, além da exclusão social.

Esses modelos, ao mesmo tempo em que mantêm características ulteriores, adicionam novas possibilidades, desejáveis ou não, como no caso das favelas. Em

se tratando de cidades médias, considera-se que tal instrumento é fundamental na identificação dessa categoria urbana, de forma que a aproximação entre o modelo e a realidade evidencie o papel de determinado local na rede urbana a que pertence.

3.3.3.2 Considerações sobre a relação entre rede urbana, cidade média e morfologia

A compreensão total e profundada desses temas (cidade média, rede urbana e morfologia) e suas relações é tarefa elevada que foge ao escopo desta investigação. O levantamento empreendido demonstrou que a maior parte dos estudos prioriza a delimitação dos itens analisados, ou seja, grande parte das pesquisas são específicas. Contudo, algumas contribuições referentes à abordagem relacional foram constatadas.

Autores como Amorim Filho (1978; 1990; 2001; 2005), Ruiz (2005), Sposito (2006), Bessa (2012), Elias (2012) e Catelan (2012), entre outros, contribuíram com pesquisas que abordam a cidade média e a rede urbana. Partem da premissa de que o conceito de cidade média não está vinculado apenas a critérios populacionais quantitativos, mas sim à diversificação de sua economia, ao grau de urbanização, às suas funções e ao papel que evidenciam na rede urbana em diferentes escalas, regional, nacional e internacional.

Entre os autores apresentados no quadro 5, Amorim Filho (2005) e Oort, Burger e Raspe (2009) se debruçaram sobre a relação entre a escala interna e externa da cidade. Para esses pesquisadores, o desenho das cidades e seu âmbito regional sintetizam um conjunto peculiar que delimita sua dimensão interna.

Nesta pesquisa, entende-se que o espaço urbano, em sua totalidade, está em constante mutação. As relações sociais nele estabelecidas são a mola propulsora das atividades, com o intuito de gerar o desenvolvimento econômico e o estabelecimento de novas redes urbanas, novas metrópoles, novos centros regionais, novas cidades, novos polos e, por fim, novas cidades médias e pequenas.

Nesse sistema, cada uma dessas cidades tem o seu papel e seu grau de importância na esfera econômica e produtiva, destacando-se a importância das cidades médias na inserção de novas dinâmicas produtivas e na abertura e expansão de áreas fronteiriças. Na rede urbana, as cidades médias estabelecem

interligações diversas; devido à sua funcionalidade, adquirem determinada forma, composta de elementos morfológicos básicos e comuns, condição que permite a utilização de modelos como forma de investigação.

A evolução da mancha urbana é diretamente influenciada pelas mudanças na dinâmica econômica que, em diversos momentos, atraem fluxos migratórios, novas atividades produtivas, ressaltando o papel desempenhado pelas infraestruturas de transporte regional, que direcionam tal crescimento. Nos diversos cenários, os determinantes da ocupação mudam segundo a dinâmica regional mais ampla.

Pontuadas as principais proposições teóricas, o próximo capítulo aborda a rede urbana regional e o estudo da cidade de Janaúba/MG .

4 A CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL DE JANAÚBA/MG

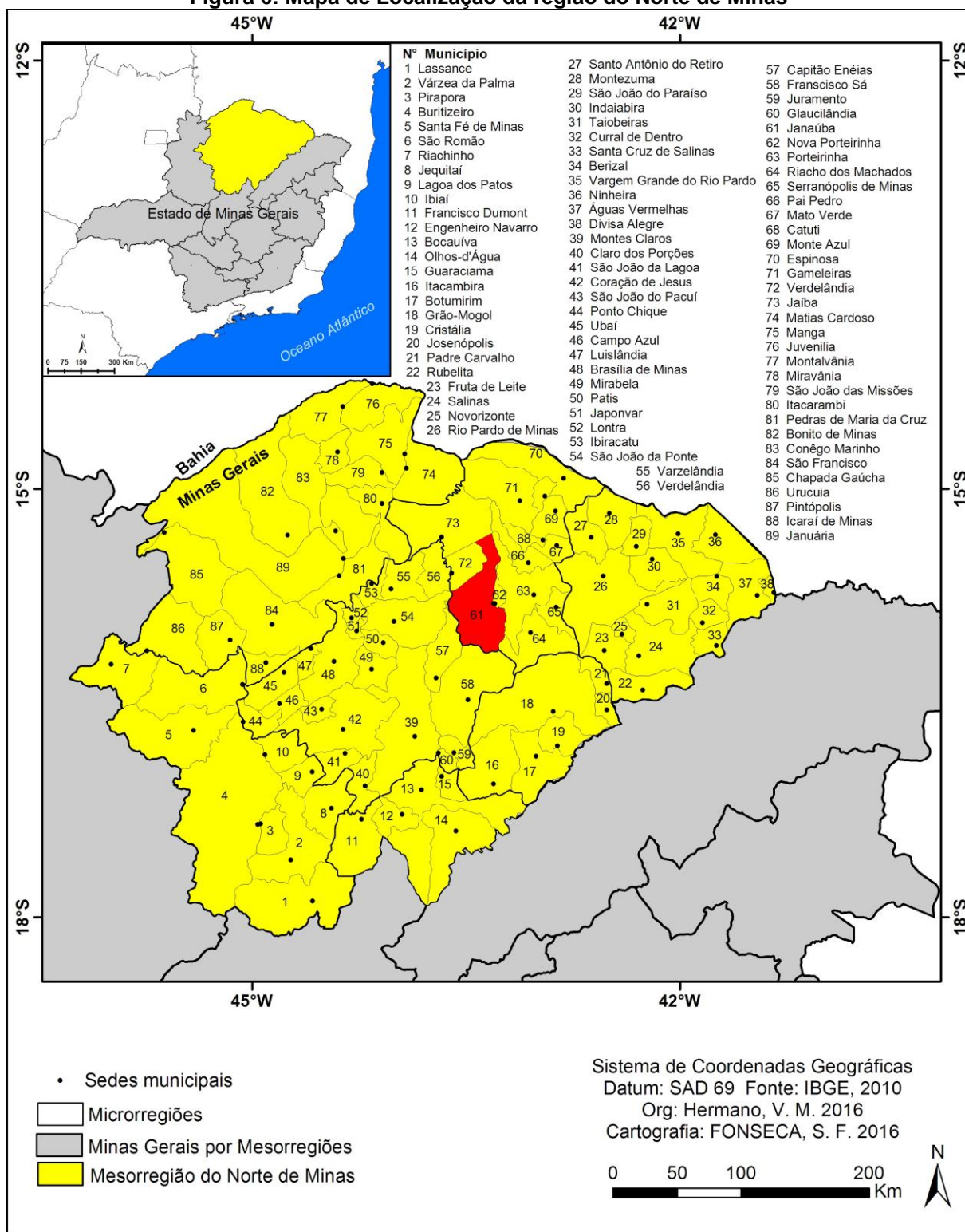
O Norte de Minas é região considerada referência básica ao objeto específico da pesquisa. Suas paisagens já amplamente contempladas tanto por cientistas, quanto por artistas, possui fama acolhedora e hospitaleira, e está fortemente associada a simbologia nordestina, é num sentido popular, uma “Minas” com aspectos da “Bahia”.

De quadro natural e social contrastantes, abriga desde as planícies do Rio São Francisco, até as terras altas da Serra do Espinhaço, lugares onde a seca impede ou dificulta a sobrevivência, ou mesmo, as áreas altamente tecnificadas como o maior projeto de irrigação da América Latina. Esse território de povos indígenas, quilombolas, norte mineiros e imigrantes, guarda oposições muito intensas. Diante do exposto, fica evidente que seu desvelamento completo foge a alçada da pesquisa temática, assim pontua-se que a caracterização apresentada, esta debruçada nas dimensões espaciais e sociais, com foco, na perspectiva urbana e suas relações.

Corresponde a 20,7% do território do Estado de Minas Gerais, segundo o IBGE está localizada no limite da região Sudeste com o Nordeste do Brasil. Esta mesorregião é subdividida em sete microrregiões (Montes Claros/MG, Bocaiuva/MG, Grão Mogol/MG, Salinas/MG, Januária/MG, Janaúba/MG e Pirapora/MG), com oitenta e nove municípios.

A figura seis mostra a divisão mesorregional do estado, com foco no Norte de Minas.

Figura 6: Mapa de Localização da região do Norte de Minas



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Do ponto de vista histórico foi ocupada desde a formação colonial brasileira. De longa data, a área vem sendo explorada de diversas maneiras, servindo, mesmo que de forma complementar, aos interesses da dinâmica do Estado e de suas elites.

Contudo o processo de intensificação capitalista, ou mais precisamente, a chegada do desenvolvimento esta relacionada a um momento mais recente da dinâmica brasileira.(LESSA, 1993).

Em relação a sua configuração espacial, o Norte de Minas é uma das maiores mesorregiões do estado, possuindo uma das redes urbanas menos adensadas. Amplamente integrada à área de influencia de Belo Horizonte, é uma rede pouco dinâmica, do ponto de vista dos grandes sistemas de cidades do Brasil. No âmbito rural, vive o desafio da produção no semiárido, constantemente superada pelas técnicas tradicionais adaptadas, ou pela modernização agrícola representada por três projetos de irrigação de grande porte (Jaíba, Gorutuba e Pirapora).

Tal infraestrutura formou uma rede, onde a maioria das cidades é o local de comercialização de produtos rurais escoados para o limitado mercado interno, enquanto os locais de distribuição são apenas localidades subordinadas na rede estadual e nacional, com alguns pontos de destaque. O centro comercial e administrativo mais importante é a cidade de Montes Claros. “Algumas outras cidades como Janaúba e Pirapora também apresentaram crescimento significativo, sendo analisadas nessa classificação como centros sub regionais”. (HERMANO, 2006, p.45).

É uma região singular no contexto estadual, seja pelas características naturais que apresenta, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nela é percebida. Segundo Pereira (2007, p.24) “tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como bolsão de pobreza. O que há de real nesses discursos?”. Segundo esta autora, a maioria dos estudos sobre o Norte de Minas relaciona a região com a pobreza, a seca, a marginalização, o isolamento regional, a dependência dos municípios frente às transferências da União e do estado, fenômenos que, historicamente, aproximam-na mais do Nordeste brasileiro do que do Sudeste.(PEREIRA, 2007).

Do ponto de vista econômico e social apresenta contrastes marcantes, provenientes de sua tardia incorporação ao mercado mais moderno. Essa mudança se fez de forma intensa, a partir da intervenção do Estado, agente indutor do desenvolvimento impulsionado fortemente a partir da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final dos anos 1950. A atuação deste órgão é amplamente analisada, a título de exemplo cita-se os trabalhos de Rodrigues (2000), Pereira (2007) e Santos e Souto (2014).

No período de 1970 registra-se a participação da SUDENE no desenvolvimento do Norte de Minas, esta intervenção é reconhecida por diversos autores como um marco fundamental na formação regional, em especial, na perspectiva da estruturação urbana e rural. “Quando vários projetos de implantação de indústrias se concretizaram, através de uma política de incentivos fiscais e financeiros no âmbito governamental que levaram a formação da infraestrutura regional.” (SANTOS; SOUTO, 2014, p.73).

Por suas características sociais e econômicas a região acaba por apresentar um padrão de mobilidade de perfil típico de áreas deprimidas, onde a intensidade dos fluxos é menos intensa que das regiões pólos. Essa avaliação propõe a migração como demonstrativo da realidade sócio econômica.

Os municípios de Montes Claros, Pirapora, São Francisco e Varzelândia apresentam maior emigração no Norte de Minas. Emigraram 1.002 indivíduos de São Francisco para a mesorregião do Noroeste e apenas 292 de Montes Claros. Para o Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba a quantidade foi de 3.102 pessoas de Pirapora e de Montes Claros 2.468, diferença de 634. Para a mesorregião Oeste de Minas, além de Montes Claros (960 emigrantes), também Varzelândia se destaca com 513 pessoas. Os municípios de São João do Pacuí e Montezuma apresentaram a menor intensidade de emigração no Norte de Minas (FONSECA *et al.* 2014, p.95).

Os autores concluem que na maioria dos municípios o processo de emigração é superior ao da imigração, retratando em grande medida, a realidade do insuficiente mercado de trabalho regional. A divisão do trabalho denota a estrutura produtiva, que em grande medida, não oferece as oportunidades como os grandes centros, que são pólos mais atrativos. O Norte de Minas, tanto por sua relevância quanto por sua diversidade, impõe uma análise detalhada apresentada em seções que tem como objetivo caracterizar seus principais aspectos. Estes apontamentos serão tratados a seguir.

4.1 Norte de Minas: a formação histórica

Esta é a análise da trajetória histórica da região, tendo como proposta básica a indicação do processo de formação e condicionamento atual. O Norte de Minas, com sua expressiva extensão territorial, possui uma complexa trajetória histórica, que resgatada de forma detalhada fugiria ao objetivo central desta tese, por

consequente, nesta seção, busca-se meramente uma panorâmica dos principais momentos vivenciados.

Do ponto de vista da ocupação colonial, o povoamento do interior ocorreu de forma esparsa, pois a região, entre outras áreas, desempenhou a função de fornecedora de matérias-primas, derivadas da pecuária, que favoreciam a ocupação do tipo rural. Essas áreas periféricas eram denominadas de sertão.

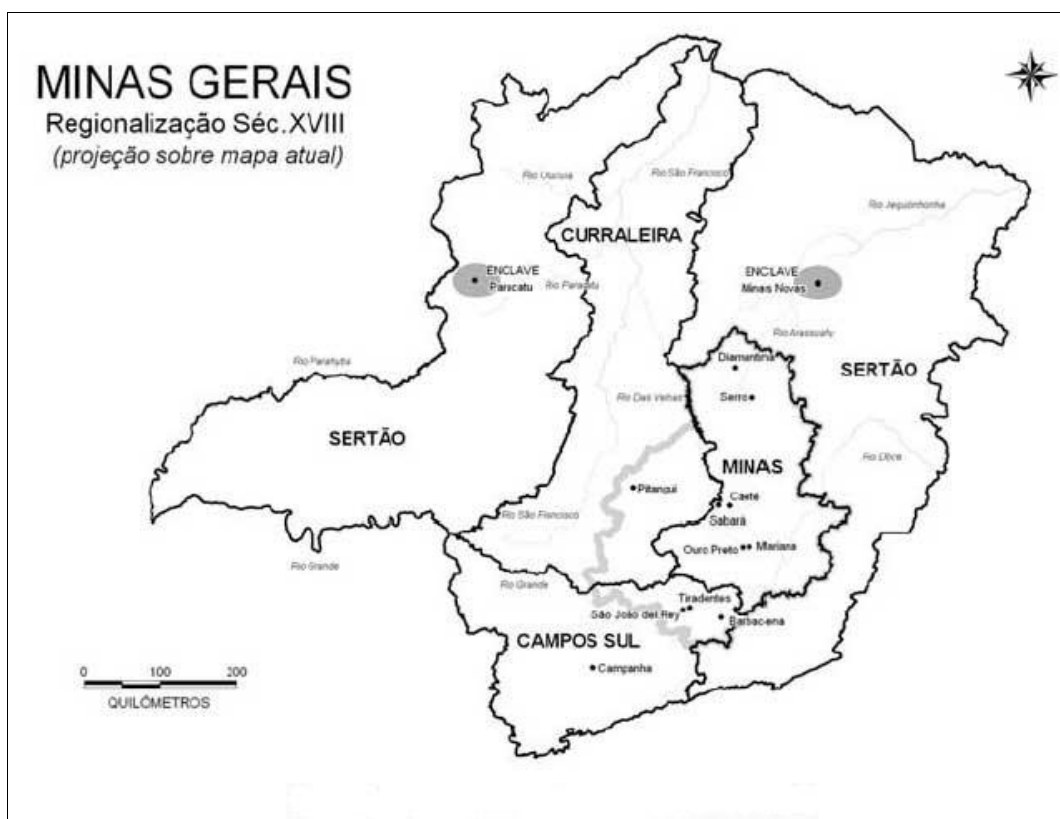
Segundo Cunha (2007) no início da colonização todo o estado de Minas Gerais era conhecido como sertão. Com a descoberta do ouro, depois do período colonizador, a área central do estado fortalece o seu processo de urbanização, e não mais será conhecida somente como sertão. Mas o que então passa a ser considerado sertão em Minas Gerais?

O Norte de Minas Gerais teve como povoamento inicial no seu território a presença de “nações indígenas Tapuias e Caiapós que com sua cultura específica, viviam da caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais”. (Costa, 1997, p.78). A ocupação posterior a indígena, no século XVIII, se deu com a chegada de bandeirantes paulistas e baianos a região em busca de pedras preciosas. Esses povos consolidaram a sua ocupação neste território, a partir da formação de propriedades rurais e de fazendas que se dedicaram à criação de gado.

Instaladas ao longo de rios caudalosos e nas terras mais férteis da região, as grandes fazendas, desde o início da ocupação regional, se organizaram para a criação de gado bovino. Dessa maneira, o norte de Minas reunia condições ambientais favoráveis à criação de gado. (COSTA, 1997, p. 84-85).

Neste período Minas Gerais sofrerá uma divisão: de um lado, a área mineradora, região de concentração de riqueza e de poder político, que se estende das vilas mineradoras até a Comarca de Sabará; daí por diante começaria o sertão de Minas, ou seja, “áreas onde não se encontrava nenhuma cidade, mas apenas fazendas esparsas e, raramente, aldeia ou povoação sem nenhuma importância.” (MONTE-MOR, 2001, p. 4). “Diante disso, o sertão mineiro se opunha não só ao litoral, mas também à região mineradora no estado.” (FRANÇA;SOARES, 2006, p. 7-8). A figura sete ilustra as regiões do estado denominadas como sertão, entre elas, o Norte de Minas.

Figura 7: Regionalização de Minas Gerais no século XVIII



Fonte: CUNHA (2007).

Segundo autores supracitados, as áreas que não pertenciam ao eixo primaz eram consideradas sertão: entre elas, estavam o atual Triângulo Mineiro, o Norte de Minas e também o Jequitinhonha. Especificamente com relação ao Norte, nos primeiros momentos da história regional, não se verifica a presença de centros urbanos tradicionais de destaque ou de pontos de comunicação de importância estratégica, já mencionados anteriormente. A região fundamentava-se muito mais como uma conexão comercial entre o Nordeste e a área central.

Oliveira *et al.* (2000) resgatou o processo de ocupação e formação regional e econômica do Norte de Minas, e sobre este período da história destaca a pecuária como atividade responsável pelo fortalecimento da ocupação regional.

No Norte de Minas a ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade do século XVII, quando aqui se encontraram as correntes de povoamento vindas do norte, fruto da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e, pelo sul, das bandeiras paulistas. Já no século XVIII e início do século XIX, a decadência da mineração na região central de Minas Gerais provoca a necessidade de busca de alternativas. (OLIVEIRA *et al.*, 2000, p.21).

Conforme esta pesquisa, as atividades ligadas à cana-de-açúcar (cana, aguardente e rapadura) também eram importantes. Outro importante produto era o algodão, que se associava a uma tradicional fabricação de tecidos grosseiros. Esta tradição resulta posteriormente na implantação de uma indústria têxtil no final do século XIX. Também não se pode esquecer das culturas de subsistência, pois, apesar de não entrarem em cálculos de produção e comércio, representavam parcelas significativas da economia e do esforço humano (OLIVEIRA *et al*, 2000, p.22).

Para alguns autores como Pereira (2007) o Norte de Minas, foi e continua sendo, uma área de transição sob diversos pontos de vista, tanto naturais quanto políticos. Do ponto de vista natural, englobava biomas, regimes pluviométricos e sistemas geomorfológicos diversos que produzem uma gama de paisagens. Do ponto de vista político, a sua origem é atribuída a pelo menos duas capitânicas distintas:

O processo histórico de ocupação do Norte de Minas iniciou-se no século XVII, a partir do movimento de expansão da pecuária, ao longo do São Francisco, sendo que a parte ocidental pertencia a Pernambuco, e a parte Oriental, à Bahia. Entre os séculos XVII e XVIII, a região foi sendo ocupada por vaqueiros, originários da Bahia e de Pernambuco, que subiam o São Francisco, e por bandeirantes paulistas. (PEREIRA, 2007, p. 101).

A autora destaca a região como área de fronteira entre as capitânicas da Bahia e de Pernambuco, com influência migracional não apenas de suas sedes, mas também de outras bandeiras, como, por exemplo, as paulistas. Vale somar a essa informação que também a capitania de Minas Gerais, já por volta do século XVIII, reconhecia a região com a sua suposta área de influência.

A região de forte caráter pecuarista mantém sua posição de fornecedora de matéria-prima, atendendo a dinâmica da própria economia brasileira. Com os albores da modernização e dos primeiros ciclos do processo de industrialização o Norte de Minas altera seu quadro sócio espacial. Os séculos XIX e XX presenciarão transmutações nos fluxos de comércio. A base econômica da região que era então a pecuária bovina passa a variegar, em especial, com o adensamento das redes de circulação. Conforme Luna (1982) data desse período, a mudança gradativa da estrutura predominantemente rural para urbana na região do Norte de Minas.

A atividade industrial motivou a migração campo-cidade . A migração dos camponeses para as áreas urbanas gerou um aumento demográfico em algumas cidades, como por exemplo Montes Claros/MG. Diante disso, a indústria acelera o setor de serviços, dinamizando-o.

De acordo Costa (1997), um importante fator que marca o processo de ocupação no Norte de Minas é a instalação de ferrovias no início do século XX em Pirapora/MG no ano de 1910, Montes Claros/MG no ano de 1926 e Janaúba/MG 1934. Tal fato viabilizou a comercialização dos produtos e um maior intercâmbio entre os municípios da própria região.

Pode-se dizer, que foi nesse contexto, que Montes Claros/MG começou a alcançar a posição de centro econômico e político regional. Outro marcante acontecimento na região se deu na segunda metade do século XX, década de 1960, quando o Estado e a União projetaram a região nortemineira na área de atuação da SUDENE, por meio de auxílio a incentivos fiscais e financeiros. Nesse contexto, Costa (1997) destaca que a indústria instala-se na região, tendo como sede Montes Claros/MG, que reunia as principais condições para abrigar tal atividade.

Após a vinculação da região a SUDENE, dentro da nova fase de expansão das relações capitalistas de produção, no bojo de modelo de internacionalização da economia e modernização da agricultura, a região sofreu e tem sofrido duramente as mudanças, provocando ruptura nas diversas formas de organização da cultura sertaneja cujas características culturais eram até então eminentemente rurais. (COSTA, 1997, p.88).

Com a implementação dos projetos, as cidades mais bem estruturadas do Norte de Minas, como Pirapora/MG e Montes Claros/MG, são aquelas que receberam mais investimentos, o que torna o modelo de desenvolvimento regional vinculado, quase que exclusivamente, ao poder público. “O processo de crescimento econômico regional já nasceu dependente do financiamento estatal que privilegiava as áreas onde já existiam pré-condição de se consolidar o capitalismo industrial”.(TELLES, 2006, p. 23).

O ritmo de novos projetos, nos anos 1980 até 1990, foi reduzido, havendo um incremento maior nas atividades já existentes, o que corrobora com Telles (2006, p. 25) “o modelo de desenvolvimento regional é sustentado exclusivamente pela capacidade do Estado de promover o crescimento econômico”.

A cidade de Montes Claros/MG foi uma das grandes privilegiadas com esta realidade. As condições que a cidade possuía àquela época possibilitaram a mesma, experimentar progressos em seu desenvolvimento, quando várias indústrias aqui se instalaram, gerando crescimento econômico, que se refletiu na atividade comercial local.

Santos e Souto (2014, p.76) destacam que a SUDENE contribuiu para acelerar o processo de desenvolvimento da região, “por intermédio do incentivo a implantação de várias indústrias, intensificando o relacionamento do Norte de Minas com o Centro-Sul”. Os autores reforçam a afirmativa que por meio desta atuação a economia é alavancada, tendo como objetivo tentar diminuir as desigualdades nos âmbitos econômico e social.

Desde a colonização, o Norte de Minas formou sua configuração espacial e sua identidade social, apresentando um quadro complexo de funcionalidades e significados, assim sua caracterização atual é tarefa importante que será tratada no próximo tópico.

4.1.1 Direções principais da história recente

A compreensão e a descrição da história recente do Norte de Minas, apresenta um quadro sócio espacial complexo, composto por tendências permanentes, tradicionais e outras inovadoras de caráter atual. Este texto busca apontar alguns exemplos dessas atividades na região.

Um estudo relevante, é o trabalho de Rodrigues *et al.* (2005) que publicou uma análise sobre o padrão regional intitulado “Especificidades dos municípios do Norte de Minas”, tendo como objetivo principal traçar um perfil sócio econômico pós SUDENE. Segundo a pesquisa, no Norte de Minas observa-se de um lado “o desenvolvimento de novas atividades produtivas, com tecnologia moderna e capital intensiva e, de outro lado, a permanência de estruturas tradicionais” .(RODRIGUES *et al.*, 2005, p.18).

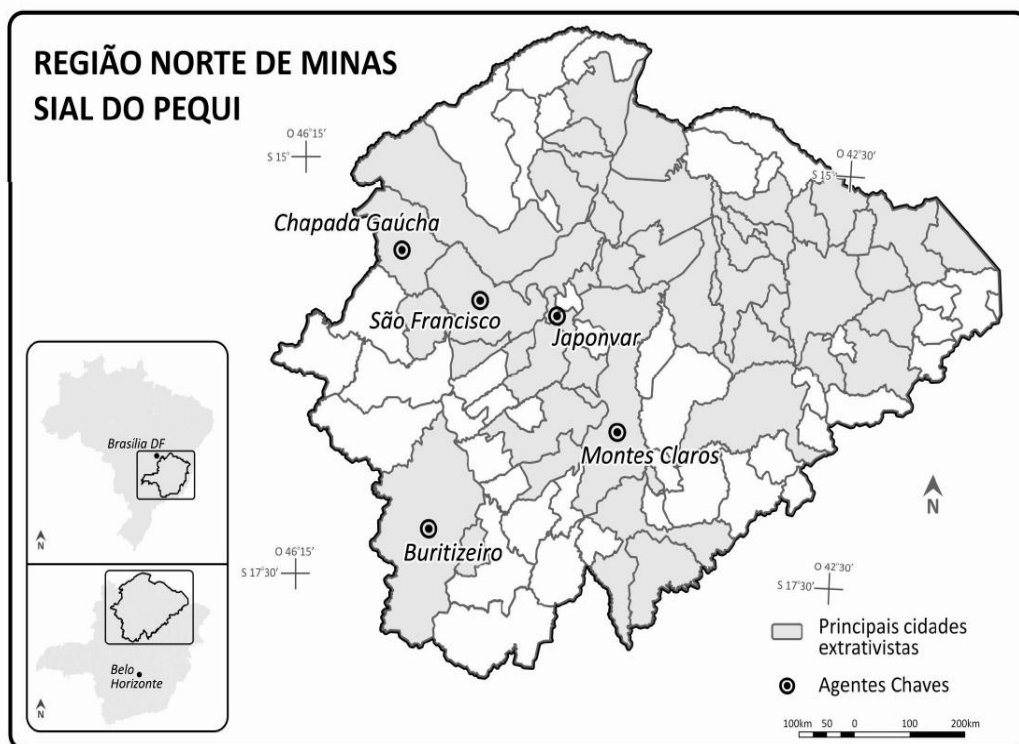
A estrutura produtiva atual é assim descrita pela pesquisa: subestrutura primária destacam-se quatro projetos públicos de irrigação nos municípios de Pirapora/MG (Projeto Pirapora), Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG (Projeto Gorutuba), Jaíba/MG e Matias Cardoso/MG (Projeto Jaíba) .No setor secundário, há uma concentração das atividades industriais nos municípios de Montes Claros/MG,

Pirapora/MG, Várzea da Palma/MG, Capitão Enéas/MG e Bocaiúva/MG. Estes quatro últimos constituem um polo metalúrgico-siderúrgico de ferro-liga e metalúrgica de não ferrosos integrados por sete plantas industriais (RODRIGUES et al, 2005). Segundo este estudo, a tendência demográfica brasileira é refletida no estado de Minas Gerais, com uma redução do número de municípios nos níveis inferiores da hierarquia urbana; uma estabilidade nas camadas superiores; e uma elevação da quantidade das chamadas cidades médias.

No campo econômico registra-se atividades desenvolvidas anteriormente como a pecuária, a fruticultura e a indústria que em certa medida se modernizaram. E por outro lado, a especialização produtiva produziu uma divisão regional do trabalho onde verifica-se a ampliação do setor de serviços além do surgimento de novos campos de atuação.

Como exemplo de atividades tradicionais que se modernizaram, tem-se a pesquisa de Candido *et al.* (2012), que analisa a exploração do pequi como “Sistema agroalimentar localizado”. O objetivo principal do estudo foi compreender a importância dessa atividade extrativista na região, em todas as suas etapas coleta e comercialização. Segundo este estudo, as principais áreas exploradas são descritas na figura oito.

Figura 8: Mapa das principais áreas de extração do pequi no Norte de Minas



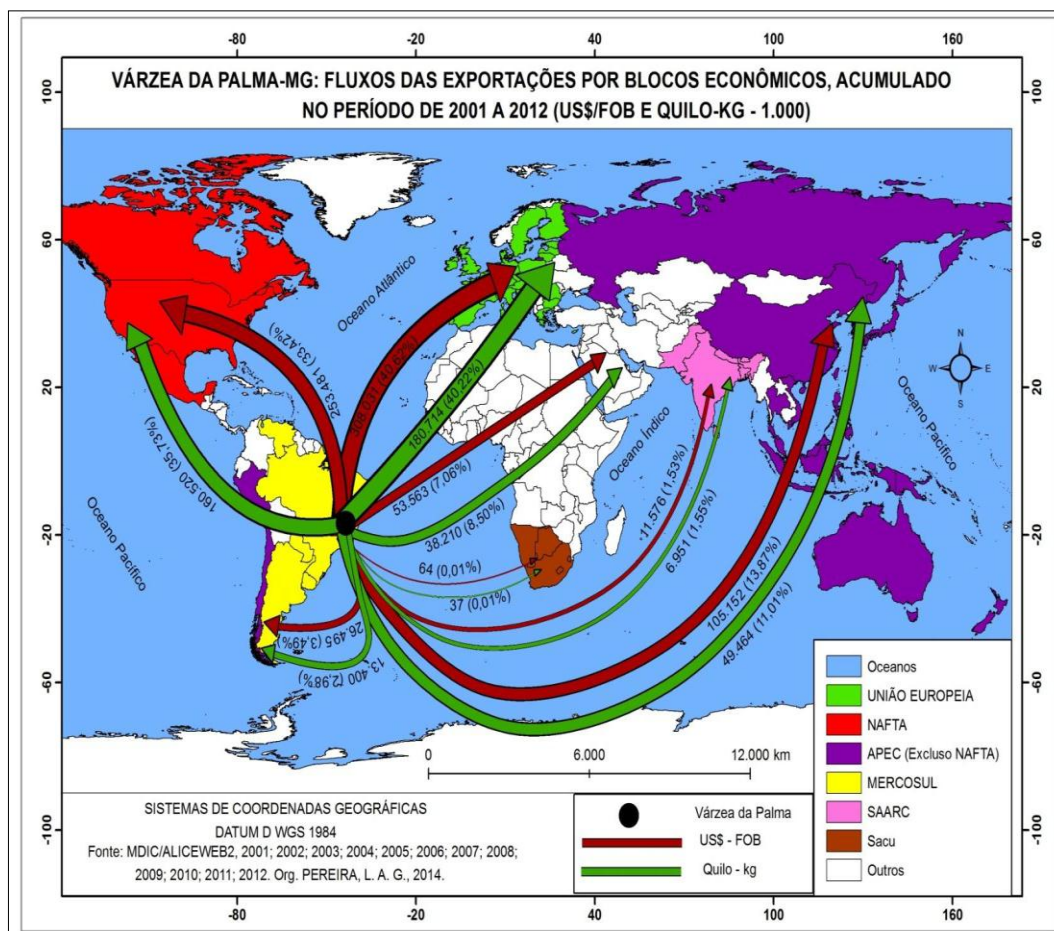
Fonte: Candido et al. (2012 p.127).

As áreas em destaques são compostas pelo ecossistema cerrado, onde se encontra o pequizeiro, não há plantio homogêneo, e toda produção retirada de trechos preservados. Segundo Candido *et al.* (2012), no que se refere a comercialização, é feita de duas maneiras de forma individual, o que enfraquece o produtor extrativa, e por meio da cooperativas. A pesquisa indicou que por meio das cooperativas cerca de 2400 famílias produzem para o Programa de Assistência a Agricultura Familiar (PRONAF), fornecendo em especial as escolas da região.

Como exemplo de ampliação produtiva aponta-se a atividade de exportação de produtos minerais para mercados internacionais. Pereira e Ferreira (2014) publicam um estudo sobre este tema, analisando a logística de comercialização e a produção mineradora em Várzea da Palma/MG.

Segundo a pesquisa esta cidade que possui indústrias mineradoras, que se instalaram no local em 1970, incentivado pelas ações estatais. “Atualmente, duas empresas exportadoras com domicílio fiscal em Várzea da Palma atuam no mercado internacional, exportando as suas mercadorias, que são a RIMA S/A e a Sada Siderurgia”. (PEREIRA; FERREIRA 2014, p. 85). A intensidade e o direcionamento desses fluxos são descritos na figura nove:

Figura 9: Mapa de fluxo econômico das exportações da cidade de Várzea da Palma/MG para os blocos econômicos



Fonte: Pereira e Ferreira (2014).

O mapa retrata que as relações comerciais que esta cidade estabelece extrapola o âmbito regional e estadual, se conectando aos grandes fluxos econômicos, com diversos países no mundo. Os principais parceiros seriam o Nafta e a União Européia, afóra instituir conexões com todas as áreas comerciais mundiais. Indica um espaço comercial amplo conectado aos grandes fluxos mundiais.

Outra atividade que pode indicar uma tendência regional recente, se refere a mineração, analisada por Barbosa (2014) destacando que a partir de 2008 a mesorregião Norte de Minas Gerais, inserida no semiárido mineiro, passou a ser reconhecida como uma nova fronteira mineral do estado de Minas Gerais. O autor elucida que tal fato ocorre devido a projetos de exploração mineraria em processo de implantação por grandes empresas mineradoras.

Trata-se da descoberta de enormes jazidas de ferro no vale do Alto Rio Pardo e encostas da Serra Geral (complexo norte do Espinhaço) e, também, da exploração de ouro por empresa canadense no município de Riacho dos Machados. (BARBOSA, 2014, p.45).

Segundo o pesquisador, os empreendimentos minerários encontram-se em processo de licenciamento ambiental, sendo alvo de contestação por parte de organizações da sociedade civil, tais como, Organização Não Governamentais, Sindicatos, Associações de Produtores, Associações de Moradores, Pastorais Sociais, dentre outros. As divergências e tensões residem, principalmente, na crítica à relação ao custo-benefício entre os efeitos econômicos e os danos ambientais e sociais para os municípios.

Em conjunto estes estudos demonstram, em parte, o atual dinamismo econômico regional . A apresentação ampla e completa da dimensão econômica foge ao foco central desta pesquisa. Nesse sentido, o próximo texto visa destacar organização do urbana Norte de Minas .

4.2 A urbanização no Norte de Minas segundo diferentes autores

No contexto da diversificação econômica o Norte de Minas fortaleceu seu sistema de cidades, exercendo funções regionais de polarização e especialização produtiva que lhe conferem um caráter ao mesmo tempo complementar e polarizado, individualizando-a em seu macro contexto. Essa ampliação permite a subdivisão da região em distintas áreas de influência, ou mais precisamente subcategorias.

Este texto busca compreender como a região do Norte de Minas foi, ao longo da história interpretada e classificada na hierarquia das cidades do estado. A análise está estruturada nas obras dos autores da Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), que possuem de longa data, um conjunto de pesquisas sobre o quadro urbano mineiro, entre eles Amorim Filho e Arruda (2002), Batella e Diniz (2006) e Alvim (2009), produzindo uma síntese evolutiva do sistema de cidades de Minas Gerais.

Amorim Filho e Arruda (2002) estudaram os sistemas de cidades no estado de Minas Gerias, em sua evolução ao longo de quatro períodos: de 1950 a 1960, de 1960 a 1970, de 1970 a 1980 e a rede urbana atual. Especificamente sobre as

décadas de 1950 e 1960, intitulado de “A explosão urbana”, baseados essencialmente na pesquisa pioneira de Yves Leloup, esses autores comprovam o quanto o processo de urbanização se intensificou nesse estado durante o período analisado. A pesquisa de Leloup, que estrutura a análise de Amorim Filho e Arruda, apontou para o fato de que Minas Gerais, mesmo sofrendo forte influência de grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, por volta de 1960, já apresentava uma rede urbana própria:

Nos anos 50 e 60 as redes urbanas de Minas começam a ganhar mais organicidade, e a hierarquia das cidades cresce em complexidade. Os fatores econômicos, o desenvolvimento dos demais sistemas e subsistemas urbanos de outros Estados da região Sudeste do Brasil, a criação de Brasília e, talvez acima de tudo isso, uma ampliação e uma modernização sem precedentes da rede rodoviária de Minas estão, entre outros motivos, na base dessas transformações das redes urbanas mineiras. Apesar de todos esses avanços, os níveis de interação e de conexão dos subsistemas urbanos mineiros permanecem ainda relativamente baixos. (AMORIM FILHO; ARRUDA, 2002, p. 194).

O estudo aponta o fortalecimento da infraestrutura, em especial, as rodovias, como uma das principais causas do fortalecimento da rede de cidades, reconhecendo a influência das capitais nacionais; contudo, destaca a presença de uma rede própria, que tem Belo Horizonte como centro regional primaz e que possui a região Norte de Minas como sua área direta de influência. Apesar desses avanços, a rede urbana do estado estaria fortemente orientada pela dinâmica de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

O quadro nove apresenta síntese da rede de cidades de Minas proposta por Leloup e apresentada por Amorim Filho e Arruda (2002), para o período de 1950-1960.

Quadro 9: Hierarquia urbana de Minas Gerais (1960)

1.Metrópole regional	Belo Horizonte
2.Grandes centros regionais	Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberlândia e Uberaba
3.Centros regionais	<i>Montes Claros</i> , Teófilo Otoni, Araguari, Patos de Minas, Ituiutaba, Ponte Nova, Barbacena, Poços de Caldas e Varginha
4.Centros regionais industriais	Divinópolis, Barbacena e Itajubá
5.Centros intermediários de serviços	Diamantina, Araxá, São Sebastião do Paraíso, Passos, Guaxupé, Alfenas, Pouso Alegre, Formiga, Lavras, Oliveira, São Lourenço, Ubá, Muriaé, Carangola, Manhuaçu e Caratinga
6.Centros intermediários industriais	Curvelo, Sete Lagoas, Coronel Fabriciano,

	Conselheiro Lafaiete, São João Del Rei e Leopoldina
7. Pequenas cidades industriais	Nanuque, Itabira, João Monlevade, Caeté, Nova Lima, Pará de Minas, Betim, Itabirito, Outro Preto, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Além Paraíba, Cataguases e Itaúna
8. As demais cidades são centros locais	

Fonte: LELOUP (1970, p. 191), *apud* (AMORIM FILHO; ARRUDA, 2002).

O quadro demonstra as categorias de cidades das redes de cidades do estado segundo critérios geossocioeconômicos. Os autores supracitados consideram que, nos níveis mais superiores, estão Belo Horizonte/MG, a metrópole regional, e grandes centros regionais, como as cidades de Juiz de Fora/MG, Governador Valadares/MG, Uberlândia/MG e Uberaba/MG. A única cidade do Norte de Minas classificada é Montes Claros/MG, que está em destaque caracterizada como centro regional.

No nível inferior, encontram-se os demais centros e as pequenas cidades industriais, a exemplo de Itabira/MG, localizada na região Central. O quadro evidencia os níveis de complexidade da rede, com forte influência da presença da indústria, e também da influência dos outros estados. Todas as demais cidades da região são considerados centros locais.

Para o período dos anos 1960 a 1970, Amorim Filho e Arruda (2002) fundamentam seu trabalho sobre a realidade urbana de Minas Gerais essencialmente nos estudos desenvolvidos pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), elaborados por meio da análise da circulação de ônibus intermunicipais, e nos estudos dos mesmos autores sobre as cidades de porte médio, entre outras fontes. Essa avaliação priorizou os fluxos como referência da rede de cidades. Segundo Amorim Filho e Arruda (2002 p. 195): “esses indicadores mostram de um lado a dimensão espacial da rede urbana, e de outro os níveis hierárquicos que compõe a rede em estudo”. Demonstram, pois, o alcance real da influência das grandes aglomerações urbanas, em especial, daquelas fora do espaço do território mineiro.

As pesquisas destacaram a ocorrência da consolidação das zonas de influência em Minas Gerais, além de propor uma hierarquia das cidades. Apresenta também a emergência de subsistemas urbanos regionais incipientes, formados por níveis hierárquicos inferiores. Estes níveis, em determinados contextos regionais do

estado, adquirem fundamental importância. Esses espaços são assim identificados: Subsistema Alto São Francisco, Subsistema do Alto Paranaíba, Subsistema do Noroeste, Subsistema do Jequitinhonha e Subsistema do Mucuri. Amorim Filho e Arruda (2002) destacam também o papel das cidades médias como estruturas catalisadoras capazes de exercerem a intermediação entre os diferentes níveis urbanos. Especificamente o Norte de Minas, região correspondente ao subsistema Alto São Francisco, é classificada nível inferior.

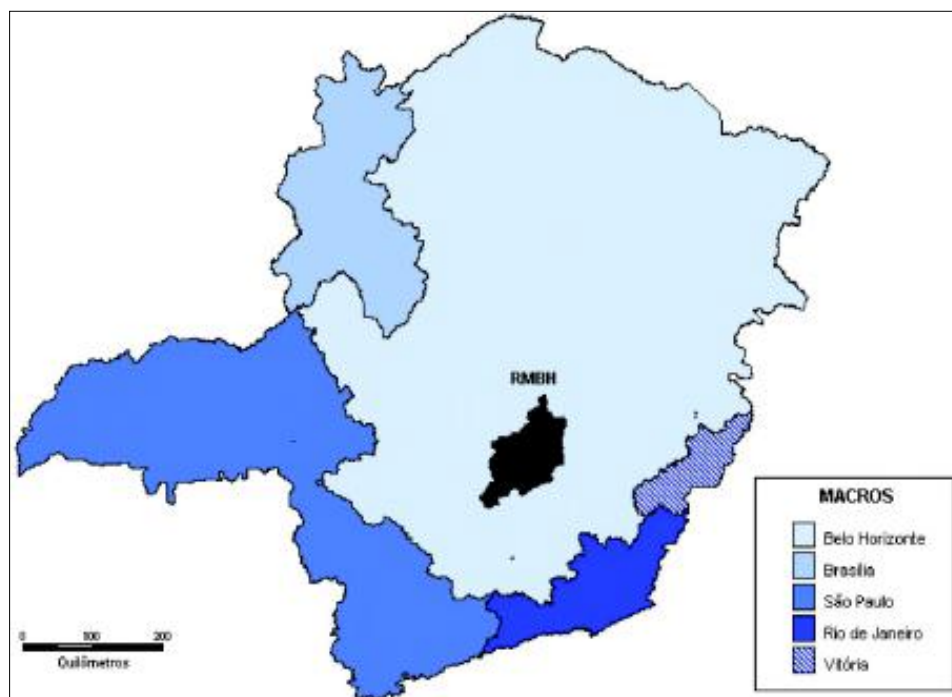
Para o período de 1970 a 1980, os autores fundamentam suas considerações em estudos da FJP, estruturados na teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933). A síntese desse período é relatada da seguinte forma:

O trabalho chama a atenção para área de influência de Brasília-DF, que vai se consolidando e ampliando no Noroeste, e a de Goiânia, voltada tanto para o Noroeste quanto para o Triângulo. Quanto a São Paulo, de um lado sua área de influência se ampliava e se consolidava, e de outro, essa influência se servia, cada vez mais, do papel de “relais”, desempenhados por grandes centros regionais, como Ribeirão Preto e Uberlândia. Belo Horizonte continuava ampliando consideravelmente sua área de influência, principalmente em detrimento do Rio de Janeiro, consolidou sua influência nas áreas Central, Leste, Noroeste e Norte de Minas, e ampliou suas ligações indiretas, isto é, aquelas intermediadas por centros regionais (como Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni, ou por numerosas cidades médias). (AMORIM FILHO; ARRUDA, 2002, p. 200-201).

A afirmativa acima pontua a síntese do quadro urbano mineiro no período de 1980, confirmando certas tendências verificadas anteriormente, como a influência de regiões externas no estado; destaque para a cidade de São Paulo/SP, além do fortalecimento da cidade de Belo Horizonte/MG como metrópole primaz, em especial, no contexto interiorano. A condição de território influenciado por zonas extras não é traço singular de Minas e pode ser observado em diversas áreas do próprio país.

A influência da cidade de São Paulo/SP sobre o sul e triângulo, e a consolidação das regiões Norte e Noroeste de Minas como área de influência de Belo Horizonte/MG são interpretações importantes deste estudo. A figura 10 destaca a influência das grandes metrópoles na rede urbana do estado de Minas Gerais e a região Norte de Minas como área de influência de Belo Horizonte/MG.

Figura 10: Áreas de influência predominante das grandes metrópoles em Minas Gerais



Fonte: AMORIM FILHO; ARRUDA 2002, p. 218, com base em Leloup, 1970).

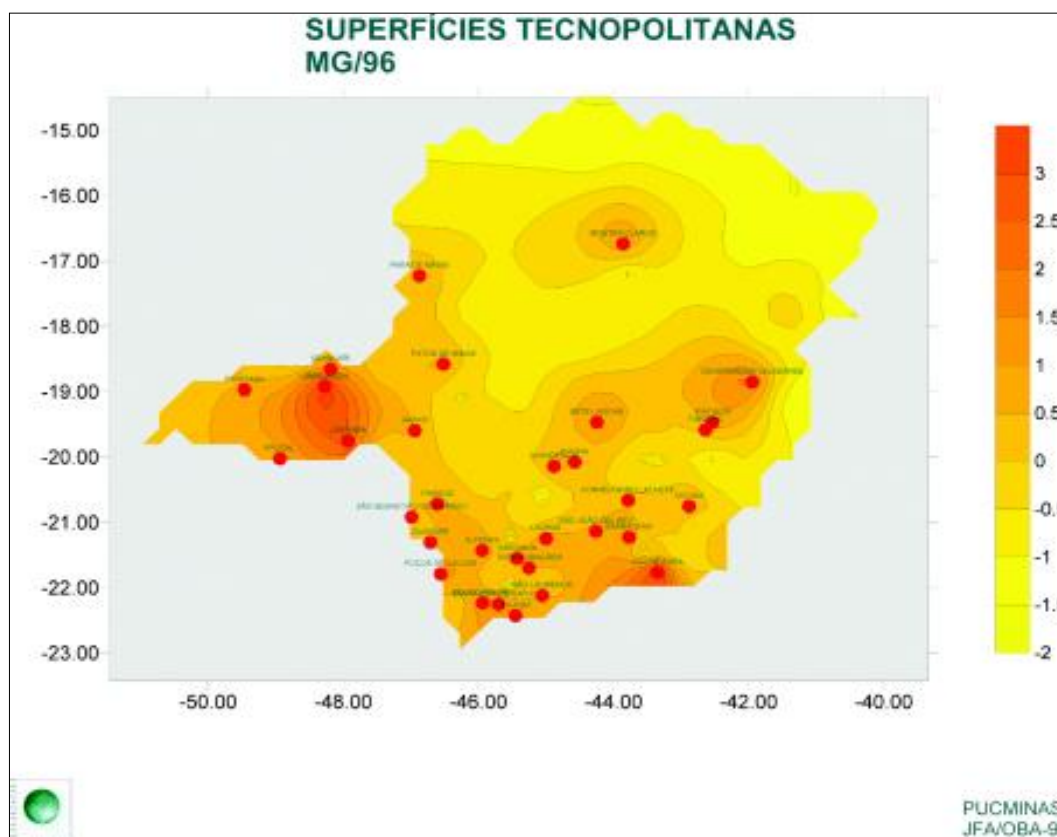
A figura retrata as áreas de influência das grandes metrópoles na rede urbana de Minas: São Paulo/SP, nas regiões do Triângulo Mineiro e no Sudoeste do estado; Brasília/BR, no Noroeste; Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES, na região Sudeste; e a área de influência de Belo Horizonte/MG, que abrange o interior do estado, englobando, em especial, a porção Norte. Expressa a configuração proposta por Leloup, ratificada por Amorim Filho e Arruda (2002).

Um fato que merece grande atenção nessa pesquisa é que Leloup, em seu estudo, segundo Amorim Filho e Arruda (2002), reconheceu o sistema de Montes Claros/MG e o de Teófilo Otoni/MG como subsistemas de relação regional que tem como influência a capital Belo Horizonte/MG, considerados subequipados e frágeis do ponto de vista da logística. Nesse sentido a classificação do Norte Minas pode ser considerada neste período como complementar a cidade de Belo Horizonte/MG.

Por motivos que envolvem os três setores da economia, a multiplicação desses centros urbanos busca suprir a demanda por inovação tecnológica e por mercado de trabalho especializado, além do fortalecimento do setor financeiro para a administração do fluxo de capital. Amorim Filho e Arruda (2002) destacam que, na década de 1990, o panorama urbano de Minas já é bastante complexo e retrata o

fortalecimento das cidades médias ou dos centros tecnopolitanos. A pesquisa detectou diversas áreas com alto potencial de urbanização, cujo gradiente é retratado na figura 11:

Figura 11: Superfície de potencial tecnopolitano de Minas Gerais (1999)



Fonte: AMORIM FILHO e ABREU, (1999), *Apud*(AMORIM FILHO; ARRUDA, 2002, p. 204).

Segundo os pesquisadores que produziram o mapa, a região de Belo Horizonte/MG foi estrategicamente retirada dessa análise em função da grande disparidade entre essa área e as demais regiões do estado. De acordo com a pesquisa, as principais superfícies identificadas foram: o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata Mineira, o Sul de Minas e a região Central. Destacamos que a região de Montes Claros não chega a formar uma superfície propriamente dita, retratando o padrão de isolamento do Norte do estado (AMORIM FILHO; ARRUDA, 2002).

Amorim Filho e Arruda (2002) desenvolveram, para o período de 2000, duas análises sobre a urbanização do estado que levam em consideração índices aglutinadores que retratam a estrutura e a qualidade de vida nas cidades analisadas. A primeira refere-se ao nível de crescimento econômico e à aglomeração

urbana/industrial (ECOFIN); a segunda é desenvolvida a partir do índice de bem-estar social (BES). Os resultados são apresentados no quadro 10.

Quadro 10: Classificações das cidades/municípios de Minas Gerais no período de 2000, segundo Amorim Filho e Arruda (2002)

Classificação cidades MG-ECOFIN	Classificação cidades MG-BES
Nível A (alto): representa 5,95% dos centros urbanos; entre eles, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Betim, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Divinópolis e Ipatinga.	Nível A (alto): incorpora 6,48% dos municípios; estes são: Belo Horizonte, Uberlândia, Itajubá e Ouro Branco.
Nível B (médio): representa 40,21% dos centros urbanos, com o predomínio das regiões Noroeste de Minas (69,23%), Triângulo (57,8%), Centro-oeste de Minas (56,36%), Alto Paranaíba (54,84%) e Sul de Minas (49,67%).	Nível B (médio): 48,9% dos municípios; concentra-se no Sul de Minas (79,74%), Triângulo Mineiro (69,70%), Centro-oeste de Minas (69,09%) e Alto Paranaíba (67,74%).
Nível C (baixo): representa 53,84% dos centros urbanos presentes em todas as regiões; sendo proporcionalmente mais intensos no Norte de Minas (75,47%), Jequitinhonha/Mucuri (82,02%), Rio Doce (73,81%) e região Central (47,37%).	Nível C (baixo): 44,58% dos municípios; concentra-se nas regiões Norte de Minas (90,57%), Jequitinhonha/Mucuri (98,11%), Rio Doce (78,57%) e Noroeste (53,85%).

Organização: Hermano (2014). Fonte: (AMORIM FILHO; ARRUDA 2002, p. 210-214).

Este quadro retrata a diversidade urbana e regional do estado de Minas Gerais vista sob bases analíticas distintas. Independentemente do tipo de classificação, algumas áreas despontam como grandes centros de aglomerações urbanas de níveis elevados, como a Central, a do Triângulo Mineiro e a do Sul; por outro lado, as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce possuem o predomínio dos níveis inferiores. Não há presença de região totalmente homogênea, e algumas, como o Centro-oeste, o Noroeste e a Alto Paranaíba, mudam de categoria de acordo com a classificação apreendida. O território diversificado foi retratado do ponto de vista do seu grau de urbanização, em função de sua extensão e de suas características econômicas, e mostra-se fértil ao surgimento dos centros médios em suas distintas hierarquias. Especificamente em relação ao Norte de Minas, nota-se uma região deprimida, comparativamente às áreas centrais, em ambas as classificações.

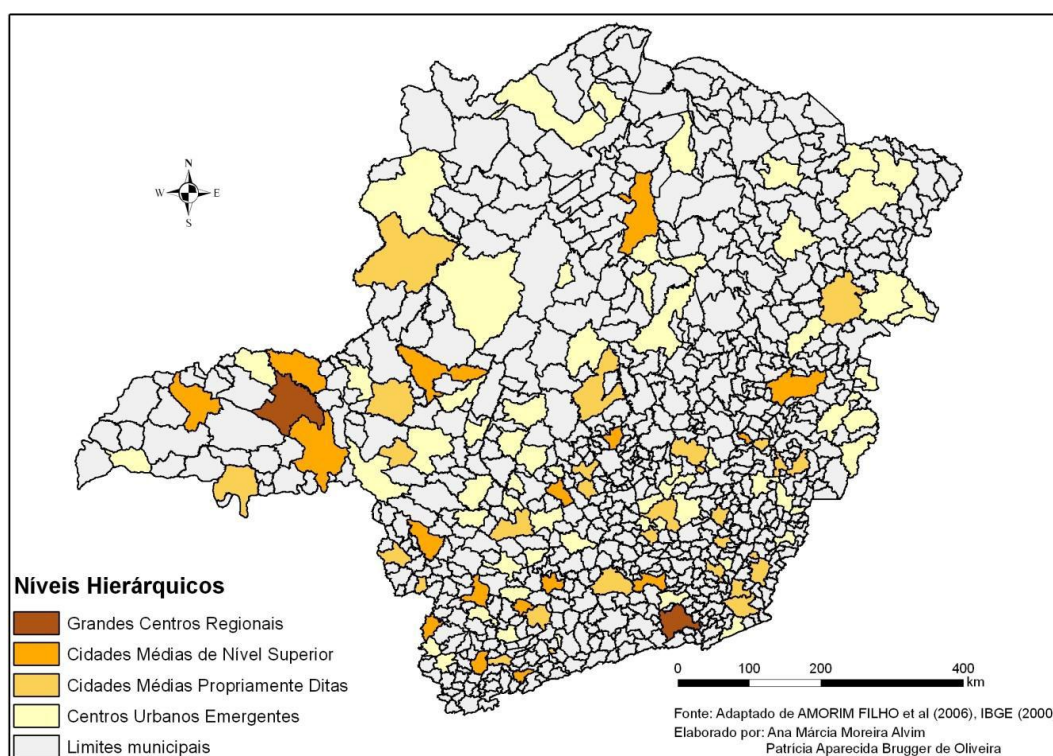
Batella e Diniz (2006) desenvolveram um trabalho que analisa a rede de cidades médias do estado de Minas Gerais e a sua relação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Verificaram a existência de uma realidade múltipla, afirmando:

Toda essa diversidade está refletida, ainda, no processo de urbanização diferenciado, pelo qual as cidades mineiras passaram. Processo esse que muito vem influenciando a localização das atividades econômicas. Em virtude da configuração variada das diversas regiões mineiras, tem-se o desenvolvimento de redes de cidades diferenciadas, que são balizadas por aspectos econômicos, demográficos, tecnológicos, de recursos naturais, dentre outros. (BATELLA; DINIZ, 2006, p. 368).

Destaca-se que existe, entre as regiões do estado, grande diversidade interna, principalmente no que tange às suas participações nos agregados econômicos estaduais. Uma característica marcante ratificada nos vários estudos sobre o estado é o fato deste possuir uma localização privilegiada, com posicionamento central no contexto do território nacional, o que permitiu a sua inserção na rede urbana nacional desde os primeiros ciclos de desenvolvimento do país.

A importância dessa capacidade de conexão foi atribuída, durante muito tempo, à área central, em especial, no período da mineração; entretanto, no período de 1960, essa característica se ampliou para outras regiões, em especial, o Sul, o Oeste e também a região Norte. O novo sistema urbano apresenta uma tendência ao crescimento mais planejado, promovendo o fortalecimento não apenas de grandes núcleos, mas também, e principalmente, de uma complexa rede de cidades médias. A configuração atual, baseada no estudo de Alvim (2009) é mostrada na figura 12.

Figura 12: Mapa dos níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais



Fonte: ALVIM(2009).

Alvim (2009) desenvolveu um estudo sobre a rede urbana mineira a partir de seus fluxos migratórios, verificando que é do tipo complexa, e para dar visibilidade a outros centros urbanos a cidade de Belo Horizonte/MG foi excluída da classificação das cidades. Segundo a autora, “embora ela indique Belo Horizonte como cidade primaz ou lugar central de primeira ordem, a rede conta com n cidades médias ou centros de ordem intermediária” (ALVIM, 2009, p. 41). A pesquisa comprovou que os diversos níveis urbanos têm capacidade não somente de receber, mas também de fixar migrantes oriundos de cidades de mesmo nível, de níveis inferiores e/ou de nível superior a elas; merece destaque a região do Triângulo Mineiro.

Tanto em nível nacional quanto no estadual um fato mostra-se marcante: o avanço e o fortalecimento das cidades do interior. Essa condição relaciona-se ao desenvolvimento da indústria, do setor de serviços e do agronegócio. Pode-se amplamente caracterizar a urbanização do estado de Minas Gerais de forma polarizada, diversificada e complexa, com a presença de grandes núcleos industriais, mas também de redes urbanas no interior, estruturadas, em especial, nas cidades médias que, em outros níveis econômicos, exercem funções

estratégicas. No próximo tópico apresenta-se a análise detalhada da urbanização atual da região.

4.2.1 A urbanização no Norte de Minas segundo autores regionais

No Norte de Minas a industrialização e os projetos de irrigação implementados a partir de 1960, fruto da ação do Estado, estimulou tanto os fluxos migratórios campo/cidade como os intermunicipais. “A distribuição da indústria ocorre de forma desigual, o que gerou também uma urbanização desigual”. (PEREIRA, 2004, p. 21).

Em seu estudo, destaca que em 1969 Montes Claros/MG e Pirapora/MG elaboraram o plano de desenvolvimento industrial, fato que contribuiu com o fortalecimento das economias locais e da urbanização. No interior, estabeleceram-se os projetos agrários, os quais levaram ao crescimento de algumas cidades, sendo, portanto, um desenvolvimento industrial pontual.

Por outro lado, Hermano (2006) concluiu que, na região, a urbanização das cidades mais interioranas, por meio de redes produtivas agrícolas, como a fruticultora, ocorreu de forma rápida e a serviço do capital produtivo polarizado. Percebe-se um grande salto urbano, um aumento expressivo da população e dinamização econômica, mas a região permanece carente, com insuficiência de serviços sociais básicos, principalmente para uma maioria excluída e despreparada para o recente mercado moderno.

Souza (2008, p. 69) elucida, em sua pesquisa, que a principal característica da rede urbana do Norte de Minas Gerais “é a destacada presença do município de Montes Claros/MG, entretanto, outros municípios, ainda que timidamente, vêm se destacando no referido cenário”. Chama a atenção para as cidades mineiras de Janaúba/MG, Januária/MG e Bocaiúva/MG, e alerta que esse fato tem contribuído para fortalecer a debilitada rede urbana do Norte de Minas.

Um dos estudos mais recentes sobre urbanização regional, de França (2012), destaca que a atividade industrial motivou a migração campo-cidade, levando, paulatinamente, a um aumento do movimento migratório do campo à cidade: “a migração dos camponeses para as áreas urbanas gerou uma grande explosão demográfica em algumas cidades, como, por exemplo, Montes Claros” (FRANÇA, 2012, p. 64).

Apesar das bases metodológicas diferenciadas, encontram-se, nesses autores, alguns aspectos comuns. O primeiro deles se refere à centralidade da cidade de Montes Claros/MG, defendida por Lessa (1993), Pereira (2004), Rodrigues et al. (2005), Hermano (2006), Pereira (2007), Souza (2008) e França (2012). O segundo é o fato do crescimento desigual das cidades, o que dá um caráter desequilibrado à estrutura urbana regional. Uma diferença marcante observada é que, enquanto Pereira (2007) e Hermano (2006) destacam a relação do desenvolvimento urbano com determinadas atividades rurais, Souza (2008) e França (2012) chamam a atenção para o caráter industrial. Todos os autores destacam a importância da atuação do Estado como alavanca mestra no processo de desenvolvimento espacial, ou seja, é uma área com pouca capacidade de promover o setor privado.

Rodrigues e outros (2005) em estudo com o método de análise multivariada selecionou diversas variáveis como: coleta de lixo iluminação elétrica, disponibilidade de linhas telefônicas, quantidade de hospitais, número de leitos, quantidades de instituições de ensino fundamental, médio e pré-escolar, como *proxy* de infraestrutura econômica e equipamentos sociais, para analisar o quadro urbano regional. “Tendo por objetivo agrupar as cidades segundo hierarquias da rede urbana”.(RODRIGUES *et al.*, 2005, p.14).

Não se trata de exercer uma classificação minuciosa do quadro urbano regional, o objetivo é elucidar a sua estrutura geral. Tomando-se por base a classificação regional de Hermano (2006) baseada na investigação de Rodrigues et al. (2005), pode-se propor a rede urbana regional atual. Rodrigues *et al.* (2005) desenvolvem uma classificação das cidades estruturada no sistema de *clusters*, que é um método de agrupamento, que busca unir “indivíduos” com alto grau de similaridade, de modo que os semelhantes se encontrem em um mesmo grupo e os dessemelhantes em grupos diferentes. Esta classificação se apresenta no quadro 11:

Quadro 11: Rede urbana atual do Norte de Minas

Tipologia urbana	Municípios
Capital regional	Montes Claros
Centro sub-regional	Janaúba e Pirapora
Centro de zona	Bocaiúva, Januária, Salinas, São Francisco e Várzea da Palma
Centro local	Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Itacarambi, Jaíba, Manga, Mato Verde, Porteirinha, Monte Azul, Rio Pardo de Minas, São João da Ponte, São João do Paraíso, Taiobeiras e Varzelândia

Subordinação	Os demais 65 municípios da região norte-mineira
--------------	---

Fonte: Dados da pesquisa e estudo do cluster urbano norte mineiro de RODRIGUES et al. (2005) e HERMANO (2006).

Esta síntese aponta que no espaço regional, existem poucos centros de médio porte e um maior número de pequenos centros locais ou de zona, os quais comercializam produtos imprescindíveis para o consumo da população. A presença de alguns centros de médio porte leva ao desenvolvimento incipiente do mercado consumidor e das estruturas modernas de circulação.

França e Queiroz (2013) ao estudarem a rede urbana regional consideraram o Produto Interno Bruto(PIB) dos municípios da região do Norte de Minas, e consideraram Montes Claros/MG o centro primaz e Janaúba/MG, Januária/MG e Pirapora/MG pólos regionais, possuindo importante centralidade em seu entorno. Esses locais exercem na rede urbana regional funções complementares às dos grandes centros regionais e das cidades médias.

Com foco na análise da indústria siderúrgica do Norte de Minas, os autores Pereira e Ferreira (2013) analisaram a infraestrutura das redes de transportes e seus reflexos no ordenamento espacial das atividades econômicas. uma vez que foi observada a concentração das atividades econômicas em pontos dinâmicos e estratégicos do território nortemineiro, principalmente naquelas áreas de mais fácil conexão com o mercado nacional e internacional. Os pesquisadores afirmam que “as atividades industriais do setor siderúrgico metalúrgico na região se expandem em Montes Claros/MG, Pirapora/MG, Várzea da Palma/MG, Bocaiuva/MG e Capitão Enéas/MG”. (PEREIRA; FERREIRA, 2013, p.27).

Além da pesquisas acerca da configuração econômico espacial da região apresenta-se a tabela um com caraterísticas gerais da população e economia dos municípios mais representativos da região em foco:

Tabela 1: Dados gerais dos principais municípios da região do Norte de Minas

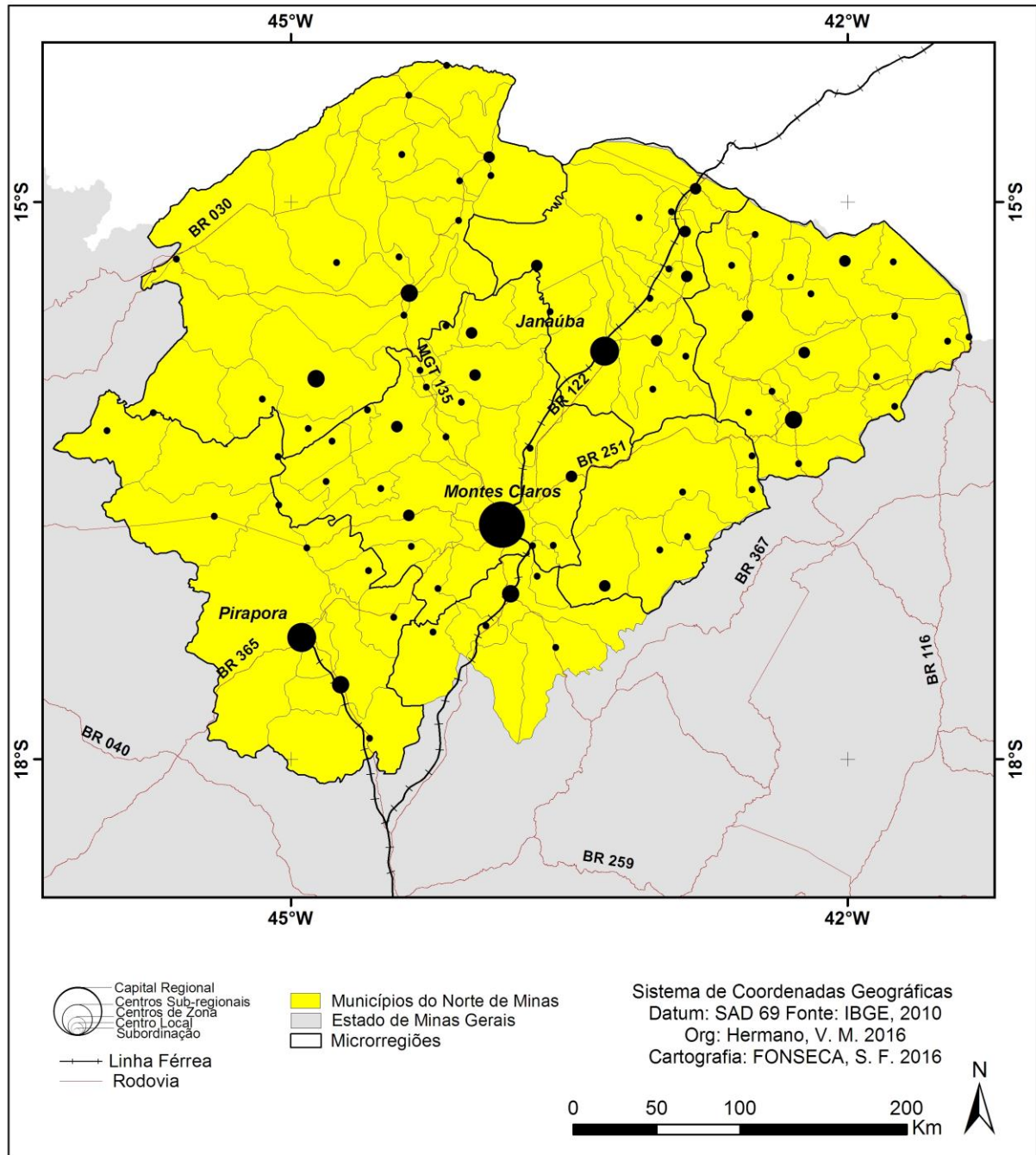
Municípios	PIB-Total 2013 (em mil reais \$)	PIB-Industrial (%)	PIB-Serviços Total (%)	Taxa de Urbanização 2010 (%)
Montes Claros	7.053.746,00	21,07	66,28	95,17
Pirapora	1.316.430,00	37,10	47,44	98,16
Janaúba	733.768,00	9,46	76,15	90,67
Várzea da Palma	641.290,00	33,68	45,26	87,42
Bocaiúva	628.455,00	22,7	56,70	78,45
Januária	514.155,00	5,97	46,55	78,45

Fonte: IBGE, 2016.

A tabela um apresenta os municípios de maior produção da região, a participação dos setores industriais e de serviços no Produto Interno Bruto municipal e a taxa de urbanização. Nota-se que a produção de Montes Claros/MG é a maior e a participação da indústria e dos serviços é expressiva, além de elevada taxa de urbanização. Janaúba/MG é o terceiro na hierarquia do PIB e o município com maior percentual decorrente do seu setor de serviço, 76,5 %, por outro lado a participação de seu setor industrial no PIB municipal é baixa, ademais apresenta a terceira maior taxa de urbanização dentre os municípios listados. O município de Pirapora/MG apresenta a maior taxa de urbanização, 98,16%, bem como o seu setor industrial é o de maior representatividade no PIB municipal. Várzea da Palma/MG também tem um setor industrial representativo em seu PIB.

Montes Claros/MG é de fato a cidade primaz da região, tendo a presença de outros centros que chamam a atenção, como pode-se ver na figura 13.

Figura 13: Mapa da rede urbana atual do Norte de Minas



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O mapa retrata a rede regional geral, destacando-se, além dos centros primazes, a existência de um grande número de cidades de pequeno porte e de poucos centros médios. Isso leva à conformação de uma rede urbana caracterizada pela falta de centros intermediários e pela presença de mercados periódicos. A presença marcante das cidades pequenas no quadro urbano regional foi

devidamente comprovada por Pereira (2007, p. 176), afirmando que “é bastante expressivo o quadro apresentado como de cidades pequenas na região”.

Um estudo que reforça essa afirmativa é a investigação de Oliveira *et al.* (2000). Estes autores desenvolveram uma pesquisa destacando a influência do aspecto rural em cidades com menos de 20.000 habitantes na região do Norte de Minas, tendo, como estudo de caso, sete municípios. A pesquisa realizada leva à comprovação de que as pequenas cidades visitadas mantêm uma forte ligação com o espaço rural. Assim, a relação com a natureza, as regiões não densamente povoadas e a inserção em dinâmicas urbanas são alguns dos aspectos que denotam a ruralidade:

No presente estudo de caso, os principais fatores responsáveis pela maior ou menor influência do rural foram: (a) principal base econômica dos municípios – a agropecuária; (b) a existência de associações de moradores predominantemente na zona rural; (c) a realização de feiras semanais, com a movimentação nos mercados populares; (d) relações primárias de vizinhança e compadrio; (e) a realização de festas folclóricas e/ou religiosas; (f) a implementação de projetos que sirvam de apoio aos pequenos produtores por iniciativa de órgãos públicos e privados. (OLIVEIRA *et al.*, 2000).

A cidade e o campo, hoje, são realidades confluentes. A urbanização e o urbano podem ser vistos sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho. Ser urbano, hoje, não significa necessariamente viver no espaço físico da cidade. A questão urbana é de magnitude diferente. Ela ultrapassa as fronteiras físicas da cidade. Pereira e Soares (2006, p. 15) afirmam que, no Norte de Minas, onde grande parte dos municípios permanece com população majoritariamente rural, “desenvolvem-se atividades típicas do rural, a paisagem urbana possui elementos do rural e o campo apresenta influência do modo de vida urbano”.

Esse estudo evidenciou que os pequenos centros possuem uma forte relação com as atividades tradicionais rurais; por outro lado, no espaço regional, verifica-se a presença de cidades que se fortalecem a partir do agronegócio e de uma ruralidade muito mais especializada, voltada para os grandes mercados, ratificada pela implementação dos projetos de irrigação. Alguns autores destacam a importância dos projetos para a modernização regional; entre eles, podemos citar Rodrigues (2000), Pereira (2004, 2007) e Hermano (2006).

Portanto, a partir dos diversos estudos consultados nesta pesquisa, é possível inferir que a urbanização nortemineira segue algumas tendências do quadro

nacional, em especial, a expansão pós 1960. Todavia, sob um ponto de vista mais específico, verifica-se um dinamismo regional próprio, marcado, em princípio, pelo isolamento, que foi paulatinamente sendo enfraquecido a partir da atuação marcante do Estado, via grandes obras infra estruturais, como a ferrovia, as rodovias, as indústrias e os projetos de irrigação.

Todos esses fatores configuram-se em uma realidade atual multidimensional, na qual a cidade de Montes Claros/MG se estabelece como principal centro urbano regional, seguida de alguns centros médios ou intermediários que possuem a influência do setor de serviços e, em menor escala, do agronegócio, além da presença de um imenso conjunto de pequenas cidades eminentemente rurais. Nesse contexto regional, insere-se o nosso objeto de pesquisa.

Outro fato se refere ao papel da indústria, que é pontual e concentrado, se localizando em alguns municípios como Montes Claros/MG e Pirapora/MG. Todos os demais (Janaúba/MG, Januária/MG, Jaíba/MG e Bocaiúva/MG) são cidades de níveis distintos e têm o seu desenvolvimento altamente interrelacionado ao setor de serviços e comércio, e a dimensão rural, em especial, à fruticultura ou à pecuária.

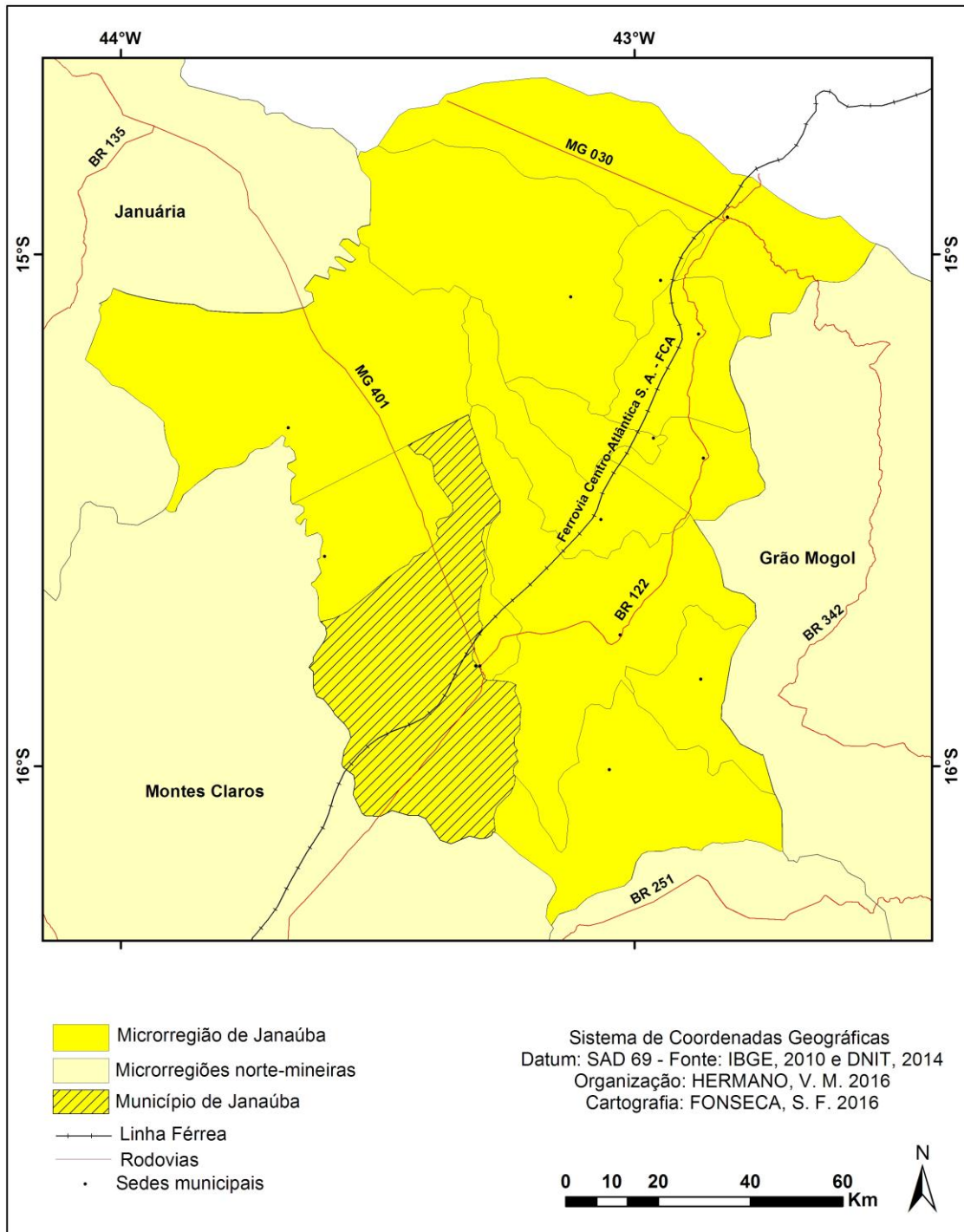
A rede é caracterizada por sua origem colonial, pelo grande número de pequenos centros e pela presença de polos caracterizados como cidades médias. A região se fortalece ao longo das últimas três décadas, todavia, está distante de ser uma rede central, numa perspectiva ampla do território nacional. Outros fatores relevantes são: o desenvolvimento e a ampliação do terceiro setor e a ligação com o rural, como bases econômicas que consolidam o sistema urbano.

Mediante tais considerações, o estudo realizado aponta para uma realidade urbana múltipla; quer dizer, o sistema de cidades nortemineiro possui vários níveis de desenvolvimento. Considerado subjacente pelo ponto de vista macrorregional, essa rede é marcada pela presença das cidades médias. Sua configuração retrata um passado colonial atrelado à presença dos pontos globalizados. A seguir, discute-se a constituição da microrregião de Janaúba/MG.

4.3 A microrregião de Janaúba/MG

A microrregião é indicada na figura 14, composta por 13 municípios, deste conjunto os maiores em extensão territorial são Janaúba/MG e Jaíba/MG e o menor é Nova Porteirinha/MG.

Figura14: Mapa da microrregião do IBGE de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O mapa retrata a composição dos municípios da microrregião e a organização viária da região. Neste pode-se observar a distribuição territorial e a estrutura de escoamento. A dinâmica sócio espacial desta área, será apresentada no primeiro momento pelo quadro geográfico e histórico, e após um estudo específico sobre o sistema de cidades, que é nosso foco primordial, no entanto alerta-se ao fato da parca existência de estudos sobre a área.

Do ponto de vista histórico, como apresentado anteriormente, a origem regional remete a pecuária extensiva, de povoamento esparsa, durante a maior parte do período colonial e régio, e o grande impulso de desenvolvimento é marcado pela atuação governamental por meio de projetos de irrigação instituídos pela SUDENE.

Relativamente isolado do resto do país, o Norte de Minas Gerais caracteriza-se por uma região semi-árida com um misto de economia agrária e pecuária, voltada para um mercado local e regional, cuja população há décadas assiste a um forte grau de pobreza econômica. A tarefa de controlar uma área tão vasta e de ocupação esparsa era extremamente difícil. As tentativas de controle estatal e econômico levaram a várias revoltas, que contudo não propiciaram a efetiva ocupação da região.(COLEGIADO TERRITORIAL DO NOROESTE DE MINAS, 2010, p.10-11).

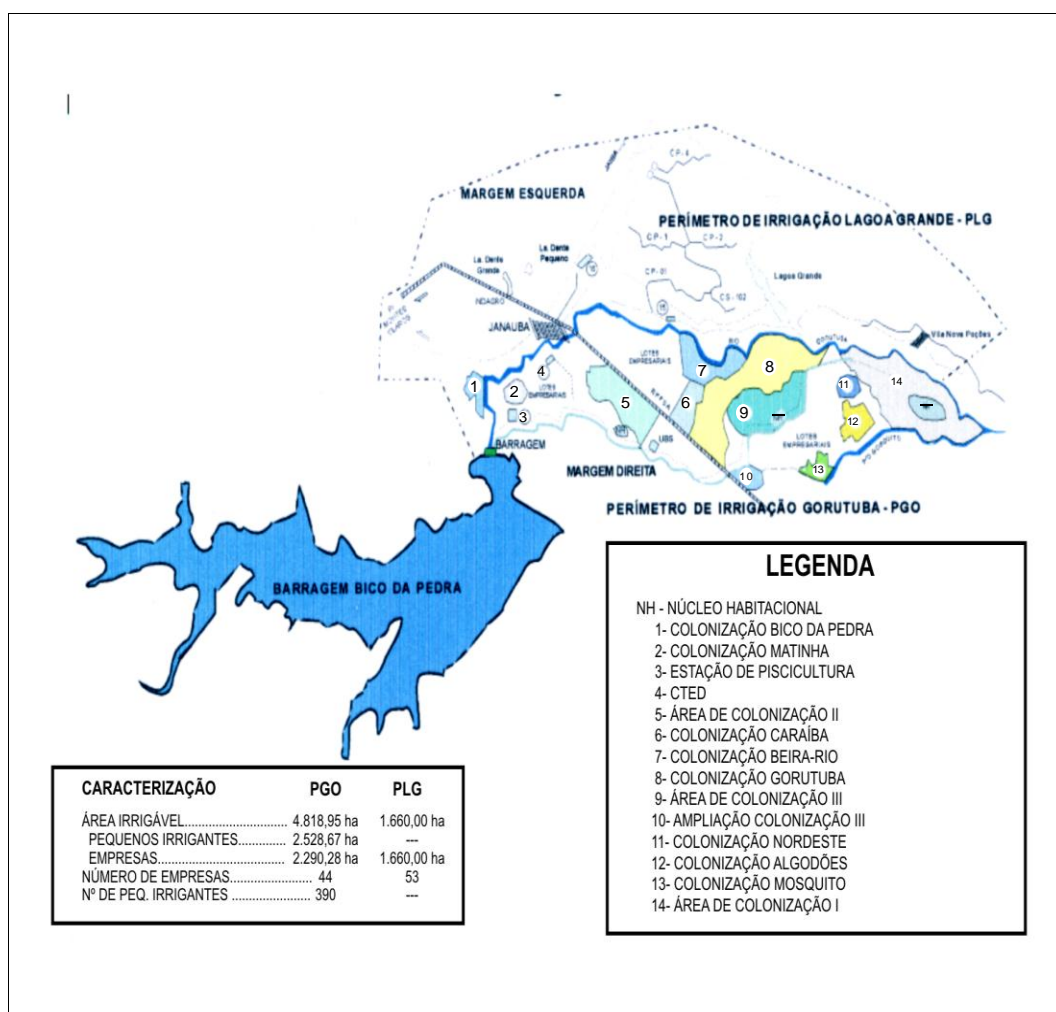
A afirmativa ratifica as colocações anteriores, que destacam a origem colonial pecuarista, que geram um tipo de povoamento voltado durante muito tempo as atividades rurais. O marco regional de mudança é a atuação da SUDENE, já amplamente discutida na seção 4.1, e especificamente nessa área de estudo, ressalta-se as instalações de dois projetos de irrigação: o Jaíba e o Gorutuba.

O Projeto Gorutuba possui uma estrutura de organização, de acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (2011), que está dividido em áreas irrigadas com 4.895,15 ha, e de sequeiro 2.339,11 ha. As primeiras são mais valorizadas, devido ao acesso fácil à água, estão divididas entre os colonos, com cerca 68% e os empresários com 42% do total.

Terras não irrigadas, estão em sua maior parte com os empresários, que utilizam poços artesianos particulares para a viabilização produtiva. Isso significa que, no projeto Gorutuba, parte da infraestrutura implementada favorece os pequenos produtores, no entanto, em relação ao comércio, o domínio são dos empresários.(HERMANO, 2006).

A presença da tecnologia irrigacional proporcionou o desenvolvimento da agricultura tecnificada que dinamizou os locais, e levou ao fortalecimento econômico. Na avaliação feita pelo Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), trata-se de uma estrutura invejável, que pode alcançar ótimos padrões de produtividade. A figura 15 indica do projeto:

Figura 15: Ilustração do Projeto de Irrigação do Gorutuba



Fonte: CODEVASF (2001).

A imagem ilustra a barragem Bico da Pedra como reservatório estratégico da água e os núcleos colonizadores organizados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), um dos órgãos responsáveis pela gestão do projeto. Retrata a cidade de Janaúba/MG e o limite do município de Nova Porteirinha/MG. Este conjunto urbano rural é um dos sistemas mais importantes da microrregião em estudo.

Já Projeto Jaíba, segundo Amaral (2012, p. 27) está localizado em uma área “denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, abrangendo os municípios de Jaíba/MG, Manga/MG, Matias Cardoso/MG e Verdelândia/MG”, na região do Médio São Francisco. De acordo a pesquisa da autora referenciada, a sua concepção teve como objetivos a diminuição das desigualdades sócio econômicas da região, ampliação da fronteira agrícola, aumento da renda média dos trabalhadores locais e criação de pólo agropecuário para abastecer parte da região sudeste.

A origem do projeto refere-se a pretéritas iniciativas governamentais:

As primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da região foram tomadas na década de 50, com os estudos realizados pelo Bureau of Reclamation dos Estados Unidos, que identificou uma área com potencial para a agricultura irrigada em uma região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande (DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO JAÍBA, 2011, p.15).

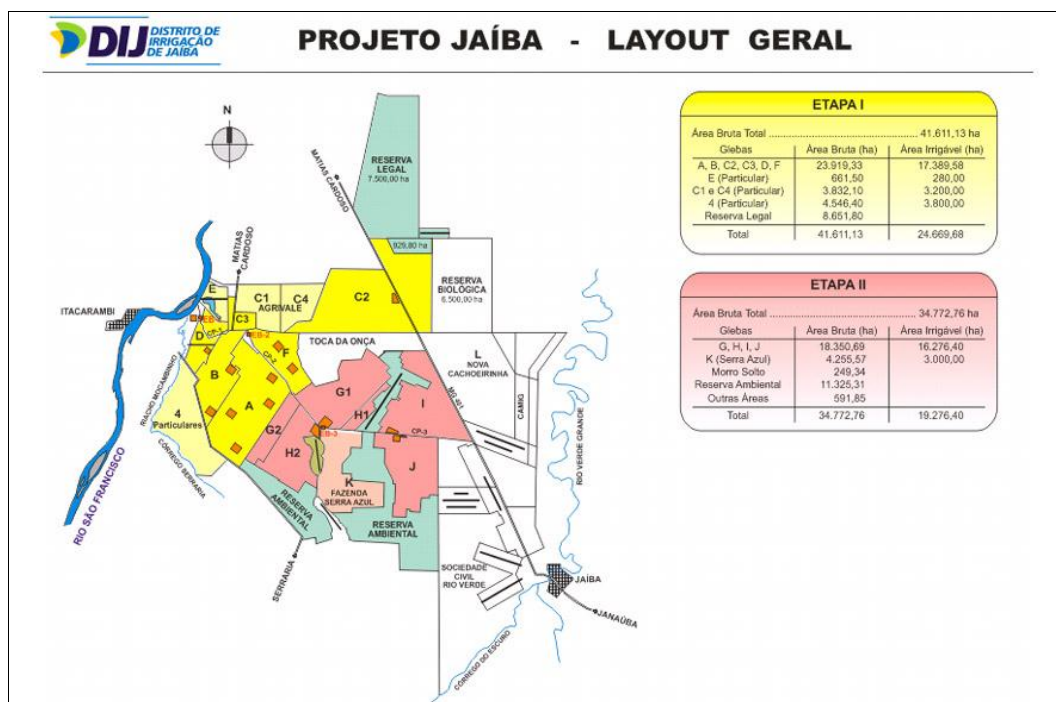
Apesar do insucesso da primeira tentativa de colonização, essa região passou a dispor de uma infraestrutura básica instalada, a qual possibilitou posteriormente, o planejamento de ações mais concretas diretamente ligadas a essa área. De acordo Amaral (2012) o início da operação do projeto com instalação das primeiras famílias de irrigantes ocorreu no final da década de 80. Nessa mesma época foi fundado o Distrito de Irrigação de Jaíba/MG (DIJ), órgão formulado nos moldes do Distrito de Irrigação da Califórnia/EUA. O DIJ é uma instituição de caráter privado, sem fins lucrativos, composto por representantes dos irrigantes, dos empresários proprietários de lotes, da CODEVASF e da Rural Minas.

O Projeto Jaíba foi concebido para ser implantado em quatro etapas, ocupando uma área total de 100.000 ha, sendo 67.000 ha de área irrigada. Apenas a Etapa I está concluída, ocupando uma área total de 41.611 ha, sendo 24.669 ha de área irrigável, 8.651,80 ha de área de reserva legal e o restante da área utilizada para infraestrutura (não-irrigável). Ressalta-se que 70% dos lotes da Etapa I são ocupados por pequenos agricultores em área de cinco hectares (SILVA, 2006).

Segundo Distrito de Irrigação de Jaíba (2011) a Etapa II atingirá uma área aproximada de 34.700 ha, e estão previstos o assentamento de pequenos e médios produtores em áreas de 10, 25,64 e 90 ha. Já as Etapas III e IV têm,

respectivamente, 17.000 ha e 15.800 ha. A figura 16 apresenta o layout geral do Projeto Jaíba.

Figura 16: Ilustração do Projeto de Irrigação do Jaíba



Fonte: DIJ (2011).

A figura mostra a estrutura organizacional do projeto definida em etapas. A área em amarelo é o município de Jaíba/MG e as áreas em verde são as etapas que já estão em operacionalização. Como mencionado anteriormente, apenas a etapa I foi concluída, a etapa II encontra-se em processo de ocupação, na etapa III foram concluídos os estudos de viabilidade e a etapa IV encontra-se em fase de planejamento. A infraestrutura do projeto é composta por 163 km de canais, 385 km de adutoras, 533 km de estradas, 3 km de drenos e estações de bombeamento. A principal estação é a EB1, que capta água diretamente no rio São Francisco através de um canal com 1.200 m de extensão. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 2001).

Comparativamente, enquanto o projeto Gorutuba já possui sua capacidade de instalação plenamente ocupada, o projeto Jaíba ainda esta em fase de execução. Ambos os projetos tem sido fortemente afetados pela sequencial queda da pluviosidade que vem ocorrendo nos últimos anos (2012, 2013, 2014). A situação crítica da água tem levado os distritos administrativos, Distrito de Irrigação do

Gorutuba (DIG) e DIJ, a buscarem alternativas de racionamento hídrico, este fato, têm suscitado a temática da sustentabilidade e da gestão, até então, anteriormente negligenciadas.

Fica evidente a importância desses projetos de irrigação como elementos que viabilizaram a agricultura tecnificada e o fortalecimento das cidades regionais. A relação entre a agroindústria e as cidades é amplamente discutida por autores como Elias (2013) e Sobarzo (2014), e sua relação específica com a cidade média foi abordada na seção 3.1.2 desta tese. No caso específico da microrregião, Hermano (2006) apontou em seu estudo que após a implantação do projeto Gorutuba ocorreu o fortalecimento da cidade de Janaúba/MG e o município de Nova Porteirinha/MG foi criado. Souza e Moura (2015, p.5) afirmaram que com o projeto Jaíba “houve a vinda de diversas pessoas de cidades adjacentes e até de outros estados para o perímetro urbano do atual município de Jaíba/MG”. O desempenho dos municípios e suas cidades será tratado no tópico que se segue.

4.3.1 Os municípios da microrregião: visão geral

Para analisar o alcance sócio econômico das mesmas, busca-se retratar suas estruturas por meio de três índices que sintetizam diversos parâmetros como saúde, educação, infraestrutura e outros. Estes foram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação (IDHME), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade (IDHML) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda (IDHMR). Os resultados são apresentados na tabela dois:

Tabela 2: Índices de desenvolvimento humano dos municípios da microrregião de Janaúba/MG

Município	IIDHM 2000	IDHM 2010	IDHME 2000	IDHME 2010	IDHML 2000	IDHML 2010	IDHMR 2000	IDHMR 2010
Janaúba	0,58	0,696	0,045	0,649	0,743	0,796	0,585	0,654
Catuti	0,413	0,621	0,241	0,549	0,671	0,773	0,437	0,563
Espinosa	0,493	0,627	0,324	0,526	0,698	0,804	0,53	0,582
Gameleiras	0,461	0,65	0,31	0,618	0,715	0,796	0,441	0,559
Jaíba	0,467	0,638	0,269	0,531	0,698	0,789	0,541	0,619
Mamonas	0,44	0,618	0,247	0,537	0,689	0,779	0,501	0,565
Mato Verde	0,505	0,662	0,339	0,61	0,717	0,789	0,531	0,604
Monte Azul	0,505	0,659	0,363	0,578	0,715	0,811	0,497	0,611
Nova Porteirinha	0,518	0,641	0,358	0,556	0,715	0,811	0,544	0,584

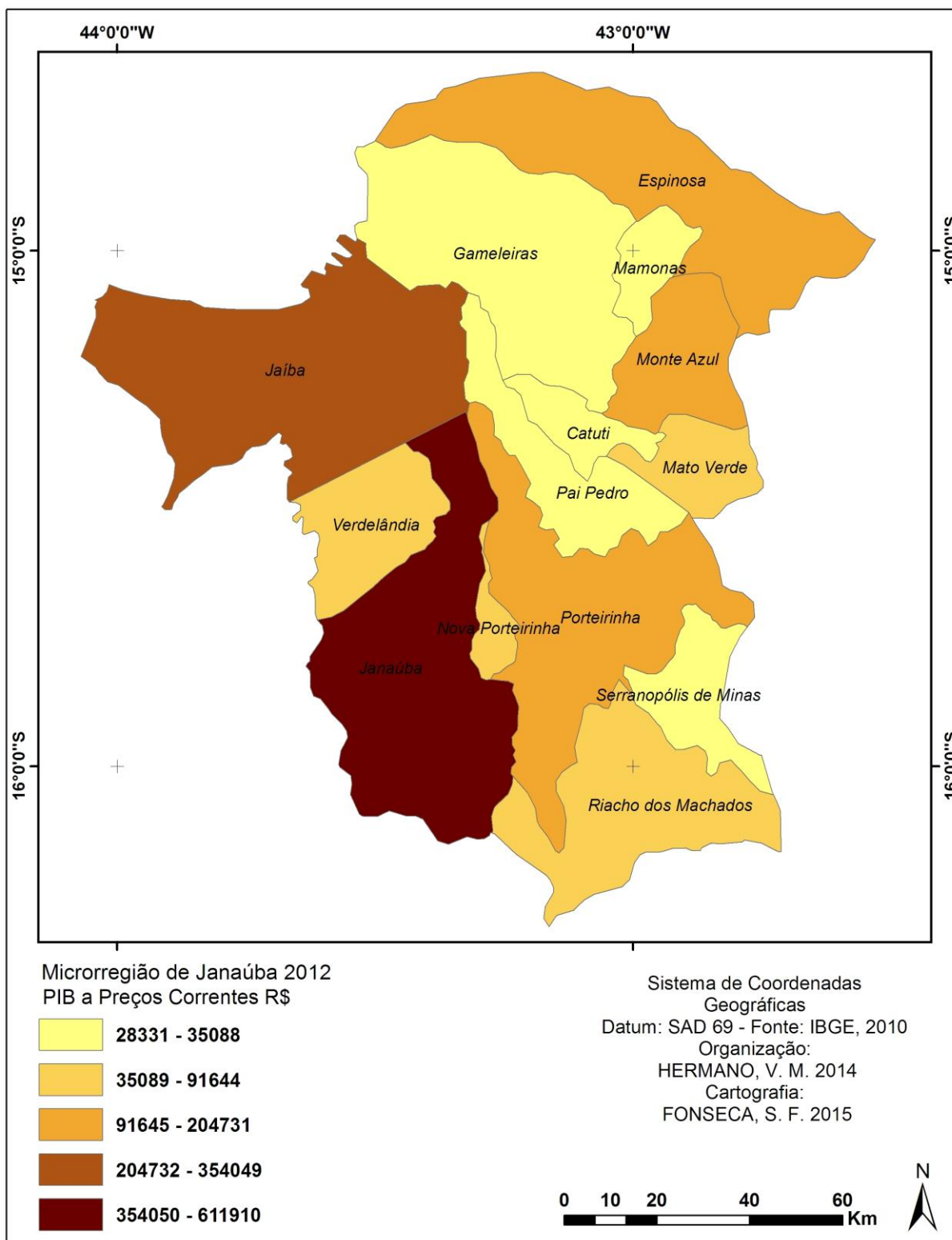
Pai Pedro	0,408	0,59	0,219	0,52	0,666	0,76	0,465	0,52
Porteirinha	0,482	0,651	0,31	0,585	0,698	0,796	0,519	0,593
Riacho dos Machados	0,436	0,627	0,255	0,547	0,715	0,808	0,455	0,557
Serranópolis de Minas	0,44	0,633	0,233	0,539	0,717	0,773	0,509	0,608

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os dados apontam que os índices regionais no geral são baixos, já que a pontuação máxima é igual a um e a média do estado de Minas Gerais é de 0,850. Nas categorias IDHM, IDHME e IDHMR Janaúba/MG apresentou os percentuais mais expressivos em todos os períodos. No índice IDHML, que leva em consideração a taxa de mortalidade juvenil, o município apresenta resultados inferiores a outros de menor porte, como Riachos dos Machados/MG, Monte Azul/MG e Porteirinha/MG no período de 2010. Esta constatação é uma resposta aos altos índices de criminalidade do local. Todos os municípios tiveram uma melhoria comparando-se o período de 2000 a 2010.

A figura 17 mostra o PIB da área.

Figura 17: Mapa do PIB da microrregião de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Como consta na Figura 17, dentre os municípios da microrregião destacam-se quanto ao PIB: Janaúba/MG e Jaíba/MG, seguidos de Porteirinha/MG, Monte Azul/MG e Espinosa/MG. Dada a realidade sócio econômica dos municípios, o apoio

do Governo Federal é fundamental, em especial pelo repasse de verbas. As principais atividades desenvolvidas são o setor de serviços, fortemente pautado na educação, comércio varejista e em especial o de saúde.

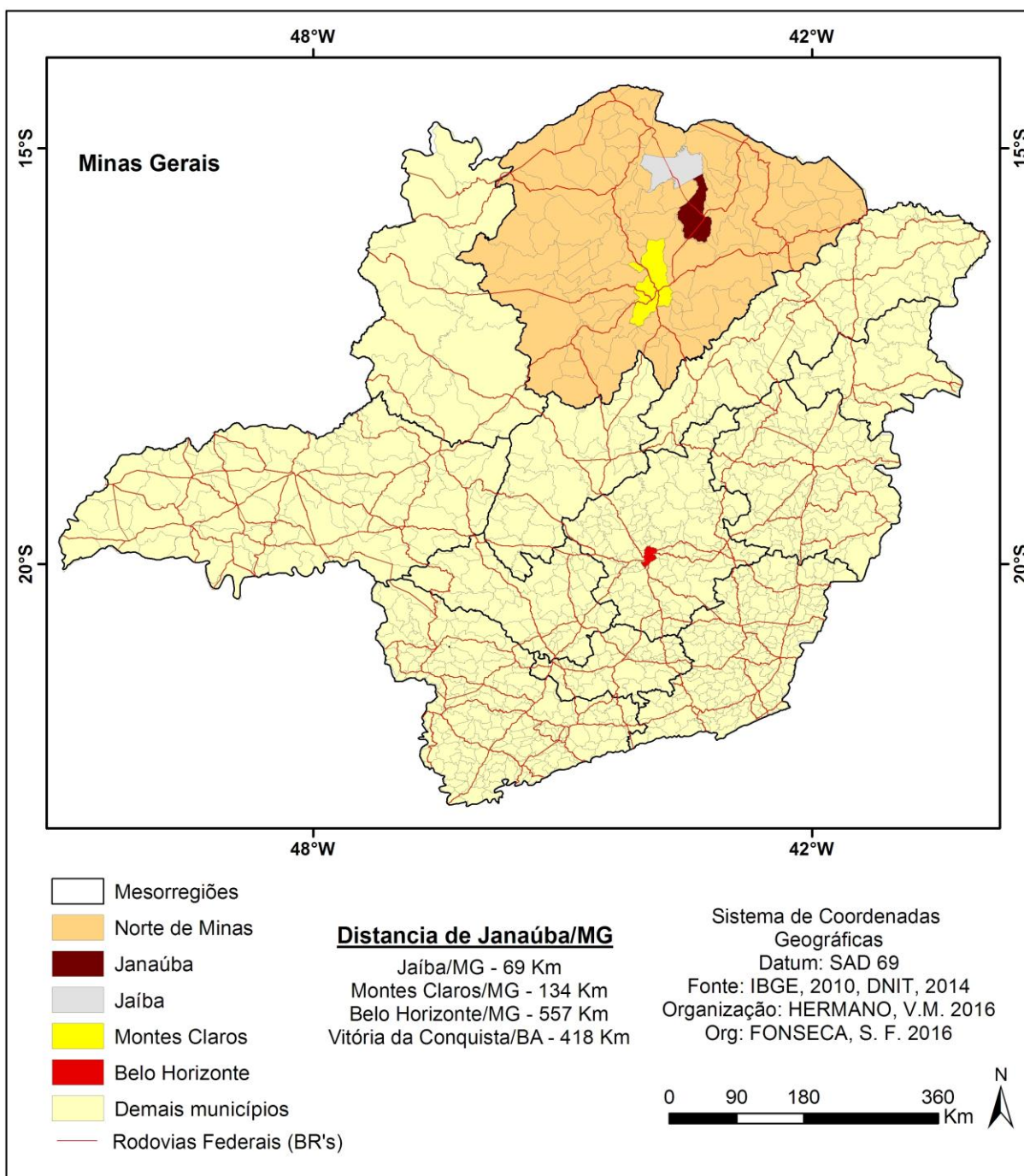
Em função de tal realidade surge o seguinte questionamento: o setor predominante é o terciário, porém a atividade mais comum é a agrícola? Verificou-se que este resultado advém da baixa sistematização produtiva, já que sua vocação agrícola é de maior produção em volume (por tonelada), mas sua comercialização do tipo matéria-prima é quase sempre escoada *in natura*.

Na microrregião, tomando por base o produto interno bruto municipal, destacam-se os municípios de Janaúba/MG e Jaíba/MG, nessa ordem. No caso de Jaíba/MG, por ter apresentado o maior PIB agropecuário dentre os municípios que a integram. Neste município registra-se forte crescimento da participação da iniciativa privada com a instalação de empresas de médio a grande porte que atuam no setor agropecuário, conforme destacado por Souza e Moura (2015). Esse movimento gerou a modernização da produção e o crescimento municipal e da cidade. Tanto o município de Jaíba/MG, quanto o de Janaúba/MG têm seu desenvolvimento imbricado a presença dos projetos de irrigação. O próximo tópico detalha as características gerais do município de Janaúba/MG.

4.4 Município de Janaúba/MG: considerações sobre sua paisagem

O município de Janaúba/MG possui, segundo o IBGE uma área de 2.151,7 Km², à margem esquerda do rio Gortuba. É cortada pelas rodovias BR 122, que a liga a região sudeste a nordeste, e a MG 401 que a interliga à região ao projeto Jaíba. Nesta perspectiva, o primeiro fator a ser analisado é a posição do município no seu quadro microrregional, mostrado na figura 18.

Figura 18: Mapa de localização do município de Janaúba/MG com distâncias aos centros regionais mais próximos

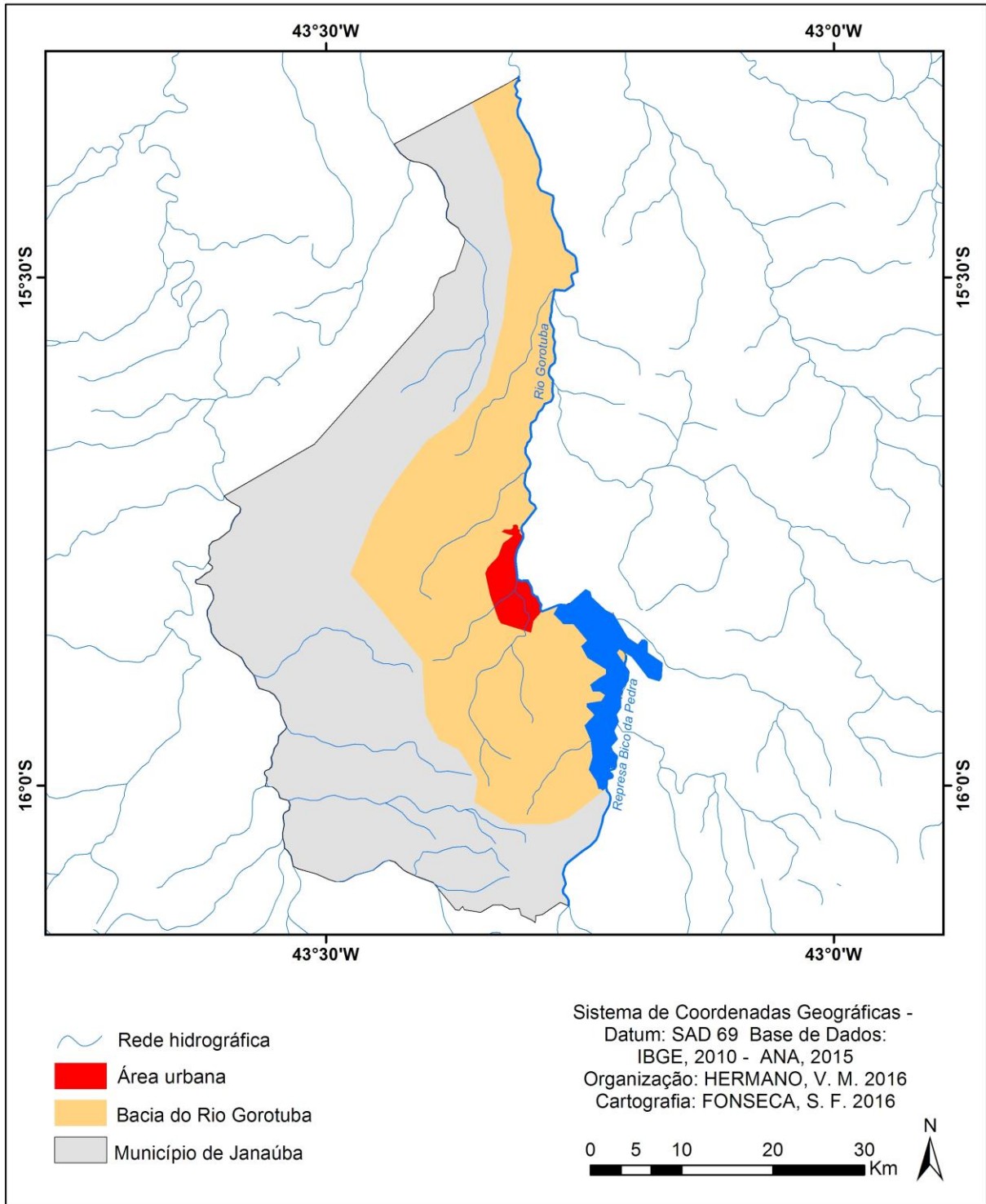


Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O mapa destaca a localização do município e seu posicionamento em relação a alguns centros importantes. Sua característica mais marcante é fato de estar muito próximo (156 Km) a divisa entre os estados de Minas Gerais e Bahia. Esta área está localizada na bacia hidrográfica do Verde Grande, que foi subdividido pelo Comitê de Bacia em regiões estratégicas de atuação, definida pelas áreas coloridas. Para

esta entidade, o território da bacia do Verde Grande é subdividido em cinco regiões estratégicas, e a segunda tem como polo Janaúba/MG. A localização do município e sua bacia hidrográfica é observada na figura 19.

Figura 19: Mapa de localização da Bacia hidrográfica do Gorotuba



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O mapa elaborado a partir dos estudos desta tese, retrata a área total do objeto de estudo, a mancha urbana e a delimitação da represa, e da bacia do Gorutuba no município, ressaltando o quanto esta paisagem está relacionada ao reservatório hídrico. A relação específica entre a cidade e a represa não é foco desta pesquisa, todavia tal temática tem sido vista como uma das discussões mais relevantes da atualidade, devido à crise de abastecimento que ocorreu em diversos lugares.

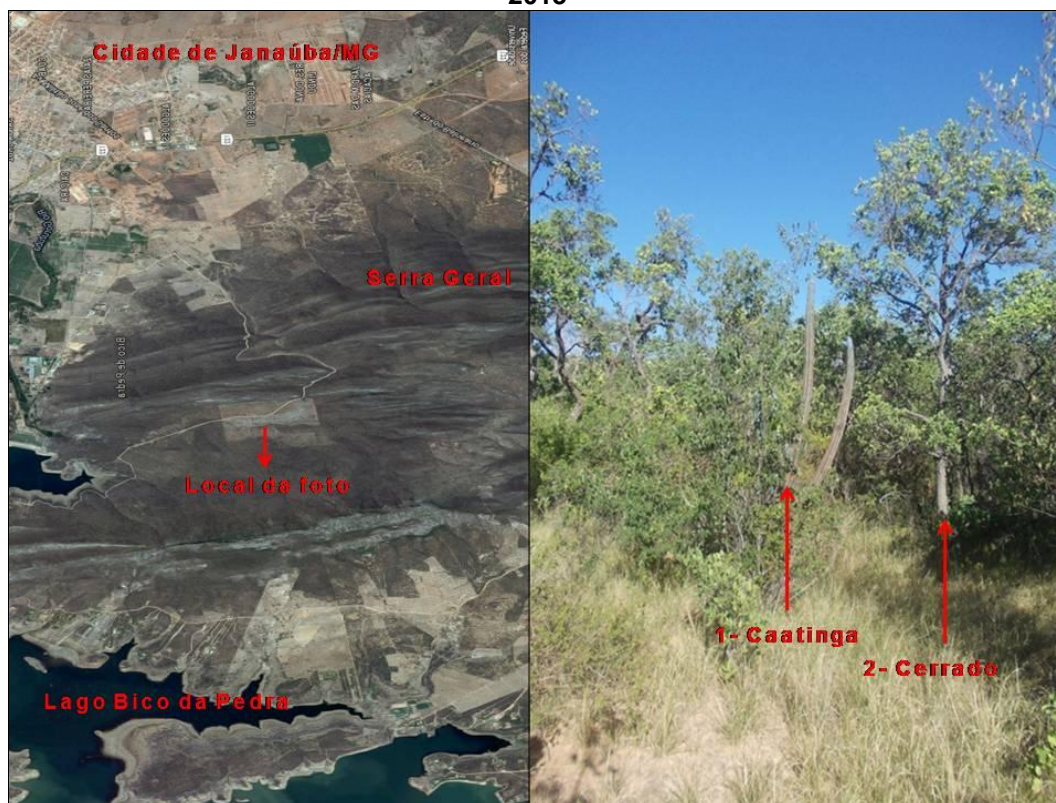
O clima da área é mesotérmico, próximo a megatérmico e subúmido. A temperatura média anual é de aproximadamente 26 °C. As chuvas iniciam-se, geralmente em setembro ou outubro, atingindo o máximo em dezembro. O tipo climático tropical chuvoso e inverno seco é que caracteriza a distribuição assimétrica e concentrada da precipitação. As quatro estações do ano não são observáveis; determina-se o período da seca e das águas, sendo a precipitação anual de 700 a 850 mm ao longo da bacia. (ALBURQUER et al. 2008). É importante destacar que em relação a média pluviométrica anual desde de 2012 até o presente, o índice de chuva foi abaixo da média, fato que tem impactado sobremaneira a sustentabilidade da área de estudo.

De acordo a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (2001), a vegetação natural dominante na quase totalidade do município de Janaúba/MG é a caatinga hipexerófila arbórea, caracterizando-se por apresentar um estrato arbóreo bem definido e pequena incidência de cactáceas e leguminosas espinhosas. O estrato mais alto é constituído por espécies como aroeira (*Astronium urundeuva*), angico (*Anadenanthera macrocarpa*) pau-preto (*Shinopsis brasiliensis*) peroba (*Aspidosperma sp*) barriguda (*Cavanillesia arbórea*). No estrato arbustivo são encontradas espécies como catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), imburana de cambão (*Bursera leptophleos*), cansação (*Neoglaziovia viriegata*), caroá (*Bauhinia microphylla*), alguns cipós e epífitas. No estrato herbário, o capim amargoso (*ichanchne sacchyriiflora*) é o mais comum. A vegetação natural na sua maior parte já foi objeto de forte influência antrópica, seja para a exploração de madeira como para a implantação de culturas e pastagens, sendo raras as ocorrências de áreas ainda com vegetação originária. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 2001).

Outras formações também são observadas, em especial as áreas de transição entre caatinga e cerrado, que representam o domínio climático em

mudança. A figura 20 retrata a transição vegetacional na área municipal de Janaúba/MG.

Figura 20: Foto da transição da vegetação caatinga e cerrado no município de Janaúba/MG-2015



Fonte: Dados da pesquisa.

A foto mostra por meio de setas dois tipos de vegetação, a primeira um cactáceo típico de área de baixa pluviosidade, e a seta 2 indica uma formação arbustiva do cerrado. Esta paisagem específica da microrregião e do local analisado resultado de suas condições de clima, relevo, hidrografia e outros, retratando de forma emblemática as paisagens típicas do município de Janaúba/MG.

4.4.1 Aspectos importantes da formação histórica

Viana (2005, p. 32) afirma, em relação à origem dos antigos habitantes: “desde os primeiros séculos de colonização, diferentes etnias têm contribuído para criar o biótipo brasileiro”. Segundo a autora, povos indígenas dominados pelo colonizador tomaram parte no processo de miscigenação, assim como aconteceu com os negros que vieram da África e chegaram ao Brasil como escravos, a partir de

1538. Os negros são mais numerosos nos estados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e de Minas Gerais.

Nas estradas pelas quais passavam os bois que viravam os sertões, as pousadas mediam-se pelas distâncias das aguadas. Geralmente, um dia de viagem, variando conforme os bebedouros espalhados ao longo dos caminhos das matas e das serras, dando origem aos povoados e pequenos comércios. Janaúba/MG era um desses pontos. O estudo de Pires (1979), destaca que boiadeiros e tropeiros contribuíram para lançar os alicerces desta cidade.

Não se trata, aqui, de desvelar a origem do povo da região; é importante ressaltar que o montes-clarense e antropólogo Darcy Ribeiro foi um dos maiores pesquisadores sobre a origem e a evolução da nossa identidade étnica e cultural, estudo publicado em “O povo brasileiro”. Neste artigo, apenas destacamos as ideias encontradas nesses estudos prévios disponibilizados em arquivo local.

Ainda segundo Pires (1979, p. 45): “a história da formação de Janaúba/MG faz referência a seus primeiros habitantes como um povo cafuso e caboré, mescla de índios tapuias e de negros que, fugindo do cativo, se estabeleceram no vale do Gorutuba”. Destaca que, por volta de 1872, chegam à região Francisco Barbosa e sua família. Eles fundaram uma fazenda no local, construindo a casa ao lado de uma frondosa gameleira, que passou a ser o nome primitivo do pequeno povoado, pertencente ao município de Francisco Sá.

Em 1943, em função da chegada da ferrovia, a pequena vila se eleva à categoria de município com o nome de Janaúba, em homenagem a uma planta também conhecida como “algodão de seda”, existente na vegetação. Pires destaca que aí se inicia uma nova fase histórica da cidade. No largo da Estação, surgiu um pequeno comércio e até mesmo hospedarias; e não tardou muito para que o local fosse ocupado por várias casas (PIRES, 1979). Nesse momento, forma-se um primitivo núcleo urbano ao longo da ferrovia.

Viana (2005, p. 12-13) propõe três etapas da evolução histórica, à qual chamamos, aqui, de antiga paisagem cultural da região:

- Existia na margem esquerda do rio Gorutuba uma frondosa gameleira; em sua sombra, abrigavam-se os que iam e vinham em caminhada, os retirantes e os que chegavam de outras regiões.
- Em 1922, o povoado de Gameleira deixou de pertencer ao município de Grão Mogol e passou ao município de Francisco Sá.

- Com a chegada da estrada de ferro, em 1943, o núcleo urbano se fortalece.

Desse antigo período, o que pode se destacar como mais marcante em todos os documentos é o registro do povo e da cultura gorutubana. Em depoimentos colhidos no livro de Viana (2005, p. 32), *A identidade do povo gorutubano*, sobre ser gorutubano, Dona Firmina declarou: *“Se Gorutubano é bom demais. A gente vivia tranqüilo, gente andava, ia para qualquer lugar, não tinha nada, não tinha gente de fora, só tinha Gorutubano. Nosi vivia de nosso suor.”*

Desse período, um monumento de destaque é a Praça da Igreja. No livro de Viana (2005, p. 27), encontra-se um depoimento sobre a construção da obra do Sr. Cordiolino José da Silva: *“pegou a empreita, além de trabalhar sozinho, era preciso buscar água no rio a uma distância de trezentos metros em latas de água pra obra. Onde hoje é a praça, era um mato intenso. Seu alicerce foi feito de pedra do rio e barro”*. Na figura 21, foto da Igreja de Bom Jesus, construída pelo Sr. Cordiolino, tendo como idealizador o Sr. Santos Mendes.

Figura 21: Foto Igreja de Bom Jesus, na Praça Doutor Rocket



Fonte: Fotografia da autora.

A cultura gorutubana e a Igreja são marcos de um tempo pretérito que deixou registros na paisagem. A partir de 1978, com a construção da barragem Bico da

Pedra e a instauração do projeto de irrigação, em especial, o Gorutuba, a cidade se transformou. Em função desse instrumento, a cidade passou a se desenvolver e a modificar sua estrutura sócio espacial.

4.4.1.1 Direções principais da história recente

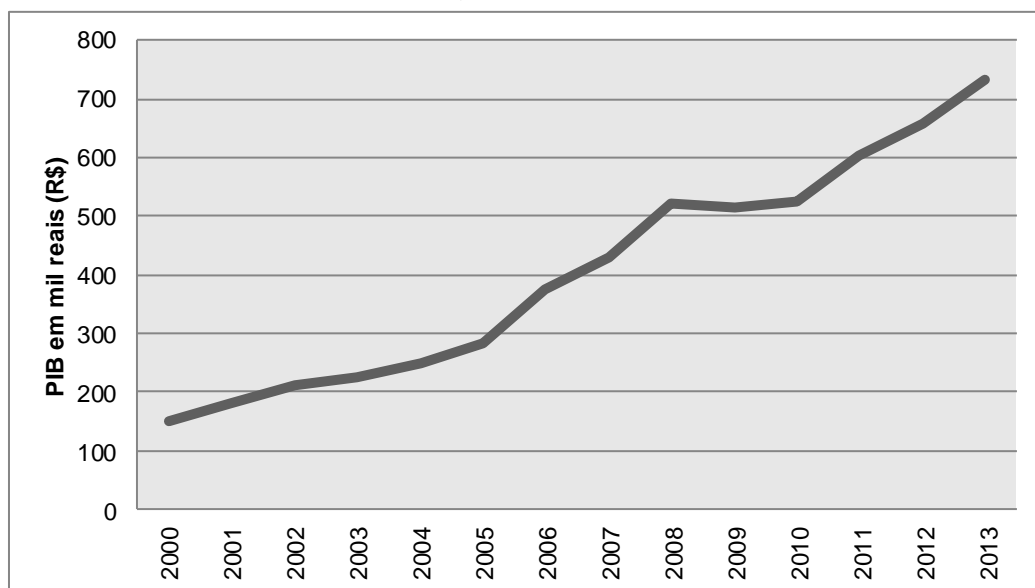
A história recente da cidade de Janaúba/MG, profundamente marcada pela implementação do projeto de irrigação do Gorutuba, é registrada por alguns autores, e também mencionada em relatórios governamentais, devido ao destaque recente dessa cidade e município no cenário regional. Com base nessas publicações nesse estudos tem-se como meta apontar as direções principais da história recente da cidade.

Uma análise mais específica do setor do agronegócio foi publicada pelo SEBRAE (2008), que destacou o nível tecnológico da produção local. De acordo com a pesquisa “a região de Janaúba se destaca pelas altas produtividades alcançadas pela bananicultura (acima de 30 toneladas por hectare por ano) no contexto de uma agricultura altamente tecnificada”. (SEBRAE, 2008, p.227).

O SEBRAE (2013) publicou um diagnóstico do potencial e dinamismo econômico do município de Janaúba. Neste consta que o PIB per capita municipal passou de 2000 para 2011 de R\$ 2.417 para 8.993; sua posição econômica no ranking do estado foi em 2011 de 95º, e na região do Norte Minas a 4º. Nessa publicação afirma-se que em 2012 Janaúba/MG, em relação a sua microrregião respondia por 46,5% dos empreendedores individuais, 31,4% das micro e pequenas empresas e 44,4% das médias e grandes empresas.

A relevância e desempenho econômico pode ser comprovado a partir da análise do desempenho do PIB total e por setores, apresentados nos gráficos um, dois e três.

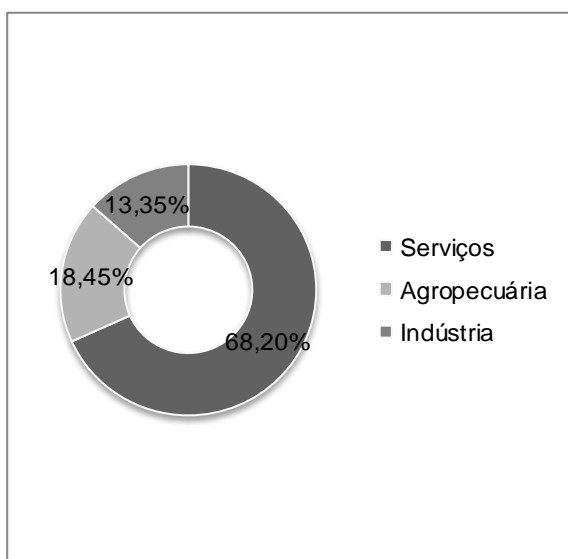
Gráfico1: Evolução do PIB de Janaúba/MG



Fonte: IBGE (2016).

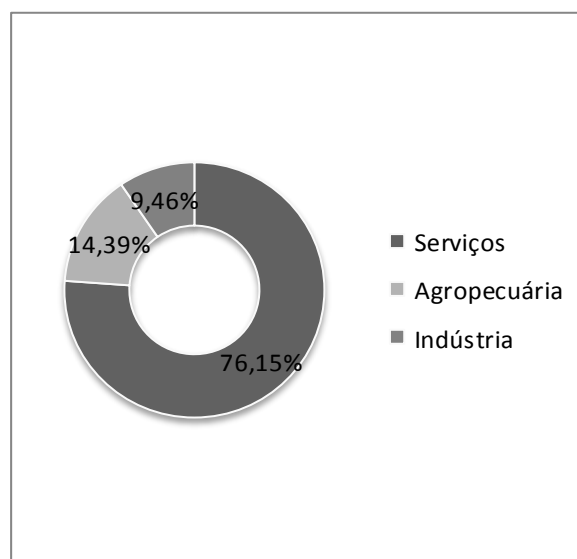
Como pode-se ver no gráfico um o PIB cresceu ao longo de quase todo o período. A produção total do município no ano 2013 foi de 733.769 mil reais, ocupando a 69ª posição no ranking de Minas Gerais. A participação dos setores econômicos no PIB do município pode ser observada nos gráficos dois e três.

Gráfico 2: Distribuição do PIB por setor em 2000



Fonte: IBGE (2016).

Gráfico 3: Distribuição do PIB por setor em 2013

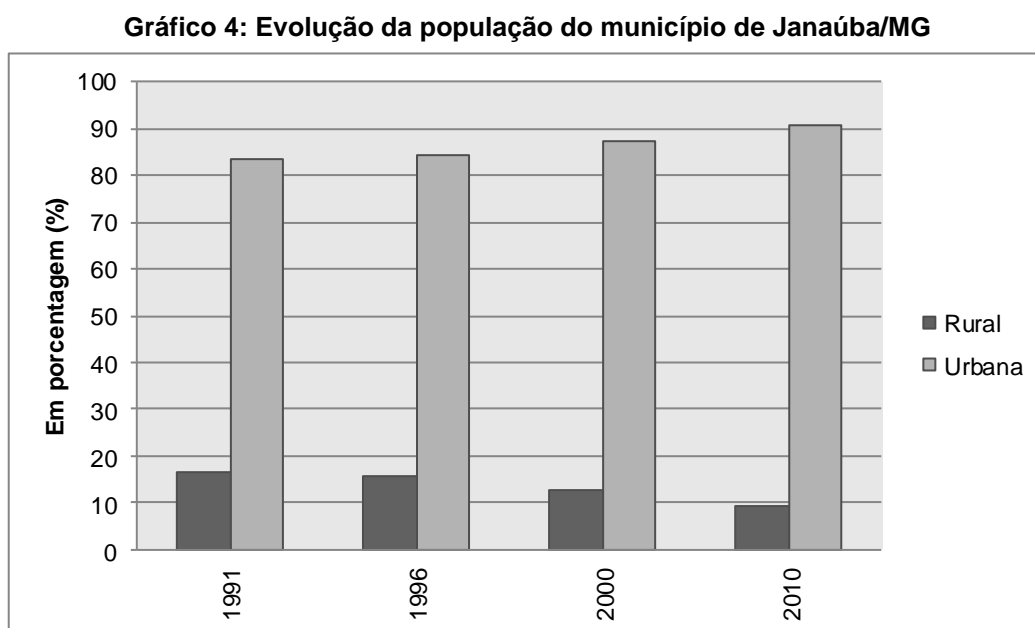


Fonte: IBGE (2016).

Nota-se a relevância do setor de serviços no desempenho econômico do local. Observa-se que houve o incremento dessa atividade e a diminuição das

categorias industrial e agropecuária. Em conjunto, as análises dos PIB total e por setor, retratam que o município possui uma economia terciária, em que a atuação das atividades humanas está pautada no oferta de serviços e na prática do comércio.

Outro aspecto a ser analisado se refere a dinâmica da população do município, que possui uma estimativa total para 2016 de 71.219 habitantes, segundo IBGE. Sua evolução é apresentada no gráfico quatro:



Fonte: IBGE (2016).

Os percentuais mostram o desenvolvimento das populações urbanas e rurais no período de 1991 a 2010. Neste intervalo a urbana aumentou alcançando cerca de 91% da total, e a rural diminuiu passando de 16,5% para 9,3%. Estes resultados estão relacionados ao perfil econômico local, de caráter terciário, muito relacionado ao espaço da cidade. Outra característica importante se refere ao movimento de migração. Este é apresentado na tabela três:

Tabela 3: Dados migratórios de Janaúba/MG

	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração	População	Origem dos Migrantes
1991	3317	4651	-1334	0,03	53104	53
2000	2932	5420	-2488	0,04	61651	79
2010	2382	4355	-2488	-2,29	66803	85

Fonte: IBGE

Como se pode ver, de 1991 para 2010 Janaúba/MG passou a atrair um número menor de migrantes de Minas Gerais, ao mesmo tempo, o número de emigrantes diminuiu. Mas seu saldo migratório tornou-se ainda mais negativo bem como sua taxa líquida de migração, ou seja, a migração tem contribuído para o decréscimo populacional do município. Por outro lado, se em 1991 os migrantes intraestaduais vinham de 53 municípios mineiros, em 2010 eles já vinham de um número bem mais considerável de municípios, 85, o que significa que o raio de influência e/ou de atração do local aumentou, considerando apenas a origem de seus migrantes.

Conforme o Plano de Implantação da Universidade Federal Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em análise do potencial do município para receber a instituição, um ponto de destaque é o fato de Janaúba/MG estar em meio às principais ligações entre os estados de Minas Gerais e da Bahia, integrando-se à malha viária que interliga o sudeste, o centro-oeste e o nordeste brasileiro.

A ligação mais tradicional é a ferrovia, que cruza o município desde os primórdios do século XX, e que foi grandemente responsável pelas rodovias Brs MG 122 e MG401, ambas asfaltadas, que acessam a sede e fazem as principais ligações regionais e nacionais. Além dessas, há também uma extensa malha de rodovias municipais, interligando os diversos distritos e esses aos municípios vizinhos. (UFVJM, 2013, p13-14).

Segundo este relatório com a implantação do campus da UFVJM, no município de Janaúba/MG, com economia baseada na pecuária e na agricultura irrigada, terá ampliada a sua oferta de serviços e a expansão do sistema habitacional. O estudo buscou enfatizar o fato de que, uma vez que se instalarem 2 mil estudantes previstos para os primeiros 5 anos, também passarão a residir na cidade cerca de 230 famílias de servidores docentes e técnico-administrativos. Além

deste, a pesquisa ressaltou a importância da posição geográfica do município como fator de escolha para implementação de um empreendimento.

O conjunto dos estudos aponta, que o local vivenciou recentemente o crescimento da economia, e o fortalecimento do setor de serviços. O papel da cidade foi reconhecido pelas pesquisas acadêmicas e por diferentes órgãos governamentais, comumente é reconhecida como destaque regional.

Em relação ao seu contexto regional e microrregional, o município e especialmente a cidade de Janaúba/MG exerce um papel proeminente, lócus de investimentos públicos e privados. Isto ocorre pelo fato da cidade oferecer uma determinada infraestrutura, de diversas modalidades como a urbana, a logística e também populacional, que a posicionam como centro primaz, ou mais especificamente centro emergente regional, estabelecendo relações de escalas diferentes. O arranjo regional em que a cidade se insere será analisado a seguir.

5 CIDADE DE JANAÚBA/MG: SITUAÇÃO E RELAÇÕES REGIONAIS

A cidade de Janaúba/MG tem papel importante no cenário regional, como demonstrado no capítulo anterior. A mesorregião Norte de Minas passou por intenso processo de transformação, em especial no processo de re-estruturação brasileira do período de 1960, de modo adquirir novas funcionalidades na estrutura econômica regional. Hoje, a cidade em análise exerce influência em diversos setores produtivos, sobressaindo-se na rede urbana e no espaço rural do Norte Minas. Neste contexto, este estudo tem como objetivo principal mostrar as relações externas da cidade, destacando sua área de influência.

Para tanto, primeiramente discute-se a posição da cidade na rede urbana nacional e regional segundo as pesquisas já realizadas, para posteriormente classificar seu espaço de relações conforme a intensidade destas. Ambas as discussões buscam compreender o papel da cidade e o alcance dos equipamentos urbanos na região. Por fim, apresenta-se sua função de polarização na rede produtiva regional.

Vale ressaltar que, na adequação da proposta metodológica escolhida à realidade regional, opta-se por incluir no espaço de relação da cidade de Janaúba/MG as áreas urbanas e rurais. Isso se deve ao fato do Norte de Minas apresentar um perfil agrícola e agrário muito marcante. Assim, esta é uma análise das funções urbanas de uma determinada cidade na região, não sendo um conjunto de relações exclusivamente urbano-urbano.

5.1 Posição de Janaúba/MG na rede urbana segundo diferentes autores

Uma pesquisa sobre o quadro das cidades emergentes de Minas Gerais foi desenvolvida por Sá (2001), nesta na região do Norte de Minas, cidades como Buritizeiro/MG, Manga/MG e Coração de Jesus/MG de porte populacional e econômico inferiores ao de Janaúba/MG foram consideradas como centros emergentes. Para identificar os centros emergentes, Sá (2001) analisou 49 variáveis para um grupo composto pelos 80 “centros urbanos emergentes” identificados por Amorim Filho e Abreu (1999). Essas variáveis agrupavam-se em dados relacionados à infra-estrutura urbana, relações externas, renda, consumo, dinamismo demográfico, entre outros. Após a coleta e a construção do banco de dados, a

autora utilizou da Análise de Componentes Principais (ACP) para chegar à hierarquização das cidades estudadas. Neste estudo a cidade de Janaúba/MG não foi identificada como centro emergente.

Em um estudo sobre as cidades médias na rede urbana de Minas Gerais publicado no site do Rede de Estudos Brasileiros das Cidades Médias (RDBCM), Garcia e Nogueira (2004) consideram que a cidade de Janaúba/MG não é categorizada como média, e portanto não ocupa posição na hierarquia do estado, no Norte de Minas apenas Montes Claros/MG foi incluída. Neste estudo, os autores propõem a identificação das cidades médias, não apenas pelo critério demográfico, mas levando em consideração vários aspectos econômicos, que foram denominados de índice de terceirização.

O trabalho identificou 35 cidades que podem ser classificadas como médias, e estas se caracterizam-se no geral, pela excelência dos padrões de qualidade de vida e pela presença de redes de informação, de transporte e de comunicação mais modernas, garantindo-lhes uma integração e uma interação sincrônica e simultânea com as grandes cidades do país e do mundo. “Finalmente, importa salientar, o papel desempenhado pelas cidades médias nas cidades de sua hinterlândia ou área de influência”. (GARCIA; NOGUEIRA.2004, p.5).

Do ponto de vista da pesquisa regional, Hermano (2006) em seu estudo sobre a rede urbana do Norte de Minas, afirma que a cidade de Janaúba/MG é um centro sub regional subordinado à capital regional Montes Claros/MG. A classificação realizada identifica cinco níveis urbanos na região. A pesquisa destaca que a maioria dos centros urbanos do Norte de Minas são simples locais de comercialização de produtos rurais exportáveis para o limitado mercado interno, enquanto os locais de distribuição são apenas localidades subordinadas às cidades pólos regionais.

Outra investigação importante sobre a organização urbana do país foi produzida pelo IBGE (2008), denominado Região de Influência das Cidades (REGIC), este se refere aos estudos desenvolvidos pelo IBGE para a identificação das Regiões de Influência das Cidades. São importantes para prover ferramentas ao conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem, compondo um quadro de referência para a avaliação das condições de acesso da população aos serviços.

Neste trabalho tem-se a delimitação das áreas de influência das cidades do quadro urbano nacional e regional, a cidade de Janaúba/MG foi classificada como

centro sub regional de primeira ordem, ou seja, que exerce influência em sua microrregião e área do entorno. O trabalho identifica as metrópoles nacionais de primeira ordem (São Paulo e Rio de Janeiro), e na escala regional confere à cidade de Belo Horizonte a definição de metrópole nacional de segunda ordem.

Figura 22: Esquema da posição de Janaúba/MG na rede urbana brasileira

Metrópoles	—————→			
	Grande metrópole nacional	—————→		
	Belo Horizonte/MG	Grandes Centros Regionais	—————→	
		Montes Claros/MG	Centro subregional (A)	—————→
			Janaúba/MG	Centros locais subordinados

Fonte: IBGE (2008).

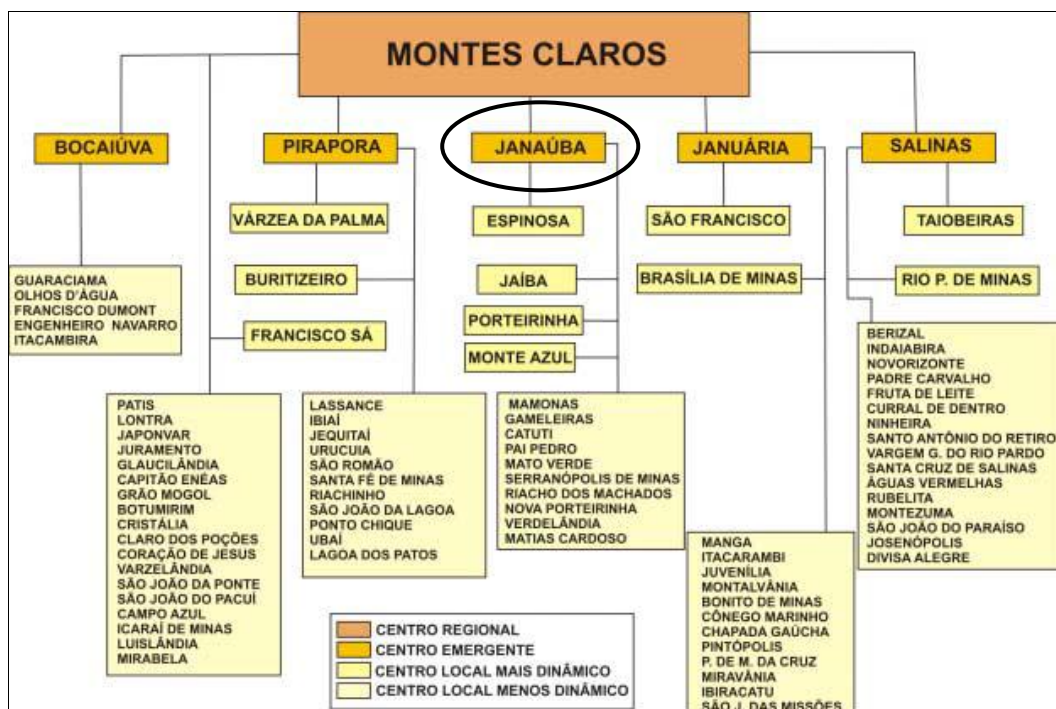
A figura 22, indica que Janaúba/MG é um centro regional que está subordinado diretamente a Montes Claros/MG e Belo Horizonte/MG, exercendo polarização em 15 municípios. A classificação busca hierarquizar a rede urbana do país.

Avançando nos estudos sobre as cidades médias de Minas Gerais, outros parâmetros foram sendo levantados, em especial o estudo de Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007), que consideram a cidade de Janaúba/MG, com centro emergente. Este trabalho é resultado de uma série de pesquisas desenvolvidas em períodos diferentes. O estudo pode ser considerado como uma síntese classificatória e

analítica da rede urbana mineira com foco nas cidades médias. O estudo é um modelo refinado do ponto de vista teórico, pois enfatiza o papel de uma categoria especial de cidades (as médias) que foram ao longo do tempo fortalecendo sua posição na dinâmica espacial.

Pereira (2007) analisa o quadro regional e propõe uma metodologia de delimitação da área de influência de cada cidade, baseada em sua gama de relações. Fundamentada em pesquisa de campo e análise de dados sócio demográficos, propõe a seguinte estruturação da rede urbana do Norte de Minas, representada na figura 23.

Figura 23: Esquema da Rede Urbana do Norte de Minas



Fonte: Pereira (2007, p.273).

O esquema identifica quatro níveis urbanos (centro regional, centro emergente, centro local mais dinâmico e centro local menos dinâmico), tendo a cidade de Montes Claros/MG como centro regional mais importante. A maior parte das cidades são centros locais menos dinâmicos, e os centros emergentes, cuja categoria se enquadra a cidade de Janaúba/MG. Nesta pesquisa os centros emergentes seriam aquelas cidades que possuem um potencial de desenvolvimento, e são micro polos regionais; segundo a autora, “atendem a população das cidades

menores e mais próximas que demandam por serviços que essas cidades têm condições de oferecer”. (PEREIRA, 2007, p.278) .

Um estudo mais recente que analisou o quadro urbano é o de França e Queiroz (2013). Neste, foi dado papel de destaque a Janaúba/MG na escala regional, já que a rede urbana Norte Mineira é integrada predominantemente por pequenos centros urbanos e por algumas cidades médias. Para a autora, a rede de urbana regional “é formada por pelos centros emergentes de Pirapora/MG, Janaúba/MG e Januária/MG e pela cidade média de Montes Claros/MG, nó da rede e principal eixo articulador”.(FRANÇA;QUEIROZ, 2013, p. 206).

Segundo França e Queiroz (2013) Janaúba/MG, Januária/MG e Pirapora/MG são classificadas como polos na região, possuindo importante centralidade em seu entorno. Esses locais exercem na rede urbana regional funções complementares às dos grandes centros regionais e das cidades médias .De acordo com esta pesquisadora, dentro da escala microrregional estes municípios são pontos referenciais e de conexão entre os centros maiores, as pequenas cidades e o meio rural, tal condição fortalece seus núcleos urbanos.

A centralidade dos núcleos urbanos se caracteriza a partir dos papéis que eles exercem na distribuição de bens e serviços frente ao espaço urbano em que se inserem. Com isso, “verifica-se a diferenciação de localidades centrais que reflete a diferenciação do caráter hierárquico na rede urbana”.(FRANÇA e QUEIROZ, 2013, p. 209).

A partir das pesquisas analisadas, pode-se perceber a presença de uma diversidade de interpretações sobre a posição da cidade nos diferentes níveis hierárquicos. Sá (2001) e Garcia e Nogueira (2004), não consideraram a cidade em suas análises. No estudo de Amorim Filho (2006) Janaúba/MG foi classificada como centro urbano emergente, um nível de cidade que está na transição para o das cidades médias.

Para o IBGE (2008), Janaúba/MG é um centro sub-regional; para os autores que residem na própria região, como Hermano (2006), Pereira (2007) e França e Queiroz (2013), esta cidade exerce importante papel de centralização e polarização na rede regional. Apesar dos estudos regionais usarem termos distintos, é unânime seu reconhecimento como centro primaz. O quadro 12 mostra a síntese da posição geográfica relativa da cidade segundo os diversos estudos.

Quadro 12: Síntese da posição de Janaúba/MG

Ano	Autores	Escala de análise	Tipo de classificação	Posição de Janaúba/MG
2001	Sá	Minas Gerais	Centros emergentes (8 níveis)	Não classificada
2004	Garcia e Nogueira	Minas Gerais	Cidades médias (1 nível)	Não classificada
2006	Hermano	Norte de Minas	Cluster (5 níveis)	Centro sub-regional
2007	IBGE	Nacional	Área de influência (11 níveis)	Centro sub-regional
	Amorim Filho et al	Minas Gerais	Cidades médias (4 níveis)	Centro emergente
	Pereira	Norte de Minas	Rede urbana (4 níveis)	Centro emergente
2013	França e Queiroz	Norte de Minas	Rede urbana (5 níveis)	Centro emergente

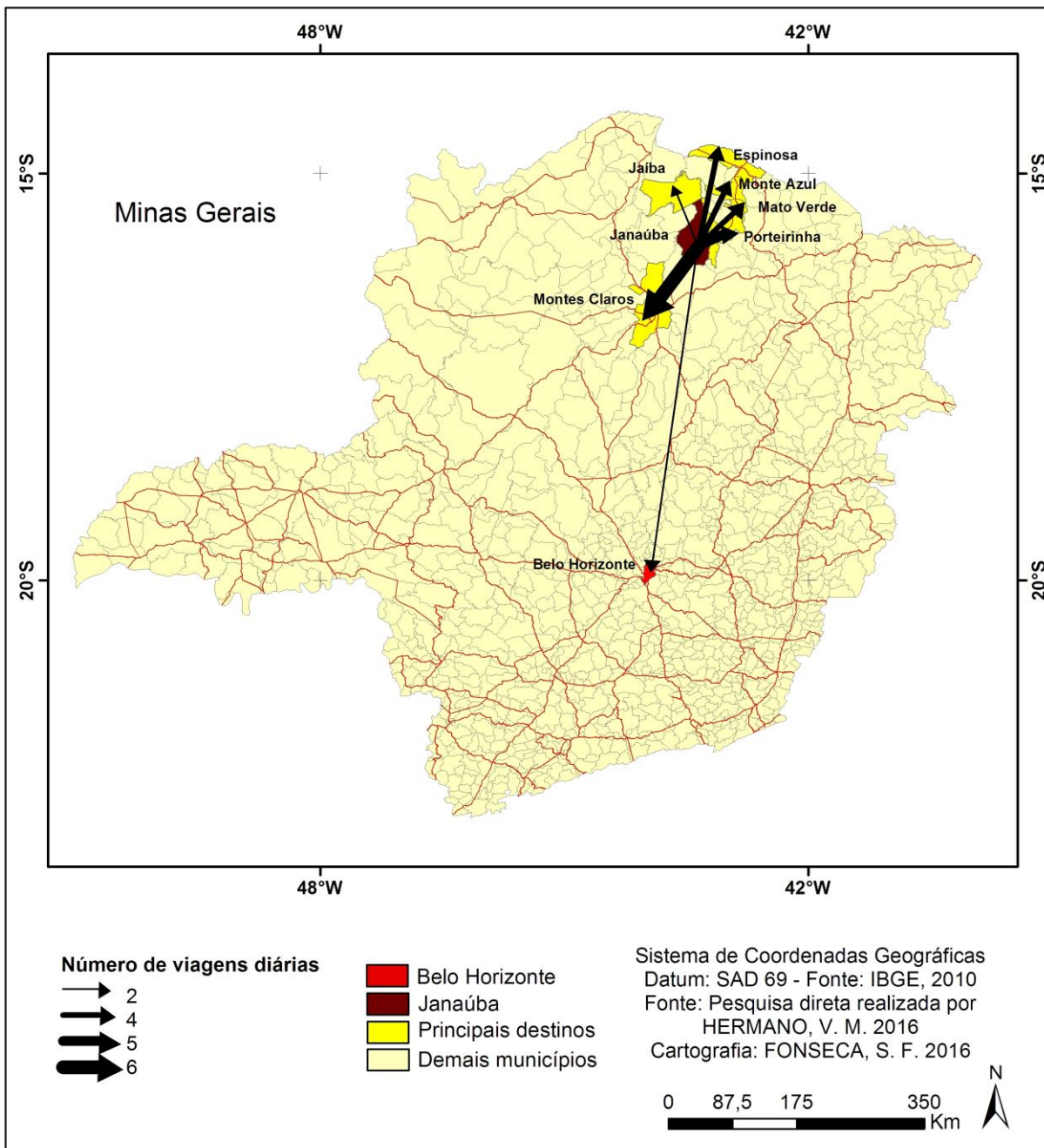
Fonte: Dados da pesquisa.

O fato de não haver consenso na literatura científica sobre a posição de Janaúba/MG nas diferentes classificações, indica por um lado que a escala de avaliação interfere sobremaneira na interpretação de seu posicionamento, fato bastante reconhecido em diversos estudos sobre as redes urbanas. Por outro, sinaliza a necessidade de se compreender de forma detalhada a atual dimensão da área e dos tipos relações regionais que a cidade possui, a fim de identificar sua posição atual na rede regional. Esta verificação será desenvolvida no tópico a seguir.

5.2 As relações externas da cidade de Janaúba/MG

A partir do posicionamento relativo de Janaúba/MG segundo literatura especializada, observa-se que suas funções urbanas lhe garantem certa polarização, devido ao alcance funcional regional. Nesta seção, tem-se por objetivo principal apresentar e qualificar o alcance das relações externas da cidade baseada na proposta de Amorim Filho (1976, 1978). O exame da tipologia dos fluxos e da área de atuação dos equipamentos de relações externas instalados na cidade, evidencia a estrutura desses relacionamentos. O primeiro fluxo analisado é o intermunicipal de ônibus, exposto na figura 24 .

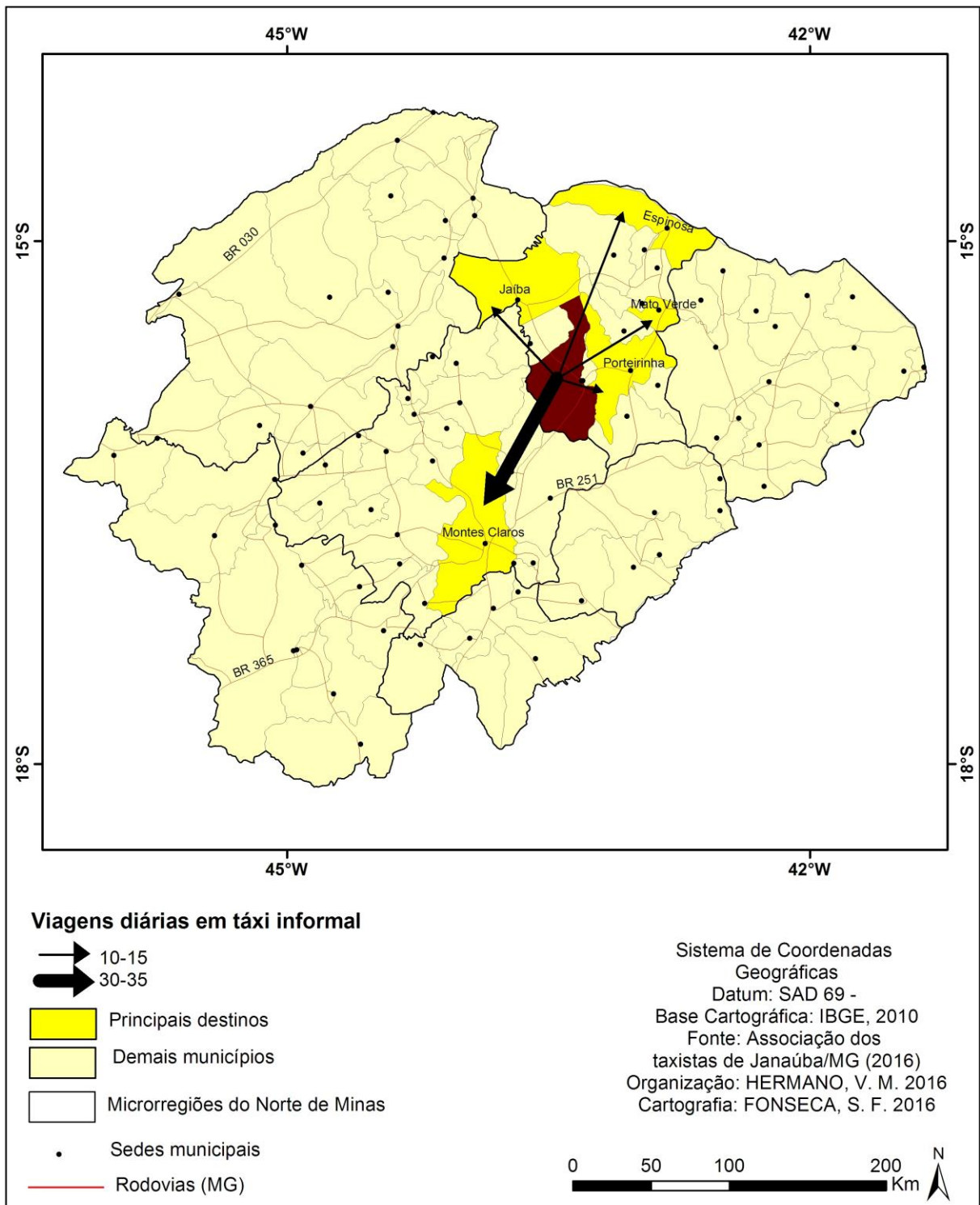
Figura 24: Mapa do fluxo de viagens intermunicipais de ônibus de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Quatro direcionamentos foram percebidos: a sudeste possuindo o vetor mais intenso para a cidade Montes Claros/MG, e um segundo eixo também a sudeste, de menor intensidade para a capital do estado. O terceiro, o mais numeroso composto pelos municípios ao norte localizados no destino da BR MG122, que dá acesso a Porteirinha/MG, Monte Azul/MG, Mato Verde/MG e Espinosa/MG, o quarto a noroeste dando acesso a Jaíba/MG pela BR MG 401. O fluxo de taxi informal é apresentado na figura 25.

Figura 25: Mapa do fluxo de taxi informal a partir de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O mapa mostra que a direção mais densa, de 30 a 35 viagens diárias, é o destino Montes Claros/MG, seguido dos eixos das BR MG 122, que dá acesso a

Porteirinha/MG, Monte Azul/MG, Mato Verde/MG e Espinosa/MG e da BR MG 401 na direção de Jaíba/MG. Os resultados mostram que o alcance geográfico regional dessa modalidade é menor, restrito apenas ao Norte de Minas. Em conjunto, as informações retratam que o fluxo de saída promovidos pelas modalidades ônibus intermunicipal e táxi informal são, em sua quase totalidade, de caráter mesoregional, restrita ao estado de Minas Gerais. A forte relação com a cidade de Montes Claros/MG ficou evidenciada nas duas modalidades de transporte, sendo este o vetor mais intenso, além da presença constante dos eixos nordeste e noroeste, que pertencem mais ao nível microrregional.

Assim, a análise geral do quadro das relações de longa distância, com base nos fluxos de saída da cidade de Janaúba/MG, indicam que tais relações possuem diversificação. A série de maior frequência é o vetor Janaúba/MG-Montes Claros/MG sendo o mais intenso, demonstrando que esta cidade é o principal ponto de interação da cidade de Janaúba/MG. Num patamar inferior, estão as relações de baixa frequência como o fluxo de saída para Belo Horizonte/MG. Além destes, registram-se a ocorrência de vetores de saídas de baixa intensidade para os municípios da microrregião que expressam o fato de Janaúba/MG ser um ponto de ligação desses municípios com as capitais regionais.

A partir da diversidade dos direcionamentos, e nível de intensidade dos fluxos do conjunto de relações externas de Janaúba/MG pode-se afirmar que esta cidade é média pois suas funções urbanas lhe garantem o papel intermediadora na região. Ficou constatado que sua área de influência ultrapassa seus limites políticos administrativos. As características identificadas corroboram com as definições de cidade média de autores como Amorim Filho (1976) ressaltando que as cidades médias são capazes de estabelecer relações de dinamização com o entorno microrregional e o níveis superiores da hierarquia urbana, Sposito (2001) afirmando que esta tipologia de cidade desempenha papéis regionais de intermediação no âmbito de uma rede urbana. E Pereira e Lemos (2003) que destacam que a cidade média estabelece relações com os centros urbanos de hierarquia superior e inferior promovendo interação e fluxos regionais.

5.3 As relações regionais

Esta análise está pautada na matriz de relações externas de Amorim Filho (1978). O quadro 13 sintetiza os equipamentos analisados:

Quadro 13: Tipologia dos Equipamentos de relações externas sediados na cidade de Janaúba/MG

Serviços e comércios voltados para a zona rural	EMATER Casa do Produtor Rural ABANORTE Casa Adubo Casa do Agricultor Sindicato Rural Comércio de Tratores
Serviços Financeiros	Banco Bradesco Banco Itaú Banco do Nordeste
Serviços educacionais e de assistência médica	Ensino Superior- Privado Ensino Superior- Publico Clínica de especialidades 1 Clínica de especialidades 2 Laboratório de análises clínicas 1 Laboratório de análises clínicas 2
Serviços públicos	Polícia Militar Corpo de Bombeiros INSS IBGE Superintendência Regional de Ensino Receita Federal Hospital Regional Consórcio Intermunicipal União Geral
Serviços ligados à infra-estrutura regional	DERMG CEMIG COPASA
Comércio	Comércio de Veículos novos Comércio de Veículos semi novos Material de construção Comércio de eletrodoméstico 1 Comércio de eletrodoméstico 2 Supermercado Atacadista
Comunicação	Jornal Serra Geral TV Serra Geral

Fonte: Dados da pesquisa.

Em conjunto, os equipamentos exercem uma ação extra local a partir da cidade, ação que não é homogênea para todos os equipamentos, variando em função de suas diferentes intensidades e alcances regionais. Um aspecto observado foi o fato da maior parte dos equipamentos de serviço público considerados, possuírem sede ou central, em alguns casos em Montes Claros/MG, como a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e o Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS), e outros em Belo Horizonte/MG, como a Superintendência Regional de Ensino e o IBGE. Dentre tais equipamentos destaca-se a presença marcante daqueles ligados às atividades rurais, cobrindo os diversos setores das relações cidade/meio rural como as funções institucionais, venda de máquinas e implementos agrícolas, associações comercial e trabalhista.

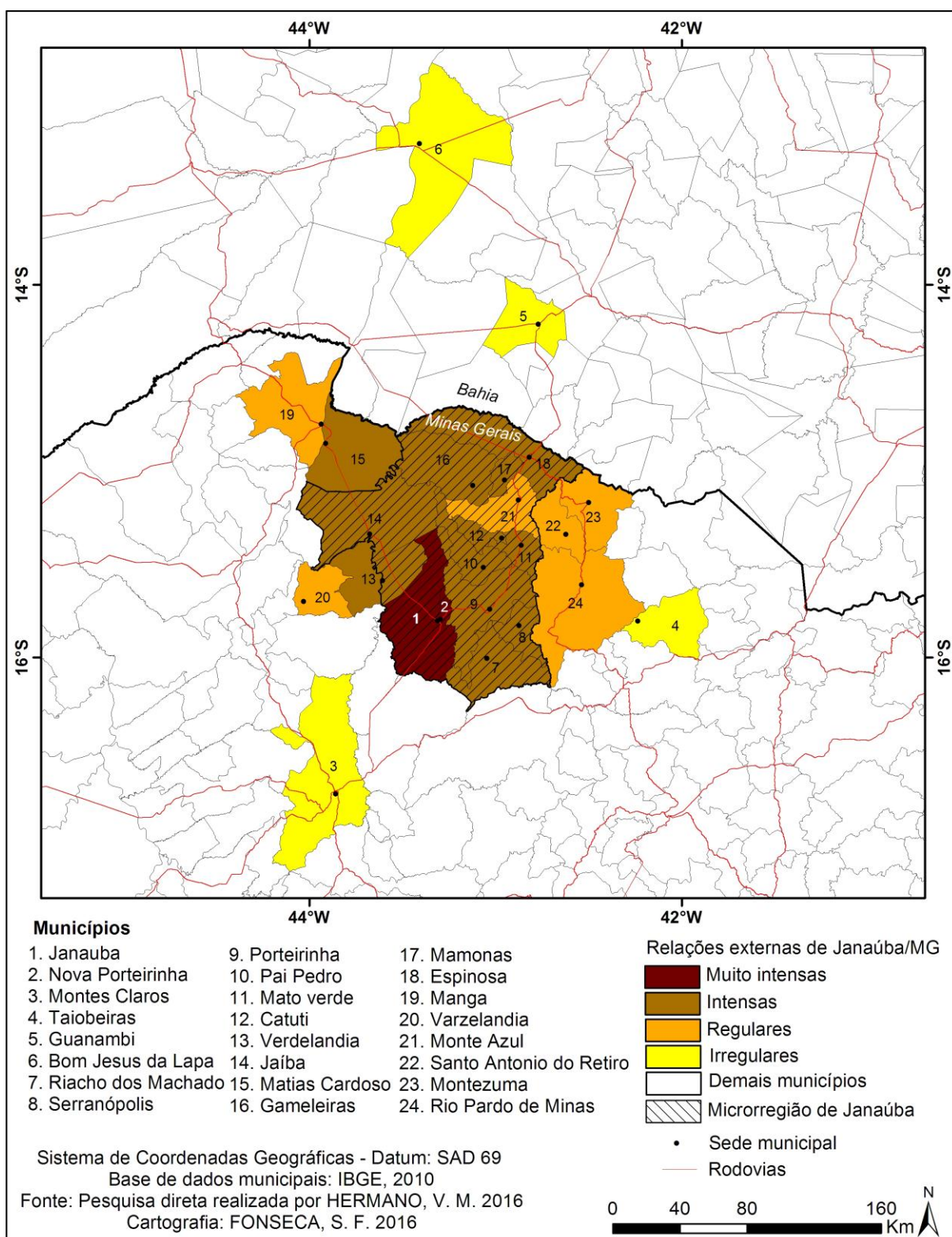
Os serviços em geral (infraestrutura, educação, saúde e outros do setor público) são o grupo de maior presença, com destaque para dois equipamentos importantes: o Hospital Regional e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que possui dois programas de pós-graduação stricto sensu nas áreas de Agronomia e Zootecnia.

A matriz de relações externas da cidade de Janaúba/MG é apresentada na tabela quatro.

Tabela 4: Matriz de relações externas de Janaúba/MG

Municípios servidos	Janaúba	Nova Porteirinha	Porteirinha	Jatiba	Verdelândia	Pai Pedro	Serranópolis de Minas	Catuti	Mato Verde	Monte Azul	Riacho dos Machados	Espinosa	Gemeleiras	Mamonas	Matas Cardoso	Montezuma	Varzelândia	Santo Antonio do Retiro	Rio Pardo de Minas	Manga	Capitão Eneas	Guanambi/BA	Bom Jesus da Lapa/BA	Montes Claros	Tarobairas
Comercio de Veículos semi novos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					20
Casa do Produtor Rural	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1		1			1		1	1	1	1	1	1	20
Comercio de Tratores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1					18
Corpo de Bombeiros	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1							18
EMATER	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1						18
Supermercado atacadista	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1			1	1				1	17
Comercio de eletrodoméstico 2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1		1			1			17
Superintendência Regional de Ensino	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1		1	1						17
DER	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				1			1				16
Comercio de Veículos novos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1									15
Hospital Regional	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1								15
Clinica de especialidades 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1								15
Jornal Serra Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1								15
Comercio de eletrodoméstico 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					1	1		1					15
Polícia Militar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1										15
Consortio Intermunicipal União Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1										15
CEMIG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1										15
IBGE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1											14
Caixa Econômica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1									14
TV Serra Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1											14
Clinica de especialidades 2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1													12
Ensino superior-Publico	1	1	1	1	1	1	1	1		1		1	1	1											12
Banco Particular- Bradesco	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1													12
Casa do Produtor Rural	1	1	1	1		1			1	1	1	1	1			1				1					12
Casa do Agricultor	1	1	1	1	1			1	1	1	1						1					1			12

Figura 26: Mapa do espaço das relações externas de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O grupo dos municípios do espaço de relação irregular de Janaúba/MG é composto por Capitão Enéas/MG, Montes Claros/MG, Taiobeiras/MG, Bom Jesus da

Lapa/BA e Guanambi/BA, que foram incluídos devido ao alcance geográfico do setor do agronegócio. Especificamente o município de Capitão Enéas/MG é também servido pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DERMG), já que está localizado na BR MG 122 e apesar de estar próximo à cidade de Janaúba/MG, tem mais relações com Montes Claros/MG. Tal fato foi primeiramente comprovado por França (2012) que, em suas análises, reconheceu a existência de um processo de aglomeração urbana descontínua no Norte de Minas.

Esta aglomeração é nucleada por Montes Claros/MG a partir da centralidade do setor terciário, articulada sócio-economicamente e espacialmente com os municípios do seu entorno: “Bocaiúva/MG, Coração de Jesus/MG, Mirabela/MG, Capitão Enéas/MG, Francisco Sá/MG, São João da Ponte/MG, Claro dos Poções/MG, Glucilandia/MG, Patis/MG, São João da Lagoa/MG e Juramento/MG”. (FRANÇA, 2012 p.356).

As relações aparentemente fracas entre Janaúba/MG e Capitão Enéas/MG comprovam o alcance da influência de Montes Claros/MG na região. Isto aliado ao fato dos serviços da cidade de Janaúba/MG possuir um direcionamento preferencial para o norte, confirmam as tendências da regionalização dos serviços no Norte de Minas. Além de seu limite ao sul, o espaço de relações regionais de Janaúba/MG possui 26.363,069 Km² de extensão e população total potencial de 361.857 mil habitantes (urbano e rural).

Dentre os municípios, 75% possuem população total abaixo dos 30 mil habitantes sendo que apenas a cidade de Janaúba/MG registra população urbana acima de 50 mil. A tabela cinco evidencia os dados gerais do espaço de relação da cidade:

Tabela 5: Caracterização geral do espaço de relações regionais da cidade de Janaúba/MG

Níveis de relações	Extensão em Km2	População estimada 2014
Relações muito intensas	2.302,262	82.984
Relações intensas	14.301,745	182.894
Relações Regulares	9.759,062	95.979
Total	26.363,069	361.857

Fonte: dados da pesquisa e IBGE 2015.

A tendência que se acabou de descrever é característica da própria região do Norte de Minas, já discutida e apresentada no capítulo 4 desta tese. A partir da

matriz, foi possível identificar o raio de atuação de cada equipamento, a abrangência geográfica das relações externas estabelecidas pela cidade. O estudo realizado mostrou a relevância da cidade e o alcance dos serviços ligados ao espaço rural, que incluem em sua área de relações além dos municípios mais próximos, alguns outros do estado baiano e também Montes Claros/MG e Capitão Enéas/MG. Para melhor compreensão das características do espaço de relações da cidade, cada nível será examinado nas seções posteriores.

5.3.1 O espaço de relações muito intensas

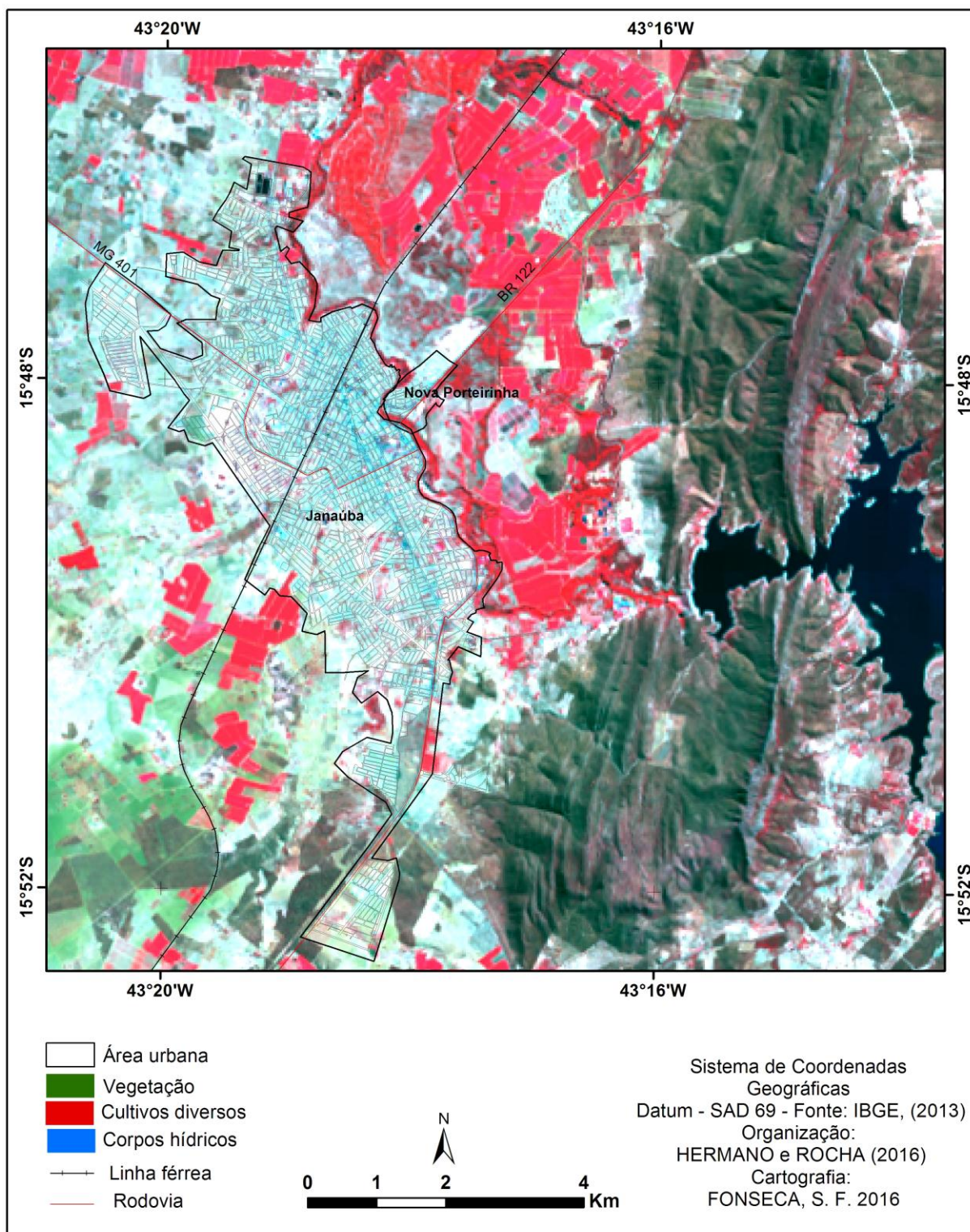
A partir da análise de relações externas da cidade de Janaúba/MG, constata-se que o espaço de relações mais intensas é composto por sua zona rural e pelo município de Nova Porteirinha/MG, sendo essa região atendida por todos os equipamentos urbanos analisados.

A relação entre os municípios no contexto da região do Norte de Minas, faz parte de sua origem histórica, já que Nova Porteirinha/MG é fruto da dinamização do projeto de irrigação do Gortuba, com o intuito de administrar essas novas áreas irrigáveis que foram disponibilizadas pelo governo. A transformação no sistema produtivo levou à municipalização, resultando em uma transformação da estrutura urbana e rural.

O Projeto de irrigação do Gortuba levou o distrito de São José, pertencente à cidade de Porteirinha/MG, à emancipação política em 1995, batizado de Nova Porteirinha/MG, com o intuito de administrar essas novas áreas irrigáveis que foram disponibilizadas pelo governo. (HERMANO, 2006, p.80).

A produção rural do projeto levou ao desenvolvimento e ao fortalecimento da estrutura econômica viabilizando o surgimento do município. Este novo município pautado na estrutura agrícola, cria sua sede próximo a cidade de Janaúba/MG. Devido a esta trajetória histórica, identifica-se neste estudo a intensa relação geográfica e sócio econômica entre as cidades. A proximidade das sedes urbanas é apresentada na figura 27.

Figura 27: Mapa de localização das sedes urbanas de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG



Fonte: USGS-United States Geological Survey, 2016.

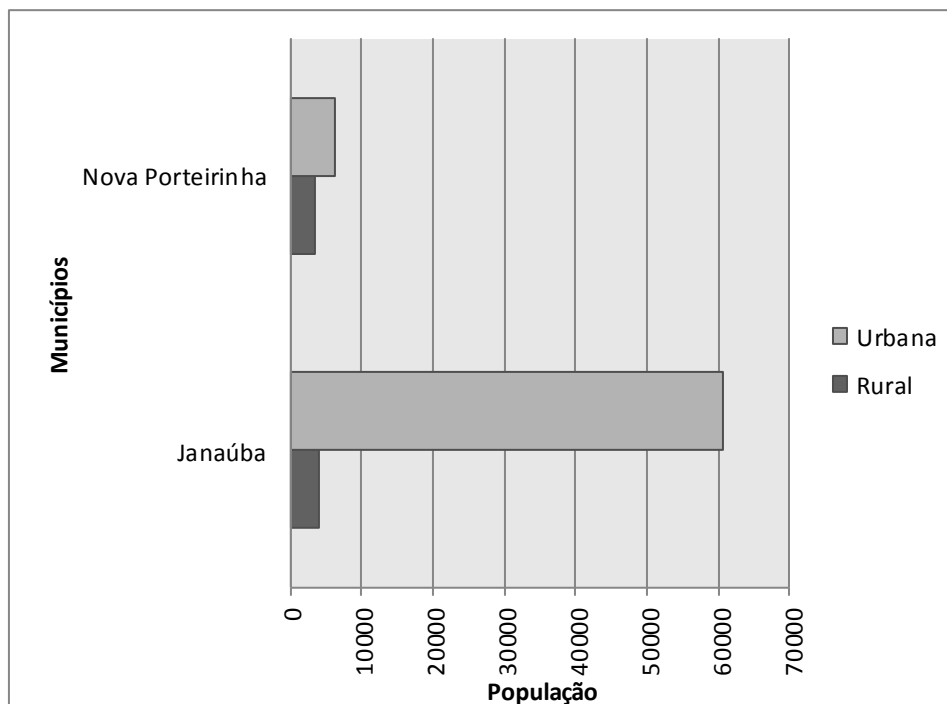
O mapa evidencia a proximidade entre as sedes urbanas de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG sendo possível visualizar a continuidade do espaço construído,

em que o rio Gortuba é o divisor do território. A imagem mostra em vermelho as áreas da fruticultura irrigada pertencentes ao projeto Gortuba, devidamente descrito na seção 4.3.1 desta tese. Diante dessa realidade peculiar os espaços urbanos de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG são contínuos, mas isso decorre apenas de uma questão política, e não da expansão da primeira na direção da segunda. Os elementos em conjunto compõem um espaço urbano rural relativo a área de influência mais intensa da cidade de Janaúba/MG.

A forte intensidade das relações aliada à proximidade geográfica de suas sedes urbanas, fundamentam a premissa de que essas cidades estabelecem um relação especial de complementaridade. Esta densa relação é identificada e percebida pela população local quase que naturalmente, devido ao fluxo intenso de pessoas, serviços e mercadorias circulando constantemente nos espaços intermunicipais.

Esta interação possui níveis hierárquicos nítidos que serão evidenciados por meio da perspectiva comparada. O gráfico cinco apresenta a dimensão da população dos municípios analisados.

Gráfico 5: Dimensão populacional dos municípios de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG em 2010

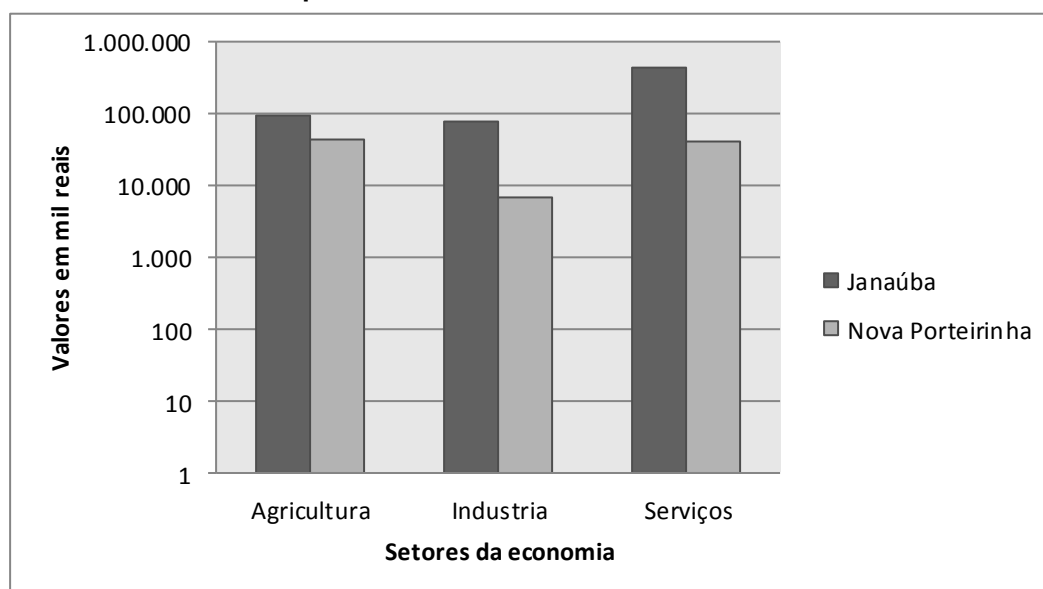


Fonte: IBGE, 2016.

Em termos percentuais, o gráfico mostra que em Nova Porteirinha/MG, a população rural é muito representativa. Opostamente a população de Janaúba/MG onde predomina o perfil urbano. O alto percentual de população rural de Nova Porteirinha/MG está relacionado à presença do projeto de irrigação, impulsionando as atividades agrícolas.

Os dados evidenciam também a discrepância entre o porte dos municípios e suas taxas de urbanização bastante distintas. A dimensão populacional se relaciona ao perfil econômico demonstrado pelo gráfico seis:

Gráfico 6: PIB por setores de Janaúba/MG e Nova Porteirinha/MG



Fonte: IBGE, 2016.

Os resultados dos PIBs retratam o perfil econômico dos municípios: Janaúba/MG destaca-se pelo setor de serviços e Nova Porteirinha/MG pela agricultura. O primeiro é sede das principais atividades do setor terciário possuindo a economia mais robusta, enquanto o segundo estrutura suas atividades econômicas nos setores da agricultura e de serviços de menor especialização.

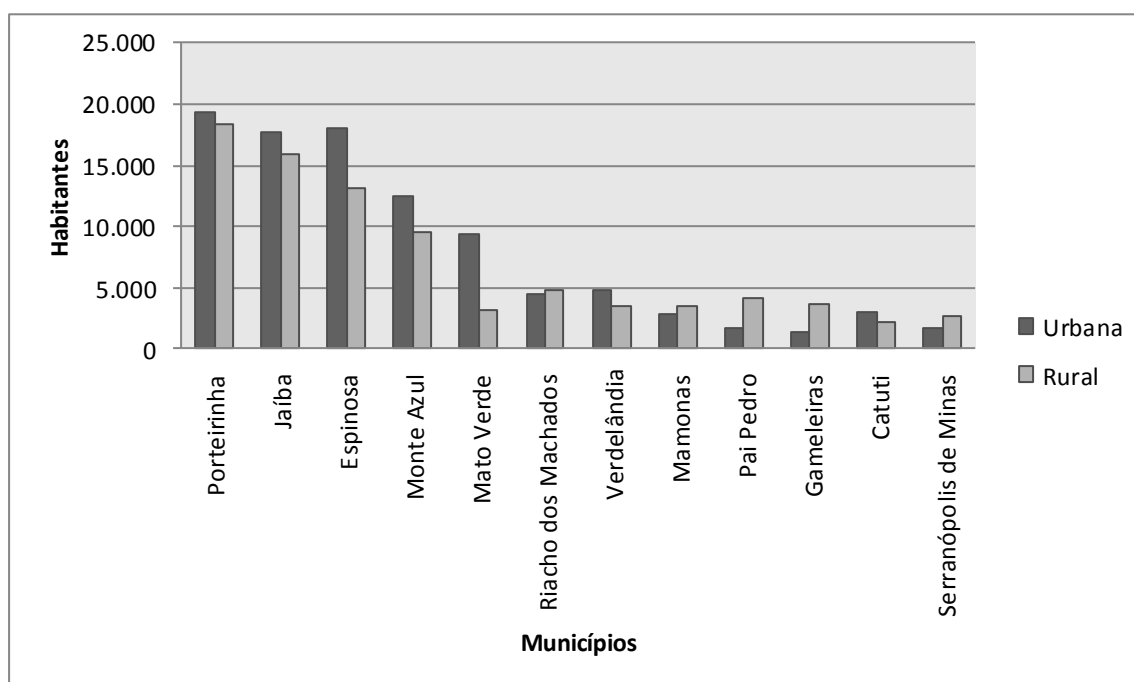
Em conjunto, os dados analisados e a pesquisa empreendida revelam uma intrínseca relação da cidade de Janaúba/MG com seu espaço de relação mais intensa, que abrange o urbano e o rural. É uma conexão hierárquica em que Janaúba/MG é a cidade pólo, e sua zona rural e o município de Nova Porteirinha/MG são áreas complementares.

5.3.2 O espaço de relações intensas

Na análise de relações externas de Janaúba/MG, definiu-se que seu espaço de relações intensas é composto pelos municípios de Catuti/MG, Espinosa/MG, Gameleira/MG, Jaíba/MG, Mamonas/MG, Mato Verde/MG, Monte Azul/MG, Pai Pedro/MG, Porteirinha/MG, Riacho dos Machados/MG, Serranópolis/MG e Verdelândia/MG, que se colocaram no intervalo de 32 a 20 equipamentos atendidos, mostrados na figura 26.

Suas características mais gerais foram descritas no capítulo quatro desta tese. O espaço de relações intensas da cidade de Janaúba/MG é composto por um grupo de municípios onde apenas 25% tem população total acima de 30 mil habitantes. O gráfico sete evidencia o perfil da população da área analisada.

Gráfico 7: Dimensão populacional dos municípios do espaço de relações intensas da cidade de Janaúba/MG

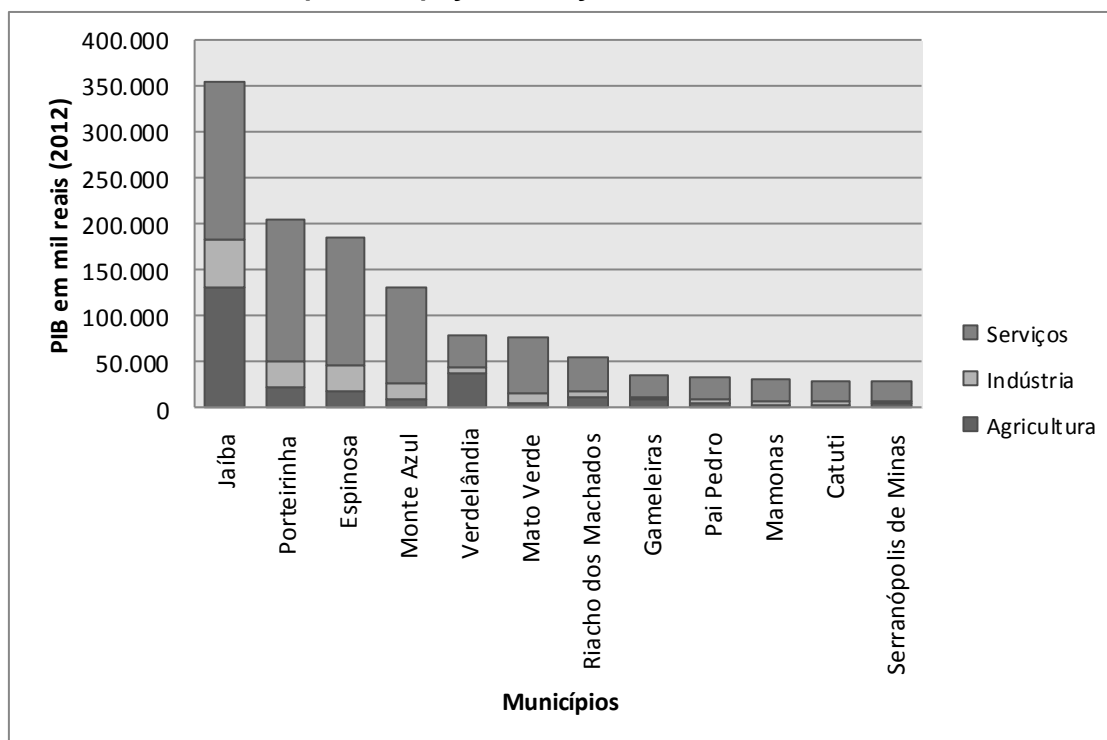


Fonte: IBGE, 2016.

Os dados mostram que os municípios mais populosos são Porteirinha/MG, Jaíba/MG e Espinosa/MG. Todos possuem um alto percentual de população rural, em alguns casos como Pai Pedro/MG, Gameleiras/MG, Mamonas/MG, Riacho dos Machados/MG e Serranópolis de Minas/MG a população rural é maior que a urbana. A maior população urbana pertence ao município de Porteirinha/MG com 19.338

habitantes, seguido de Jaíba/MG com 17.635 respectivamente. A distribuição demográfica reflete a organização produtiva, e esta é representada no gráfico oito.

Gráfico 8: PIB municipal do espaço de relações intensas da cidade de Janaúba/MG



Fonte: IBGE, 2016.

Nesse espaço, os municípios Jaíba/MG e Porteirinha/MG se destacam por apresentar valores mais elevados do PIB. Demais possuem PIB abaixo dos 100.000 milhões por ano, dado que comprova o fraco dinamismo econômico. A indústria é pouco representativa em praticamente todos os municípios analisados. No grupo estudado o município de Jaíba/MG se destacou pelo PIB representativo e ao mesmo tempo por ser um dos mais recentes de seu grupo.

Este município possui um histórico singular, já que seu surgimento faz referência ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o aproveitamento das potencialidades do Norte de Minas Gerais, realizado com a implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba, apresentado no item 4.3.1 desta tese. Para Pereira e Almeida (2004), essas políticas estatais tiveram papel preponderante na distribuição de parte da população no Norte de Minas.

O governo federal criou núcleos habitacionais como NH1, NH2 e Mocambinho dentro das áreas dos projeto de irrigação. Além destas vilas, a cidade de Jaíba/MG

está situada às margens da MG 401, projetada para escoar a produção do Projeto de irrigação. A grande atratividade econômica vinculada a essa mobilidade de bens e pessoas na rodovia, fez com que fossem desenvolvidas algumas atividades complementares que atendessem a população, principalmente o comércio de produtos básicos, fortalecendo o núcleo urbano.

O papel determinante desempenhado pela rodovia na configuração sócio espacial do município ganha destaque não só pelas transações econômicas realizadas, mas principalmente como agente orientador do crescimento da zona urbana. As imagens da cidade de Jaíba/MG ao longo da MG 401 são apresentadas na figura 28.

Figura 28: Imagem da configuração espacial da cidade de Jaíba/MG.

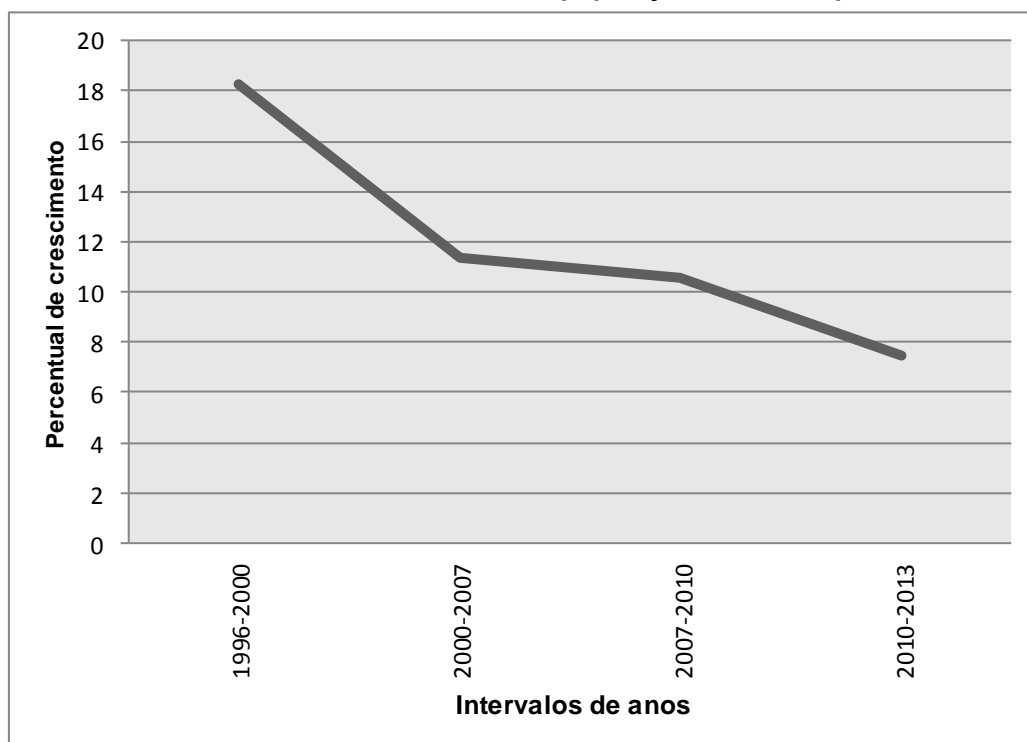


Fonte: Google Earth, 2014.

As imagens retratam a zona urbana formada a partir da rodovia, e áreas diferenciadas que representam a sua organização, adquirida com o decorrer das últimas décadas. A grande atratividade econômica e social de Jaíba/MG, apresentada no gráfico nove, tem provocado um crescimento populacional relevante

para o contexto do Norte de Minas, tanto pelas atividades agrícolas como as urbanas.

Gráfico 9: Taxa de crescimento da população do município de Jaíba/MG

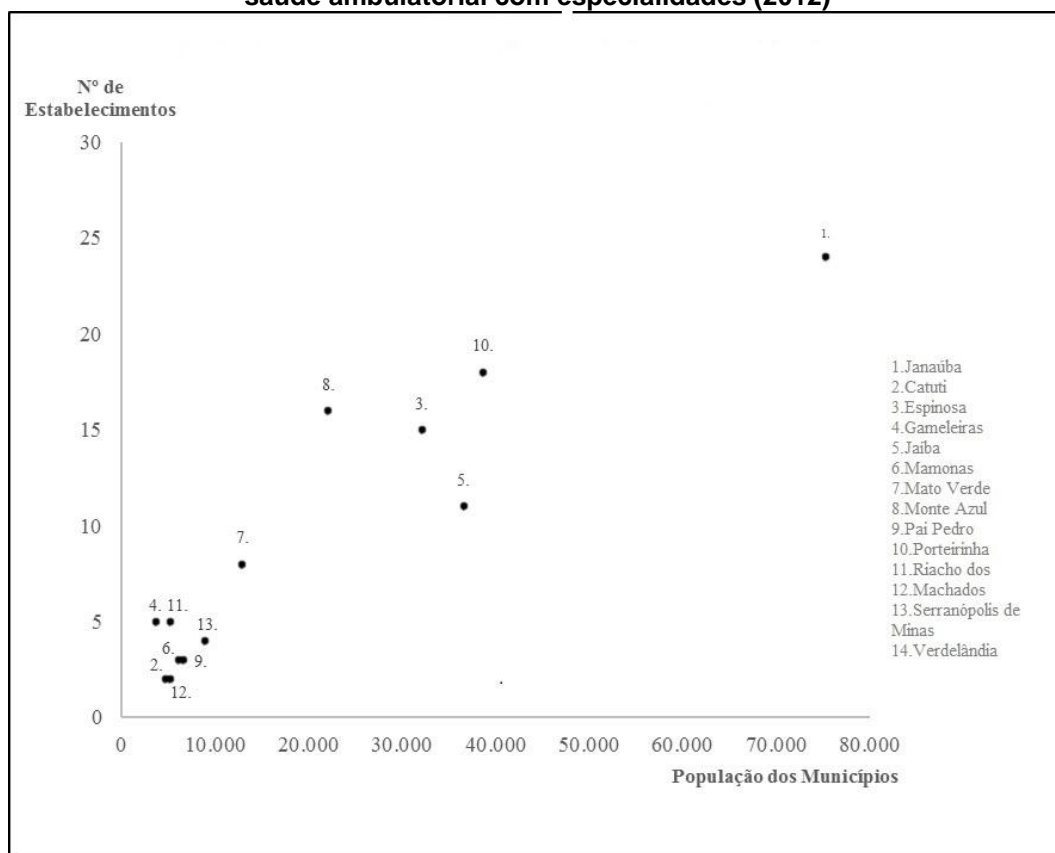


Fonte: IBGE, 2016.

A taxa de crescimento populacional sempre decrescente e positivo e oscilou de 18,2 % no intervalo de 1996-2000, para 7,48% no intervalo 2010-2013, indicando um forte crescimento em seus primeiros anos de criação e posterior estabilidade no período subsequente. No contexto do espaço de relações intensas da cidade Janaúba/MG, este município demonstrou ser o mais dinâmico, quando considerados o tempo de existência, o porte populacional e a estrutura econômica.

Os resultados aqui apresentados, associado à alta especialização dos serviços, indicam o papel central da cidade de Janaúba/MG no espaço de relações intensas, tanto urbano quanto no rural. A liderança pode ser percebida no gráfico dez:

Gráfico 10: Relação entre população municipal (2010) e equipamentos de serviço de saúde ambulatorial com especialidades (2012)



Fonte: IBGE, 2015.

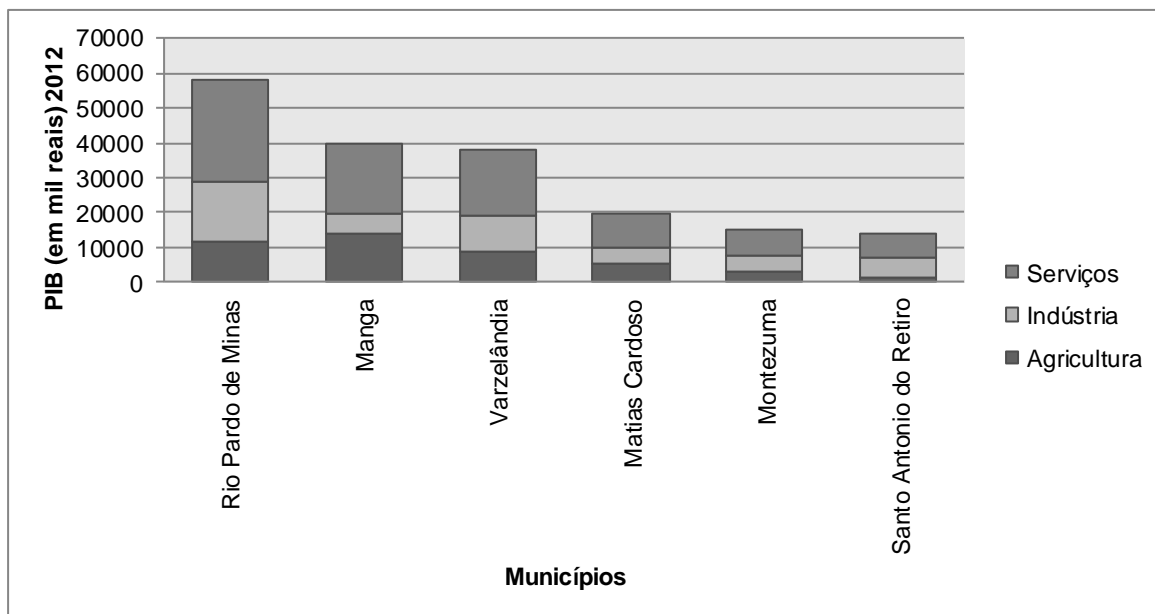
O balanço entre o nível populacional e a disponibilidade de estabelecimentos especializados de saúde corrobora a avaliação da cidade de Janaúba/MG como pólo de prestação de serviços, em especial os de saúde. Além destes, citam-se também a educação, o agronegócio e os demais serviços públicos. O espaço de relações intensas é composto por municípios em sua maioria de perfil rural de baixa densidade demográfica, com destaque para Jaíba/MG. O espaço de atuação da cidade tema é mais amplo, e o próximo tópico apresenta o espaço de relações regulares.

5.3.3 O espaço de relações regulares

O espaço de relações regulares da cidade e Janaúba/MG é formado por seis municípios: Manga/MG, Matias Cardoso/MG, Varzelândia/MG, Montezuma/MG, Santo Antônio do Retiro/MG e Rio Pardo de Minas/MG, que são atendidos pelo intervalo de 10 a 20 equipamentos. A distância média entre Janaúba/MG e estes

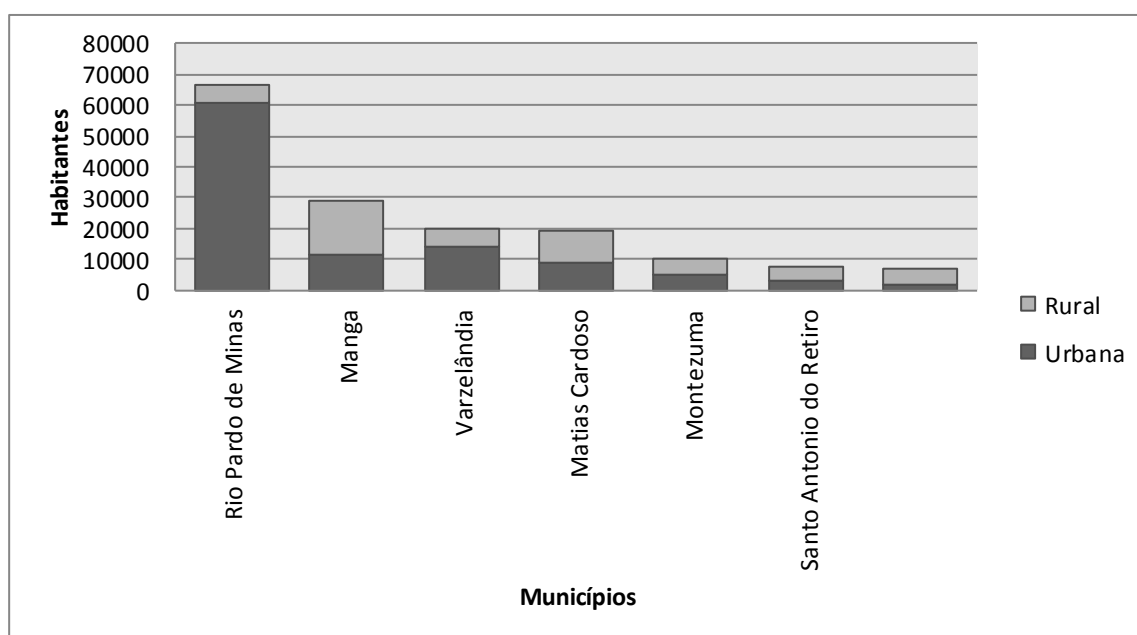
locais é 160 Km, percurso relativamente distante para o estabelecimento de relações mais intensas e cotidianas. O raio das relações cidade analisada se estende até esses municípios devido à ausência de centros intermediários próximos, e pela atração exercida por seus equipamentos urbanos, principalmente os terciários. A dimensão populacional e o PIB por setores apresentam-se nos gráficos 11 e 12:

Gráfico 11: PIB municipal do espaço de relações regulares da cidade de Janaúba/MG



Fonte: IBGE, 2016.

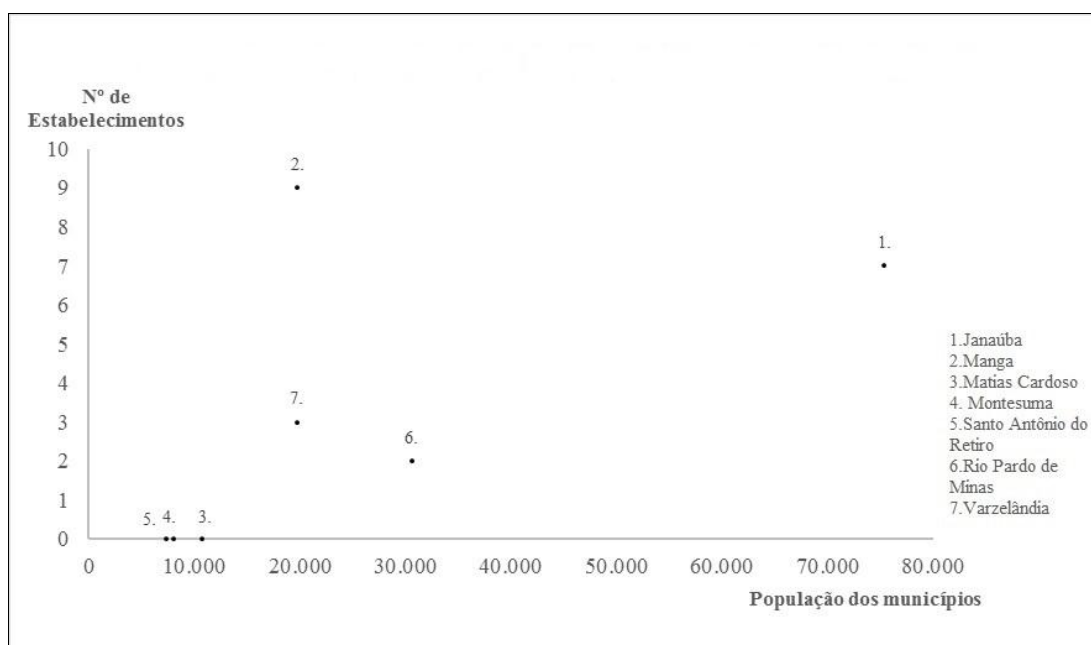
Gráfico 12: Dimensão populacional dos municípios do espaço de relações regulares da cidade de Janaúba/MG



Fonte: IBGE, 2016.

Os municípios analisados possuem percentual demográfico abaixo dos 30 mil habitantes, sendo a população rural expressiva, ou mesmo superior à urbana como no caso de Santo Antônio do Retiro/MG. O setor de serviços, é o mais robusto, a exceção de Rio Pardo de Minas/MG que tem na agricultura a base da sua produtividade. Em geral, são municípios pobres se comparados às áreas mais dinâmicas. Neste contexto, a cidade tema desenvolve sua centralidade, esta polarização é evidenciada no gráfico 13, que é comparativo entre a cidade de Janaúba/MG e seu espaço de relações regulares.

Gráfico 13: Relação entre populações municipais (2010) e equipamentos de serviço de saúde ambulatorial com especialidades (2012)



Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 13 mostra o papel central da cidade foco na prestação de serviços de saúde. A posição desta cidade neste contexto é semelhante a da área de relações intensas, porém o desnível (econômico, populacional e estrutural) neste caso é ainda maior, ratificando seu grau de importância.

As análises sobre o espaço de relações da cidade de Janaúba/MG permite inferir que em geral, as intensidades são proporcionais a distância geográfica, já que os municípios mais próximos possuem as relações mais intensas, e os mais distantes, as menos intensas. Outro fator fundamental é a acessibilidade, promovida

pelo sistema rodoviário, pois a cidade é importante entroncamento no contexto microrregional.

Em conjunto, estes espaços (muito intenso, intenso, regular e de certa forma o irregular) se referem à uma região de relativa extensão. A polarização da cidade de Janaúba/MG em seu espaço de relação regional na prestação de serviços especializados e como ponto de conexão com as escalas urbanas inferiores e superiores, lhe conferem um caráter de intermediação em seu contexto regional. Ficou evidente que seus equipamentos urbanos especializados estão relacionados a diversos arranjos produtivos estratégicos na gestão do território.

A identificação da dimensão e tipologia das relações externas da cidade analisada, composta pelo espaço urbano e rural é compatível com as concepções de cidade média de Amorim Filho (1976, 1978) afirmando que esta é capaz de estabelecer relações de dinamização com o espaço regional e rural. Deus (2004) afirmando que o conceito de cidade média se relaciona a noção de especialização ou diversificação das atividades econômicas, a natureza, a intensidade e a periodicidade das relações espaciais, o papel desempenhado como centro de gestão do território e o arranjo espacial das hinterlândias que comandam. E Pasciaroni (2012) que define essa tipologia de cidade como intermediária nas relações de produção com o espaço regional.

5.4 Cidade de Janaúba/MG e a rede da fruticultura irrigada

Como demonstrado anteriormente, no processo de desenvolvimento espacial de Janaúba/MG a implementação dos projetos de irrigação foram fatos determinantes. Nesse sentido, esta seção tem como objetivo evidenciar o papel regional que a cidade exerce na polarização e articulação da atividade agrícola, em especial a bananicultura. Destaca-se que a fruticultura é hoje uma das ações produtivas de grande destaque, sendo a região a maior produtora do estado, portanto quando fala-se em fruticultura irrigada em Minas estamos tratando do Norte de Minas. A especialização produtiva da região foi referenciada por outros estudos, Lima e Miranda (2000, p. 513) destacam que "a região Norte de Minas Gerais constitui hoje um expressivo polo de agricultura irrigada, com base na fruticultura". Os autores afirmam que a principal cultura é a banana, e outras frutas como manga, uva, maracujá, limão, etc.

Do ponto de vista econômico os autores supracitados descrevem a atividade em duas etapas: a montante do processo produtivo (onde localizam-se as empresas fornecedoras de insumos, os fornecedores de equipamentos para irrigação, as empresas públicas, fornecedoras de energia elétrica, água, as instituições de apoio do setor público, voltadas para o treinamento e formação de mão-de-obra, assistência técnica e pesquisa agrícola) e a jusante da produção agrícola, onde posicionam-se dependendo do produto, as agroindústrias processadoras, os canais de comercialização.(LIMA; MIRANDA, 2000).

Segundo Minas Gerais (2013, p. 24) “a produção mineira de banana é de 687,3 mil toneladas, que representa 8,9% da produção brasileira e confere ao estado a quarta posição no ranking nacional”.O estudo destaca que em Minas Gerais a área destinada a cultura é de 41,8 mil hectares, com produtividade média de 16.456 Kg/ha, índice superior ao rendimento médio nacional (14.282 Kg/ha). Em 2012, a tipologia da área total cultivada se baseou na produção de banana prata, prata-anã, banana nanica (caterra) e outras bananas (ouro, da terra, maçã e marmelo).

A cultura da banana predomina de forma marcante, cobrindo grande parte da área cultivada com fruticultura. Dos grandes produtores, dois estão localizados na microrregião de Janaúba, sendo que os projetos de irrigação Gorutuba e o Lagoa Grande estão localizados na zona de influência direta da cidade. As características marcantes do segmento são uso intensivo de capital, perecibilidade, distância dos mercados, concorrência aguçada. Tais condições exigem da fruticultura o uso de sofisticadas técnicas produtivas. Essas técnicas devem estar presentes durante todo o processo produtivo, já que os principais mercados atendidos são Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

O aspecto importante do centro é ter um padrão tecnológico razoavelmente avançado. Apesar de relativamente recente, a fruticultura irrigada nessa área, especialmente a cultura da banana Prata-anã, já apresenta padrões tecnológicos semelhantes aos encontrados no polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que usa técnicas de irrigação bem avançadas em termos mundiais. Segundo os especialistas, nota-se aqui uma capacidade de iniciativa relativamente elevada e um ambiente propício à troca de experiências entre produtores, que, por sua vez, demonstram preocupação, e põem em prática, com alguma frequência, formas mais eficientes de produzir. (LIMA; MIRANDA, 2000, p.515).

A especialização produtiva pauta-se no fato de ser beneficiada por sistemas de irrigação, segundo o Perfil da fruticultura em Minas Gerais (2013) o Norte de Minas responde pelo maior volume da produção estadual. De acordo com o relatório supracitado a maior produção de Minas Gerais se concentra no Norte de Minas e nesta região os principais municípios produtores são a cidade de Jaíba/MG seguida por Janaúba/MG, esta classificação é descrita na tabela seis.

Tabela 6: Bananicultura no estado de Minas Gerais

Região produtora	Percentual da produção estadual (%)
Norte	50,6
Sul	17,9
Central	7,7
Rio Doce	6,4
Cidade	Produção em mil toneladas
Jaíba	82,0
Janaúba	58,1
Matias Cardoso	48,5
Nova Porteirinha	42,3
Verdelândia	22,3

Fonte: Perfil da fruticultura em Minas Gerais 2013.

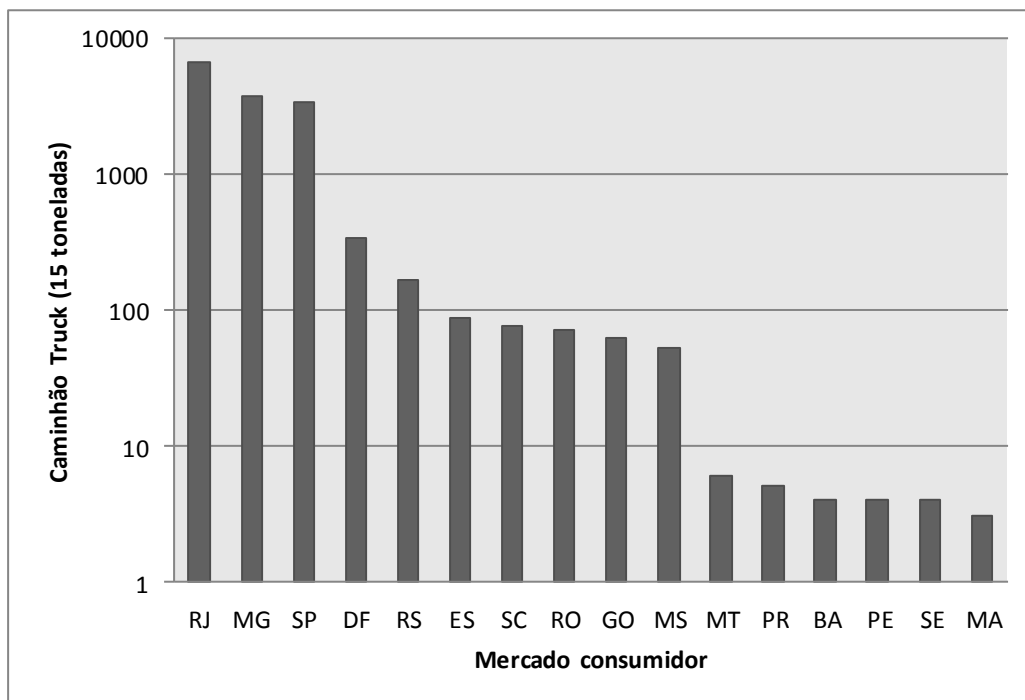
Produção agrícola e logística de transporte devem agir de forma integrada, o que expande as redes de relações comerciais urbanas que são exercidas na cidade. Segundo dados da produção agrícola municipal do IBGE, a participação do Norte de Minas na produção mineira oscilou ao longo do período e fechou 2011 com um percentual 3,6 % maior que 2008.

A microrregião de Janaúba em relação ao Norte de Minas variou ao longo do período e em 2011 apresentou um percentual 8,06 % maior que 2008. De acordo os dados do IBGE a produção se concentra em cinco municípios: Janaúba/MG, Jaíba/MG, Nova Porteirinha/MG e Porteirinha/MG. Para este conjunto de produtores houve crescimento da produção em todo o período.

A centralização de Janaúba/MG ocorre em função não apenas da produção agrícola strito senso, mas em especial pelas funções urbanas comerciais, pautadas entre outros fatores na sua localização estratégica, e pelo desenvolvimento de grupos produtivos e comerciais especializados. Essa atuação possui amplitude nacional, expandindo sobremaneira a rede de relações da cidade com o espaço externo. Tal premissa é verificada pela análise do fluxo de comércio de frutas, em

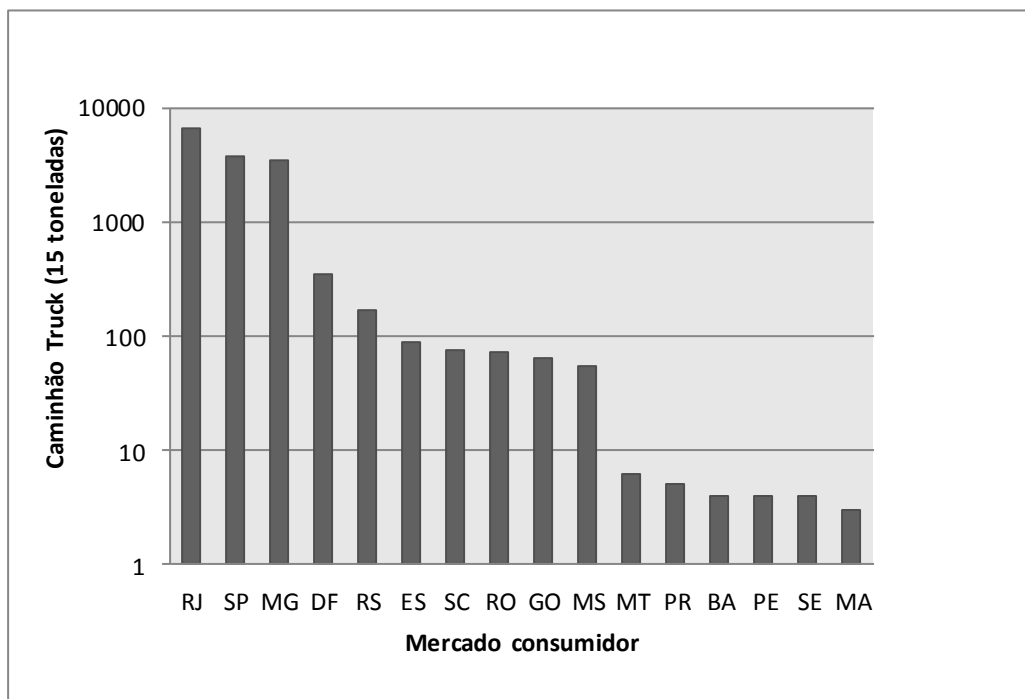
especifico a banana prata e nanica, que é realizado no local, demonstrada nos gráficos 14 e 15:

Gráfico 14: Fluxo do comércio de banana a partir de Janaúba/MG em 2009



Fonte: ABANORTE, 2016.

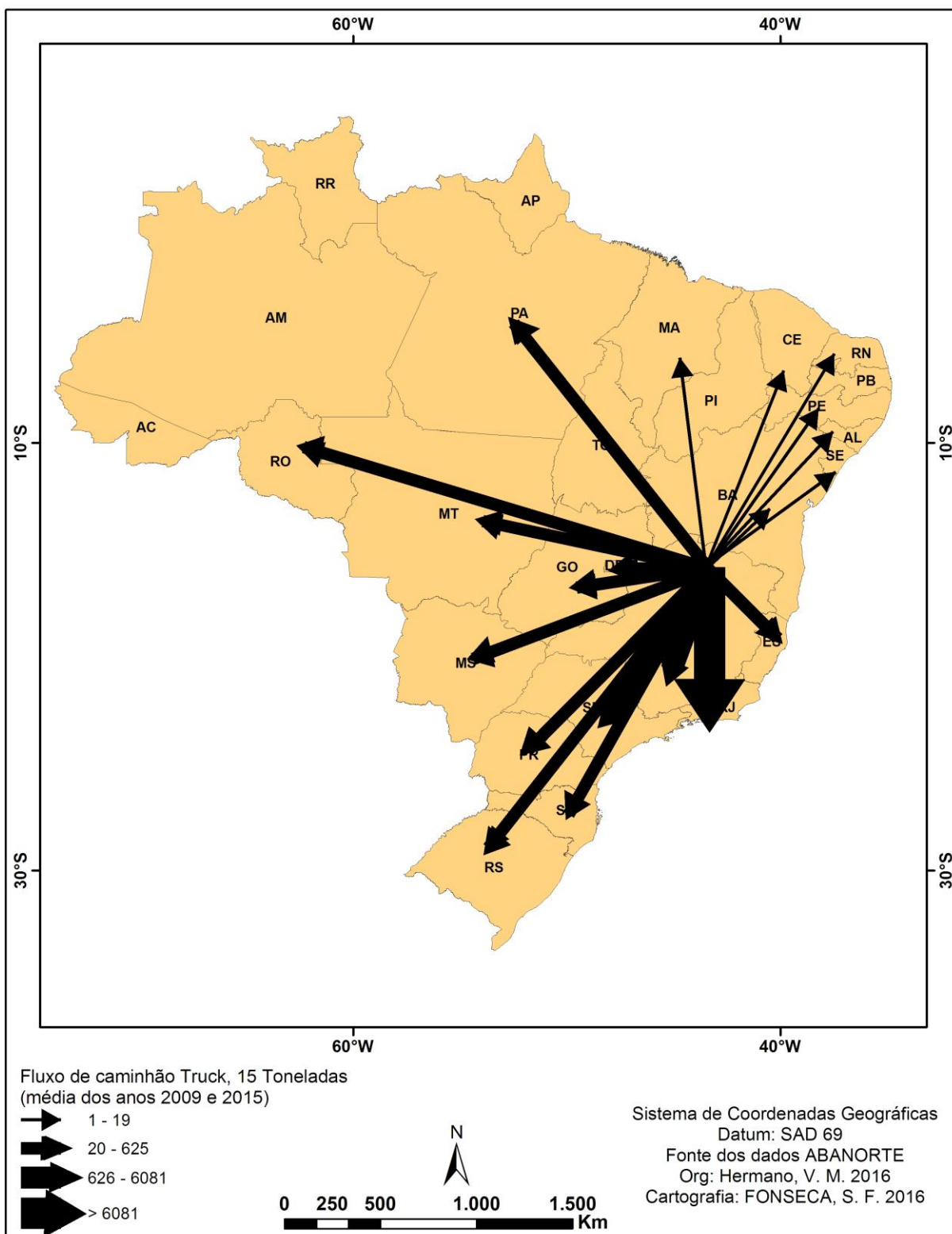
Gráfico 15: Fluxo do comércio de banana a partir de Janaúba/MG em 2015



Fonte: ABANORTE, 2016.

Os dados cedidos pela ABANORTE demonstram o fluxo comercial de banana prata e nanica, que são realizados a partir da cidade, ou mais especificamente das empresas agrícolas, e seus mercados consumidores. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os principais em todos os períodos, destacando-se ainda uma gama de outros destinos das regiões sudeste, sul, centro oeste e até mesmo da região norte, em menor proporção. A amplitude e o alcance dessa atividade, posiciona a cidade de Janaúba/MG em uma rede comercial de âmbito nacional, ampliando consideravelmente seu espaço de relações externas. Essa relação é visualizada na figura 29.

Figura 29: Mapa do fluxo da comercialização da bananicultura em Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

A avaliação do mapa indica que a cidade tem expandido seu alcance de relações a partir da produção e comercialização de banana. Essa atividade insere o

local na rede nacional, que tem como foco os grandes centros consumidores do sul e sudestes do país. Destaca-se que a produção escoada não se restringe a produção ao município de Janaúba/MG, mas sim polarizando comércio da microrregião.

Na rede produtiva regional, a bananicultura fortalece a cidade de Janaúba/MG posicionando-a como centro primaz, isso em relação a produção e a logística de comercialização. A abrangência do mercados consumidores servidos pela produção local é de caráter nacional, inserindo a cidade no nível de relações superiores da hierarquia urbana da região, de Minas Gerais e do Brasil.

Janaúba/MG exerce papel de intermediação entre o consumo nacional de fruta e a produção agrícola especializada, o que reforça sua sede como média. A relação da cidade média com o espaço rural é abordada por diversos autores, como Amorim Filho *et al.* (1982) que afirmam que estas cidades têm condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural que a envolve. Além deste, tem-se as prerrogativas de Silva *et al.* (2008) indicando que a cidade média fortalece a relação entre o rural e o urbano, pois as atividades especializadas urbanas contribuem para as relações entre as cidades e as atividades agropecuárias na região. Elias (2013) destaca que o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. E Sobarzo (2014) aponta que as cidades médias promovem a intermediação e convertem-se no espaço em pólos onde as novas relações vão significar uma interdependência de diversos setores econômicos.

Seu papel no contexto regional interfere em sua organização interna, na sua morfologia que será tratada no capítulo que se segue.

6 MORFOLOGIA DA CIDADE DE JANAÚBA/MG

A compreensão do espaço interno faz-se importante no entendimento de evolução, funções e peculiaridades do local. Ao se estudar a estrutura morfológico funcional de uma cidade compreende-se não somente seu espaço interno, mas também seu papel na região, pois o conjunto das formas urbanas que constituem a paisagem, sejam elas planejadas ou espontâneas, são influenciadas pela dinâmica mais ampla.

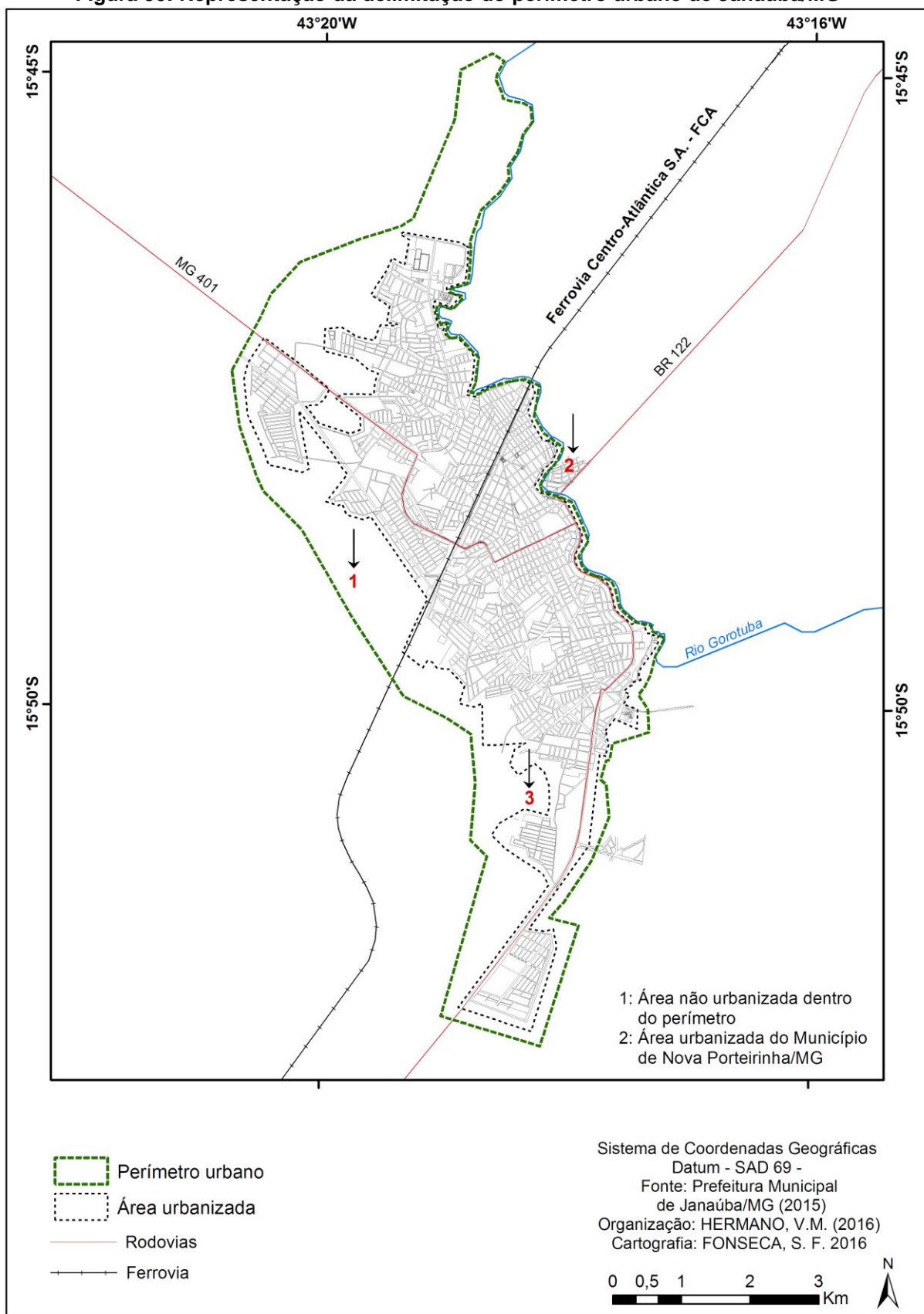
Neste sentido, o capítulo 6 tem como objetivo o estudo morfológico funcional da cidade de Janaúba/MG, com foco no sítio e tecido urbanos, e princípio analítico o modelo morfológico funcional para cidades médias proposto por Amorim Filho (2005).

6.1 O sítio da cidade de Janaúba

A delimitação espacial do sítio urbano, desenvolvida na tese, parte da definição do perímetro urbano municipal. O Plano Diretor Municipal de Janaúba (PMDJ, 2007) foi o primeiro documento a tratar a caracterização da área urbana local de forma mais precisa. No entanto, neste não foram empregados os termos específicos das ciências espaciais, como sítio e tecido, e nem houve um posicionamento teórico acerca da definição conceitual do que seja a área urbana. O documento apresenta uma aproximação figurativa do que denomina-se perímetro urbano. As imagens apresentadas não possuem os elementos básicos da cartografia, como escala, pontos referenciais, legenda e outros.

A definição do perímetro urbano derivou da lei 10.257/2001, que promove a divisão do município em zonas rurais e urbanas, de forma a auxiliar o direcionamento das políticas públicas. Neste a propriedade urbana cumpre sua função quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor. A figura 30 mostra o perímetro urbano e área urbanizada do PDMJ (2007) de Janaúba/MG.

Figura 30: Representação da delimitação do perímetro urbano de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Na figura 30 a linha verde é a delimitação do perímetro urbano, e a linha pontilhada sua área urbanizada. Nota-se que no período considerado, a área urbanizada se distribui em sentido paralelo a rede principal de drenagem, com predominância direcional Norte/Sul. Os pontos 1 e 3, retratam uma área não urbanizada dentro do perímetro urbano. O ponto 2 se refere a área urbana do município de Nova Porteirinha/MG, e que portanto não pertence ao território do município de Janaúba/MG, embora tenha sido representada devido sua proximidade.

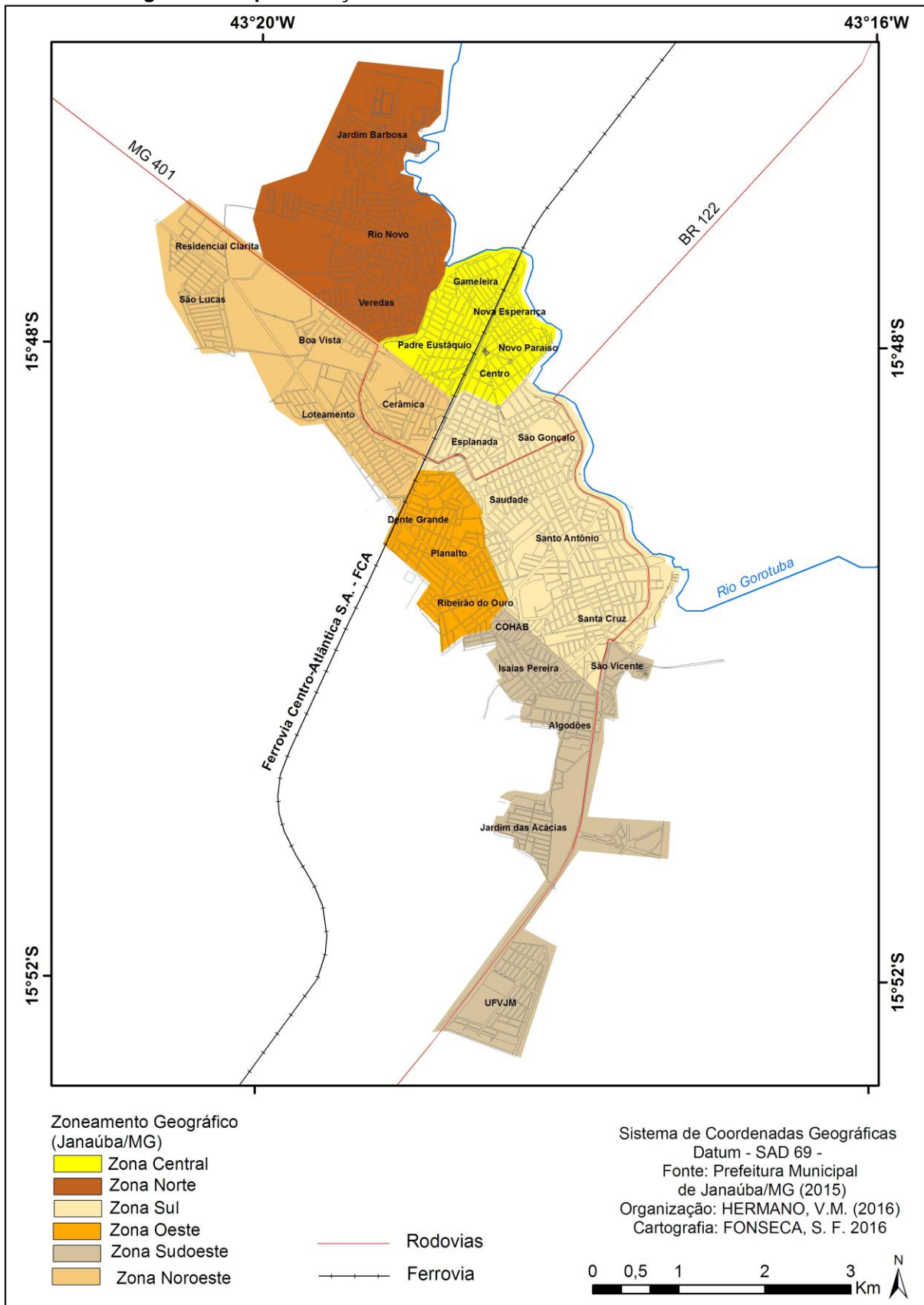
Esta representação, elaborado a partir do PDMJ (2007), não parece ser pautada em postulados técnicos ou científicos, indica a avaliação da administração pública municipal acerca do espaço urbano de Janaúba/MG. Essa leitura pública e administrativa retrata em grande parte a real e atual estrutura urbana da cidade. O PDMJ (2007) pontua o zoneamento e a delimitação do espaço urbano da seguinte forma:

Parágrafo Único: O zoneamento ora regulado, não derroga, ab-roga ou revoga o zoneamento geográfico da sede do município em vigor, que o delimita em:

- I. Zona Central: compreende os bairros Centro, Novo Paraíso, Gameleira, Boa Esperança e Padre Eustáquio;
- II. Zona Norte: compreende os bairros Veredas, Rio Novo, Barbosas e Santa Terezinha;
- III. Zona Sul: compreende os bairros Santa Cruz, Santo Antônio, São Gonçalo, Saudade e Esplanada;
- IV. Zona Oeste: compreende os bairros Dente Grande, Planalto e Ribeirão do Ouro;
- V. Zona Sudoeste: compreende os bairros Cohab, Isaías Pereira, Algodões e São Vicente;
- VI. Zona Noroeste: compreende os bairros Cerâmica, Boa Vista e São Lucas. (JANAUBA, 2007, p.94).

No documento a área urbana é definida em zonas tendo como ponto de partida o centro histórico da cidade, denominada zona central. A metodologia desta classificação não é discriminada no documento, a figura 31 mostra este zoneamento:

Figura 31: Representação do zoneamento da cidade de Janaúba/MG .



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Observa-se que na figura a área urbana de Nova Porteirinha/MG, está fora da representação e que as seis zonas foram definidas segundo a localização geográfica, com exceção da zona central definida conforme a funcionalidade. A análise indicou que para a administração pública local, ora a zona urbana de Nova Porteirinha/MG é reconhecida, ora não é.

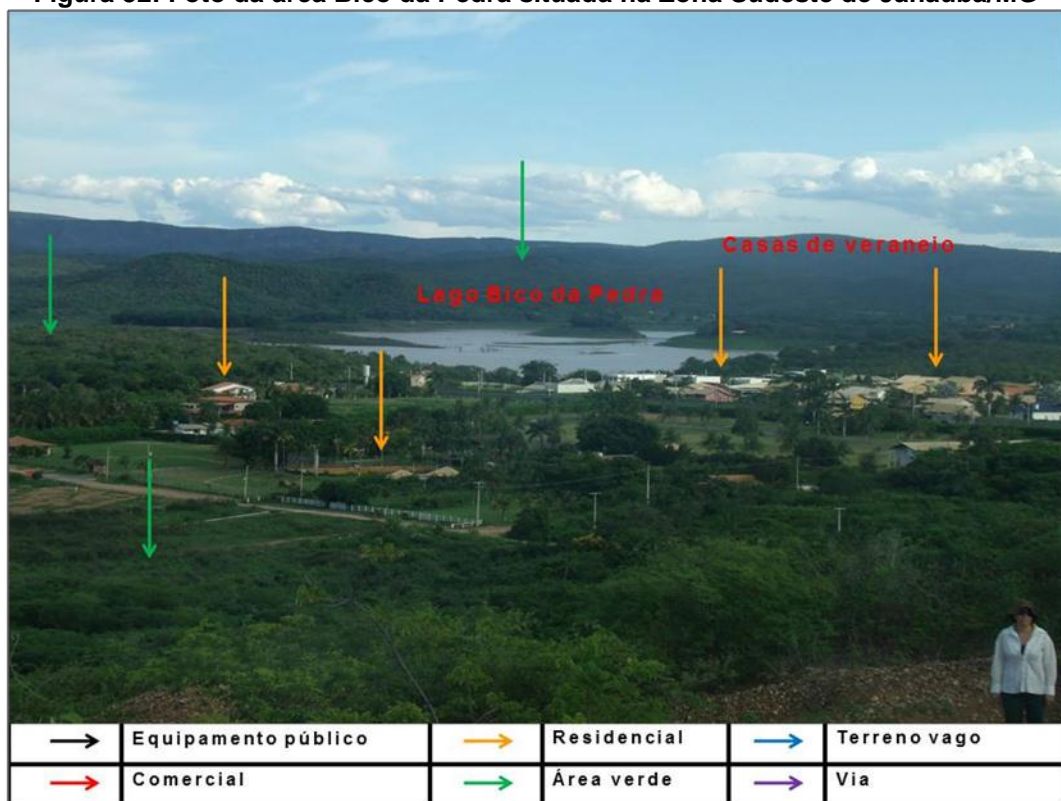
Em 2015, a administração pública local, gestão 2012-2016, alterou a delimitação jurídica do espaço urbano do município promovendo uma expansão do perímetro urbano, por meio da Lei Municipal 2.104 de março de 2015. No entanto, no PDMJ(2015) não consta nenhuma representação cartográfica, sendo ainda bem menos detalhado que o documento de 2007. Aproxima-se de uma simples atualização legislativa. Neste a delimitação do perímetro urbano fica da seguinte forma:

- I.Zona Central: compreende o centro;
- II.Zona Leste: compreende os bairros Novo Paraíso e Nova Esperança;
- III.Zona Centro-norte: compreende os bairros Padre Eustáquio, Gameleira e Veredas;
- IV. Zona Centro- sul: compreende os bairros Esplanada , Saudade e São Gonçalo;
- V.Zona sul: compreende os bairros Santo Antônio e Santa Cruz;
- VI.Zona sudeste: compreende os bairros São Vicente, Canafistula, Bico da Pedra e Cidade Universitária;
- VII.Zona oeste: compreende os bairros Cerâmica, Dente Grande, Planalto e Pedra Preta;
- VII. Zona sudeste: compreende os bairros Ribeirão do Ouro, Cohab, Isaías Pereira, Baixa da Colônia, Algodões e Algodões 2;
- IX.Zona noroeste: compreende os bairros Boa Vista, Parque Industrial Clarita, Residencial Clarita, São Lucas e Caraíbas;
- X. Zona norte: compreende os bairros Rio Novo, Barbosas, Santa Terezinha, Piranhas e Jacarezinho;
- XI. Região Sudeste: compreende o Balneário Bico da Pedra e o entorno do Lago Bico da Pedra (JANAUBA, 2015, p.6).

Este novo zoneamento da área urbana expande o número de zonas, se no PDMJ (2007) eram seis zonas, no PDMJ (2015) são onze. Além de ter aumentado o número de zonas urbanas, novos bairros foram incluídos, como a Cidade Universitária e Cohab, localizados na área sul da figura 30. Esta inclusão reflete a expansão urbana em especial na direção Sul.

A zona Sudeste, se refere a região do Lago Bico da Pedra, local que não pode ser considerado como área da cidade, pois não exerce nenhuma função típica dessa modalidade como residencial, comercial ou industrial. Nesta existem apenas casas de veraneio. A figura 32 mostra parte dessa zona.

Figura 32: Foto da área Bico da Pedra situada na Zona Sudeste de Janaúba/MG



Fonte: Dados da pesquisa.

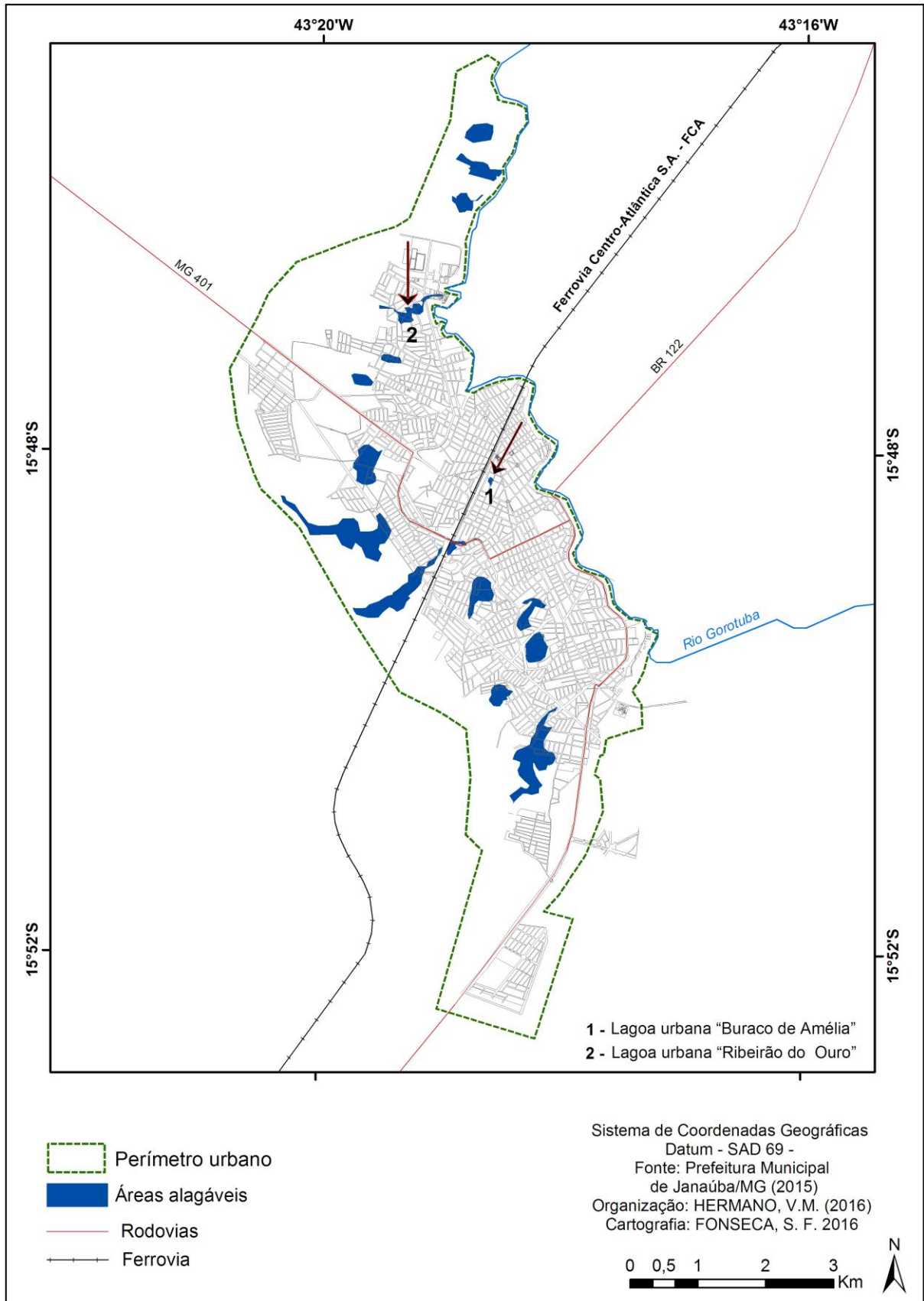
Esta zona, especialmente a área apresentada na Figura 32, deveria ser de preservação permanente conforma a Legislação Ambiental Brasileira, afinal, se localiza próxima ao lago Bico da Pedra. Tal questão local já foi amplamente discutida na pauta legislativa da cidade e alvo de várias polêmicas. Representa a divergência de duas classes sociais: daqueles que são a favor da urbanização devido à valoração dos imóveis, e dos que são contra em função de sua localização na área de preservação. O fato é que no PDMJ (2015) elaborado na atual gestão foi reconhecida como área urbana.

Ao se analisar os Planos Diretores Municipais de 2007 e 2015, nota-se que a definição de perímetro urbano adotada pelo poder público municipal não está diretamente ligada a função que determinada área exerce, nem mesmo está vinculada a algum conceito teórico. A delimitação urbana local é influenciada pelos parâmetros políticos, que por vezes fogem ao escopo científico. Tal verificação indica que não há, até o momento, uma produção técnica ou científica que delimite de forma exata e detalhada o que seja realmente o espaço urbano de Janaúba/MG.

As condições específicas encontradas retratam um processo de urbanização/ocupação que ocorre parcialmente a revelia do poder público e das delimitações técnicas. Portanto, nesta pesquisa será considerado como espaço urbano do município de Janaúba/MG, o perímetro urbano delimitado pelo relatório da PDMJ (2015), com exceção da zona Sudeste, porque esta não exerce função urbana.

Assim, considera-se que o sítio urbano da cidade, que tem como marco espacial o perímetro urbano definido pelo PDMJ (2015) sem a zona Sudeste, está totalmente inserido na da bacia hidrográfica do Rio Gorutuba, em sua margem esquerda. A figura 33 representa a rede de drenagem no sítio da área urbana:

Figura 33: Representação do sistema hídrico no perímetro urbano de Janaúba/MG

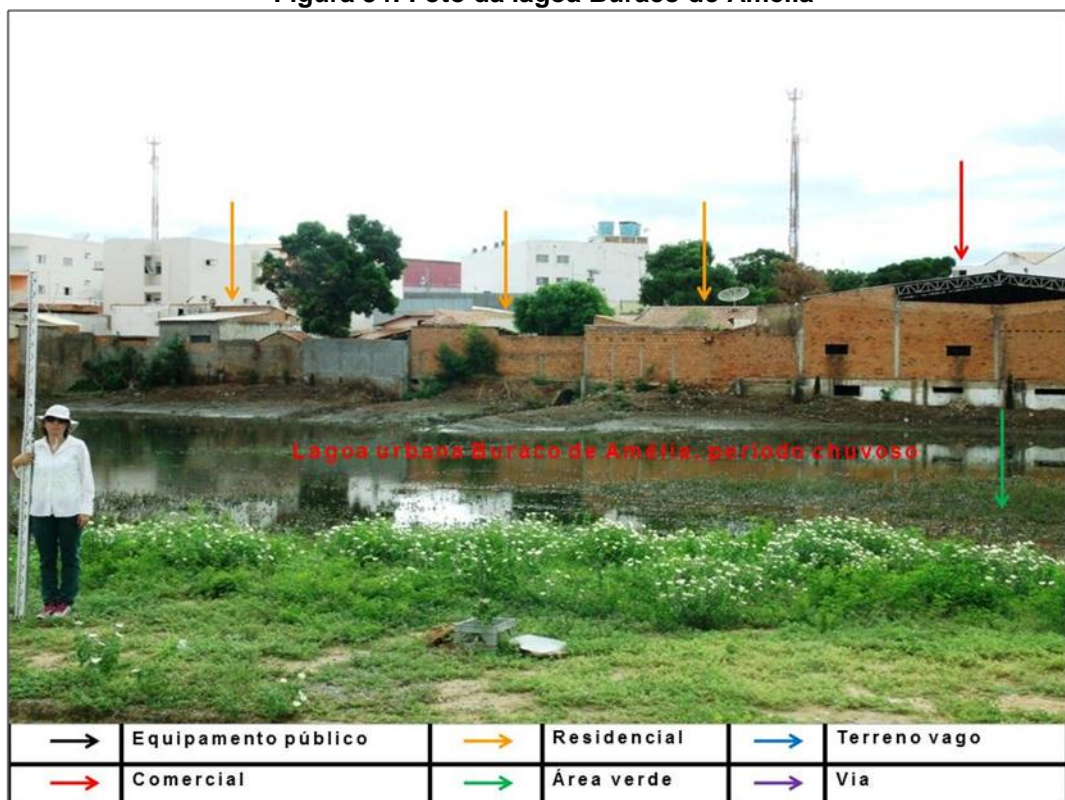


Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O sistema hídrico do sítio de Janaúba/MG é composto pelo rio Gorutuba e por suas lagoas intermitentes, a exemplo dos pontos um e dois da figura 33. A formação de lagoas é uma característica comum nas cidades ribeirinhas do rio São Francisco na região Norte de Minas, verificadas também na pesquisa de Silveira e Oliveira (2014).

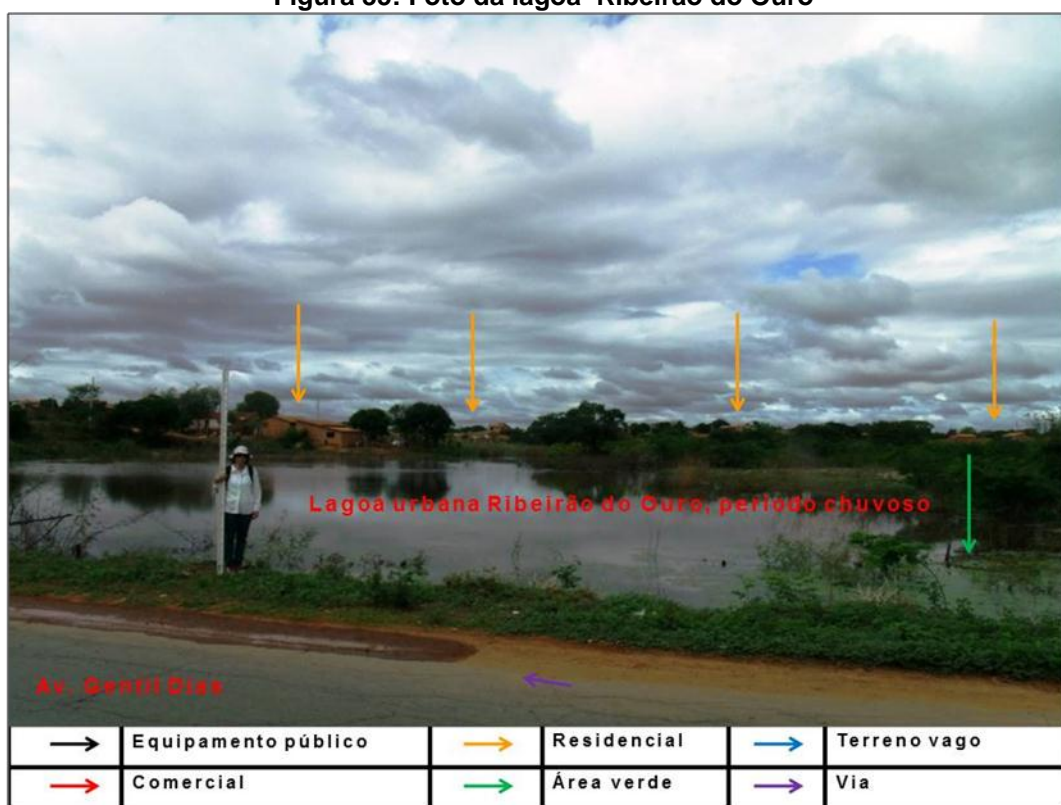
A intermitência é uma característica típica do regime pluviométrico local, tanto no rio como em suas áreas contribuintes. Esta sazonalidade confere as lagoas urbanas um aspecto relevante na compreensão do sítio urbano, já que ficam secas a maior parte do ano, visíveis muitas vezes apenas no período chuvoso. Duas das lagoas urbanas de Janaúba/MG, pontos um e dois da figura 33, denominadas popularmente de “Buraco de Amélia” e “Lagoa do Ribeirão do Ouro” podem ser vistas respectivamente de forma mais detalhada nas figuras 34 e 35 .

Figura 34: Foto da lagoa Buraco de Amélia



Fonte: Dados da pesquisa.

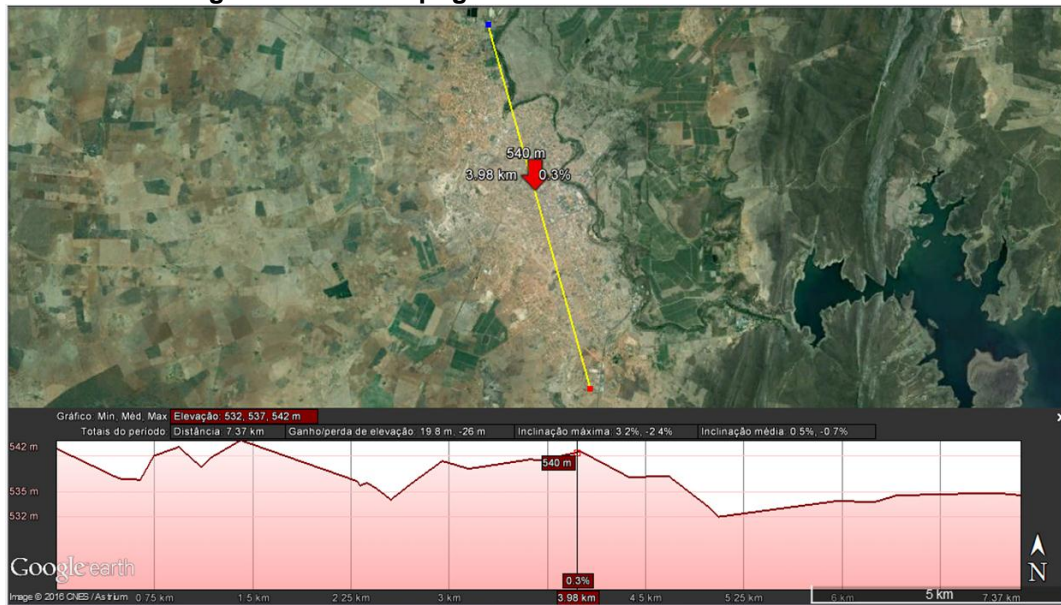
Figura 35: Foto da lagoa Ribeirão do Ouro



Fonte: Dados da pesquisa

Geomorfologicamente nota-se predominantemente uma área aplainada, de base geológica sedimentar, compondo uma planície fluvial que possui gradientes altimétricos suaves. Os perfis topográficos leste oeste e norte sul de Janaúba/MG expostos nas figuras 36 e 37 reforçam essa suavidade. No primeiro a diferença altimétrica entre o ponto mais alto e o mais baixo é de apenas 15 metros estando a calha do rio Gorutuba na cota 534. No segundo esse gradiente é de apenas de apenas 12 metros.

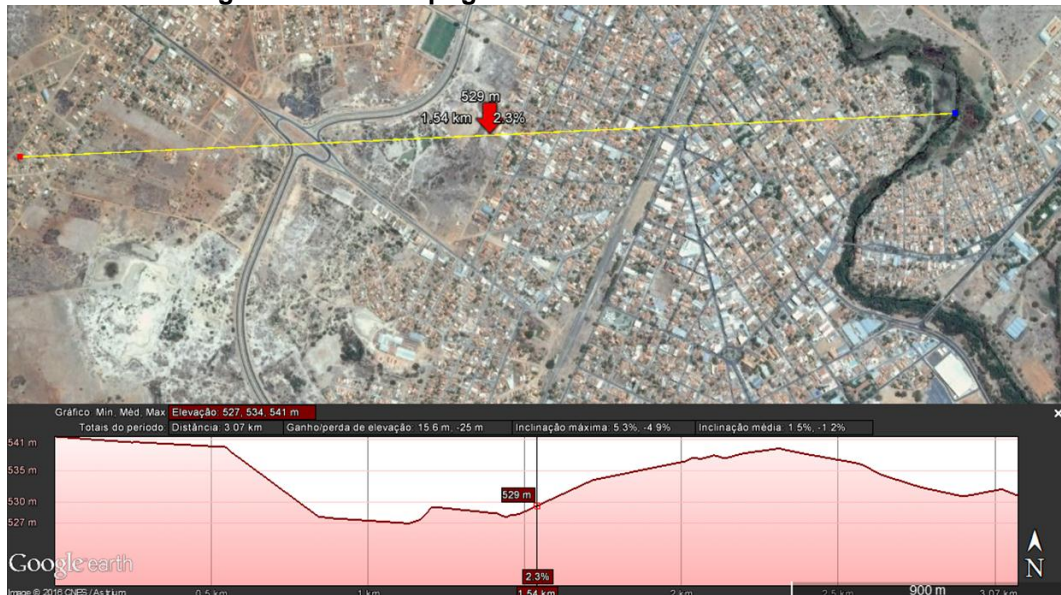
Figura 36: Perfil topográfico leste oeste de Janaúba/MG



Fonte: Google Heart (2016).

A imagem identifica o padrão do relevo local no trecho de direção leste oeste, apresentando pouca variação em relação a altitude, o ponto mais alto é 541 metros, e o mais baixo 526 metros. A calha do rio Gortuba está na cota 534. A figura 37 retrata o perfil norte sul.

Figura 37: Perfil topográfico norte sul de Janaúba/MG.



Fonte: Google Heart (2016).

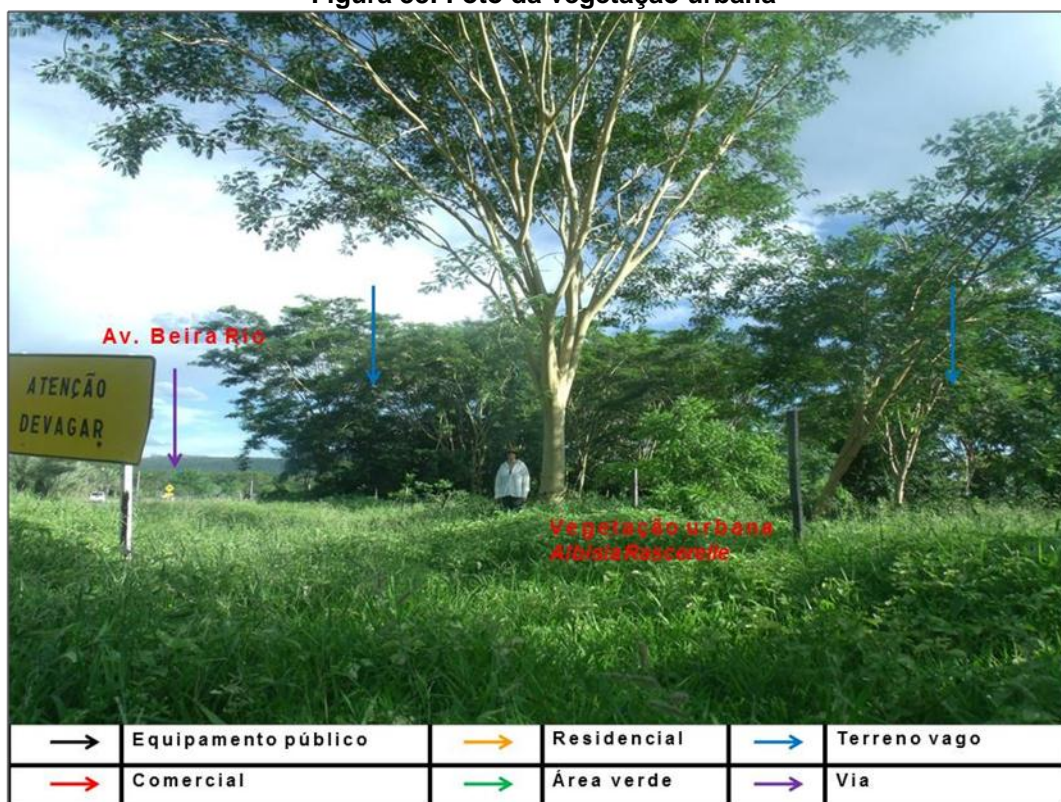
A imagem exibe o gradiente de direção norte sul, com índice mais aplanado que o leste oeste. A diferença altimétrica entre o ponto mais alto e mais baixo são

apenas 12 metros, sendo a cota mais baixa com 531 metros. Em conjunto os transectos revelam a suavidade do relevo no sítio urbano de Janaúba/MG.

A vegetação típica é a transição entre cerrado e caatinga, e pode ser descrita de forma preliminar em dois grande grupos: as de fundo de vale ou mata ciliar, e a antiga vegetação dos níveis adjacentes. Souza Junior (2002) afirma que a vegetação da mata ciliar do Gorutuba é marcada por plantas que sofrem forte influência da vegetação circunvizinha, adaptadas a ambientes mais úmidos, com características de cerrado e caatinga.

No que refere as áreas adjacentes, profundamente alteradas pelo processo de urbanização, existem algumas amostras pontuais em áreas remanescentes. Uma pesquisa de Santos e Hermano (2015) indicou a presença de uma vegetação típica de caatinga, sendo a espécie mais comum *Albisia Rascerelle* popularmente conhecida como Angico Branco ou Farinha Seca (Figura 38).

Figura 38: Foto da vegetação urbana

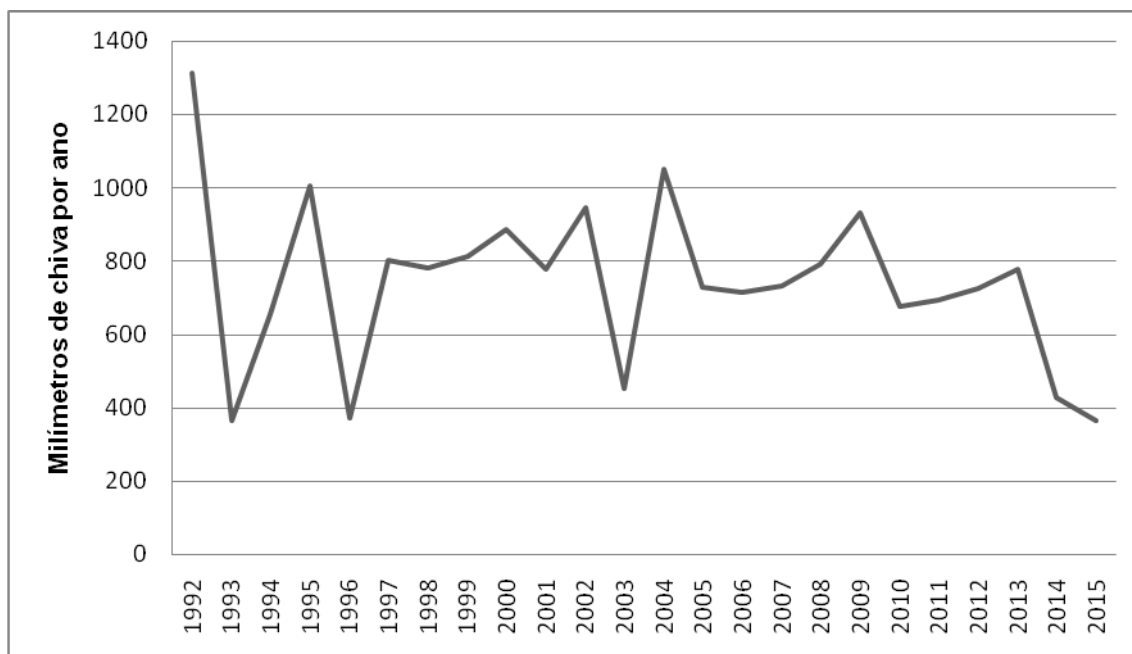


Fonte: Dados da pesquisa.

Do ponto de vista climático, ressalta-se suas altas temperaturas e ciclos chuvosos irregulares. Hermano (2013), em estudo específico sobre a oscilação período chuvoso de Janaúba/MG, alertou para seu caráter pluviométrico

extemporâneo e, também, para os momentos de baixo índice pluviométrico. O gráfico 16 mostra a variação no município.

Gráfico 16: Índice pluviométrico do município de Janaúba/MG de 1992 a 2015



Fonte: INMET, 2015.

No Gráfico 16 pode-se ver a oscilação das chuvas na localidade em análise. Evidencia-se que os anos de melhores índices foram 1992, 1995, 2004, 2009 e os anos críticos 1993, 1996, 2003 e 2015. Esse padrão indica um ciclo climático do tipo semi úmido. Os dados expõem a realidade de um quadro onde a deficiência hídrica é uma realidade a ser enfrentada, interferindo no processo de ocupação do território urbano. O quadro natural da cidade aproxima-se das características ambientais do município, ou seja, espaço municipal (mais amplo) e espaço urbano (restrito) são similares.

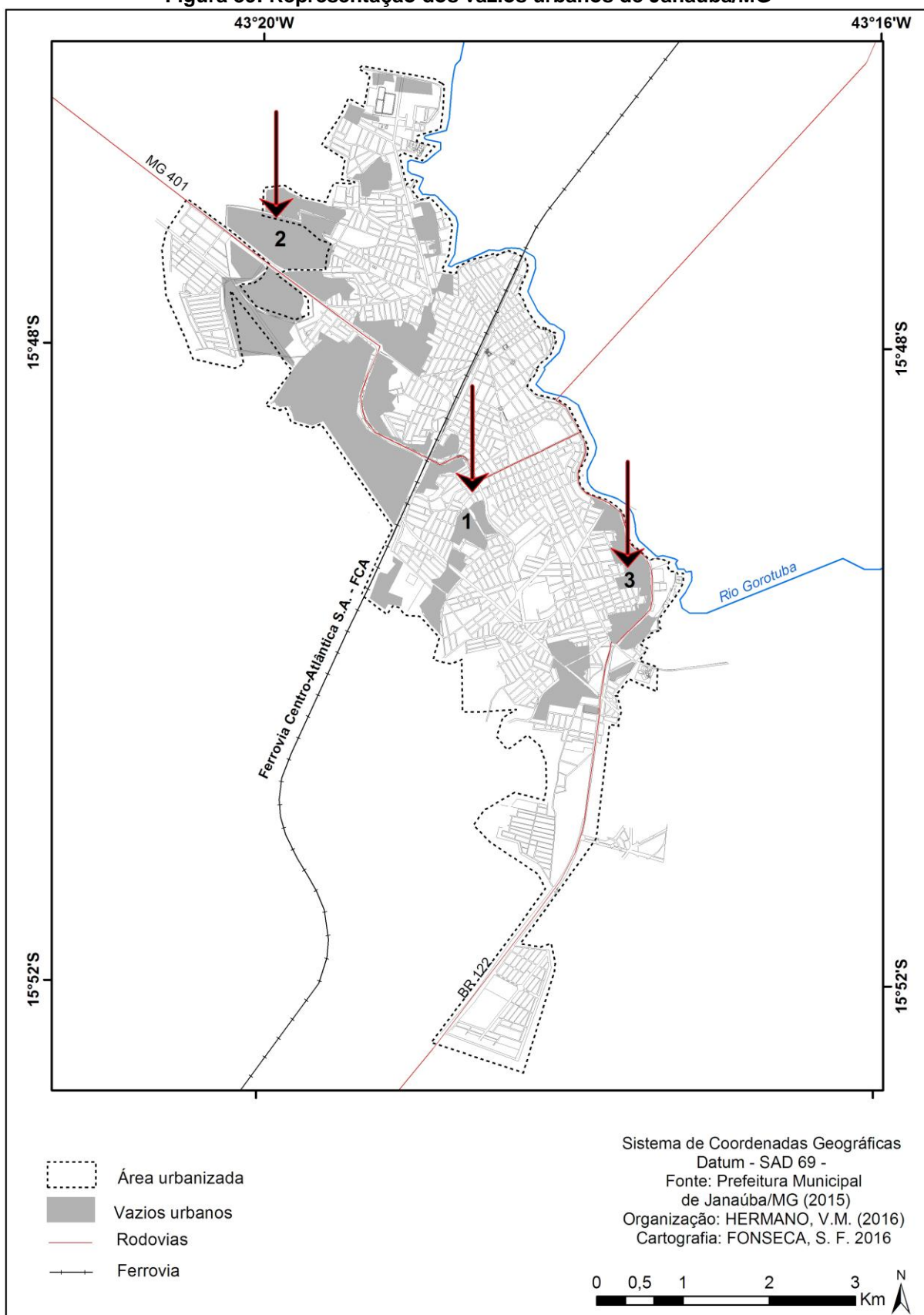
A partir da abordagem sistêmica, que leva em consideração um conjunto de aspectos da paisagem do sítio urbano de Janaúba/MG, é possível afirmar que os alguns fatores influenciaram o processo de urbanização; como o relevo essencialmente plano, a proximidade do rio Gortuba e a presença da Barragem Bico da Pedra, ratificando o sistema hídrico como agente relevante da formação da estrutura da cidade. Esse tipo de resultado também é verificado por Almeida (2010) que em seu estudo sobre o sítio urbano de Feira de Santana/BA afirmando que a abordagem sistêmica aplicada a análise da paisagem permitiu demonstrar as

interrelações existentes entre o fator antrópico e o meio natural, bem como evidenciar a forte predominância do papel do sistema hidrológico na dinâmica atual.

6.2 Análise do tecido urbano de Janaúba/MG

A figura 39 mostra a área urbanizada e os vazios, compreendida como tecido urbano.

Figura 39: Representação dos vazios urbanos de Janaúba/MG



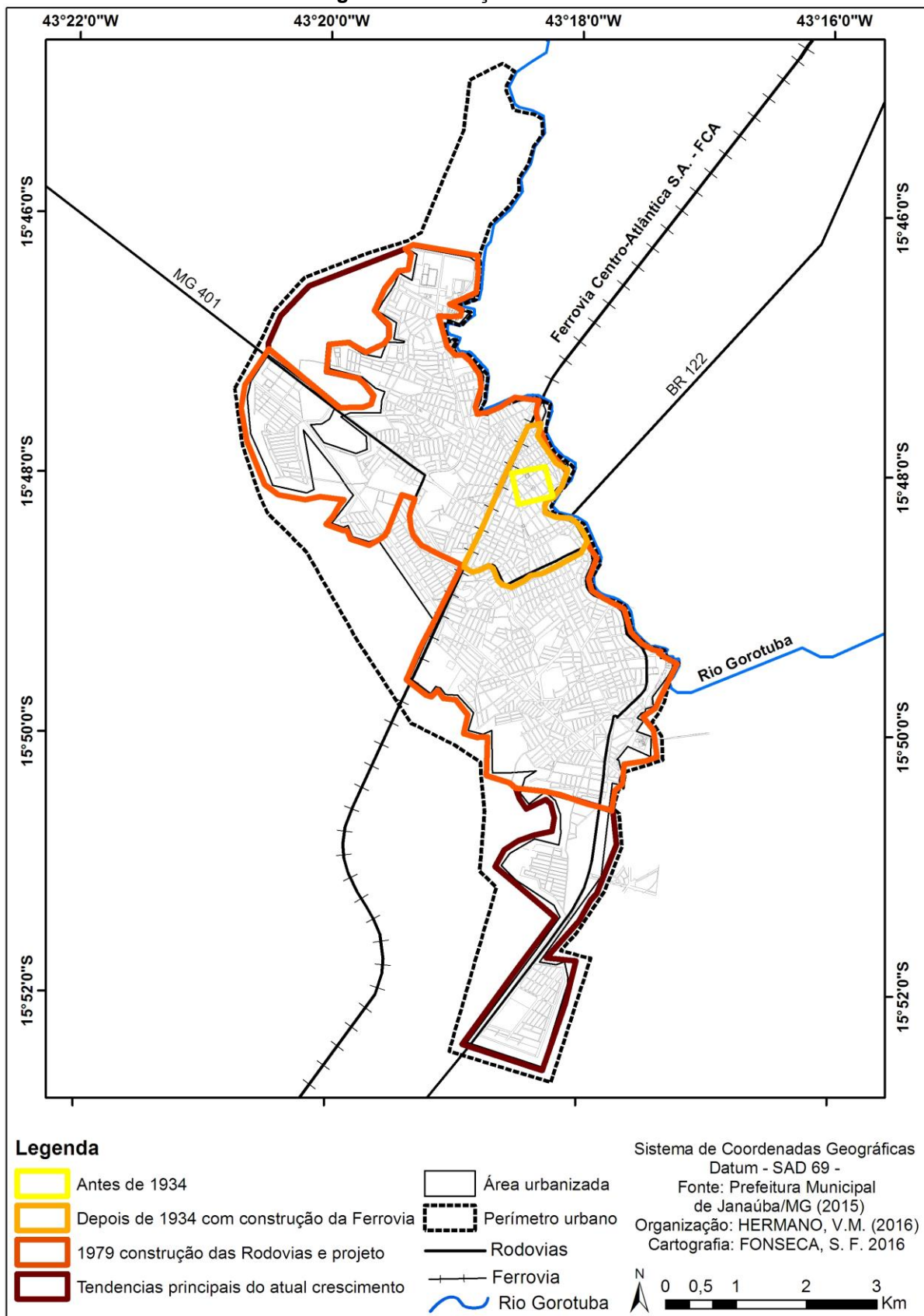
Organização: Fonseca e Hermano (2016).

O cartograma expõe a distribuição das áreas urbanizadas e as consideradas vazias. Esse tecido apresenta certa continuidade ao longo dos principais eixos viários, e também certa descontinuidade nas áreas periféricas, seu sentido preferencial é o Norte/ Sul, acompanhado a drenagem do rio Gorutuba.

Os espaços vazios ocorrem por diversos motivos. Segundo a pesquisa, um desses fatores deve-se a característica de seu sítio com a formação de lagoas, como é o caso do ponto um indicado na figura 39. Os pontos dois e três ocorrem, provavelmente, em função da especulação territorial urbana, típica das cidades capitalistas, onde certas áreas das cidades são reservadas para posterior valorização.

Levando-se em conta as condições históricas do local e da região, tratados nos capítulos quatro e cinco deste estudo, juntamente a forma da estrutura urbana representadas na figura percebe-se que a expansão do tecido urbano sob o perímetro acompanhou a dinâmica histórica. O tecido urbano de Janaúba/MG evoluiu em função dos equipamentos públicos, em especial pela instalação da Ferrovia, da Barragem Bico da Pedra e do projeto de Irrigação, além das rodovias. A figura 40 mostra a evolução do tecido urbano de Janaúba/MG.

Figura 40: Evolução do tecido urbano



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

A expansão do tecido urbano de Janaúba/MG foi direcionada pela sequência de implementação das principais vias. Na primeira etapa, antes de 1934 era um pequeno povoado, a segunda depois de 1934 com a ferrovia, ocorreu a criação do município e a formação inicial da cidade. A terceira etapa, em 1979, corresponde ao período da instalação dos projetos irrigação e das avenidas que ligam as rodovias estaduais. E atualmente, com as direções principais de expansão do tecido urbano nas direções Sul e Norte, seguindo a orientação das Brs.

A análise do quadro evolutivo do tecido urbano de Janaúba/MG comprova que a expansão do tecido urbano ocorre a partir da organização da estrutura viária. Resultados similares foram apreciados por Villaça (2001) afirmando que o crescimento urbano é altamente influenciado pelas vias (rodovias e ferrovias-regionais), ou seja, as vias e os eixos de expansão são os principais fatores de organização interna. Alves e Diniz (2008) em seu estudo sobre o tecido urbano de Barão de Cocais /MG perceberam que a dinâmica de crescimento da cidade está atrelada aos eixos viários de ligação aos grandes centros funcionais.

Na compreensão da estrutura atual da cidade aplica-se o modelo morfológico de Amorim Filho (2005). A analogia entre os atributos do zoneamento morfológico das cidades médias e os de Janaúba/MG, são exibidos no quadro 14.

Quadro 14: Estudo comparativo entre o modelo morfológico e a estrutura urbana de Janaúba/MG

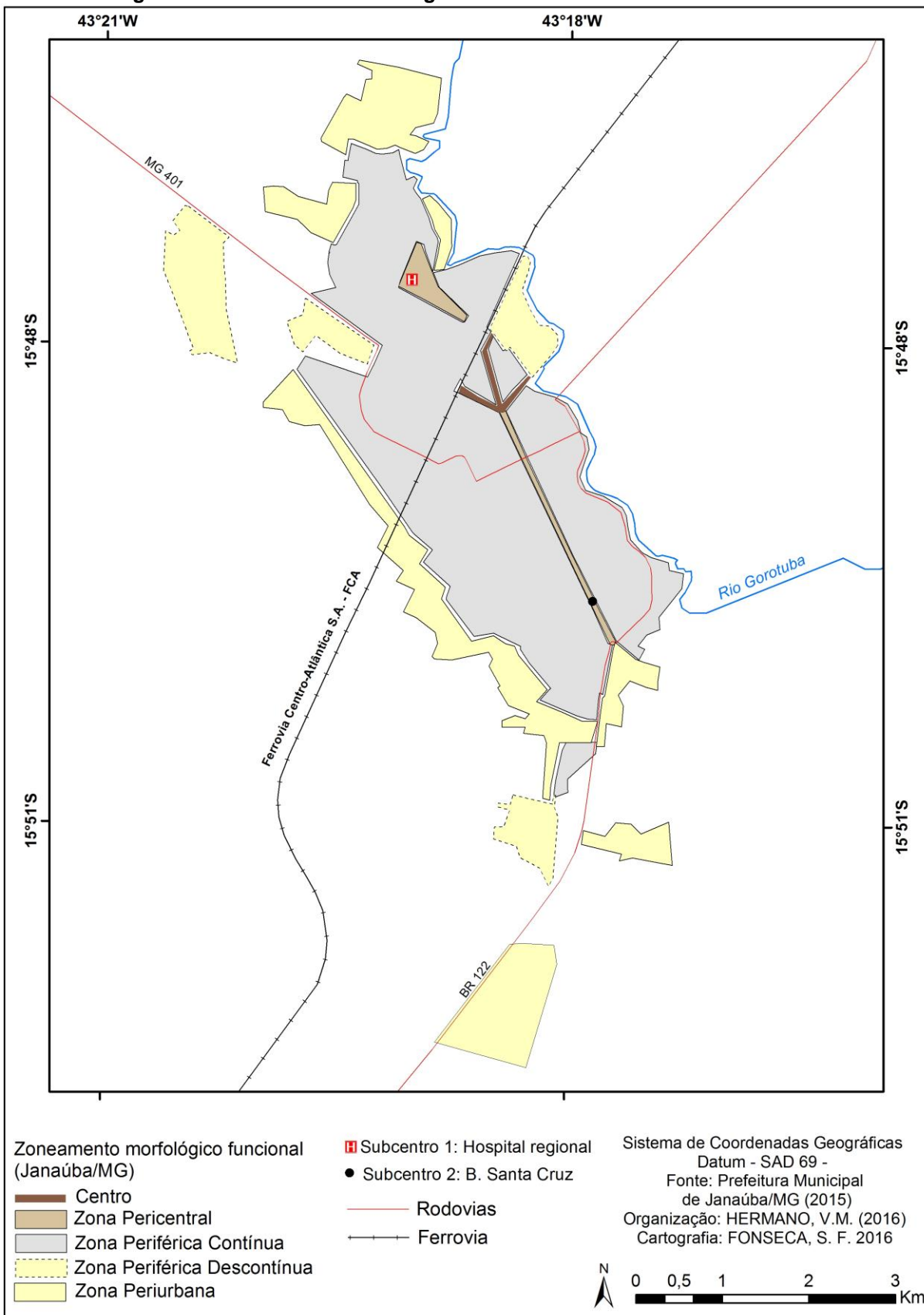
Zona	Atributos segundo Amorim Filho (2005)	Janaúba/MG
Central	Centro principal, bem definido funcionalmente (forte presença de equipamentos “raros”, de alcance regional). Diferenciação funcional interna com paisagem e morfologia típicas (construções em altura; forte movimento de veículos e de pessoas; animação). Função residencial superada pelas funções terciárias; centro com polarização, pelo menos, microrregional, podendo alcançar o nível regional de polarização.	Linear Avenida do Comércio e Avenida Mauricio Augusto de Azevedo, Rua Francisco Sá.
Pericentral	Extensa espacialmente; função residencial predominante e presença de vilas especializados ou polifuncionais (estes últimos, pequenos) ao longo dos eixos de praças e de entroncamentos. Diferenciação morfológica e paisagística em função de diferenças socioeconômicas, com presença de equipamentos especiais, como hospitais, universidades, estações rodoviárias e ferroviárias etc.	Linear: Av. Manuel Athaide, Parte da Av. Brasil Área: Bairros: centro, região do Hospital Regional

Periférica	De dois tipos: contínua (como prolongamento da zona pericentral) e descontínua, ou polinuclear, formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (desorganizadas e, em certas regiões, verdadeiras favelas). Presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio e serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados. Extensão proporcional ao nível hierárquico e ao tamanho da cidade	Área: Contínua: no entorno dos subcentros: bairros Padre Eustáquio, Gameleira, Vereda, Cerâmica, Esplanada, São Gonçalo, Saudade, Santo Antônio, Santa Cruz, Cohab. Parte dos bairros : Rio Novo, Loteamento, Dentre Grande, Planalto, Ribeirão do Ouro , Isaias Pereira, Algodões. Descontínua : Bairros, Novo Paraíso, Nova Esperança, São Lucas, Residencial Clarita, Jardim das Acácias, e Boa Vista.
Periurbana	Presença de uma zona de transição urbano-rural mais ou menos extensa e que se confunde, nas imediações da cidade, com a periferia polinuclear e descontínua. Presença de alguns equipamentos terciários pontuais. Aumento das casas de campo, de clubes campestres e de hotéis-fazenda; diminuição das fazendas e aumento das pequenas propriedades com produtos para a cidade média.	Área: Bairros: Jardim Barbosa, Universitário , São Vicente Parte dos bairros : Rio Novo, Loteamento, Dentre Grande, Planalto, Ribeirão do Ouro , Isaias Pereira, Algodões.

Fonte: Amorim Filho (2005) e dados da pesquisa.

Este esquema demonstra a aplicação do modelo de Amorim Filho (2005) a cidade de Janaúba/MG. A classificação permitiu a elaboração de um mapeamento que é apresentado na figura 41.

Figura 41: Zoneamento morfológico funcional da cidade de Janaúba/MG



Organização: Fonseca e Hermano (2016).

Percebe-se que a atual estrutura do tecido de Janaúba/MG equivale às quatro categorias definidas pelo autor, as características dessas zonas são apresentadas nos tópicos que se seguem.

6.2.1 A zona central

A zona central é uma das partes mais importantes da cidade, pois concentra os estabelecimentos das principais funções econômicas exercidas. Em Janaúba/MG a zona central possui comércio diversificado, com destaque para o Banco Regional do Nordeste e a rede bancária. Forte presença de clínicas médicas e dentárias, restaurantes, lanchonetes, igrejas e demais equipamentos que atendem à população da cidade e da região. Este centro é linear composto pela Avenida do Comércio, Avenida Mauricio Augusto de Azevedo e Rua Francisco Sá.

Parte das construções da zona central é antiga, com algumas que se destacam pela altura, está praticamente ocupada, havendo demolições para reconstruções mais modernas. Há forte movimento de pessoas e de veículos, e a ciclovia que atende a alta demanda desse tipo de transporte, utilizado de forma intensa pela população. A figura 42 mostra o padrão da zona central.

Figura 42: Foto do centro da cidade de Janaúba/MG



Fonte: Dados da pesquisa.

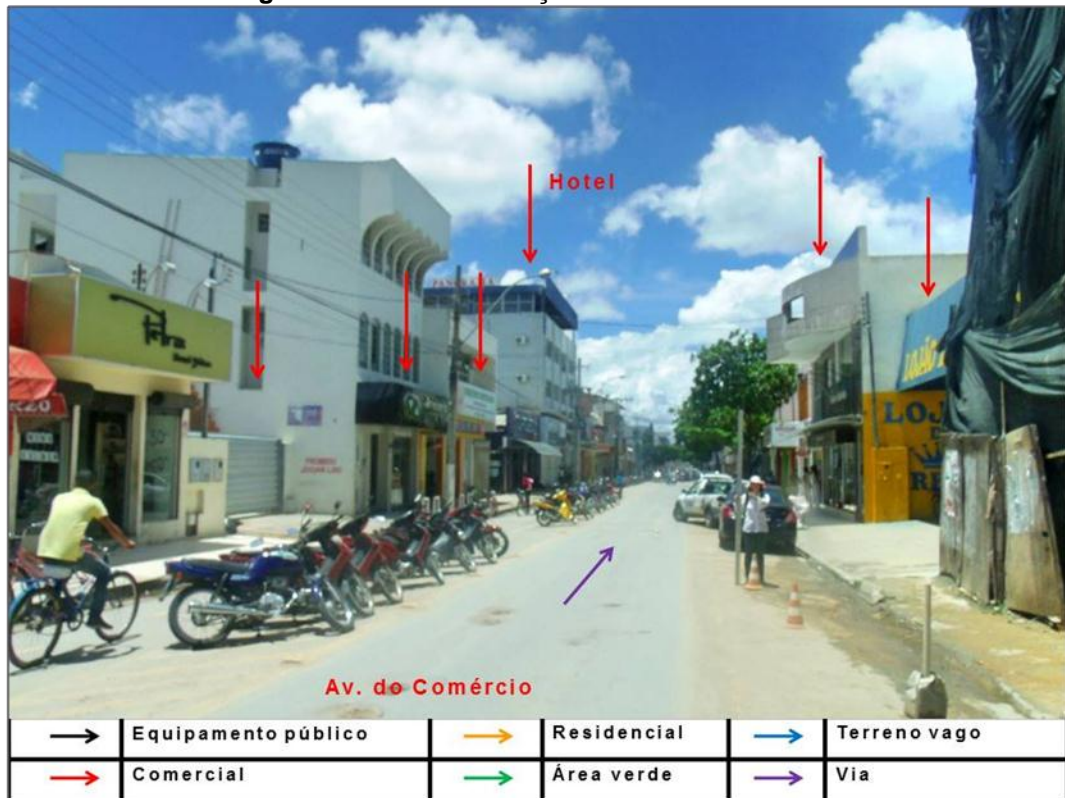
O padrão de ocupação comercial é predominante, com a presença da modalidade residencial, mas esta quando ocorre é de um tipo específico, atendendo demanda especializadas como o caso dos imóveis mobiliados. Outro registro é função comercial residencial identificada no serviço hoteleiro. Estas ocorrências são indicadas nas figuras 43 e 44.

Figura 43: Foto imóvel comercial/residencial no centro da cidade



Fonte: Dados da pesquisa.

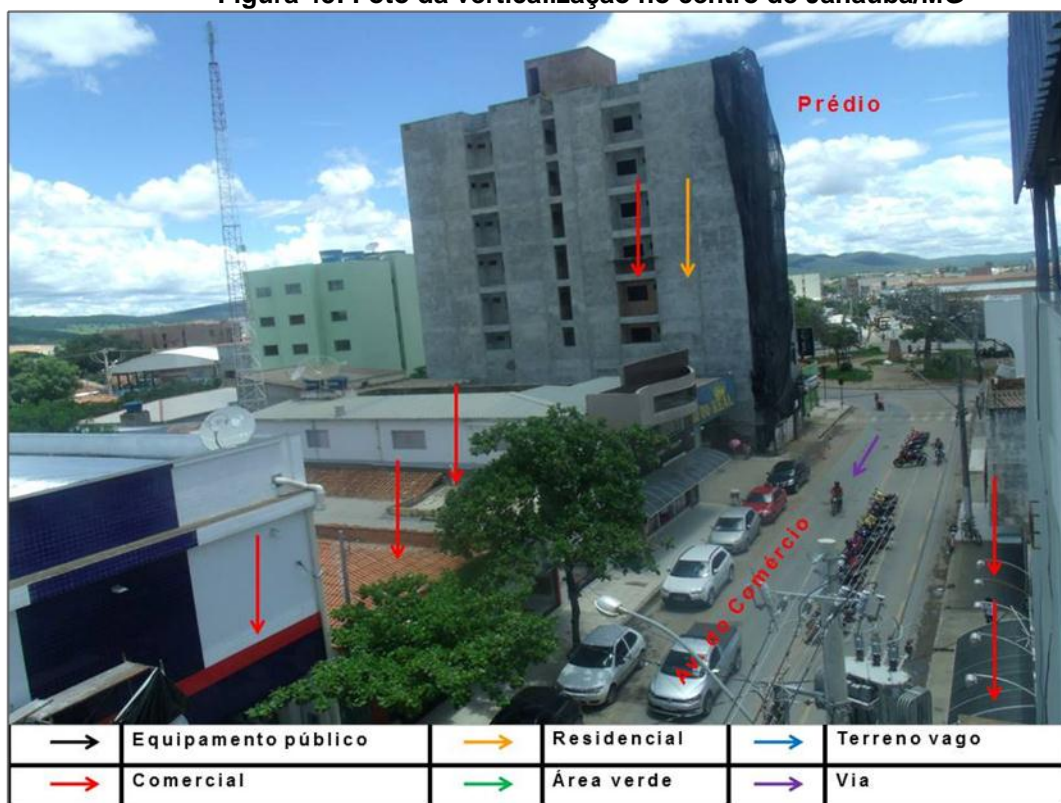
Figura 44: Foto do serviço hoteleiro no centro da cidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Outra característica marcante da zona central da cidade de Janaúba/MG, é o elevado nível (para os padrões regionais) de verticalização. Na figura 45 destaca-se o maior prédio, em construção, obra que exemplifica a função de centralidade da Av. do Comércio. O padrão vertical é percebido ao longo de toda a zona.

Figura 45: Foto da verticalização no centro de Janaúba/MG



Fonte: Dados da pesquisa.

A zona central concentra a maior quantidade de equipamentos urbanos como os bancos, a Receita Federal, o IBGE, a Estação Ferroviária, o comércio varejista, entre outros que atendem a população urbana e rural local e dos municípios próximos. As características identificadas, indicam que a cidade de Janaúba/MG exerce função de intermediação entre a demanda microrregional e os níveis superiores de consumo. A figura 46 destaca a importância dos equipamentos urbanos na centralização da cidade.

Figura 46: Foto da centralização no entorno da Estação Ferroviária



Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 46 identifica-se dois equipamentos relevantes: a Estação Ferroviária que teve forte influência na formação da cidade no período de 1934, e o Posto de Saúde em funcionamento há pelo menos 10 anos. Adjacentes a esses objetos, registram-se os estabelecimentos comerciais, destacando também a ausência da tipologia residencial. Esta feição, retrata a importância dos equipamentos urbanos públicos como impulsionadores da expansão econômica, fortalecendo a centralização. No caso de Janaúba/MG, a zona central possui característica linear.

A linearidade da zona central ocorre pelo padrão de ocupação observado, as ruas adjacentes possuem um tipo ocupação totalmente diferenciado, se enquadrando como zona pericentral. As figuras 47 e 48 exemplificam essa tendência:, a medida que se afasta da zona central o padrão o residencial aumenta, enquanto o comercial e a verticalização diminuem .

Figura 47: Foto da transição da zona central para pericentral



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 48: Foto da transição da zona central para pericentral



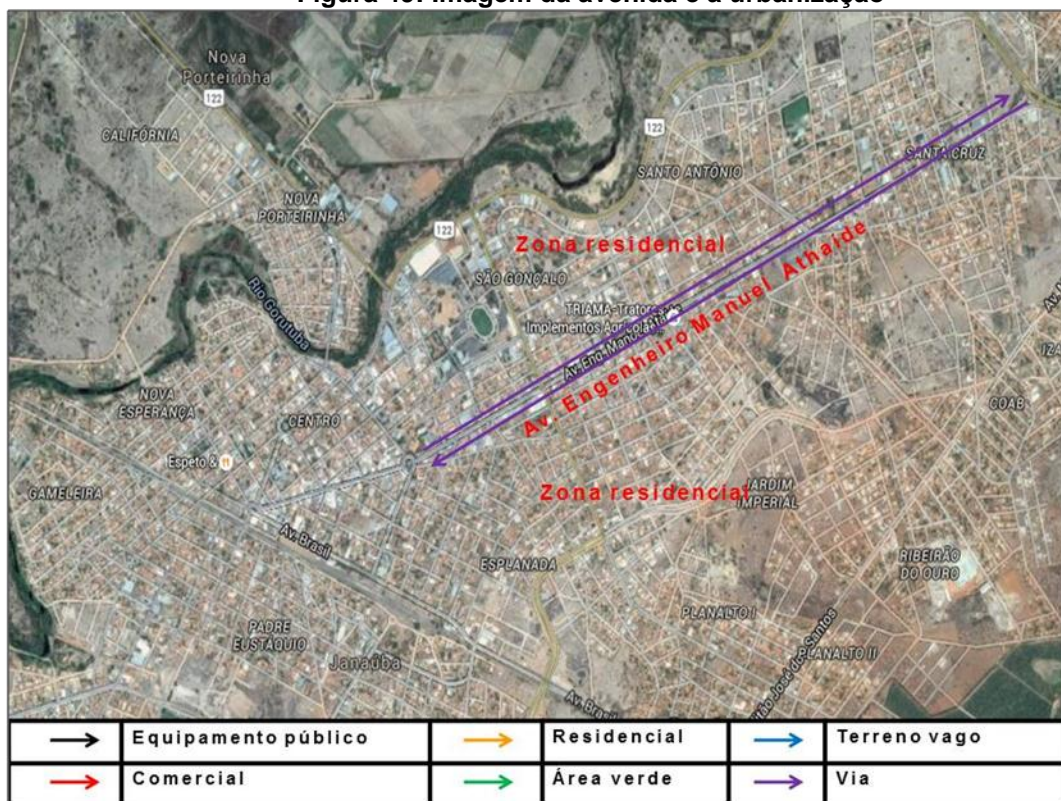
Fonte: Dados da pesquisa.

6.2.2 Zona pericentral

Possui dois formatos: o linear referente a Av. Engenheiro Manuel Athaíde e parte da Av. Brasil, e o tipo área composta pelo bairro centro, a região do Hospital Regional . Está localizada no entorno da zona central, com prolongamentos lineares a sudeste (direção Br MG 122) e noroeste (direção Hospital Regional e Br MG 401), esta delimitada na figura 41.

A zona pericentral é composta por vias importantes e presença de equipamentos públicos que incentivaram o processo de urbanização. Esta característica fomentou seu caráter linear evidenciado na figura 49.

Figura 49: Imagem da avenida e a urbanização



Fonte: Google Maps.

A figura mostra a posição da Avenida Manuel Athaíde na cidade, atravessando vários bairros, sendo a ligação mais importante entre a zona central e a Br MG 122. No seu entorno, registra-se um padrão de ocupação predominantemente residencial, fato que levou a classificação desta zona pericentral em formato linear. As figuras 50 e 51 destacam a tipologia da ocupação da Av. Engenheiro Manuel Athaíde em dois pontos diferentes.

Figura 50: Foto do padrão de ocupação da Av. Engenheiro Manuel Athaide



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 51: Foto do padrão de ocupação da Av. Engenheiro Manuel Athaide



Fonte: Dados da pesquisa.

As imagens retratam um tipo de ocupação misto, com presença das modalidades comercial e residencial, todavia numa intensidade distinta da zona central. Assim como na área primaz da cidade, a medida que se afasta da avenida, nas áreas adjacentes, o padrão residencial passa a prevalecer caracterizando-se como zona periférica.

Além do padrão linear, a zona pericentral é composta pelos subcentros Hospital Regional e Santa Cruz, que possuem o formato área. Devido a sua relevante importância foca-se na apresentação do subcentro Hospital Regional. A figura 52 destaca a localização desse equipamento, as vias mais importantes, e a densidade da ocupação.

Figura 52: Imagem da região do subcentro Hospital Regional.



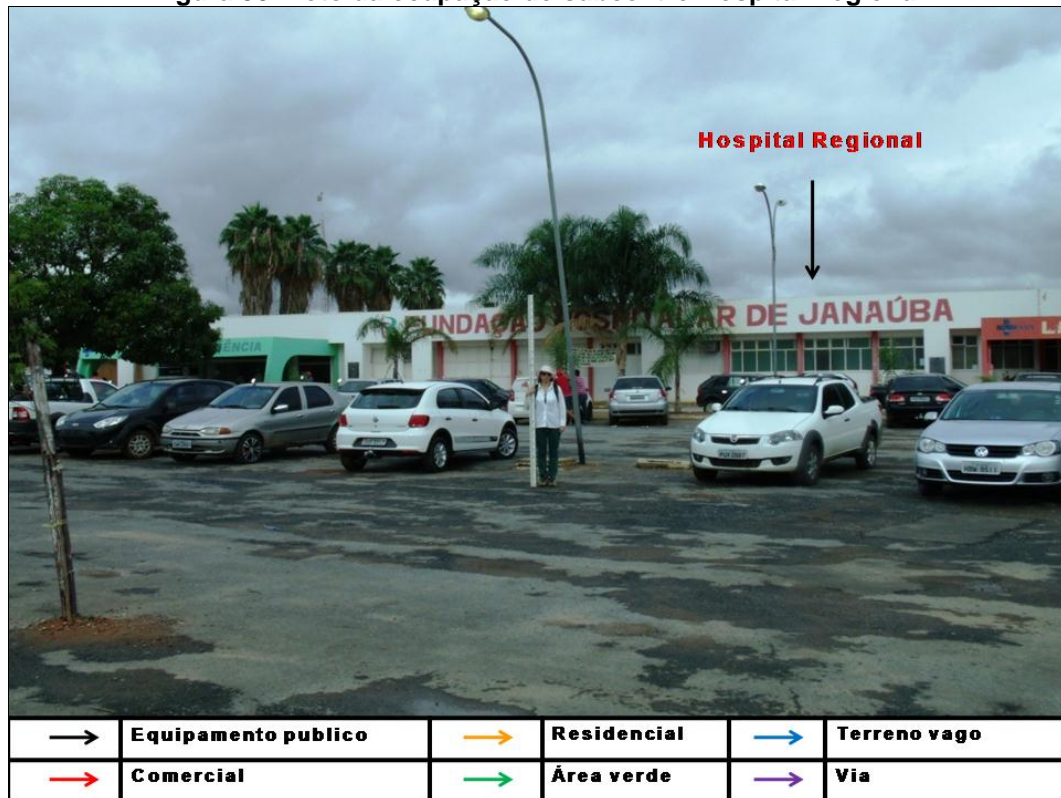
Fonte: Dados da pesquisa.

A imagem mostra o subcentro, que teve seu desenvolvimento impulsionado pela presença do Hospital Regional (em destaque pela seta preta), equipamento urbano que atende a demanda municipal e de mais 13 municípios da microrregião. De acordo com site www.hrjanauba.com.br sítio eletrônico da instituição, o Hospital

Regional dispõe de 53 leitos, e diariamente são realizados atendimentos com internação hospitalar nas áreas de Clínica Médica, Pediatria e Cirurgias (Geral e Ortopedia/Traumatologia). No período de 2010 a 2012 foram realizadas 3881 cirurgias.

Está localizado estrategicamente a aproximadamente 2,2 Km da área central, possuindo um padrão comercial de certa representatividade. As figuras 53 e 54 destacam o tipo de ocupação no subcentro Hospital Regional.

Figura 53: Foto da ocupação do subcentro Hospital Regional



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 54:Foto da ocupação do subcentro Hospital Regional

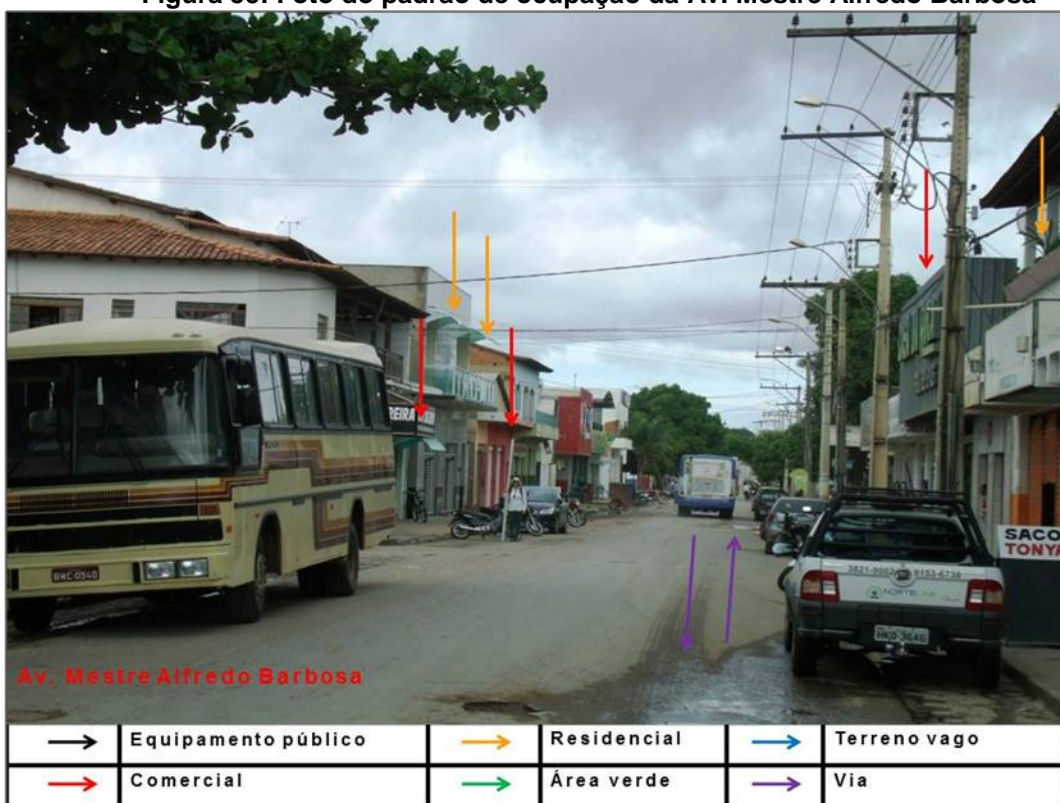


Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da estruturação e funcionamento deste equipamento urbano de relevância microrregional, outras funções urbanas se desenvolveram como os serviços relacionados a saúde (laboratórios e farmácias), e também a função comercial ampliada a partir de estabelecimentos varejistas do tipo supermercados, lojas de vestuário, oficinas, bares e sedes de empresas. Com construção das avenidas Mestre Alfredo Barbosa e Gentil Dias em 1990, a Pedro Alvares Cabral e dos Gorutubanos em 2012, o processo de ocupação residencial se intensifica, e assim esta zona da cidade assume funções outrora restritas a zona central.

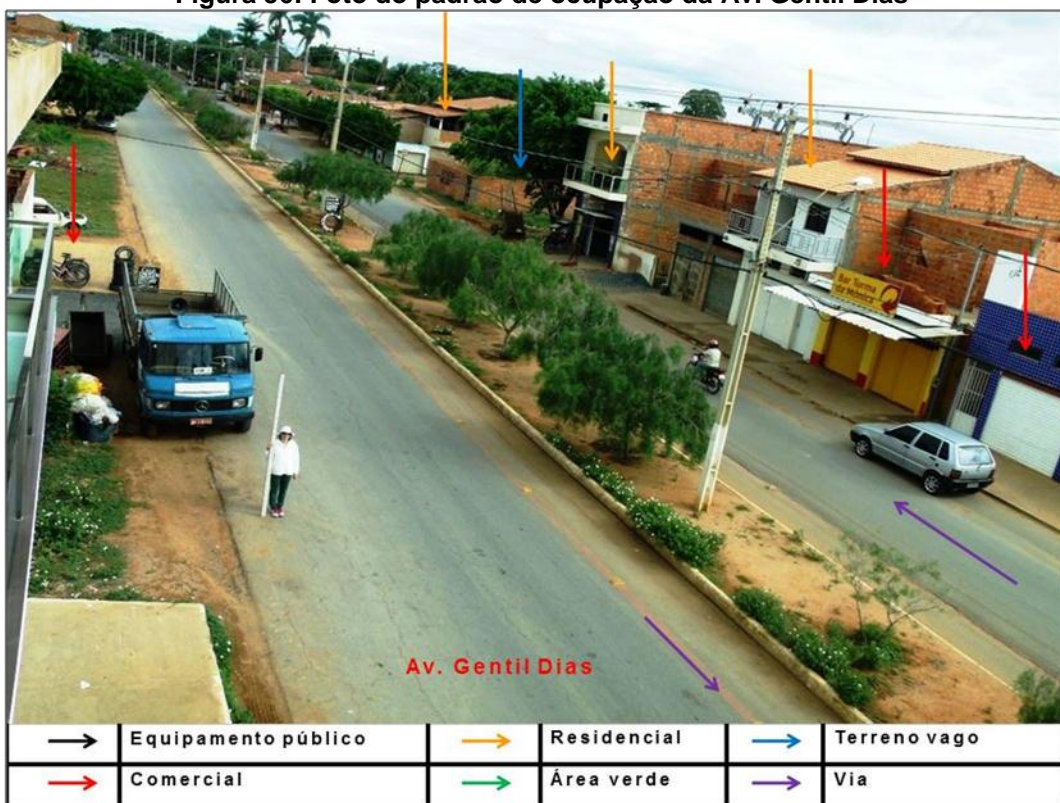
Na Av. Mestre Alfredo Babosa mostrada na figura 55, construída em 1990, o uso do solo é misto, nota-se a presença de residências e estabelecimentos comerciais numa mesma edificação. Em parte da Av. Gentil Dias, figura 56, registra-se também o padrão misto (comercial e residencial), mas com um adensamento menor para o tipo comercial.

Figura 55: Foto do padrão de ocupação da Av. Mestre Alfredo Barbosa



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 56: Foto do padrão de ocupação da Av. Gentil Dias



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Av. dos Gorutubanos, finalizada em 2012, observa-se uma das áreas de expansão urbana mais intensa da cidade de Janaúba/MG, apesar de suas margens ainda não estarem plenamente ocupadas. As causas das áreas “vazias” no espaço urbano local foram tratados anteriormente. A figura 57 evidencia a paisagem descrita.

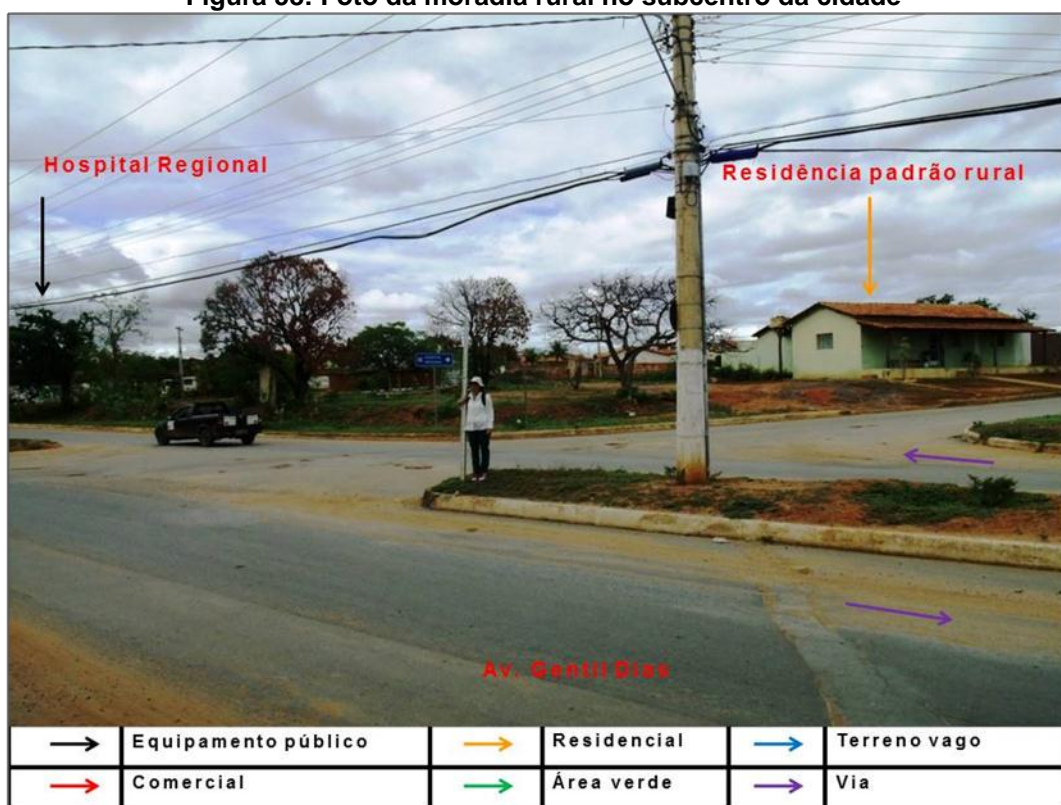
Figura 57: Foto do padrão de ocupação da Av. dos Gorutubanos



Fonte: Dados da pesquisa.

A imagem mostra como o entorno desta avenida está sendo ocupado de forma estratégica. Identifica-se as áreas verdes que são as lagoas, e as áreas “vazias” em pleno processo de valorização especulativa, já que as imediações estão intensamente ocupadas por bairros residenciais, caracterizados de zona periférica. Apesar de ter alcançado o patamar de subcentro, a região ainda guarda resquícios da origem rural. A figura 58 demonstra essa condição.

Figura 58: Foto da moradia rural no subcentro da cidade



Fonte: Dados da pesquisa.

A imagem mostra a residência de padrão rural próximo ao Hospital Regional. Esta residência difere totalmente do padrão urbano estabelecido e foi considerada um enclave, ou resquício de um período anterior. As principais características que conferem essa condição são a ausência de muro, o fato de estar circundada por um quintal aberto. Segundo a moradora D. Cecília Mendes de 54 anos, em entrevista realizada no dia 11/01/2016, este local era um conjunto de chácaras ocupadas principalmente por famílias Gorutubanas, com predominância da atividade de pecuária de extensão, atualmente praticamente extinto.

A paisagem da zona pericentral é marcada pela presença de equipamentos urbanos públicos e comerciais, forte ocupação residencial, e também traços do antigo perfil rural. Parcialmente planejada, ganha impulso com as vias de acesso, e vivencia atualmente um processo de expansão e especulação urbana, de fortalecimento econômico, aliada a falta de serviços públicos básicos como a rede de esgoto.

6.2.3 Zona Periférica

Segundo a proposta de Amorim Filho (2005) esta zona pode ser de dois tipos: contínua (como prolongamento da zona pericentral) e descontínua, ou polinuclear, formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (desorganizadas e, em certas regiões, verdadeiras favelas). Nela, nota-se a presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio e serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados. Sua extensão é proporcional ao nível hierárquico e tamanho da cidade.

No caso da cidade de Janaúba/MG prevalece a zona periférica contínua, situada no entorno da zona pericentral, mas há também algumas áreas descontínuas. Em ambas o uso residencial predomina. É composta pelos bairros: Padre Eustáquio, Gameleira, Rio Novo, São Gonçalo, Santa Cruz, Santo Antônio, Saudade, Esplanada, Gameleira, Ribeirão do Ouro, Dente Grande, Cerâmica, Vereda, Rio Novo, Novo Paraíso, Nova Esperança, São Lucas e Boa Vista.

6.2.3.1 Zona Periférica Contínua

Nesta zona foram identificadas duas categorias básicas de moradias, que são as de alto poder aquisitivo, popularmente denominada “bairro nobre”, e o padrão médio composto especialmente por moradias da maior parcela da população, conhecido por “bairros dos trabalhadores”. A distinção econômica é acompanhada pela diferenciada infraestrutura urbana, e também por fortes similaridades quanto a localização e funcionalidade. As figuras 59 e 60 destacam as categorias básicas de moradias da zona periférica contínua da cidade.

Figura 59: Foto do “bairro nobre” da cidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 60: Foto do “bairro dos trabalhadores”



Fonte: Dados da pesquisa.

As figuras destacam os tipos de moradias da zona analisada. No geral são áreas valorizadas por sua localização e certo nível de organização. O padrão médio é o mais comum e mais extenso dentro desta categoria. Já o nível elevado está restrito ao bairro São Gonçalo.

6.2.3.2 Zona Periférica Descontínua

Na cidade analisada, a zona periférica descontínua é formada pelos bairros Novo Paraíso, Boa Esperança, São Lucas e Boa Vista. Destaca-se o bairro Novo Paraíso devido a localização próxima a zona central, seu padrão é mostrado na figura 61.

Figura 61: Foto periferia descontínua, Bairro Novo Paraíso

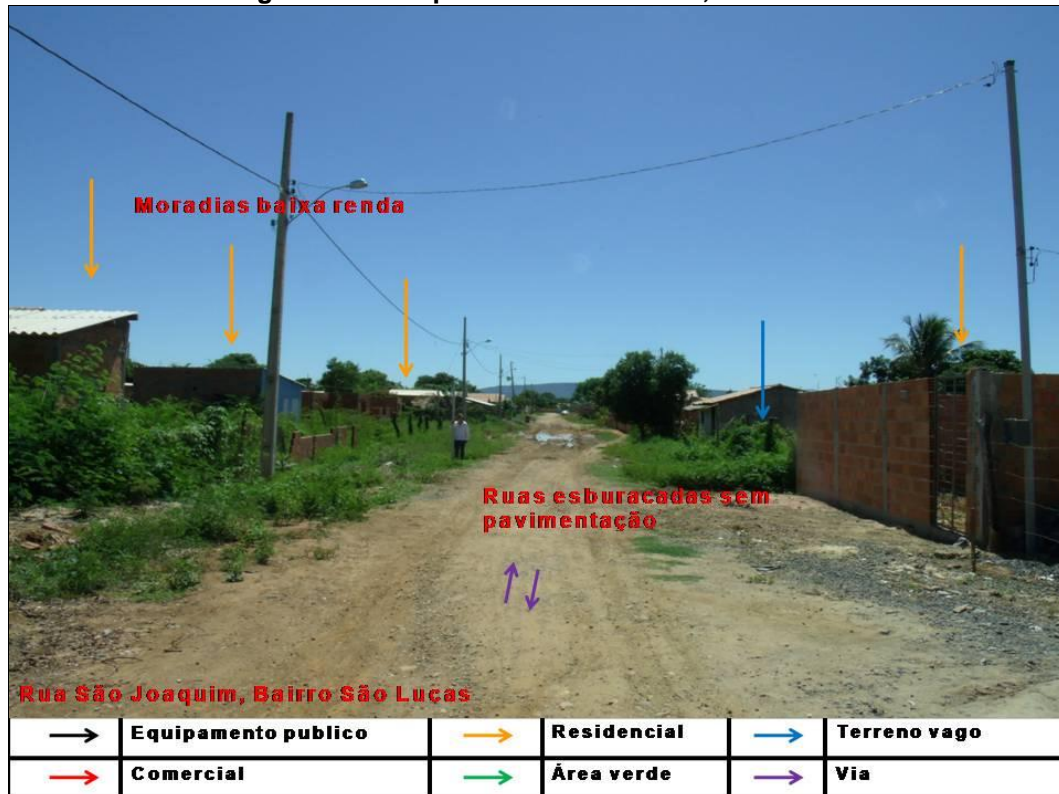


Fonte: Dados da pesquisa.

Marginalizados do processo de desenvolvimento urbano, essas áreas são desprovidas dos elementos básicos de uma vida urbana saudável como o esgotamento, pavimentação, acesso regular a água tratada, segurança. Outras periferias também se formaram em áreas distantes da área central, formada muitas

vezes por conjuntos habitacionais de baixa renda, como o caso do Bairro São Lucas, apresentado na figura 62.

Figura 62: Foto periferia descontínua, Bairro São Lucas



Fonte: Dados da pesquisa.

Este bairro retrata a periferia descontínua distante da zona central . Além dos problemas sociais já mencionados, a população desse local enfrenta dificuldades referentes ao deslocamento, ao acesso rápido e fácil de serviços especializados, pois estão distantes das áreas primazes.

A paisagem geral da zona periférica, que engloba a contínua e a descontínua, é marcada pela predominância da ocupação residencial, e pela rarefeita e pontual presença de equipamentos urbanos. Em relação ao padrão de moradia, observou-se intensa distinção entre as categorias evidenciando concentração de infraestrutura urbana na região onde residem as classes mais abastadas, e presença de núcleos urbanos de exclusão.

6.2.4 Periurbana

De acordo a proposta de Amorim Filho (2005) é uma zona de transição urbano rural mais ou menos extensa e que se confunde nas imediações da cidade

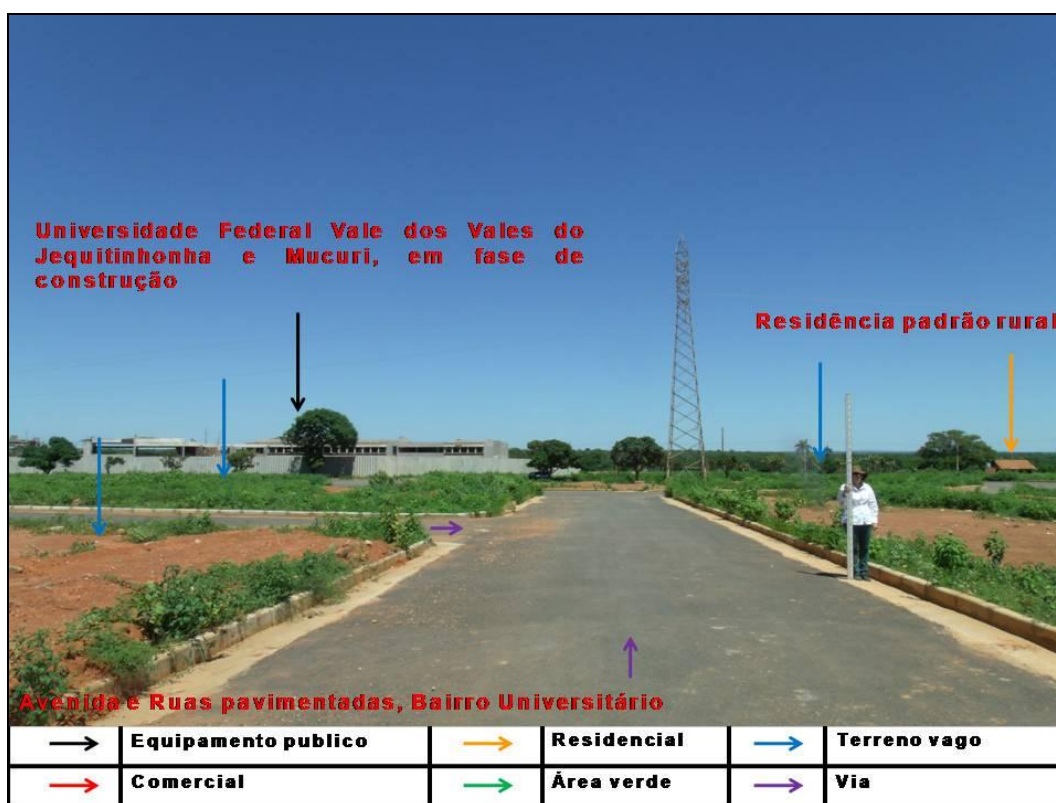
com a periferia polinuclear e descontínua. Presença de alguns equipamentos terciários pontuais. Aumento das casas de campo, de clubes campestres e de hotéis-fazenda; diminuição das fazendas e aumento das pequenas propriedades com produtos para a cidade média.

Em Janaúba/MG a zona periurbana esta totalmente localizada na porção leste da cidade, já que a oeste está o rio Gorutuba, contornado pela Av. Beira Rio, uma das regiões de maior adensamento urbano. É identificada em parte dos bairros Barbosa, Algodões, Dona Lindú (Coabh) e Universitário.

Na zona periurbana registra-se pontos de crescimento e expansão da urbanização como os bairros Dona Lindú (Coabh), Universitário. Estes locais foram estruturados recentemente, e não estão plenamente aderidos ao tecido urbano contínuo da cidade, e contidos no perímetro urbano delimitado pelo PDMJ(2015). A presença dos espaços “vazios” entre estes bairros e o tecido urbano contínuo se deve fortemente a especulação imobiliária.

A figura 63 mostra o bairro Universitário que foi implementado junto ao campus da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Diferentemente de áreas urbanizadas no tecido da cidade de Janaúba/MG que foram ocupados sem infra estrutura prévia, este local planejado pelo poder público local, ainda não está ocupado mas possui acesso a água, energia e a pavimentação. A pavimentação é aspecto relevante em uma cidade onde, segundo PDMJ (2007), 64,3 % possui este benefício.

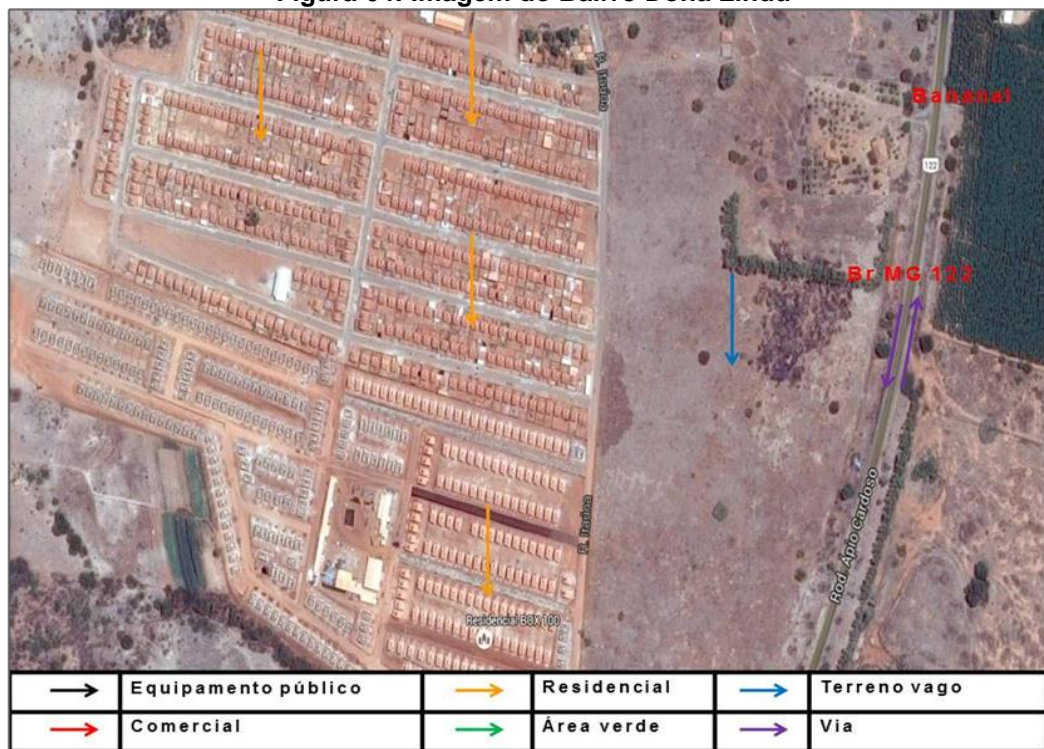
Figura 63: Foto do Bairro Universitário



Fonte: Dados da pesquisa.

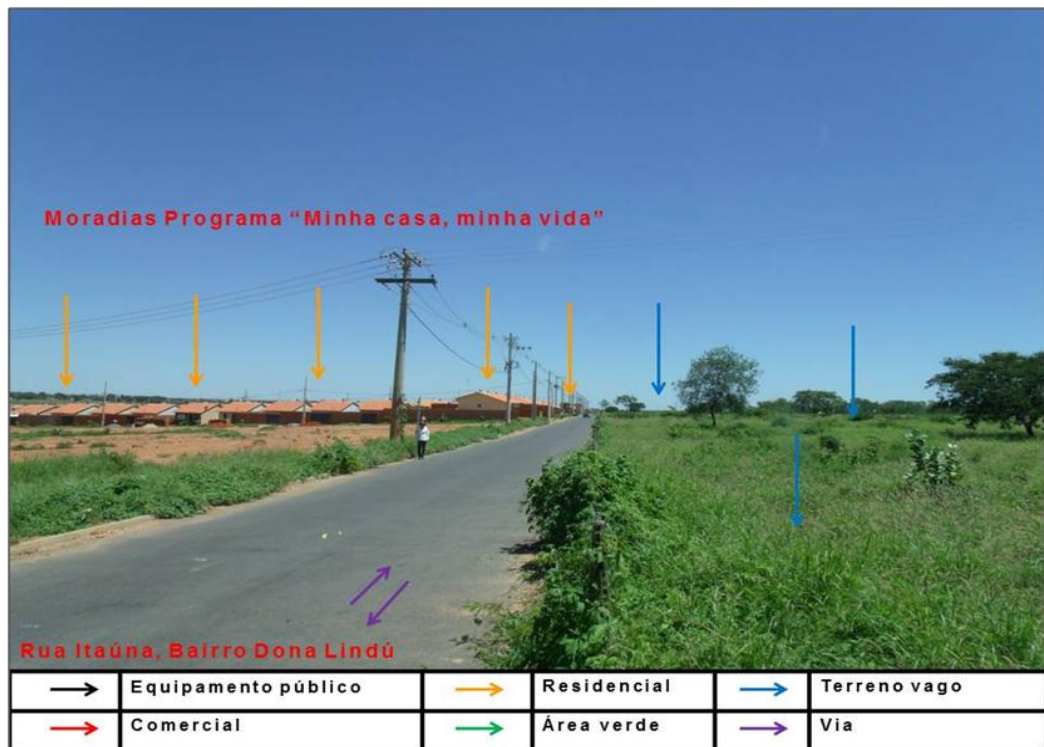
Outra tipologia de ocupação da zona periurbana de Janaúba/MG, é a que se estabeleceu no Bairro Dona Lindú, estruturado a partir do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”. Está localizado ao longo da Br MG 122 como evidenciam as figuras 64 e 65. Destaca-se a presença intensa da modalidade residencial próxima as atividades rurais. É uma formação mista entre o urbano e o rural.

Figura 64: Imagem do Bairro Dona Lindú



Fonte: Dados da pesquisa.

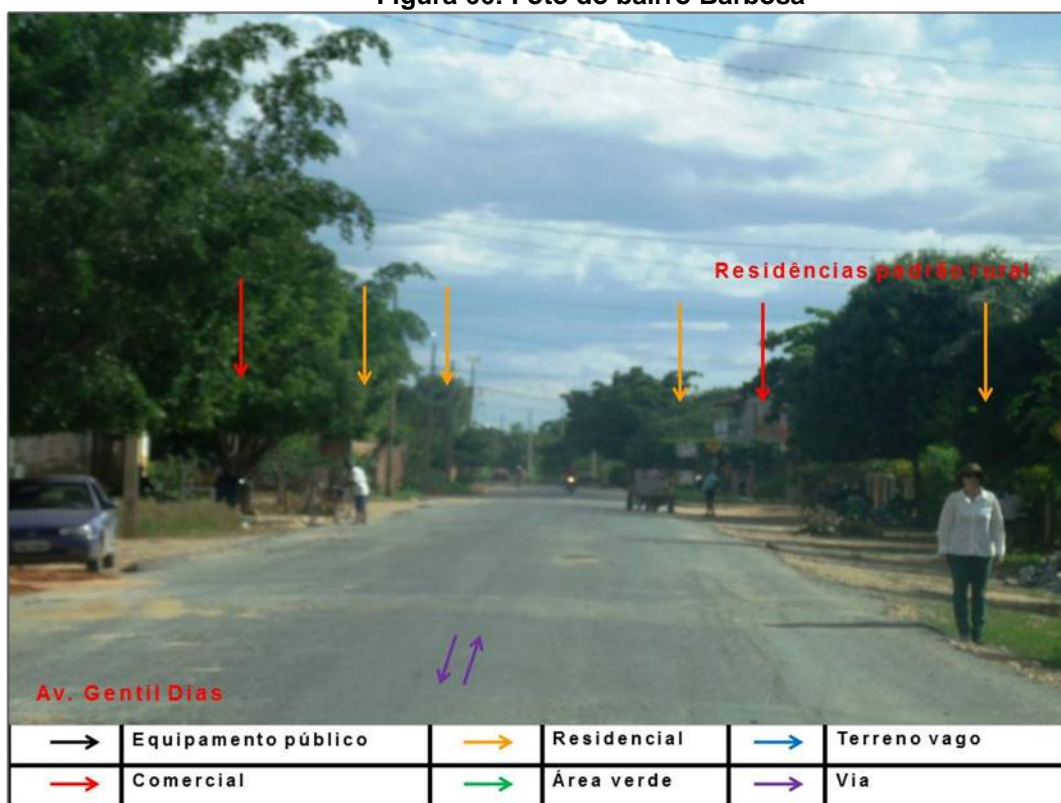
Figura 65: Foto do Bairro no padrão “Minha Casa Minha Vida”



Fonte: Dados da pesquisa.

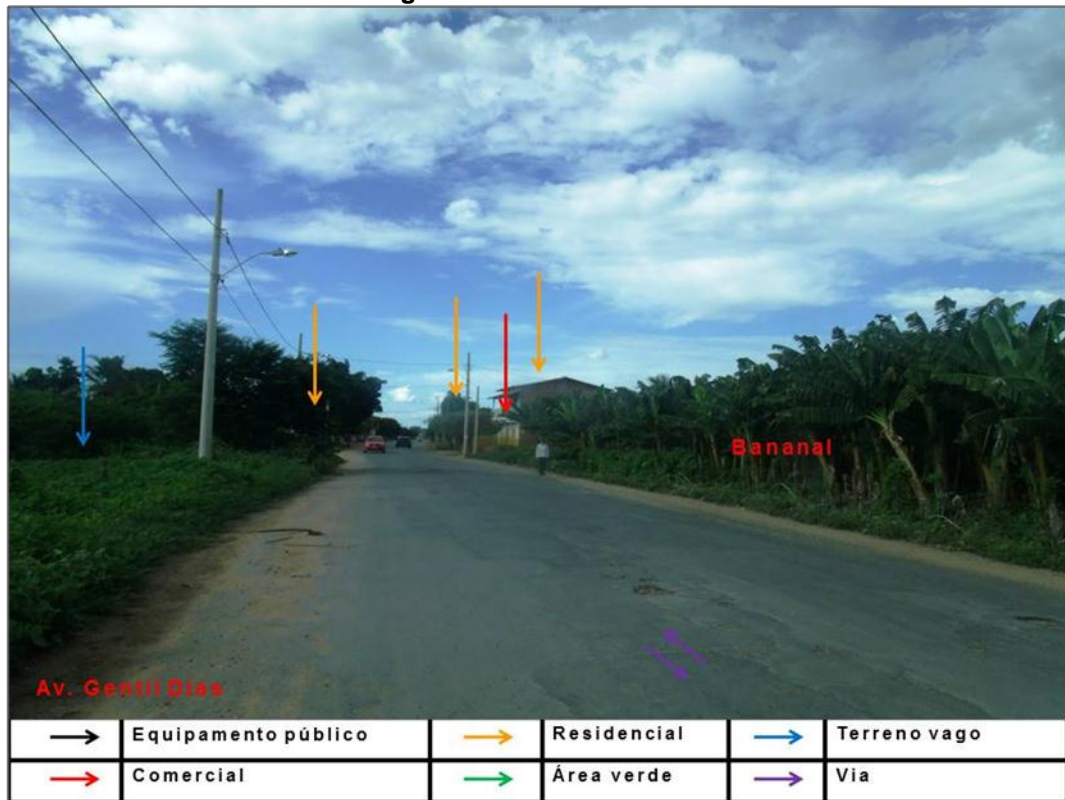
Alguns dos bairros que pertencem a zona periurbana, eram vilas rurais que foram, ao longo da expansão urbana sendo incorporados. O fortalecimento econômico e os albores da cidade alcançam o rural. Esses lugares guardam traços marcantes de ruralidade como as moradias, as atividades agrícolas com destaque para o cultivo de banana. Esta modalidade agrícola dentro do espaço urbano, como o caso do Bairro Barbosa são exibidos nas figuras 66 e 67.

Figura 66: Foto do bairro Barbosa



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 67: Foto do bairro Barbosa



Fonte: Dados da pesquisa.

A zona periurbana está localizada ao longo da “extremidade” da cidade exceto a porção Leste onde se localiza a calha do rio Gorutuba, formando uma espécie de “cinturão” na mancha urbana local. É marcada pela presença eminente dos espaços vazios, de recentes loteamentos públicos e privados e a atividade rural. Todos esses elementos em conjunto evidenciam sua função de transição entre espaços (urbano e rural), ou seja, uma zona onde o contanto entre os segmentos é mais intenso.

6.2.5 Considerações sobre a morfologia da cidade de Janaúba/MG

Após a identificação das zonas urbanas da cidade de Janaúba/MG foi constada sua adequação parcial, ao modelo morfológico de Amorim Filho (2005). Sua conformação e estrutura estão orientados pela presença dos equipamentos públicos, com forte influência das vias. Todas as categorias do modelo foram reconhecidas em seu tecido, mas registram-se singularidades: como a presença marcante da ruralidade, existência de dois subcentros, e a linearidade das zonas central e parte da pericentral. Verificou-se que há similaridades à morfologia de

idades pequenas (como presença de poucos subcentros e a mudança brusca de uma zona para outra) e de cidades médias. A mudança morfológico-funcional ainda é incipiente, e por isso ainda prevaleça algumas características de cidade de menor porte.

A estrutura morfológica da cidade se assemelha ao modelo admitido na identificação da existência das quatro zonas urbanas, por outro lado se difere por apresentar características morfológicas de cidades pequenas. A comparação não pode ser totalmente correspondida em função das características próprias da região (Norte de Minas) e do local. Este tipo de resultado também foi verificado no estudo de Amorim Filho e Serra (2001) sobre a morfologia de Caratinga/MG, em que se identificou também semelhanças morfológicas de dois níveis de cidades: pequena e média.

Outros aspectos merecem destaque, como o fato do crescimento da cidade ser orientado pela presença das vias, condição comprovada nos estudos de Villaça (2001) e Alves e Diniz (2008). A forte presença de espaços vazios em especial na zona periurbana, fato averiguado nas pesquisas de Del Rio (1999) e Costa (2008), que enfatizaram em sua análise do tecido urbano os espaços vazios. E a segregação sócio espacial que também foi identificada na investigação de Rocha (2010), quem afirmou que as áreas residenciais intraurbanas aparecem em padrões locais que são “segregacionadas” a partir da evolução e cristalização das inúmeras ações relativas às operações econômicas e ao sistema de controle e de decisão. Segundo este autor, a medida em que se evolui o quadro urbano, intensificam-se os traços de diferenciação espacial que pode se confirmar ou não em segregação. Todas as mudanças verificadas na morfologia urbana de Janaúba/MG, configuram-se em uma nova paisagem que ganha impulso por volta dos anos 1930 e se mantém até hoje. Levando-se em consideração a falta de planejamento e também o baixo desempenho econômico da região, pode-se afirmar que atualmente, sua configuração exhibe traços do avanço econômico e demográfico, do crescimento desequilibrado, e do seu papel de intermediação e polarização microrregional devido à oferta de serviços. Todos esses atributos fazem com que a cidade de Janaúba/MG seja de fato uma cidade média, mas que tem particularidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da cidade de Janaúba/MG como média no contexto do Norte de Minas, sob a perspectiva das contribuições de Amorim Filho (2005) se mostrou relevante no entendimento das suas funções urbanas que têm alcance regional, principalmente de seus equipamentos. No Norte de Minas embora Montes Claros/MG seja a cidade hierarquicamente superior, Janaúba/MG se apresenta como uma cidade média em meio a muitas de pequeno porte.

A revisão bibliográfica empreendida acerca dos temas cidade média, rede e morfologia urbana revelou uma forte conexão entre os elementos, afinal, as diferenças entre as cidades de uma região decorrem em boa parte das funções urbanas por elas desempenhadas, que acabam por sua vez, se expressando e determinando sua estrutura morfológico funcional. Numa rede urbana cada uma das cidades tem o seu papel e seu grau de importância na esfera econômica e produtiva regional, destacando-se a relevância das cidades médias na inserção de novas dinâmicas produtivas e na abertura e expansão de áreas fronteiriças. Na rede urbana, as cidades médias estabelecem interligações diversas; devido à sua funcionalidade, adquirem determinada forma, composta de elementos morfológicos básicos e comuns, condição que permite a utilização de modelos como forma de investigação.

No que se refere a análise do desenvolvimento urbano do Norte de Minas o fato de maior destaque é o fortalecimento das cidades do interior. Essa condição relaciona-se ao desenvolvimento da indústria, do setor de serviços e do agronegócio. Neste estudo, caracteriza-se a urbanização regional de forma polarizada, com a presença especial das cidades médias que exercem funções estratégicas de intermediação. Sua configuração retrata um passado colonial atrelado à presença de pontos de desenvolvimento.

Em relação a Janaúba/MG, sua formação inicial remete a pecuária extensiva, de povoamento esparsa, o grande impulso de desenvolvimento é marcado pela atuação governamental por meio de projetos de irrigação instituídos pela SUDENE. O fato de não haver consenso na literatura científica sobre a posição de Janaúba/MG nas diferentes classificações urbanas, indica que a escala de avaliação interfere sobremaneira na interpretação de seu posicionamento.

Na identificação do espaço de relações externas da cidade de Janaúba/MG (muito intenso, intenso, regular e de certa forma o irregular), verifica-se que se referem a uma região de relativa extensão. Do ponto de vista funcional, lidera a prestação de diversos serviços (saúde, educação e agrícola) o que a transforma numa plataforma de intermediação entre esses locais e a capital regional. Em relação a rede produtiva agrícola, a bananicultura fortalece a cidade posicionando-a como centro, não somente em relação a produção, mas principalmente na logística de comercialização. A abrangência do mercado consumidor servido pela produção local é de caráter nacional, inserindo a cidade no nível de relações superiores da hierarquia urbana da região, de Minas Gerais e do Brasil.

Na análise das zonas específicas da cidade de Janaúba/MG foi identificada a adequação parcial ao modelo morfológico adotado. Sua conformação e estrutura estão orientados pela presença dos equipamentos públicos, com forte influência das vias de ligação como as Brs. Todas as categorias deste modelo (central, pericentral, periférica contínua e descontínua, periurbana e subcentro) foram reconhecidos na cidade, e muitas vezes apresentaram singularidades, entre as mais importantes é a presença marcante da ruralidade, a falta de estrutura básica e a desigualdade sócioespacial.

Identificou-se que há similaridades à morfologia de cidades pequenas (como presença de poucos subcentros e a mudança brusca de uma zona para outra) e de cidades médias. A mudança morfológico-funcional ainda é incipiente, e por isso ainda prevaleça algumas características de cidade pequena. Considerando a falta de planejamento e também o baixo desempenho econômico da região, afirma-se que atualmente, sua configuração exhibe traços do avanço econômico e demográfico, do crescimento desequilibrado, e do seu papel de intermediação e polarização microrregional.

Sintetizando os resultados da tese, constata-se que Janaúba/MG é uma cidade média em seu contexto regional por exercer papéis de intermediação, mesmo que suas condições morfológicas não sejam idênticas às de outras desta categoria, em especial as localizadas nas redes centrais. Algumas das necessidades da população da região são supridas em Janaúba/MG e não somente em Montes Claros/MG. A mediação é verificada na presença dos equipamentos urbanos de alcance regional, em especial os serviços ofertados a saúde e a rede da

bananicultura, e na sua morfologia que apresenta similaridade parcial ao modelo de Amorim Filho (2005).

Em suma, mesmo que atualmente as discussões teóricas acerca das cidades médias apresentem distanciamento para a aplicação de modelos, o exercício aqui empreendido possibilitou a averiguação de informações relevantes, por meio dessa metodologia foi possível identificar, caracterizar, categorizar e compreender as funções e feições da cidade. Este entendimento revelou que a cidade de Janaúba/MG exerce intermediação nos fluxos de produção e serviços na região Norte de Minas.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo E. P. de . GOMIDE, Reinaldo L. ANDRADE , Camilo de L. T. DURÃES, Frederico O. M. Caracterização Climática do Sítio-Específico de Janaúba para a Fenotipagem de Cereais Visando Estudos de Tolerância à Seca. **Sistema de produção da Embrapa**, Brasília, p. 1-8, 2008 .

Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/490094/1/Toleranciaseca.pdf>

Acesso em: 27 nov. 2014

ALMEIDA, José Antonio Pacheco. Aplicação da metodologia sistêmica ao estudo do sítio urbano de Feira de Santana-BA. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 22, p. 9-26, jan/jun, 2000. Disponível em:

http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/22/aplicacao_da_metodologia_sistemica.pdf

Acesso em: 02 mar. 2016.

ALVIM, Ana Márcia Moreira. **Cidades médias em Minas Gerais e no Chile: um estudo comparativo entre Formiga e Ovalle**. 1998. 197 f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, m) –, Programa de Pós-Graduação Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 1998.

ALVIM, Ana Márcia Moreira. **Análise da rede urbana de Minas Gerais a partir dos fluxos migratórios nos períodos 1986-1991 e 1995-2000**. 2009. 187 f. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, m) –, Programa de Pós-Graduação Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2009.

Disponível em:

http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_AlvimAM_1.pdf. Acesso em:

09 nov. 2012.

AMARAL, Carolina Rosa. **Impacto da implantação de Perímetros Irrigados na qualidade das águas superficiais da porção mineira do médio São Francisco**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Belo Horizonte, 2012. Disponível em :

<http://www.smarh.eng.ufmg.br/defesas/1010M.PDF> Acesso em : 15 dez. 2015.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2, 1976, Belo Horizonte. **Anais**....Belo Horizonte: AGB, 1976, p.6-15.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região. **Revista Geografia**, São Paulo , v. 3, n. 5, p. 69-98. 1978.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o Programa de Ações Sócio-educativas para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 12, n. 23-24, p 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A rede urbana da Bacia do Mucuri. **Revista Geografia**, São Paulo, n. 10, p. 26-37, 1990.

AMORIM FILHO, O.B.; ABREU, J. F. Ciudades intermédias y tecnópolis potenciales em Minas Gerais - Brasil. **Tiempo y Espacio**, Universidad del Bío-Bío, Chillán, v. 8, n. 9-10, p. 23-32, 2000. Disponível em:
<http://www.ubiobio.cl/miweb/webfile/media/222/Espacio/2000/Art%202.pdf>
Acesso em: 17/03/2014.

AMORIM FILHO, O.B. SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. IN: ANDRADE, Tompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34. 393p. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5397
Acesso em: 14/05/2014

AMORIM FILHO, O.B. RIGOTTI, J. I. Os Limiões Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n 3, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Disponível em:
<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/os%20limiões%20demogr%C3%A1ficos%20na%20caracteriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>
Acesso em: 06 de jul . 2013

AMORIM FILHO, O. B.; ARRUDA, M. A. Os Sistemas Urbanos. In: PRADO, Gislaine Ângela do (Coord.). Minas Gerais do século XXI: reinterpretando o espaço mineiro. **Caderno BDMG**, Belo Horizonte, v. 2, p.185-248, 2002, 345. Disponível em: <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/MG-XXI-Volume%20II.pdf>
Acesso em: 04 de jun 2014.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005, p.35-80.

AMORIM FILHO, O.B. RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/oswaldo-bueno.pdf> Acesso em: 08 set. 2013.

ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 554, p 1-27, 1998. Disponível em:
<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/o%20recente%20desempenho%20das%20cidades%20m%C3%A9dias%20no%20crescimento%20populacional%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 24 jul. de 2014.

ARAUJO, Wellison Tatagiba de. **Evolução urbana e dinâmica da paisagem em setores periféricos da metrópole paulistana: o caso de Taboão da Serra/SP**. 2010, 231 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-

Graduação em Geografia Física, São Paulo, 2010. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-04102010-154430/pt-br.php>
Acesso em: 11 agost. 2015.

AYALA, Jennifer. SÁNCHEZ, Yerson. Reestructuración espacial urbana y sus impactos sobre la ciudad de San Cristóbal. **Geoenseñanza**, Venezuela, v.1, n.1 , p.79- 96, Enero - junio ,2006 .
Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/27746/1/articulo7.pdf>
Acesso em: 13 jan. 2016.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração do Norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n. 11, p. 43-50, 2014. Disponível em:
http://www.ppgds.unimontes.br/rds/edicoes/revista_11/Romulo%20Soares%20Barbosa.pdf. Acesso em:14 mai. 2015.

BARRIOS, Sonia. Áreas metropolitanas: ¿qué ha cambiado?: La experiencia de la Caracas Metropolitana. **EURE (Santiago)**, Santiago Chile, v. 27, n. 80, p. 59-86, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008000004&lng=es&nrm=iso>.
Acesso em: 06 abr. 2016.

BATELLA, Wagner Barbosa. DINIZ, Alexandre Magno Alves. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Campina Grande, v. 6, n. 2, p. 367-374, 2006. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/IDH.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

BATELLA, W. Assimetrias das relações entre verticalidades e horizontalidades no estudo de cidades médias: problematizações a partir da cidade de Teófilo Otoni – MG. **Revista GeoUECE** , Fortaleza, v.3, n. 4, p.238-267, jan./jun. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece> Acesso em: 08 de jun. 2016

BATTEN, F. David. Network cities: creative urban agglomerations for the 21st century. **Urban Studies**, Thousand Oaks, Estados Unidos , v. 32, n.2, p. 313-327., 1995 Disponível em:
http://www.des.ucdavis.edu/faculty/handy/LUT_seminar/Readings/Network_cities.pdf
Acesso em: 03 abr 2016.

BESSA, Kely. Os processos de diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: tipos e exemplos brasileiros. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 90-101, jan./jun. 2012. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/15046/9675>
Acesso em: 24 mar. 2016.

BETTENCOURT, Luísa Catarina Freitas Andrade. **A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

Disponível em: http://urbanismo-portugal.net/files/upload/Dissertacoes/luisa_andrade_bett.pdf. Acesso em: 18 dez. 2015.

BOIX, Rafael Domèneck. Redes de Ciudades y Externalidade. **Revista Investigaciones Regionales**, Barcelona, v.3, n. 4., 2004, p. 5–27. Disponível em: <<http://www.uv.es/raboixdo/references/2004/04008.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BOTELHO, Ivana Arantes. **Organização do espaço interno de Araxá: uma cidade média no Alto paraibano mineiro**. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, m) –, Programa de Pós-Graduação Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte. Disponível em:http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html Acesso em: 35 out. 2015

BURGER, M. J. MEIJERS, E. J. ORRT, F.G. . The Development and Functioning of Regional Urban Systems. **Regional Studies**, Atlanta Estados Unidos, v. 48, n . 12, p. 1924-1925. Disponível em : <http://www.tandfonline.com/eprint/A4pMnqjibAfuwZNVzXgY/full>. Acesso em: 09 de abr. 2016.

CÂNDIDO, Pietro de Almeida. MALAFAIA, Guilherme Cunha. LACERDA, Marcelo. A exploração do pequi na região norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado. **Revista Ideias**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 118-138, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo%20pc/Downloads/Dialnet-AExploracaoDoPequiNaRegiaoNorteDeMinasGeraisAborda-4060737.pdf> Acesso em: 19 mar. 2015.

CANTARIM, Fernanda. Estudos de Redes Urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.129, p.117-133, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/708/986> Acesso em: 25 mar. 2016.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano**. 7. ed. Barcelona: Serbal: 2002. 544p. Disponível em:<http://ektcpdf.firmeonline.eu/la-morfologia-de-las-ciudades-horacio-50305035.pdf> Acesso em : 05 abr. 2015.

CARVALHO, Alves Margarithi. **Espaço intra-urbano de Teófilo Otoni/MG**. 2011. 147 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html Acesso em: 06 fev. 2014.

CARVALHO, Ulysses Melo. Cidade média e centralidade: Mogi-Guaçu e sua formação e desenvolvimento a partir do centro. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n. 10, p. 56-69, janeiro/junho 2010. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/224/ulyssesn10v1>. Acesso em : 11 jan. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação; economia, sociedade e cultura. 8º ed. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1990.698p.

CAVAN, Gina. LINDLEY, Sarah. JAYELER, Fatimeh. YESHITELA, Kumelachew Urban morphological determinants of temperature regulating **Journal Ecological Indicators**.Amsterdam Holanda, v. 42, p. 43-57, julh., 2014.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Gina_Cavan/publication/259969219_Urban_morphological_determinants_of_temperature_regulating_ecosystem_services_in_two_African_Cities/links/553381670cf20ea0a074e19e.pdf

Acesso em: 19 de mar. 2016.

CERQUEIRA, Augusto Serra. GIVISIES, Gustavo Henrique Naves. Conceitos básicos de Demografia e dinâmica brasileira. In: CERQUEIRA, Augusto Serra. GIVISIES, Gustavo Henrique Naves. **Demografia e Desenvolvimento** Campinas: Editora Unicampo, 2000.Parte 1, p. 15-44. Disponível

em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf> Acesso em : 08 dez. 2015.

CHIOINO, Patricia Boyco. TRONCOSO, Francisco Letelier . La ciudad intermedia neoliberal y sus desafíos políticos pos-terremoto. **Temas sociales**, Chile, n. 68, p.1-8, junio, 2010. Disponível em:

<http://www.sitiosur.cl/publicacionescatalogodetalle.php?PID=3542#descargar>.

Acessado: 13/05/2014.

COLEGIADO TERRITORIAL DO NOROESTE DE MINAS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Serra Geral (MG).Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 65p. Disponível em:

http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio079.pdf

Acesso em: 20 mar. 2015.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO-. Projetos em execução no Vale do São Francisco.Brasília: CODEVASF, 2001.

CONTE,Cláudia Heloiza .Serviços Educacionais: ferramenta para compreensão do papel de Foz do Iguaçu/ PR na rede urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Cascavel, v. 17, n.1 p. 15-26, jan./abr. 2013. Disponível: Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/8736/pdf>

Acesso em: 19 jan. 2016.

CORREA, Roberto Lobato Azevedo. Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93-116, 1967.

Disponível: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201967%20v29_n4.pdf>.

Acesso: 19 fev.2016.

CORREA, Roberto Lobato Azevedo. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 87p. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/correa-roberto-lobato-o-espaco-urbanopdf.html> . Acesso em: 12 jun. 2016.

CORREA, Roberto Lobato Azevedo. Origem e Tendências da Rede Urbana Brasileira: Algumas Notas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 293-299, jan./dez. 1994. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-20RJ/RBG/RBG%201994%20v56_n1_4.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 6° edi. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 302 p.

CORREA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: BELTRÃO, M. E. Sposito (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, Cap. 7, p.67-98.

CORTEZZI, Francisco Martins. AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do tecido urbano da cidade de Oliveira-MG/Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, XIV, 08 a 12 de abril, 2013. Lima. **Anais.....** Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=section&id=5&Itemid=82&lang=en. Acesso em : 04 ago. 2014.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de normas diferenciadas. IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas** – Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. Cap. 4, p.60-94.

COSTA, Jodival Maurício. UEDA, Vanda. Redes técnicas e território: notas sobre a rearticulação espacial. **BGG**, Porto Alegre, n. 32, p. 131-145, Dezembro/2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37452/24202> Acesso em: 15 fev. 2016.

COSTA, S. A. P. A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima. **Revista Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 25, p. 55-76, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40259/43125> Acesso em: 04 agos. 2015.

COSTA, Marco Rodrigo. **Arcos-MG: contextos regionais e dinâmica interna**. 2013. 227f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaMR_1.pdf. Acesso em : 11 dez. 2014.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescalares e cidades médias.** 2012 . 227 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós- Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente/
Disponível: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/12/dr/marcio.pdf
Acesso em: 10 jun. 2016.

COZEN, Michael P. The study of urban form in the United States. **Urban Morphology**, Reino Unido, v. 1, n. 5, p. 3-14, 2001,.Disponível em:
http://www.urbanmorphology.org/online_unlimited/um200101_3-14.pdf
Acesso em: 27 fev. 2016

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Sistema de cidades em terra semi-árida. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTTS, Alecsandro J. P. **Geografia: leituras culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003,Capi. 10, p. 205-236.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano.** 3º edi. São Paulo: PINI, 1990. 95 p.

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, nº 1-2, p. 81-91, jan./dez. 2004.Disponível em:
www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/batista%20de%20deus.pdf
Acesso em:08 mai. 2014.

DIAS, Leila Christina. **Redes: emergência e organização.** In:CASTRO, Iná Elias. CORREA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo César da Costa.(orgs). **Geografia conceitos e temas.**Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005,Cap. 5. P.141- 164.

DI MAURO, Claudio Antonio. A atualidade da visão de Ab'Sáber. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 1, ano 24, p. 7-20, jan/abr. 2012.Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/14714/pdf>. Acesso em : 21 agos. 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. SANTOS, M. A . Fluxos Migratórios e Formação da Rede Urbana de Roraima. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, p. 269-288, 2006.Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo%20pc/Downloads/2261-5236-1-SM.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

DINIZ, Carlos Henrique Vasconcellos. **BR-459: o corredor tecnopolitano do alto e médio Sapucaí, um estudo de três cidades médias.** 2014.229f. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial,Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_DinizCH_1.pdf. Acesso: 10 dez. 2014.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO JAÍBA. Apresenta produtos e serviços referente a irrigação do Projeto Jaíba (2011). Jaíba: DIJ. Disponível em: http://www.projetojaiba.com.br/arquivos_upload/plano_operativo/3.pdf Acesso em: 03 mar. 2014.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1982.121p.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial Geografia Agrária, 2013. p.13-32. Disponível em:
<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1937>
Acesso em: 07 de jun. 2016.

ENDLICH, Angela Maria . Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam?.**Revista Geográfica de América Central**, Chile, Especial EGAL, p. 3-25, 2011. Disponível em:
<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2275/2171>
Acesso em : 26 agos. 2015 .

FERNANDES, Duval Magalhães. Norte de Minas: migrações intraestadual censo demográfico 2010. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, Edição Especial, p. 89-106, 2014. Disponível em:
http://www.ppgds.unimontes.br/rds/edicoes/revista_especial/Gildette%20Soares.pdf.
Acesso em: 11 dez. 2015.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D´el Rei**: Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.731p.

FONSECA, Gildette Soares. GUIMARÃES, Rafael Lopes Nogueira.

FRANÇA, Iara Soares de. SOARES, Beatriz Ribeiro. O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes. IN: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA, n. 2, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em:
<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t39.pdf>. Acesso em: 08 /06/ 2013.

FRANÇA, Iara Soares de. SOARES, Beatriz Ribeiro. O espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades: uma análise de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 75 – 94, DEZ/2007. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15571/8812>. Acesso em: 06 out.2014.

FRANÇA, Iara Soares de . PEREIRA, Anete Marília. SOARES, Beatriz Ribeiro. MEDEIROS, Douglas Leite. Cidade média, polarização e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerias. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2 n.16, p.52-70, 2009. Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/863/888>
Acesso em: 21 dez.2014.

FRANÇA, Iara Soares de . **Aglomeração descontínua de Montes Claros/MG**: novas configurações socioespaciais.2012. 393 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia e

Gestão do Território. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1247>. Acesso em: 16 jan. 2013.

FRANÇA, Iara Soares de. QUEIROZ, Caroline Gabriele Trindade. Rede urbana regional e fluxos no setor de saúde no Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, n.9 , p. 204 - 222, Dez/2013. Disponível em :<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia> Acesso em: 21 ago. 2014.

FREITAS, Nacelice Barbosa Urbanização e modernização industrial das cidades médias da Bahia: um olhar sobre Feira de Santana. In: LOPES, Diva Maria Ferlin HENRIQUE, Wendel (orgs) . **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. Capi. 13 p.125-143. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2015.

FRESCA, T. M. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 2, p 115-128, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6926/6491>. Acesso: 24 fev. 2016.

FUJITA, Camila. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste Catarinense. **Revista online Geo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 13-35, 2013. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918/5032> Acesso em: 23 mar.2015

GARCIA, R. A.; NOGUEIRA, M. **A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais**. [s.l.] RDEBCN arquivos, 2004. Disponível em:<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/ricardo%20e%20marly.pdf> Acesso em: 04 out 2013.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. 3º edi. Brasília/DF: Ministério da Educação e Cultura, 1963. 204 p.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. 9ºedi. São Paulo: DIFEL, 1983. 236 p. .

GONÇALVES, Felipe de Souza. **A expansão urbana sobre o relevo do município de Sapucaí do Sul-RS**. Dissertação 2013. 163f (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós- Graduação em Geografia.. 2013. Disponível: http://www.ufrgs.br/ppggea/pos/index.php?option=com_content&view=article&id=585:a-expansao-urbana-sobre-o-relevo-do-municipio-de-sapucaia-do-sul-rs&catid=43:desfamestrado&Itemid=131 Acesso em: 24 de mar. 2016.

HERMANO, Vivian Mendes. **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e Nova Porteirinha**. 2006. 103 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2006.

HERMANO, Vivian Mendes. Está ocorrendo uma crise da água no Projeto Gorutuba ?**Boletim Eletrônico Centro de Estudos de Convivência com o Semi árido**, Montes Claros, n. 7, ano 1, 2013. Disponível em: [https://dl.dropboxusercontent.com/u/145303087/Esta ocorrendo uma crise de água no Projeto Gorutuba.pdf](https://dl.dropboxusercontent.com/u/145303087/Esta%20ocorrendo%20uma%20crise%20de%20%C3%A1gua%20no%20Projeto%20Gorutuba.pdf)
Acesso em: 27 nov. 2014.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. Sobral-CE: os dois circuitos da economia urbana em uma cidade média do nordeste brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.7, n.2, p. 225-240, 2013. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/17842/10430>
Acesso em: 08 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico Brasileiro de 1991: microdados dos resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico Brasileiro de 2000: microdados dos resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em:http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf
Acesso em: 29 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro, 2013.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal. Lei nº1744 de 06 de Dezembro de 2007. Dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano de Janaúba. Institui o Plano Diretor e dá outras providencias. **Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Janaúba** 08 de Nov. 2007. 153 p.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal. Lei nº2104 de 23 de março de 2015. Altera artigos e inclui incisos da Lei nº1744 de 06 de Dezembro de 2007 que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano de Janaúba. Institui o Plano Diretor e dá outras providencias. **Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Janaúba**. 24 de mar. 2015. 9 p.

JORDÁN, R. SIMIONI, D.(Compils.). **Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe**: propuesta para la gestión urbana. Santiago de Chile. Cepal. Ministero Degli Affari Esteri Cooperazione Italiana, 1998. 214 p. Disponível em : http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31024/S9800066_es.pdf?sequence=1
Acesso em : 24 jan.2014.

LAJUGIE, Joseph. **Les villes moyennes**. Tradução Ana Marcia Alvim. Paris: Edition Cujas, 1973. 216 p.

LELOUP, Yves. **Les villes du Minas Gerais**. Tradução Ana Marcia Alvim. 6° Paris: Université de Paris, 1970, 301 p.

LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. 1993. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas.

LIMA, J. P. R., MIRANDA, E. A. A. Norte de Minas Gerais: fruticultura irrigada, arranjos inovativos e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, nº especial, p.508-529, nov. 2000.

LUNA, Francisco Vidal. Economia e sociedade em Minas Gerais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 24, p. 33-44, 1982. Disponível em: <http://www.brnuede.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar19.pdf>. Acessado: 27/12/2012.

MACHADO, Guilherme Hernando Quintana. Crescimento, morfologia y estructura urbanos em el proceso de urbanización de Zipaquirá. **Perspectiva Geografica**, Bogotá Colômbia, n.11, p. 1979-226, 2005.

Disponível em:

<http://revistas.uptc.edu.co/revistas/index.php/perspectiva/article/view/1697>
Acesso em : 29 de mai. 2016.

MARTÍNEZ, José María Serrano. Redes urbanas y sistema de ciudades de Alemania. Algunas precisiones cara al siglo XXI. **Papeles de Geografía**, Murcia, Espanha, n. 31, enero-junio, p. 115-135 , 2000. Disponível em : <http://link.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 14 fev 2016.

MARQUES, Jorge soares. Ciência geomorfológica. In: GUERRA, Antônio José Teixeira. CUNHA, Sandra. B. **Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2003. 5° edi. p. 2-37.

MATOS. Ralfo Edmundo da Silva. RAMOS, Edivaldo Fernandes . Interiorização da urbanização e a discussão sobre cidades médias no Brasil. **Geografia em Questão**, Cascavel, v.8, n.2, pág. 72-92, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/11861/8984>
Acesso em: 24 jan. 2016

MEIJERS, Evert. Polycentric urban regions and the quest for synergy: is a network of cities more than the sum of its parts?, **Urban Studies**, Thousand Oaks Estados Unidos , n. 42, p. 765-781, 2005.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/258198852_Polycentric_Urban_Regions_and_the_Quest_for_Synergy_Is_a_Network_of_Cities_More_than_the_Sum_of_the_Parts

Acesso em: 04 abr 2016.

MEIJERS , Evert. The notion of complementarity in urban networks:

definition, value, measurement and development. In: UNECE Conference on Urban and Regional Research, Bratislava Eslováquia , 2006. **Anais**: 2006 , p 1-15.

Disponível em:

http://www.unece.org/fileadmin/DAM/hlm/prgm/urbanenvperf/conference/tenth_bratislava/documents/topic2.08.meijers.pdf

Acesso em: 03 abr 2016

MELLO, Nádia Cristina da Silva. **Divinópolis**: uma cidade média na região Perimetropolitana de Belo Horizontes-MG. 2015. 295.f. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2015. Disponível em:

http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_MelloNC_1.pdf. Acesso em: 01 de jun 2016.

MICHELINI, Juan José. DAVIES, Carina. Ciudades intermedias y desarrollo territorial: un análisis exploratorio del caso Argentino. **Documentos de Trabajo GEDEUR**, Madrid, n. 5, p.5-26, tercer trimestre, 2009. Disponível em:

<http://www.gedeur.es/documentostrabajo/ciudadesintermediasargentina.pdf>. Acesso em : 23 abr. 2014.

MINAS GERAIS. Perfil da fruticultura 2013: base de dados 2011 e 2012. Belo Horizonte: MG. Disponível em:

http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_fruticultura_2013.pdf

Acesso em: 15 out. 2014.

MENEGUETT, I. K. S.; COSTA, Pereira S. A. The fringe -belt concept and planned new towns: a Brazilian case study. **Urban Morphology** , v. 19, p. 25-33, 2015.

Disponível em:

<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wpcontent/uploads/2016/01/c10s01a04.pdf>

Acesso em: 06 de abr. 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora.

Textos para discussão, Belo Horizonte, n. 164, 2001. Disponível

em:<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/td/TD%20164.pdf>.

Acesso em : 18 jul. 2013.

MORAIS, Itamar Araújo. **Araguaina (TO)**: enquanto cidade média no contexto regional. 2014, 130 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014. Disponível

em:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17339/1/2014_ItamarAraujoMorais.pdf

Acesso em: 31 mar. 2015.

MOTTER, Crislaine. BATELLA, Wagner Barbosa. Descentralização e novas centralidades em cidades médias: o caso do subcentro da Avenida São Pedro em Chapecó-SC. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n.2, p. 611-627, 2015.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/53425/34039>

Acesso em: 22 de mar. 2016.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary Field. **Urban Morphology**. Oxford Estados Unidos, v .1, 1997, p. 3-10.

Disponível em:

<http://urbanmorphology.org/pdf/moudon1997.pdf>

Acesso em : 27 de mar. 2016.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba.2009. 242f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Geografia, Curitiba, . 2009.

Disponível em :

http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/20362/ROSA_MOURA_DO_UTORADO.pdf?sequence=1

Acesso em: 06 de mai .2016.

OLIVEIRA, Helio Carlos Miranda. SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade media: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 15, n. 52, p. 119-133, Dez/2014.

Disponível em:

FILE:///C:/USERS/POSITIVO%20PC/DOWNLOADS/CIDADE_MEDIA-LIBRE.PDF

Acesso em: 25 mar.2014.

OLIVEIRA, Dannel Madson Vieira. MOREIRA, Tiago Silva. RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. OLIVEIRA, Hudalet da Conceição. RODRIGUES, André Luís Soares. (Des/re) construção do tecido urbano: (processo de modernização e implosão-explosão urbana em São Luís / MA, no limiar do século XXI.In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre, **Anais...**

Disponível em:

<file:///C:/Users/Positivo%20pc/Downloads/Dannel%20Madson%20Vieira%20Oliveira.pdf>

Acesso: 23/08/2015

OLIVEIRA, Laysa Camilla Brant; BRITO, Marcelo Ferreira de; PEREIRA, Anete Marília. Traços de ruralidade em pequenas cidades do Norte de Minas Gerais.In: ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS CIENTISTAS, XII, 2000, **Anais**

Disponível em:

<http://www.anpg.org.br/userfiles/file/laysacamillabarntoliveiraemarceloferreiradebrito.pdf>Acesso em: 11 dez. 2012.

OORT ,Frank van . BURGER, Martijn . RASPE, Otto. On the Economic Foundation of the Urban Network Paradigm: Spatial Integration, Functional Integration and Economic Complementarities within the Dutch Randstad .**Report Series Research in Management**, Rotterdam Holanda, June , p 1-42, 2009., Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Frank_Oort2/publication/227345582_Networks_and_economic_agglomerations_Introduction_to_the_special_issue/links/563b717708aeed0531de86ea.pdf

Acesso em: 05 abr 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA(UNESCO).Ciudades intermedias conceptos y definiciones. In: JORDÁN, R. SIMIONI, D.(Compils.). **Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana**. Santiago de Chile: Cepal. Ministerio Degli Affari Esteri Cooperazione Italiana, 1998. Capi 1, p. 6- 58 p. Disponível em : http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31024/S9800066_es.pdf?sequence=1

PALMA, Jaime Castillo. TOVAR, Elsa P. Ciudades medias. **Revista Elemento**, México, n. 34, p. 29-33 1999.. Disponível em : <http://www.elementos.buap.mx/num34/pdf/29.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

PASCIARONI, Carolina. Ciudades Medias:Aproximación Metodológica, Funcionalidades y Estructura Productiva. **Ciencias Económicas**, Buenos Aires, v.30,n.1,p.399-415,2012. Disponível em : <http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/economicas/article/view/7007/6692>. Acesso em : 17 jan. 2014.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Mara I. Soares. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004, Capi. 01, p. 11-32.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**:o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.2007. 350f.Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação Geografia e Gestão do Território, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Anete Marília.SOARES, Beatriz Ribeiro. O rural e o urbano no Norte de Minas Gerais (MG): uma abordagem sob a ótica da paisagem.in: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAL, 2006, Uberlândia, **Anais....** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t38.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PEREIRA, Flavio Maia. LEMOS, M. Borges. Cidades médias brasileiras:características e dinâmicas urbano industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**,São Paulo, v. 33, n.1, p. 12-29, abril de 2003. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/88/63> Acesso em: 22 fev. 2014.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e Significado das Cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. 114f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2004. Disponível em: http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades_medias_amazonia.pdf Acesso em 19 nov.2015.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. FERREIRA, William Rodrigues. Logística de transporte e comercio internacional: um estudo das empresas exportadoras de mercadorias em Varzea da Palma-MG. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n.12, p. 55-67, 2014. Disponível em:

http://www.ppgds.unimontes.br/rds/edicoes/revista_12/Luiz%20Andrei.pdf. Acesso em: 24 fev. 2015.

PERETTI, Gustavo. VARISCO, Mariano. Dinâmica do sistema urbano da província Entre Rios entre 1947 e 2010. **Boletim Geográfico**, Maringá,, v. 33, n. 2, p. 34-46, mai.-ago, 2015. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/22984/pdf_57 Acesso em: 17 jan. 2016.

PIRES, Simeão Ribeiro. **O padre e a bala de ouro**. [s.l.]: Associação Brasileira de Imprensa, 1979.

RALFOS, Edmundo da Silva. MATOS, Edivaldo Fernandes RAMOS. Interiorização da urbanização e a discussão sobre cidades médias no Brasil. **Questão**, Cascavel, v.8, N. 02, p. 72-92, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/11861/8984> Acesso em: 17 fev.2016.

ROCHEFORT, Michel. **L'organisation urbaine de l'Alsace**. Tradução Ana Marcia Alvim. Paris: La Société d'Édition Les Belles Lettres, 1960. 341 p.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: HUCITEC, 1998. 174 p.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos F. M.; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, Cap. 6, p.105-170.

RODRIGUE, Jean-Paul. Urban Land Use Models In: Rodrigue, Jean-Paul. **Urban Land Use and Transportation**. 4. ed. New York: Routledge, 2013. Capi.6. p. 315-487.

Disponível em: <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch6en/conc6en/ch6c2en.html> Acesso em: 12 jun 2016.

RODRIGUES, Luciene . GONÇALVES, Maria Elizete. SOUZA, Sara Gonçalves Antunes. TEIXEIRA, Gilmaria Emilia. Especificidades setoriais dos municípios do Norte de Minas: um instrumento para o desenvolvimento. **Cadernos BDMG**, Belo Horizonte, n. 10, p.1-88, abril 2005. Disponível em: <http://www.bdmg.mg.gov.br/BancoDesenvolvimento/CadernoEconomico/Cadernos%20BDMG%20-%20Ed.%2010%20-%20Abril%202005.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RODRÍGUEZ , William Antonio Aponte. Morfología urbana de Madrid, **Perspectiva. Geográfica**, La Rioja Colombia, v. 16, p. 211-232, jan., 2011, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/.../4040099.pdf> Acesso em: 01 mar .de 2016.

REGO, Renato Leão. MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade . **Revista Acta**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 123-127, 2011 .Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewFile/6196/6196>

Acesso em: 09 nov. 2015.

RUIZ, Ricardo Machado . Estruturas Urbanas Comparadas:Estados Unidos e Brasil.**Estudos Econômicos**, São Paulo,v. 35, n. 4, p. 715-737.2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400005&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 07 abr 2016.

SA, Patricia Rodrigues. **Os centros emergentes de Minas Gerais**. 2001.171f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial,Belo Horizonte,2001. Disponível em:

http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html
Acesso em: 28 fev. 2015.

SÁNCHEZ ,Olav Sibille. La morfologia urbana del nucleo central de Chiclayo.

Espacio y desarrollo,Lima Perú, n.6, 1994. p 183 -212. Disponível em:
<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espacioydesarrollo/article/view/7918/8198>
Acesso em :01 de mai 2016.

SANTOS, Alex Ronny; COSTA, Jaqueline de Campos; SANTOS, Luciano Souza. **Janaúba**.Trabalho apresentado ao Seminário Educação e Cultura promovido pela Universidade Estadual de Montes Claros, realizado no dia 23 de novembro de 1999 em Montes Claros.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. SOUTO, Karine Gomes dos Santos . O desenvolvimento do Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n. 12, p. 69-78, 2014.Disponível em:
http://www.ppgds.unimontes.br/rds/edicoes/revista_12/Gilmar%20Ribeiro%20dos%20Santos.pdf
Acesso em: 08 mar. 2015.

SANTOS, Willian Rodrigues. HERMANO, Vivian Mendes. As praças de Janaúba: diagnóstico sócio ambiental e reflexões sobre a área verde urbana. **Revista Multitexto**, Montes Claros, v.3, n.2, p. 47-54, 2015. Disponível em:
<http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/143/86>
Acesso: 01 fev. 2016

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Fruticultura do Norte de Minas Gerais (2004). Brasília:SEBRAE. Disponível em:
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248287941.pdf. Acesso em : 11 nov. 2013.

SILVA , Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média.**Geoingá**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013. Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/19983/11588>.
Acesso em : 24 mai. 2013

SILVA, Alatair; CALONI, Sylvia Lene. **Vinte anos de história política de Janaúba**. 2000. 42 f. Monografia (Especialização). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História , Montes Claros, 2000.

SILVA, Daniela Belo. OLIVEIRA, Hélio Carlos M. . SOARES, Beatriz Ribeiro. A Espacialidade dos agentes econômicos em Uberlândia (MG): A análise de uma cidade média . **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 09-22. dez/2010. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16228>.
Acesso em : 11 mar.2015.

SILVA , Deivid Francisco da. Cidades medias e consumo: uma analise a partir da crescente expansão do setor de franquias e o movimento de “interiorização” do capital. In: SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, XIII, 01 a 04 de setembro 2014, Salvador .**Anais...**
Disponível em: http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt6/GT6_DEIVID.pdf
Acesso: 09 abr. 2014.

SILVEIRA, Gerlaine Soares da . OLIVEIRA, Igor Martins. Expansão urbana e degradação ambiental: o caso do bairro Camilo Prates. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, n.1, 2014, Alfenas, **Anais....**
Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Gerlaine%20Soares%20da%20Silveira.pdf>
Acesso em: 11 fev. 2015.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**.3ªed. São Paulo: Contexto, 2002.155p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. In: **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6,p.55-63,1998.Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1167/1168>.Acesso em : 07 fev. 2015.

SOARES, Beatriz Ribeiro . MELO,Nágela Aparecida de.Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.Capi. 9.p.229-247.
Disponível em:
<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>. Acesso em: 04 jan.2015.

SOBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão popular, 2006.375p.

SOBARZO, Oscar. Cidades medias ou cidades de intermediação: o papel dos centros regionais e sub-regionais nos circuitos da agricultura modernizada no nordeste do Rio Grande do Sul.In: In: SEMINÁRIO DA REDE

IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, XIII, 01 a 04 de setembro 2014, Salvador .**Anais...** Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g6/cidades%20medias%20ou%20cidades%20de%20intermediacao%20o%20papel%20dos%20centros%20regionais%20e%20subregionais%20nos%20circuitos%20da%20agricultura%20modernizada%20no%20nordeste%20do%20rio%20grande%20do%20sul.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão . As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente (SP): GASPERR/FCT/UNESP, 2001. Cap. 7, p. 152-180.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão . As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006, Cap. 8, p.609-643.

SOUZA Junior. Raimundo Mendes. **Análise da vegetação da bacia do médio Gorutuba**. 2002. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Ciências Agrárias, Janaúba, 2002.

SOUZA, Antônio Carlos da Silva. **Pirapora, uma cidade média no Norte de Minas Gerais**. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_SouzaAC_1.pdf. Acesso em: 04 set. 2012.

STORPER, Michael . MARREWIKJ, Charles Van. OORT. Frank G. Van. Processes of change in urban systems. Urban development : patterns, causes, foundations, and policy. **Journal of Regional Science**, Los Angeles Estados Unidos, n. 13-14, December, p 1-12, 2012
Disponível em:
<http://www2.econ.uu.nl/users/marrewijk/pdf/marrewijk/marrewijk%20jrs%202012.pdf>
Acesso em: 02 abr 2016.

TELLES, Selva de Souza Lima. **Velhos atores, novas práticas: desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais**. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2006.

TRULLÉN, Joan. BOIX, Rafael. Policentrismo y redes de ciudades em la región metropolitana de Barcelona. In: Encuentro de Economía Aplicada Valencia Espanha, 3 ,2000. **Anais** 2000, p. 1-29.
Disponível em: <http://www.ecap.uab.es/RePEc/doc/wpdea0303.pdf>
Acesso em: 03 abr 2016.

VIANA, Cleia. **A identidade do povo Gorutubano**. Janaúba: Instituto Superior de Educação de Janaúba (ISEJAN). 2005. 124p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 8º Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 135 p.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade. Cidades medias e pequenas algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87). Capi. 5, p. 198-194.

WHITEHAND, Jeremy W. R. Conzenian urban morphology and urban landscapes. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 6, 2007

İstanbul, **Proceedings**, Disponível em:

http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers%5Cinvitedpapers%5CJeremy_whitehand.pdf

Acesso em: 07 dez. 2015.

Imagem 30

Disponível: em earthexplorer.usgs.gov/ -Órbita 218, ponto 71. Composição falsa cor (R3 G4 B5). Data da imagem 12/06/2015

Figura 31

Panorâmico-Google Maps. Disponível

em:<<http://www.panoramio.com/photo/12082479>>. Acesso em abr. 2015.